

incipit 13

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

XVII | 2024

GIHM
GRUPO INTERMEDIÁRIO DE HISTÓRIA
MEDIÉVIA



U. PORTO

Coordenação de

Ana Marques

Carlos Coelho

Catarina Pinto

Diana Fontão

João Pedro Alves

João Teixeira Moreira

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Biblioteca Digital, 2025

INCIPIT 13
XVI WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS

INCIPIT 13

XVI Workshop de Estudos Medievais

11 e 12 de Abril de 2024

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Grupo Informal de História Medieval

Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

TÍTULO

Incipit 13. XVI Workshop de Estudos Medievais

EDIÇÃO

Grupo Informal de História Medieval
Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISBN

978-989-9193-68-0

DOI

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13>

COMPOSIÇÃO E PAGINAÇÃO

Grupo Informal de História Medieval

IMAGEM DE CAPA

A.N.T.T., Ordem dos Pregadores, Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão, liv. 18, fl.60.

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO

Luís Miguel Duarte (U. Porto)

AValiação Científica

Almudena Bouzón Custodio (U. Santiago de Compostela) • Amélia Campos (U. Coimbra) • Ana Cristina Sousa (CITCEM – U. Porto) • André Silva (CITCEM – U. Porto) • Andrea Mariani (CITCEM) • Catarina Barreira (IEM/NOVA-FCSH) • Cristina Pimenta (U. Porto) • Filipe Mesquita de Oliveira (U. Évora) • Flávio Miranda (U. Évora) • Francesco Renzi (CITCEM – U. Porto) • Hugo Barreira (CITCEM – U. Porto) • Inés Calderón Medina (U. Illes Balears) • Joana Antunes (U. Coimbra) • Joana Gomes (IF – U. Porto) • Joana Lencart (CITCEM – U. Porto) • Joana Sequeira (Lab2PT – U. Minho) • João Luís Inglês Fontes (IEM – U. Nova de Lisboa) • José Carlos Teixeira (U. Portucalense) • Luís Carlos Amaral (CITCEM – U. Porto) • Luís Miguel Duarte (Lab2PT – U. Minho) • Luís Seabra (U. Porto) • Mafalda Gomes (U. Porto) • Manuel Negri (U. Santiago de Compostela) • Maria Barreto Dávila (U. Lisboa) • Maria Filomena Andrade (U. Aberta) • Maria Leonor Botelho (CITCEM – U. Porto) • Maria João Oliveira e Silva (CITCEM – U. Porto) • Mariana Leite (SMELPS – U. Porto) • Mário Farelo (Lab2PT – U. Minho) • Miguel Aguiar (IHC – NOVA-FCSH) • Paulo Almeida Fernandes (IEM/NOVA-FCSH) • Paula Almeida Mendes (U. Porto) • Paula Pinto Costa (CITCEM – U. Porto) • Pedro Monteiro (Goethe U. Frankfurt) • Ricardo Seabra (U. Autónoma de Lisboa) • Rodrigo Domínguez (Lab2PT – U. Minho)

APOIOS

Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Copyright © Autores e Grupo Informal de História Medieval

☞ Todos os direitos reservados, em harmonia com a lei em vigor

Junho de 2025

Índice

5	Apresentação <i>Grupo Informal de História Medieval (GIHM)</i>
7	La cancellería arzobispal de Toledo (1086-1247). Notas preliminares de una investigación en curso <i>Jaime Ruano Benito</i>
25	La presencia islámica en el valle del Duero durante la Plena Edad Media (Siglos XII–XIII) <i>Jesús Rodríguez Plaza</i>
39	<i>Quanto tempo o tempo tem: As Imagens da Temporalidade na Arte Medieval Portuguesa (séculos XII-XVI). Um Projecto em Curso</i> <i>Carolina Proença</i>
71	A Liturgia Bracarense: um olhar sobre as melodias das antífonas de comunhão <i>Inês Nunes Trindade</i>
101	La Edad Media en la narrativa popular española del siglo XIX a partir de Manuel Fernández y González <i>Azucena Donkervoort</i>
116	As monjas de Arouca e os monarcas de Avis (1385-1438): uma investigação em curso <i>Bruna Margarida Gonçalves Santos</i>
127	Paisagens e suas práxis: Contributos da Arqueobotânica para o estudo das dinâmicas agrárias do Norte e Centro português entre o mundo romano e a Idade Média (séc. III-XII) <i>Catarina de Oliveira Magalhães</i>
146	A justiça nos senhorios das Ordens Militares de Avis e Santiago nos séculos XIV e XV: poderes, estruturas e indivíduos <i>João Pedro Alves</i>
174	La catedral de Lugo a lo largo de los siglos medievales. Un análisis de su evolución espacial y visual <i>Celia Vila Fernández</i>
186	A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval: um projeto para o seu estudo <i>Afonso Soares de Sousa</i>

Apresentação

Os textos que adiante se publicam são o produto final da XVI edição do Workshop de Estudos Medievais (WEM), que teve lugar entre os dias 11 e 12 de abril de 2024, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Evento científico que logrou, mais uma vez, reunir na cidade do Porto um vasto leque de jovens investigadores provenientes de universidades portuguesas e internacionais, que ofereceram a todos os presentes um conjunto de investigações inéditas oriundas de todos os quadrantes da área dos Estudos Medievais. Num espaço de diálogo e discussão interdisciplinar, livre, desafiante e construtiva em torno dos seus respetivos projetos de mestrado e doutoramento. Com o objetivo último de contribuir para o seu aprimoramento e o fomentar do debate científico entre os que se dedicam ao estudo do período medieval.

A edição de 2024 contou com as comunicações de 13 participantes que versaram sobre temáticas atinentes às disciplinas de História, História da Arte, Literatura, Arqueologia e Filologia. Dos quais damos à estampa, na presente edição, 10 textos selecionados.

Resta-nos endereçar os nossos mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Luís Miguel Duarte, enquanto responsável científico deste evento, assim como a todos os elementos do vasto corpo de especialistas, das mais variadas disciplinas dos Estudos Medievais, que formaram o comité científico encarregue da revisão crítica e de assegurar a qualidade científica das propostas aceites. Estendemos estes mesmos votos de gratidão à Direção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, aos responsáveis pelo Mestrado em Estudos Medievais, à Associação de Estudantes (AEFLUP) pela contribuição e empenho demonstrado na fruição deste evento, e, por fim, à Caixa Geral de Depósitos que através do financiamento concedido pelo acordo de mecenato estabelecido com a Universidade do Porto possibilitou a execução plena de mais uma edição bem-sucedida do WEM. Cumpre-nos ainda enaltecer e agradecer a disponibilidade e assistência prestada pelos responsáveis do serviço de publicações da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao longo do processo de publicação de mais um número da INCIPIT, que aqui apresentamos.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

*Ana Marques
Ana Soares
Carlos Coelho
Catarina Pinto
Diana Fontão
Filipe Conceição
João Pedro Alves
João Teixeira Moreira*

*Esta página foi deixada
propositadamente
em branco*



La cancellería arzobispal de Toledo (1086-1247). Notas preliminares de una investigación en curso

JAIME RUANO BENITO

Universidad de Sevilla

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a1>

Resumen

Este artículo pretende resumir los primeros frutos de una investigación en curso. Se trata de nuestra tesis doctoral, la cual se titula: “La cancellería arzobispal de Toledo (1086-1247). Origen, evolución, actores y prácticas documentales”. Resulta paradójico que una de las principales cancellerías de la Península Ibérica apenas se conozca, salvo en momentos concretos y de forma muy parcial. Nuestro objetivo es analizar y comprender la producción documental de los arzobispos de Toledo antes de que haya una cancellería como tal; y a partir de su existencia hasta la muerte del prelado Rodrigo Jiménez de Rada en 1247, poco tiempo antes de la extensión del notariado público alfonsí. Para realizar esta investigación, empleamos la metodología y las taxonomías propias de la Diplomática, la Paleografía, la Codicología y otras ciencias afines.

Palabras-clave: Cancellería arzobispal de Toledo; Plena Edad Media; Nueva Diplomática; Diplomática Episcopal y Capitular.

Abstract

This article aims to summarise the first results of an ongoing investigation. It refers to our PhD dissertation: ‘The archiepiscopal chancery of Toledo (1086-1247). Origin, evolution, actors and documentary practices’. It is paradoxical that one of the main chanceries of the Iberian Peninsula is hardly known, except at specific moments and in a very partial way. Our aim is to analyse and understand the documentary production of the archbishops of Toledo before the existence of a chancery as such; and from its existence until the death of the prelate Rodrigo Jiménez de Rada in 1247, shortly before the extension of the Alphonsine notaries in Castilla and León. In order

to carry out this research, we are using the methodology and taxonomies of Diplomatics, Palaeography, Codicology and other related sciences.

Keywords: Archiepiscopal Chancery of Toledo; Early Middle Ages; New Diplomatics; Episcopal and Capitular Diplomatics.

1. Espacio, tiempo y protagonistas de lo escrito: Toledo en la Plena Edad Media y sus arzobispos (1085-1247)

“Los¹ años de 1085 y 1284, reconquista de Toledo y muerte de Alfonso X, son hitos en la historia de España [...]. Los dos siglos que transcurrieron entre ellos fueron una época de prodigiosa actividad política y militar, cultural e intelectual, mercantil y artística. En la España cristiana el centro más activo que impulsaba tal actividad era la única gran urbe de los reinos de Castilla-León: la ciudad de Toledo. Desde allí partían los ejércitos en primavera para cobrar las parias o conquistar el Sur, allí se leía a Terencio o se traducía a Averroes, allí se acuñaban los maravedís alfonsinos con oro sudanés, allí se fijaron las tablas astronómicas según el meridiano de Toledo, que Europa siguió usando hasta el Renacimiento; allí se construyó una de las grandes catedrales de la Cristiandad. Allí convivían judíos, moros y cristianos².”

Este sugerente párrafo, con el cual comienza el catálogo documental de los cartularios de Toledo, redactado en 1985 por Francisco J. Hernández, condensa magistralmente el devenir de la ciudad del Tajo durante una de sus etapas más activas. Esta abarca desde la conquista cristiana de la ciudad hasta el reinado alfonsí. Ambos episodios actúan como los goznes cronológicos del periodo que comprende nuestra tesis: 1085-1247³. Dicho intervalo, fecundo a nivel cultural, económico, político, social...⁴

¹ Este artículo lo hemos podido realizar gracias a la beca de doctorado de Formación del Profesorado Universitario (FPU), concedida por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades en enero de 2024; referencia FPU22/00328.

² Francisco J. Hernández, *Los cartularios de Toledo. Catálogo documental* (Madrid: Fundación Ramón Areces, 1985), IX.

³ Es decir, *lato sensu* hasta mediados del siglo XIII, cuando comienza el reinado de Alfonso X.

⁴ Desde hace algo más de dos décadas diversas corrientes historiográficas, especialmente las provenientes del ámbito francófono ultrapirenaico, han alentado el empleo de una periodización interna del Medievo que ponga en valor el intervalo comprendido entre mediados del siglo XI y mediados del siglo XIII, como punto de inflexión entre una primera y una segunda Edad Media. Durante este periodo arrancan y se desarrollan los procesos de Reforma de la Iglesia, transformación señorial-vasallática, territorialización de las relaciones sociales, auge y mutaciones urbanas, Revolución documental, Renacimiento del siglo XII; etc. Tan vigorosa y poliédrica etapa debe ser abarcada a partir de

tiene un amplio reflejo documental⁵, que constituye la principal fuente del presente estudio⁶.

Durante esta etapa la ciudad actuó como una de las principales urbes castellanas, descollando a todos los niveles⁷: desde su notable producción artesanal (especialmente textil) hasta la continuada actividad de traducción de textos científicos y literarios para hacerlos accesibles al orbe cristiano⁸. Estas y otras muchas iniciativas políticas, económicas, bélicas y sociales fueron auspiciadas por dos grandes instituciones, interdependientes entre sí: la Monarquía castellana y la Iglesia toledana⁹.

Así las cosas, no extraña que la ciudad del Tajo fuera en este periodo un auténtico "hervidero de actividad gráfica y un polo de atracción para traductores, eruditos e intelectuales", en palabras de la profesora Rodríguez Díaz¹⁰.

la disolución de los grandes paradigmas discursivos y explicativos tradicionales; así como desde la combinación de múltiples perspectivas: eclesiástica, política, cultural..., siempre con una sensibilidad por lo social. Esta nueva forma de interpretar y de periodizar el Medievo de la Europa Occidental se ha plasmado recientemente en la monografía titulada "Nouvelle histoire du Moyen Âge". Además de suponer una actualización cronológica y una visión de conjunto necesaria, esta publicación brinda la oportunidad de presentar las nuevas cuestiones y debates históricos, historiográficos y epistemológicos que suscita el marco histórico-temporal propuesto, y que nosotros empleamos. Florian Mazel *et al.*, eds. *Nouvelle Histoire du Moyen Âge*, 1st ed. (París: Seuil, 2022), 1056.

⁵ A nivel documental, es imperativo citar, al menos en una compendiosa nota a pie de página la enorme masa de contratos escritos existente de la población mozárabe toledana. Su más amplio estudio y catálogo hasta la fecha lo constituye: Ángel González Palencia, *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, IV vols., (Madrid: Instituto de Valencia de don Juan, 1931). También es notable el estudio de dichos documentos, combinando las perspectivas sociocultural y económica: Diego Adrián Olstein, *La era mozárabe. Los mozárabes de Toledo (siglos XII y XIII) en la historiografía, las fuentes y la historia* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006), 192.

⁶ Buena parte de los documentos emitidos, producidos y recibidos por la sede toledana en el "largo siglo XII", unos tres centenares, han sido estudiados y publicados por Rivera Recio en el siglo pasado. Juan Francisco Rivera Recio, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII (1086-1208)*, II vols. (Roma-Toledo: Iglesia Nacional Española- Diputación Provincial de Toledo, 1966).

⁷ Véase a este respecto José García Oro y María José Portela Silva, "Proceso de configuración social e institucional de Toledo", *Archivo Ibero-Americano*, no. 71 (2011): 131-463. Especialmente las pp. 131-155.

⁸ Eloy Benito Ruano, "Ámbito y ambiente de la "Escuela de Traductores de Toledo", *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, Historia Medieval*, no. 13 (2000): 13-28.

⁹ Para el equilibrio y la colaboración de ambas instituciones en el contexto de la cruzada de 1212, y la escasa presencia del concejo toledano hasta mediados del siglo XIII, ver Óscar López Gómez, "La ciudad de la cruzada: Toledo, 1212", in *La península Ibérica en tiempos de las Navas de Tolosa*, ed. Carlos Estepa Díez y María Antonia Carmona Ruiz, (Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014), 271-281.

¹⁰ Elena E., Rodríguez Díaz, *Codicología y paleografía toledanas. Las copias del 'De Virginitate' de San Ildefonso hasta el 1200*, (Madrid: Real Academia de la Historia, 2024), 17.

Sus ocho primeros arzobispos tras la conquista cristiana de Alfonso VI en 1085 marcaron el devenir de la ciudad, su alfoz, la archidiócesis y la provincia eclesiástica toledana. No nos detendremos ahora a narrar sus biografías¹¹. Tan solo ofreceremos una tabla con sus años respectivos al gobierno de la sede, que sirva para orientar al lector.

Tabla nº1: *Listado de los primeros ocho arzobispos de Toledo tras la conquista cristiana de la ciudad (1086-1247)*

Arzobispos de Toledo (1086-1247)
Bernardo de Sédirac (1086-1124)
Raimundo (1124-1152)
Juan (1152-1166)
Cerebruno (1167-1180)
Pedro de Cardona (1181-1182)
Gonzalo Pérez (1182-1191)
Martín López de Pisuergra (1192-28 de agosto de 1208)
Rodrigo Jiménez de Rada (27 de febrero de 1209-10 de junio de 1247)

Fuente: elaboración propia.

Sus principales funciones y atribuciones en este periodo fueron, de lo general a lo particular: primados ibéricos; regidores de la provincia eclesiástica toledana; pastores de la archidiócesis toledana; arzobispos de la ciudad de Toledo; señores feudales de numerosos territorios, entre ellos Alcalá de Henares y privados¹². También actuaron

¹¹ Para una semblanza compendiosa pero profunda de cada uno de estos, acudir a Juan Francisco Rivera Recio, *Los arzobispos de Toledo en la Baja Edad Media (ss. XII-XV)*, (Toledo: Diputación Provincial de Toledo, 1969). Ver también Juan Francisco Rivera Recio, *El Arzobispo de Toledo Don Bernardo de Cluny (1086-1124)*, (Roma: Iglesia Nacional Española, 1962), 114 y Enrique Torija Rodríguez, “De Aragón a la cátedra de San Ildefonso: los pontificados medievales de los arzobispos de Toledo de origen aragonés”, *Aragón en la Edad Media*, no. 23 (2012): 273-300.

¹² Torija Rodríguez divide estas amplias funciones de la proyección intraeclesial de los arzobispos de Toledo (exceptuando aquellas como privados, que no trata) en dos amplios campos: los poderes y las obligaciones episcopales. El primero se subdivide a su vez en el poder de orden, de jurisdicción y de

como cancilleres de los reyes de Castilla¹³. Todo ello a la vez que mantuvieron un delicado y cambiante equilibrio de poder, respecto al cabildo catedralicio de la seo toledana¹⁴.

2. Balance historiográfico: Toledo y los estudios sobre cancillerías eclesiásticas

Es bien sabido que Toledo¹⁵ cuenta con una robusta y vibrante tradición de estudios¹⁶, desde las más diversas aproximaciones, sobre su Iglesia¹⁷, clero¹⁸ y conjunto catedralicio¹⁹ en la Edad Media.

magisterio. El segundo abarca las visitas y los sínodos diocesanos. Dicha distribución es, a rasgos generales, más exacta y minuciosa de la que nosotros presentamos. Pero ello se debe a la mayor abundancia de fuentes disponibles y al propio arco cronológico de su trabajo: los mitrados toledanos bajomedievales, periodo en el que fragua la institución arzobispal medieval, encaminándose hacia la modernidad. Por tanto, muchos de los aspectos que relata (aunque exista en ocasiones una marcada carencia de fuentes, por ejemplo en el caso de las visitas pastorales toledanas), no se encuentran detallados, no son cognoscibles o directamente no existen en el arco cronológico que nosotros abordamos. Es por ello que no empleamos directamente su división, sino que la adaptamos al contexto plenomedieval toledano. Enrique Torija Rodríguez, *La Iglesia de Toledo en la Baja Edad Media. Geografía diocesana y organización institucional*, Tesis Doctoral (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2019), 359-418.

¹³ Agustín Millares Carlo, "La Cancillería real en León y Castilla hasta fines del reinado de Fernando III", *Anuario de Historia del Derecho Español*, no. 3 (1926): 277-306.

¹⁴ Véase María José Lop Otín, *La Catedral de Toledo en la Edad Media: trayectoria, funcionamiento, proyección*, (Toledo: Instituto Superior de Estudios Teológicos San Ildefonso, 2016).

¹⁵ Dos obras clásicas que tratan a la ciudad y su Iglesia son: Sixto Ramón Parro, *Toledo en la mano o descripción histórico-artística de la magnífica catedral y de los demás célebres monumentos*, (Toledo: Imprenta y Librería de Severiano López Fando, 1857) y Antonio Martín Gamero, *Historia de la ciudad de Toledo: sus claros varones y sus documentos*, (Toledo: Imprenta y Librería de Severiano López Fando, 1862).

¹⁶ Destacamos en particular las monografías: Ricardo Izquierdo Benito (eds.) y F. Ruiz Gómez (coord.), *Alarcos 1195. Actas del Congreso Internacional conmemorativo del VIII Centenario de la Batalla de Alarcos*, (Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, 1996); José Carlos Vizuete Mendoza (eds.) y Julio Martín Sánchez (eds.), *Sacra loca toletana: los espacios sagrados en Toledo*, (Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2008) y Ángel Luis López Villaverde (eds.), *Historia de la Iglesia en Castilla-La Mancha*, (Ciudad Real: ALMUD, 2010).

¹⁷ Véase: Enrique Torija Rodríguez, "La Iglesia de Toledo en la Edad Media: organización institucional y formas de vida religiosa. Estado de la cuestión: archivos y descripción de manuscritos", *Hispania Sacra*, no. 139 (2017): 31-47.

¹⁸ María José Lop Otín, "«Hay tal número de clérigos que causa asombro». La clerecía de Toledo a fines de la Edad Media", *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, no. 33 (2020): 271-302.

¹⁹ Los estudios respecto a este tema son numerosísimos. Ver Ramón González Ruiz (eds.), *La Catedral Primada de Toledo. Dieciocho siglos de Historia*, (Burgos: Promecal, 2010).

No cabe duda de que tanto sus arzobispos como su institución capitular²⁰ se cuentan entre las más estudiadas y mejor conocidas de cuantas hay en la península ibérica. Y no solo desde el momento de la conquista cristiana de la ciudad en 1085²¹, sino ya desde sus orígenes tardoantiguos²², así como en su tantas veces aludida etapa visigoda²³ y mozárabe. Sin embargo, en este caudal de conocimiento histórico sobre la Iglesia toledana, que lleva siglos fluyendo y dando excelentes frutos²⁴, existe una notable excepción. Se trata de las investigaciones relativas a la relación, simbiótica y fundamental, entre la Iglesia de Toledo y su producción documental.

Dichas oficinas de expedición han sido abordadas, de manera tangencial, por autores como Ramón González Ruiz en diversas obras de conjunto²⁵; Francisco Hernández en su catálogo documental basado en los cartularios de Toledo²⁶, y en alguna monografía relativa a la cancellería del arzobispo Rodrigo Jiménez de Rada²⁷. También sobresalen aportaciones puntuales, como la de María Eugenia Alguacil, sobre los registros notariales del siglo XV, en el ACT²⁸.

²⁰ María José Lop Otín, *El cabildo catedralicio de Toledo en el siglo XV: aspectos institucionales y sociológicos*, Tesis Doctoral, (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002).

²¹ *Estudios sobre Alfonso VI y la reconquista de Toledo: actas del II Congreso Internacional de Estudios Mozárabes*, (Toledo: Instituto de Estudios Visigótico-Mozárabes, 1988), 4 vols.

²² Josep Vilella Masana, "Los obispos toledanos anteriores al Reino Visigodo-Católico", in *Santos, obispos y reliquias: actas del III Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía*, ed. Concha Bosch Jiménez; Luis Antonio García Moreno y María Elvira Gil Egea, (Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2003), 101-119.

²³ Para no excedernos, traemos a colación una obra global: José Orlandis, *La iglesia en la España visigótica y medieval*, (Pamplona: Universidad de Navarra, 1976).

²⁴ Dos balances historiográficos que merecen ser citados a este respecto son: José Antonio García Luján, "Historiografía de la Iglesia de Toledo en los siglos XVI a XIX", in *Estudios en memoria del profesor D. Salvador de Moxó*, (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1982), 367-368 y María José Lop Otín, "La investigación sobre la Iglesia medieval toledana: balance y perspectivas", *Medievalismo: revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, no. 15 (2005): 93-138.

²⁵ Ramón González Ruiz, *Hombres y libros de Toledo: (1086 - 1300)*, (Madrid: Fundación Ramón Areces, 1997); *id.*, "La catedral de Toledo y las artes de la escritura en la Edad media: 1100-1500", en *Lugares de Escritura. La catedral*, ed. Francisco J. Molina de la Torre, Irene Ruiz Albi y Marta Herrero de la Fuente, (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014), 41-102.

²⁶ Francisco J. Hernández, "Los cartularios de Toledo...", *passim*.

²⁷ Ramón González Ruiz, "Estudio histórico y diplomático del documento fundacional de la Colegiata de Talavera de la Reina", en *Santa María la Mayor. VIII Centenario de la Fundación de la Colegiata de Talavera de la Reina (1211-2011)*, (Toledo: Iglesia Parroquial de Santa María la Mayor de Talavera, 2013), 33-81.

²⁸ María Eugenia Alguacil Martín, "Los registros notariales del siglo XV en el Archivo de la Catedral de Toledo", *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, no. 35 (2022): 13-78.

Como se puede apreciar, salvo para periodos concretos de los siglos XIII y XV, no existe una tradición de estudios que aborde las oficinas de expedición catedralicias de la sede primada, desde sus primeros pasos tras la restauración de la sede, en 1086, hasta su configuración plena ya en la Baja Edad Media.

Se ha profundizado mucho más en los privilegios reales²⁹ y en las bulas pontificias presentes en los archivos de la ciudad o tocantes a Toledo³⁰, dejando en un segundo plano la labor de producción documental propiamente catedralicia. Así, pese a la amplia labor investigadora previa y a las aportaciones de los últimos años, subrayamos que la relación entre la Iglesia de Toledo y su *conscriptio* documental aún no se ha investigado de forma profunda, renovada, ni tomando como objeto de estudio los documentos en sí mismos durante la Plena Edad Media.

De la mano de la Paleografía³¹, la Diplomática, la Codicología³², y de otras Ciencias y Técnicas Historiográficas (en adelante CCTTHH) afines³³, este es precisamente el

²⁹ Juan Francisco Rivera Recio, Clemente Palencia Flores y Luis Sánchez Belda, *Privilegios reales y viejos documentos de Toledo*, (Toledo: Ayuntamiento de Toledo, 1963); José Antonio García Luján, *Privilegios reales de la catedral de Toledo (1086-1462)*, (Toledo: Torres, 1982), 2 vols.; Ricardo Izquierdo Benito, *Privilegios reales otorgados a Toledo durante la Edad Media (1101-1494)*, (Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1990). Resumido en: Juan Francisco Rivera Recio, "Los privilegios reales de Toledo en la Edad Media", *En la España Medieval*, no. 13 (1991): 233-251 y Francisco de Paula Cañas Gálvez, *Colección diplomática de Santo Domingo el Real de Toledo. Documentos Reales I (1249-1473)*, (Madrid: Sílex, 2010).

³⁰ Ramón González Ruiz, "Las bulas de la Catedral de Toledo y la imprenta incunable castellana", *Toletum: boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo*, no. 18 (1985): 9-180 (trata las bulas de indulgencia pontificias del ACT, centrándose en las buletas derivadas, manuscritas e impresas) y Santiago Domínguez Sánchez, *Colección de pergaminos de San Pedro Mártir de Toledo (1217-1480)*, (León: Universidad de León, 2021).

³¹ Destacamos, por su amplitud, sus menciones a Toledo y su utilidad para nuestra tesis: Carmen del Camino Martínez, "La escritura visigótica de los centros mozárabes en su período primitivo", in *La escritura visigótica en la Península Ibérica: nuevas aportaciones. Jornadas Internacionales Seminari de Paleografia, Codicologia i Diplomàtica. 26 de mayo de 2010*, ed. Jesús Alturo i Perucho; Miquel Torras i Cortina y Ainoa Castro Correa,

(Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2012), 115-144 y Carmen del Camino Martínez, "La escritura carolina en la península ibérica", en *Paleografía I: la escritura en España hasta 1250*, ed. José Antonio Fernández Flórez y Sonia Serna Serna, (Burgos: Universidad de Burgos, 2008), 119-140.

³² La principal autora que, hoy por hoy, está impulsando el estudio de la producción libraria plenomedieval en Toledo es la catedrática de la Universidad de Huelva, Elena. E. Rodríguez Díaz. *Id.*, *En el origen del libro gótico castellano: el scriptorium toledano de San Vicente de la Sierra*, (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2023) e *id.*, *Codicología y paleografía toledanas. Las copias del 'De Virginitate' de San Ildefonso hasta el 1200*, (Madrid: Real Academia de la Historia, 2024).

³³ No podemos -ni debemos- pasar por alto las excelentes aportaciones, desde la perspectiva de los textos epigráficos, vertidas por la doctora Elisabeth Menor Natal. Estas abarcan la escritura pétrea toledana entre los siglos IX y XV, ofreciendo un valioso hilo conductor escriturario plurisecular. *Id.*,

objetivo que nos marcamos en nuestra tesis, la cual tiene por título: “La cancellería arzobispal de Toledo (1086-1247). Origen, evolución, actores y prácticas documentales”.

3. Metodología y primeros resultados

Mi aportación se inserta dentro de las disciplinas que constituyen las CCTTHH, en el ámbito de la Diplomática Episcopal³⁴ y Capitular³⁵. Esta, como disciplina joven que es, goza de una excelente salud, teniendo mucho que ofrecer. En España surgió de la mano de las aportaciones de Milagros Cárcel³⁶, de Ángel Riesco³⁷ y de Francisco Marsilla³⁸; y en Portugal de las de José Marques³⁹ y Maria Cristina Almeida Cunha⁴⁰.

Toledo (ciudad) (siglos X-XV), Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium, 8, (León: Universidad de León, 2023) Elisabeth Menor Natal, "La muerte y la comunicación social: epitafios toledanos del siglo XIII", in *La comunicación social en la Europa medieval*, ed. Encarnación Martín López y José María de Francisco Olmos, (Madrid: Dykinson, 2021), 305-336 y Elisabeth Menor Natal, "Un ejemplo de diversidad gráfica: las inscripciones del siglo XV en Toledo", in *Praxis Epigráfica*, ed. Isabel Velázquez Soriano y Sara López-Maroto Quiñones, (Madrid: Guillermo Escolar Editor, 2023), 515-532.

³⁴ En 2018, con motivo de su jubilación, el área de Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Universidad de Valencia reunió, en un volumen homenaje, una selección de once de los trabajos de Diplomática Episcopal de María Milagros Cárcel Ortí. María Milagros Cárcel Ortí, *Diplomática episcopal*, (Valencia: Universidad de Valencia, 2018).

³⁵ Acerca de esta, siguen vigentes los planteamientos vertidos hace ya más de una década en: Néstor Vigil Montes, "Una nueva frontera para los estudios sobre los cabildos catedralicios en la Edad Media: el desarrollo de la Diplomática capitular", *Medievalismo*, no. 22 (2012): 239-254.

³⁶ Examinó por primera vez el estado de la cuestión sobre el documento episcopal en España en 1982. María Milagros Cárcel Ortí, "El documento episcopal. Estado actual de sus estudios", *Boletín de la sociedad castellonense de cultura*, no. 58 (1982): 471-511.

³⁷ Ángel Riesco Terrero, "El sello episcopal hasta el Renacimiento. Valoración jurídico-diplomática y archivística del mismo", en *XV Congreso Internacional de Ciencias, Genealogía y Heráldica*, vol. III, (Madrid: Instituto Luis de Salazar y Castro 1983), 365-390 Ángel Riesco Terrero, "Consideraciones en torno a la Diplomática episcopal antigua y medieval" en *Homenaje al profesor Juan Torres Fontes*, vol. II, (Murcia: Universidad de Murcia, 1987), 1387-1399.

³⁸ Ya en los años noventa, vio la luz su tesis doctoral sobre la iglesia de Murcia y su escribanía episcopal-capitular: Francisco Reyes Marsilla de Pascual, *El cabildo de la catedral de Murcia en el siglo XV. El escritorio capitular. La cancellería episcopal*, Tesis doctoral (microfichas), (Murcia: Universidad de Murcia, 1993).

³⁹ José Marques, "A chancelaria e a Diplomática arquiépiscopais de Braga nos finais da Idade Média", *Revista de História (Centro de História da Universidade do Porto)*, no. 12 (1993): 25-46.

⁴⁰ María Cristina Cunha, "La chancellerie archiépiscopale de Braga (1071-1245): quelques aspects", en *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250, VIII Internationalen Kongress für Diplomatie*, ed. Christoph Haidacher y Werner Köfler, (Innsbruck: Tyrolean State Archives, 1995), 503-509.

Trata de comprender el entorno humano y los documentos producidos en las cancillerías episcopales y capitulares, tanto en su materialidad como en sus aspectos intragráficos. Se nutre de las aportaciones de otras Diplomáticas especiales (pontificia, real, señorial...); así como de los postulados de la Paleografía. Hoy en día la desarrollan, en ámbito castellano, jóvenes investigadores ya consolidados, expertos en la documentación de diversas sedes catedralicias españolas. Destacamos algunos nombres: Adrián Ares para Santiago⁴¹, Diego Belmonte para Sevilla⁴², Néstor Vigil para Oviedo⁴³ y David Espinar para Segovia⁴⁴, entre otros⁴⁵. En ámbito catalán, el joven investigador Jordi Saura Nadal ha publicado diversos artículos relativos a la documentación episcopal gerundina bajomedieval⁴⁶, así como diversos trabajos sobre la notaría de la villa episcopal ampurdanesa de Rupia⁴⁷.

En el primer año de tesis he abordado los diplomas producidos por el arzobispo y el cabildo toledanos en el siglo XII y la primera mitad del XIII, continuando la línea documental ofrecida por la obra sobre los cartularios de Francisco Hernández⁴⁸. Subrayo que, como diplomata que soy, empleo a diario las categorías y métodos

⁴¹ Adrián Ares Legaspi, *La escritura en Santiago de Compostela en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*, Tesis Doctoral, (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2020). Le precedió, abriendo camino: Mercedes Vázquez Bertoméu, *La institución notarial y el cabildo compostelano (1460-1481)*, Tesis Doctoral, (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1996).

⁴² Diego Belmonte Fernández, *Organizar, administrar, recordar. El Libro Blanco y el Libro de Dotaciones de la Catedral de Sevilla*, (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2019).

⁴³ Néstor Vigil Montes, *La modernización de la escribanía capitular ovetense (1436-1460)*, (Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2020).

⁴⁴ David Espinar Gil, *“La escribanía del cabildo catedralicio de Segovia y su documentación (siglos XIV y XV)”*, Tesis Doctoral, (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2022).

⁴⁵ José Luis Ramos Merino, *Iglesia y notariado en la Castilla Bajomedieval: la Catedral de Burgos (1315-1492)*, (Madrid: La Ergástula, 2012).

⁴⁶ Jordi Saura Nadal, “«Ad conservationem iuris Domini Episcopi». El notario como agente episcopal en la Cataluña del siglo XIV: el caso de la Bisbalia de Girona”, *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, no. 36 (2023):123-140.

⁴⁷ Jordi Saura Nadal, “La vila de Rupia a finals del segle XIV estudi d'un capbreu del bisbe de Girona”, *Estudis del Baix Empordà*, no. 39 (2020): 57-91 y Jordi Saura Nadal, “La notaría de Rupia en la Baja Edad Media. Un estudio de la actividad notarial (1371-1372)”, in *Estudios sobre el patrimonio escrito*, ed. Paloma Cuenca Muñoz; Javier de Santiago Fernández; Elisabeth Menor Natal y Mireia Peris Vicent (Madrid: Guillermo Escolar editor, 2021), 227-238.

⁴⁸ Su catálogo sobre los cartularios de Toledo ha sido fundamental a la hora de guiar nuestras primeras aproximaciones a la documentación producida y recibida por los arzobispos de Toledo en los siglos XII y XIII, en el ejercicio de sus funciones y atribuciones.

ofrecidos por la Diplomática⁴⁹, la Sigilografía⁵⁰, la Paleografía, la Codicología⁵¹, etc. Es decir, analizo la génesis, forma, tradición y función de los documentos en sí mismos, tratándolos como objetos históricos *per se*.

De momento no he usado un enfoque cuantitativo, aunque empleo la perspectiva comparativa sobre un relativamente amplio conjunto de documentos, el cual amonta varios cientos de ellos. Aunque analizo con el utillaje metodológico de las CCTTHH solo los diplomas emitidos o copiados en el seno de la cancillería arzobispal primada, estoy procurando leer y conocer todos los documentos emitidos en la ciudad de Toledo y su alfoz durante los siglos XI-XIII; así como los diplomas recibidos por la catedral toledana, cualquiera que sea su procedencia. Es decir, intento tener una visión lo más completa posible de la "cultura documental"⁵² que rodeó a la seo toledana, desde sencillos contratos privados hasta solemnes privilegios papales, reales y señoriales, para comprender toda clase de influencias e interrelaciones gráfico-documentales.

De hecho, ya he terminado prácticamente de leer, y de analizar cuando corresponde, todos los diplomas latinos y castellanos del Archivo Capítular de Toledo (ACT) hasta 1247. Y, durante el verano de 2024, he comenzado a estudiar documento a documento los que están custodiados en el Archivo Histórico Nacional (AHN), en su mayoría mozárabes⁵³. Aunque aún me quedan numerosos ejemplares por consultar⁵⁴, pues trabajo documento a documento en orden cronológico, ya estoy empezando a atestiguar dos hechos relevantes.

⁴⁹ Nos valemos por tanto de las taxonomías ofrecidas por el *Vocabulaire International de la Diplomatique* (VID). "Vocabulaire International de la Diplomatique", accessed october 20, 2024, <https://www.cei.lmu.de/VID/>.

⁵⁰ Asimismo, empleamos las categorías de análisis ofrecidas por el *Vocabulaire international de la Sigillographie*, (Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, 1990).

⁵¹ Pilar Ostos Salcedo, María Luisa Pardo Rodríguez y Elena E. Rodríguez Díaz, *Vocabulario de Codicología*, (Madrid: Arco Libros, 2011).

⁵² Nos valemos del concepto de "cultura documentaria" empleado recientemente en: Dario Internullo, *Senato sapiente. L'alba della cultura laica a Roma nel medioevo (secoli XI-XII)*, (Roma: Viella, 2022).

⁵³ Para su estudio nos estamos guiando por la obra de González Palencia: Ángel González Palencia, *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, IV vols., (Madrid: Instituto de Valencia de don Juan, 1931).

⁵⁴ No solo en el ACT y en el AHN. La amplísima provincia eclesiástica toledana comprendió, hasta el año 1247, sedes episcopales tan variadas como Córdoba, Cuenca, Jaén-Baeza, Osma, Segovia, Segorbe-Albaracín, Sigüenza y, en algún periodo, Zamora. Una visión amplia sobre sus disputas diocesanas se encuentra en: Demetrio Mansilla Reollo, "Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV", *Anthologica Annua*, no. 3 (1955): 89-143.

En primer lugar, el nacimiento de la cancellería arzobispal, el cual tiene lugar en la segunda mitad del siglo XII. Concretamente, durante el pontificado del arzobispo Cerebruno, que abarca entre 1167 y 1180, aparecen ya plenamente configurados los elementos mínimos necesarios para poder hablar de una cancellería: cargo de canceller reconocible, la presencia de más de un escriba (anónimo), rastros de la transmisión de la *iussio* y presencia de sello pendiente⁵⁵. Es decir, se configura como una auténtica oficina de expedición, de la cual son reconocibles algunas etapas de la *actio* y la *conscriptio*. Con todo, sospechamos que seguramente ya bajo el arzobispo Juan de Castellmorón, cuyo gobierno se extiende entre 1152 y 1166, es posible que existiera un despacho de producción documental como tal⁵⁶, si bien de entidad algo menor.

En segundo lugar, una incipiente separación de la producción documental del cabildo catedralicio respecto a la cancellería episcopal en la primera mitad del siglo XIII. Es bien conocida la progresiva separación de ambas *mensae* patrimoniales para el caso toledano, la cual fue cristalizando a lo largo del siglo XII, acumulando la corporación catedralicia una siempre creciente cantidad de bienes raíces rústicos y urbanos⁵⁷. Esta progresiva independencia económica y jurisdiccional del cabildo primado fue condición de posibilidad de una consecuente y progresiva independencia en el ámbito de la escritura documental, la cual solo se pudo dar una vez dicho *collegium* había amasado un conjunto suficiente de rentas y bienes.

Sin embargo, con los datos de que disponemos tras analizar la práctica totalidad de los diplomas del ACT hasta el año 1247 inclusive, consideramos que, para este periodo, no es posible hablar todavía de una cancellería capitular como tal, aunque sí exista una cierta producción documental propia del cabildo catedralicio. Destacan tres tipologías documentales emitidas por la corporación capitular en la primera mitad del

⁵⁵ Ver María Luisa Pardo Rodríguez, "Documentos y cancellerías episcopales de la Andalucía Bética en el siglo XIII. Las sedes de Baeza-Jaén, Córdoba y Sevilla", in *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250, VIII Internationalen Kongress für Diplomatie*, ed. Christoph Haidacher y Werner Köfler, (Innbruck: Tyrolean State Archives, 1995), 453-466.

⁵⁶ De hecho, es bajo el pontificado de Juan, concretamente en el año 1154, cuando aparece por primera vez mencionado explícitamente el título de canceller arzobispal toledano. Esta mención aparece en la suscripción cancelleresca que cierra un documento por el cual dicho arzobispo y el cabildo catedralicio de Toledo conceden de por vida a Pedro Cruzado la encomienda del castillo de Ribas de Jarama. La citada suscripción cancelleresca reza: "DATA Toleti in capitulo per manum Ricardi, tunc temporis domini primatis cancellarii.". ACT, X.11.F.1.2.

⁵⁷ Juan Francisco Rivera Recio, "Patrimonio y señorío de Santa María de Toledo desde el 1086 hasta el 1208", *Anales toledanos*, no. 9 (1974): 117-182.

Doscientos: permutas⁵⁸, censos⁵⁹ y fueros⁶⁰. Todos sus documentos se validan con suscripciones, quirógrafos y, en algunos casos, sellos de los capitulares toledanos⁶¹.

Respecto a los documentos donde se emplea el sello capitular, estos diplomas parecen fruto de acuerdos tomados en reuniones capitulares, indicando en ocasiones que están validados mediante "nuestro / seello e los nombres de los companneros que eran presentes⁶²".

En esta línea, estoy investigando las biografías y la producción documental de diversos canónigos toledanos del siglo XII, los cuales actuaron como escribas para los arzobispos, cabildo y/o monarcas de Castilla. Ya traté uno de ellos, llamado Forto, en un congreso celebrado en la Universidad de Sevilla. Escribió al menos cuatro documentos latinos para miembros de la Iglesia de Toledo, durante la segunda mitad del siglo XII⁶³. Espero poder abordar próximamente también a los canónigos Juan de Séfila⁶⁴, Juan Fernández y el *magister* Mica⁶⁵, siempre en la segunda mitad del siglo XII e inicios del XIII.

⁵⁸ Mencionaremos tan solo un ejemplo de cada tipología. ACT, E.7.K.1.15. *Vid. Infra nota 62.*

⁵⁹ ACT, O.4.G.1.7. El deán Miguel y el cabildo de Toledo dan a Domingo Esteban el "simillero" una tierra que tienen en Valdecubas, en término de Zalencas, para que la ponga de viñas y rosales, con un censo perpetuo del sexmo de las rosas y de las uvas. Y, que cuando fuere tiempo de partir la viña y el rosal, que el cabildo pueda tomar el tercio de estos o el sexmo, con opción preferente de compra. Documento fechado en el mes de marzo de 1242, en Toledo.

⁶⁰ ACT, A.4.S.1.1. Es un fuero otorgado a la villa de Alpuébriga, dado por Miguel Estébanez, deán, y el cabildo de Toledo en 1242. No interviene ni suscribe el arzobispo Rodrigo Jiménez de Rada.

⁶¹ La primera referencia a la aposición de un sello capitular toledano (junto a su homólogo arzobispal) la encontramos en la constitución que otorgó el prelado Martín en 1195. Su cláusula de corroboración con anuncio de validación indica: "Et ut hec institutio nostra firmum robur / capiat et inconcussum, ipsam sacramento corporaliter prestito et sigilli nostri et conuentus appositione, in perpetuum firmamus, et propriis manibus roboramus." ACT, Z.1.G.1.4..

⁶² Aludimos a la permuta que realizan, en noviembre 1231 en Toledo, el deán y el cabildo de Toledo de un horno en la colación de San justo de Toledo por una casa en los Tintores, cerca del Pozo Amargo de la misma ciudad. ACT, E.7.K.1.15.

⁶³ ACT, A.5.A.1.3.; V.10.A.1.3.7; Z.4.A.7 y Z.4.A.13. Respectivamente, 1168, 1163, 1168 y 1168.

⁶⁴ En su estudio filológico-documental, la profesora Miguel Franco aborda cinco documentos latinos redactados por Juan de Séfila, probables traducciones de documentos mozárabes redactados en árabe. Ruth Miguel Franco, "Documentos originales y cartularios del Archivo de la catedral de Toledo: propuestas para un estudio comparativo", *Nuevas perspectivas para la edición y el estudio de documentos hispánicos antiguos*, (Berna: Peter Lang, 2012), 11 y 12.

⁶⁵ Este último lo cita Amaia Arizaleta en *Les Clercs au palais: chancellerie et écriture du pouvoir royal (Castille, 1157-1230)*, (París: SEMH-Université La Sorbonne, 2010), *passim*.

4. Enfoque teórico: aspectos institucionales a partir del giro sociocultural y del método comparativo

Quisiera subrayar que, en mi tesis doctoral, no pretendo limitarme a realizar una descripción positivista de corte institucional. Tampoco aspiro a realizar una colección diplomática, como las que existen acerca de la documentación medieval de buena parte de las catedrales castellanas, leonesas, andaluzas, gallegas, catalanas, etc. Pero esto no quiere decir que ignore los criterios y las taxonomías propias de las CCTTHH. Muy al contrario, mi intención ha sido, desde el primer momento, la de emplear las clasificaciones y categorías ofrecidas por las CCTTHH, pero tratándolas no como un fin en sí mismo, sino como un instrumento de análisis, comparación e interpretación.

Mi voluntad es, en todo momento, contextualizar histórica y socialmente las producciones escritas de ambas oficinas de expedición del entorno catedralicio toledano, dentro de los postulados de la "Nueva Diplomática"⁶⁶. Pero ello siempre desde el rigor terminológico. Por tanto, al consabido enfoque diacrónico empleado en Historia, he intentado aportar una perspectiva sincrónica, tratando de analizar el porqué de las estrategias, actores y usos documentales, del entorno escriturario de la sede toledana, a lo largo de los siglos plenomedievales.

Asimismo, estamos procurando enriquecer nuestra tesis con innovaciones que están surgiendo en el campo de la Diplomática y la Paleografía a nivel europeo, y que se están fraguando muy especialmente en Roma de la mano de la *École Française* y de la *Università La Sapienza*. Se trata de una perspectiva innovadora y renovadora de los estudios documentales tradicionales: la Diplomática Comparada. Tanto el "Atelier doctoral «Diplomatique comparée»" realizado entre ambas instituciones en mayo de este 2024 y en el que participamos⁶⁷ como el congreso al que recientemente asistimos "Des copies aux cartulaires. La table ronde "Cartulaires" trente (-trois) ans après"

⁶⁶ Es decir, explicar el *porqué* de la forma, génesis y función de los documentos emitidos por la cancillería arzobispal toledana entre los siglos XII y XIII, poniéndolos en relación con su contexto escriturario, político, social, económico, eclesiástico... Nos inspiramos, por ejemplo, en obras recientes como el estudio de Hélène Sirantoine acerca de las materias "no diplomáticas" de los cartularios medievales toledanos, abordándolas desde los postulados de la "Nueva Diplomática". Hélène Sirantoine, "Cartularization and Genre Boundaries: Reflection on the Nondiplomatic Material of the Toledan Cartularies (End of the Twelfth to the Fourteenth Century)", *Speculum*, no. 98 (2023): 164-212.

⁶⁷ "École doctorale «Diplomatique comparée», accessed october 20, 2024, <https://www.irht.cnrs.fr/fr/agenda/ecole-doctorale/ecole-doctorale-diplomatique-comparee#:~:text=Une%20C3%A9cole%20doctorale%20C2%ABDiplomatique%20compar%C3%A9e,Universit%C3%A0%20di%20Roma%20E2%80%9320La%20Sapienza.>

(lunes 28 a jueves 31 de octubre 2024 en la École Française de Rome), el cual versó acerca de códigos diplomáticos en el entorno Euro-Mediterráneo⁶⁸; buscan abordar la documentación medieval como *koiné* jurídica mediterránea, en una perspectiva especialmente pertinente para el caso toledano y para nuestra tesis.

5. Resultados provisionales: hacia una estructuración definitiva de la tesis

Empecemos por lo negativo. Nuestra tesis en origen se titulaba: “Notariado y oficinas de expedición documental de la catedral de Toledo. Siglos XII a XIV”. Es decir, tanto su arco cronológico (siglos XII a XIV) como su objeto de estudio (las cancellerías episcopal y capitular) se han reducido a la mitad; debido a la enorme abundancia de fuentes escritas y a las limitaciones propias de un proyecto de tesis.

Por tanto, en nuestra tesis no analizaremos los procesos gráfico-documentales que tienen lugar en Toledo a partir de la aparición del notariado público alfonsí, a mediados del siglo XIII, y mucho menos el siguiente momento de cambio en la producción y validación documental de ambos poderes diocesanos: la irrupción del notariado apostólico en Toledo, la cual se da a lo largo de la primera mitad del siglo XIV⁶⁹.

Tampoco abordaremos, por el momento, la producción de la cancellería capitular toledana, limitándonos a describir a grandes rasgos la incipiente independencia escrituraria que va adquiriendo la corporación capitular respecto a su prelado desde finales del siglo XII y hasta el año 1247. No estudiaremos, por tanto, el nacimiento de la oficina de expedición documental del cabildo primado, ni su desgajamiento de la cancellería arzobispal. Esperamos que, si concluimos la tesis en los tres años de la beca FPU, tras finalizar la tesis podamos dedicar el cuarto a esta última cuestión, pues no se puede comprender la documentación arzobispal sin la capitular, y viceversa⁷⁰.

⁶⁸ "Des copies aux cartulaires. La table ronde «Cartulaires» trente (-trois) ans après" accessed october 20, 2024, <https://www.efrome.it/actualite/des-copies-aux-cartulaires-la-table-ronde-cartulaires-trente-trois-ans-apres>.

⁶⁹ En un momento similar a Burgos. Cfr. José Luis Ramos Merino, *Iglesia y notariado en la Castilla Bajomedieval: la Catedral de Burgos (1315-1492)*, (Madrid: La Ergástula, 2012), 78-83 and 186-208.

⁷⁰ De hecho, el propio ACT actuó *de facto* como archivo centralizado para los diplomas producidos y recibidos por el arzobispo y el cabildo de Toledo hasta bien entrado el siglo XVI, cuando definitivamente se separa el Archivo Diocesano de Toledo, correspondiente al arzobispo. Cfr. Ángel Fernández Collado, *Guía del Archivo y Biblioteca Capitulares de la Catedral de Toledo*, (Toledo: Instituto Teológico San Ildefonso y Diputación Provincial de Toledo, 2007).

Desde el punto de vista positivo, la estructura de nuestra tesis está por fin bien definida. He tomado como referencia fundamental las monografías de las profesoras Almeida Cunha sobre la cancillería Bracarense⁷¹; Oliveira y Silva para Porto⁷²; y Barbosa Morujão sobre la de Coímbra⁷³.

Mi trabajo se articula en 10 puntos principales, aparte de la introducción, bibliografía y anexos.

1. La Diplomática Episcopal y Capitular: estado de la cuestión
2. La sede toledana entre 1085 y 1247
3. El archivo capitular y arzobispal: concepción, marco de referencia y usos archivísticos en su etapa (pleno)medieval
4. La catedral de Toledo y su cultura gráfica (1086-1247)
5. Origen, evolución y personal de la cancillería arzobispal toledana (1086-1247)
6. La tradición documental
7. El proceso de elaboración de los documentos
8. Caracteres externos de los documentos
9. Caracteres internos de los documentos: los hábitos de la cancillería
10. Conclusiones: análisis global de la evolución de la cancillería arzobispal toledana (1086-1247)

El primer capítulo aspira a realizar un balance historiográfico completo, aunque no absolutamente exhaustivo, de los estudios realizados a nivel internacional y, sobre todo, hispano, sobre Diplomática Episcopal y Capitular. Asimismo, realiza una panorámica sobre los estudios centrados desde las diversas CCTHH sobre la ciudad de Toledo.

El segundo capítulo es un amplio contexto histórico y eclesiástico, que permitirá encuadrar mejor la producción escrita de la cancillería arzobispal toledana. Presenta dos grandes subapartados. Primero, el "poder arzobispal", en el cual hemos realizado la semblanza de los ocho primeros arzobispos de la sede toledana tras la conquista de 1086: desde Bernardo de Sédillac hasta Rodrigo Jiménez de Rada. Complementamos

⁷¹ María Cristina Cunha, *Chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1214)*, (La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2005).

⁷² María João Oliveira e Silva, *A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média: 1113-1406*, (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2013).

⁷³ Maria do Rosario Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra, a instituição e a chancelaria (1080-1318)*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010).

esta primera parte con un epígrafe dedicado a las principales funciones y atribuciones de los arzobispos de Toledo durante este periodo, siempre con la intención de contextualizar mejor los escritos de dichos prelados. Su segundo subapartado es el "poder capitular". En él analizamos, dada su importancia, el origen y la estructura del cabildo toledano entre 1085 y 1247. Esto es, la separación de las *mensae* arzobispal y capitular y las principales funciones del cabildo, con un especial énfasis en aquellas administrativas y ligadas directamente al culto y a la escritura de sus dignidades. Además de tratar a la institución en conjunto y detallar las principales funciones de sus dignidades, también exponemos sumariamente la implicación con la escritura del resto de beneficiados: canónigos, racioneros, medio racioneros y capellanes.

Tras esto, ahora mismo estamos trabajando en la concepción, marco de referencia y usos archivísticos de la catedral de Toledo en la Plena Edad Media. Esto permite comprender, a grandes rasgos, la extraordinaria producción de copias imitativas y simples de privilegios reales y papales acaecida en estos siglos en la seo primada; así como la elaboración de los diversos cartularios toledanos plenomedievales. Asimismo, ponemos estos hechos en relación con la reorganización del archivo y con las anotaciones, *regesta* y traducciones plenomedievales en el dorso de los documentos del ACT.

A continuación, abordamos el análisis de la cultura gráfica de los arzobispos y miembros del cabildo toledano entre 1086 y 1247, con una especial atención a las suscripciones del arzobispo y del cabildo catedralicio toledano. Estudiamos estas en tres ejes principales: jerarquización, niveles de competencia gráfica y muestra de la evolución personal.

Todavía no he abordado plenamente los siguientes cinco puntos. Estos se resumen en analizar, con especial atención a la metodología diplomática, la estructura humana y la tradición, génesis, forma y función de los documentos emitidos por la cancillería arzobispal toledana. Esto último requerirá una especial atención a los caracteres internos y a los caracteres externos de dicha documentación, definiendo asimismo las principales tipologías documentales y las estrategias de lo escrito empleadas en los citados diplomas. Concluiremos con un análisis global de la evolución de la cancillería arzobispal toledana entre 1086 y 1247.

6. Objetivos a desarrollar en el futuro

En los próximos años me planteo tres grandes objetivos:

- Profundizar en la documentación de los siglos XII y XIII, hasta lograr abarcar la práctica totalidad de los diplomas existentes de este periodo. Ello requerirá proseguir el trabajo de campo en el ACT y la BCT, así como acudir al AHN, a no pocos archivos monásticos y al AAV, entre otros.
- Comprender la progresiva formación y evolución de la cancellería arzobispal a través de la documentación existente: desde el cargo de canceller a los escribas, sus prácticas gráfico-documentales concretas y los principales diplomas y manuscritos que elaboraron.
- Estudiada esta documentación, componer dos listas. Una de los cargos cancellerescos hallados, con sus funciones, jerarquización y cultura gráfica. Y otra de los documentos emitidos por dicha oficina de expedición, fijando las principales tipologías diplomáticas.

Es decir, me centraré en la evolución de las tipologías y en su lenguaje documental; en los modelos gráficos empleados, desde la carolina gotizante a las góticas cursivas castellanas; en las estrategias de validación aplicadas, y en los escribas y rogatarios, muchas veces anónimos, que desarrollaron su actividad en el contexto de la cancellería arzobispal. También abordaré, subrayo, las prácticas “archivísticas” de la catedral toledana, sin las cuales dichos diplomas no habrían sobrevivido al paso de los siglos.

7. A modo de conclusión

En pocas palabras, mi tesis versa acerca del desarrollo, y la progresiva separación, de las dos cancellerías catedralicias toledanas, la arzobispal y la capitular a lo largo de los siglos XII y XIII, centrándome en la primera. La producción escrita de ambos organismos fue esencial para extender la influencia de estos dos poderes por toda la archidiócesis toledana, así como para la comunicación con otras sedes episcopales, especialmente la apostólica y, cómo no, con los monarcas castellanos.

Esperamos que nuestra tesis ponga en marcha los todavía exigüos estudios de Diplomática Episcopal y Capitular en Toledo, los cuales tienen un largo camino por delante para alcanzar el nivel de conocimiento existente en sedes como la valenciana, la compostelana, la sevillana, la bracarense, etc. Asimismo, consideramos que, dada la importancia de esta sede en la Edad Media y Moderna, se podría establecer un marco comparativo entre la producción documental toledana y la de las sedes de su amplia

provincia eclesiástica (y más allá)⁷⁴. Y, por qué no, con la de las otras sedes metropolitanas ibéricas que compitieron por la primacía: Santiago, Tarragona y, muy especialmente, Braga.

Todavía está por hacer un análisis transfronterizo, que aborde los actores y las prácticas documentales empleadas por estas sedes episcopales para afirmar su primacía eclesiástica durante la Edad Media. Se trata, a nuestro parecer, de una línea temática amplia, rica y que se vería favorecida por estudios comparativos. Sería estimulante y enriquecedor poder colaborar en un proyecto así, demostrando que las disputas del pasado pueden unir a los investigadores del presente.

⁷⁴ Tomamos como referencia la reciente obra Grégory Combalbert and Chantal Senséby et al., *Écrire à l'ombre des cathédrales Espace anglo-normand et France de l'Ouest, XIe-XIIIe siècle*, (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2024). Solo podemos desear que algún día se desarrolle una monografía similar para el ámbito hispano y, por qué no, luso.

La presencia islámica en el valle del Duero durante la Plena Edad Media (Siglos XII–XIII)

JESÚS RODRÍGUEZ PLAZA

Universidad de Valladolid

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a2>

Resumen

En los últimos años, el estudio de la presencia islámica minoritaria y permitida en el valle del Duero se ha instaurado como una línea de investigación consolidada. No obstante, los trabajos publicados hasta ahora se han centrado principalmente en el periodo bajomedieval, siendo desatendidos otros periodos previos, como el plenomedieval. Esta laguna historiográfica motivó la propuesta de mi proyecto de tesis, cuyo estudio se centra en la presencia islámica en el valle del Duero durante los siglos XII y XIII. En esta publicación presentamos algunos de los aspectos claves de la investigación en curso, tales como su justificación espaciotemporal y en el marco historiográfico, las fuentes empleadas o previstas utilizando una metodología específica y algunas conclusiones preliminares de los avances que se han realizado hasta el momento.

Palabras-clave: Moros, Duero, Plenomedieval, León y Castilla.

Abstract

The study of minority Islamic communities tolerated within the Duero valley has gained significant traction as a research topic in recent years. However, the existing scholarship has largely focused on the Late Medieval period, with relatively little attention paid to other earlier periods, such as the Plenum Medieval. This gap in the historiography led to the development of my dissertation project, which examines the Islamic presence in the Duero valley during the 12th and 13th centuries. This scientific publication presents key elements of the research in progress, including its spatial and temporal justification, its justification within the historiographical framework, the

sources analyzed or planned for analysis through a targeted methodology, and some initial findings from the work completed so far.

Keywords: Moors, Duero, Middle Ages, Leon and Castile.

1. Introducción: tema, objetivos, marco temporal y espacial¹

En los ocho siglos² de convivencia entre cristianos y musulmanes en la Península Ibérica existieron dos formas de vivir el islam que tuvieron su reflejo en realidades políticas, culturales y sociales diferentes. Por un lado, se encontraba el islam pleno, religión oficial del Estado y en el que sus fieles, los musulmanes, eran la mayoría social. Este islam es el que se vivió en Al-Ándalus en sus diversas formas políticas. Pero, por otro lado, existió otro tipo de islam, el minoritario, el “permitido”. Un islam vivido bajo dominio y designio de la sociedad cristiana, en la que los musulmanes peninsulares vivieron en minoría. Estos musulmanes, los *mudayyan* o mudéjares, conformaron una de las realidades hispanas más dispares³ de la Edad Media. Su conformación se dio a diferentes ritmos, en relación con la capacidad conquistadora de cada uno de los reinos cristianos. No obstante, no todos los mudéjares fueron conquistados, ya que hay que contar con una presencia islámica minoritaria en zonas que nunca estuvieron bajo el control político directo del mundo andalusí, como sucede en gran parte del noroeste peninsular⁴.

¹ Este trabajo se ha realizado con el apoyo del Proyecto I+D Excelencia “Estudio de las morerías del valle del Duero: Análisis espacial, material y simbólico de los apartamientos de moros en la Castilla medieval” del Ministerio de Ciencia e Innovación (PID2020-112898GB-I00), de cuyo equipo de trabajo formo parte. Agradezco al catedrático Professor Doutor Mário Barroca los comentarios que realizó sobre este proyecto durante el *XVI Workshop de Estudos Medievais*, que han permitido enriquecer esta propuesta y, con ello, mi propia investigación.

² Las pragmáticas que prohibían la “práctica islámica consentida hasta entonces” se dictaron “en 1496 en Portugal, 1502 en Castilla y 1525 en Aragón”. Olatz Villanueva Zubizarreta, “De la Arqueología Mudéjar a la Arqueología Morisca: del islam permitido al islam prohibido”, in *Treinta años de arqueología medieval en España*, coord. Juan Antonio Quirós Castillo (Oxford: Archaeopress, 2018), 295.

³ Olatz Villanueva Zubizarreta, “Vivencia y pervivencia del islam en los musulmanes de los reinos cristianos medievales”, in *Actas del XV Simposio Internacional de Mudejarismo: Unidad y diversidad en las culturas mudéjar y morisca*, ed. Centro de Estudios Mudéjares (Teruel: Centro de Estudios Mudéjares, Instituto de Estudios Turolenses, 2023), 373.

⁴ Los reinos de León y Castilla se situaron en un valle del Duero que había recibido, tras la rebelión bereber, la desatención de los omeyas. No parece que los musulmanes andalusíes hubieran tenido “jamás un interés manifiesto por el control de los territorios más allá del Sistema Central, al menos hasta las campañas de Almanzor”. Iñaki Martín Viso, “Una frontera casi invisible: los territorios al norte del

Dentro de este panorama diverso, la presencia de la minoría musulmana en el reino de Castilla resulta una cuestión sumamente compleja. Sin estudios específicos hasta la década de los 60, la presencia islámica al norte del Sistema Central se consideraba mínima e irrelevante. En los últimos años, gracias al trabajo de autores como Ladero Quesada y a la labor de grupos de investigación como aquel del que formo parte⁵, se ha conseguido dar luz a la expresión del islam dentro de los dos reinos cristianos del valle del Duero. Sin embargo, la presencia islámica en los reinos de León y Castilla en periodos previos a la época bajomedieval, aunque relevante, ha sido desatendida, por diversas razones, por parte de los estudios del mudejarismo y por los plenomedievalistas.

El objetivo de la tesis presentada es, por tanto, suplir este vacío existente en la historiografía española, estudiando la presencia de musulmanes al norte del Sistema Central en siglos previos al mudejarismo bajomedieval. Y, en este sentido, se ha considerado revelador el periodo comprendido entre el inicio del reinado de Alfonso VII (1126) y el fallecimiento de Alfonso X (1284). Las razones que lo justifican son varias, entre ellas la transformación social, cultural y económica vivida por los dos reinos meseteños en ese periodo, marcados por episodios de conflicto y paz entre ambos y frente al musulmán; y, lo que parece más reseñable, por la necesidad de explicar la esporádica aparición de musulmanes en el Duero durante la división de los reinos y tras el reinado de Fernando III, especialmente en la documentación y en la legislación alfonsí. La poca presencia, al menos atestiguada, de musulmanes en periodos previos e, igualmente, su escasa relación con la presencia islámica del arco temporal estudiado, nos ha conducido a descartar el periodo previo. Mi tesis, por tanto, se ajusta a los siglos XII y XIII teniendo como fondo el escenario de los reinos de León y Castilla al norte del Sistema Central.

Los problemas planteados son numerosos, entre los que se encuentra la escasez de referencias a musulmanes en las fuentes escritas, la ausencia de una impronta material específica que permita atestiguar taxativamente su presencia y la gran amplitud del marco temporal y territorial al que se ciñe la tesis.

Sistema Central en la Alta Edad Media (siglos VIII-XI)", *Studia histórica. Historia medieval*, no. 23 (2005): 100.

⁵ La labor del grupo de investigación del que formo parte y cuyo proyecto actual se titula "Estudio de las morerías del valle del Duero: Análisis espacial, material y simbólico de los apartamientos de moros en la Castilla medieval" (PID2020-112898GB-I00) (2021-2024), ha resultado fundamental para dar luz a una presencia mudéjar que hasta su trabajo parecía inexistente.

2. Marco historiográfico

Como de fontes a Los estudios sobre el mudejarismo hunden sus raíces en diferentes disciplinas, como la historia del arte, en las que no cabe detenernos en este apartado. Igualmente, debemos señalar que algunos estudios sobre otras comunidades mudéjares más populosas, como la perteneciente a la Corona de Aragón o a los territorios conquistados en Al-Ándalus, han tenido un desarrollo historiográfico más amplio que el relativo a la presencia islámica en la meseta norte.

Los trabajos iniciadores dentro de este ámbito, obviando estudios de caso previos que observaron fenómenos de presencia islámica⁶, se deben al historiador Miguel Ángel Ladero Quesada. Con los títulos “Los mudéjares de Castilla en tiempos de Isabel I”⁷ y “Los mudéjares de Castilla en la Baja Edad Media”⁸, Ladero abrió el estudio a una corriente historiográfica en la que su trabajo, aún hoy, es una referencia. Al igual que en otros casos que nombraremos, su principal preocupación sobre la presencia islámica se ciñe al periodo bajomedieval, únicamente tratando periodos previos para cuestionarse el origen de las comunidades mudéjares del XV. En sus trabajos se planteaba la teoría de que la población mudéjar bajomedieval provenía de diferentes olas migratorias acontecidas durante la etapa plenomedieval, apoyándose en ciertas evidencias relativas a las condiciones de vida en el mediodía andalusí.

En la siguiente década a la publicación del segundo de los trabajos, se presentaron otros dos estudios que retomaban estos aspectos y que tuvieron un cierto impacto historiográfico. Entre ellos se encuentran los realizados por Serafín de Tapia y Julio Valdeón (ambos de 1989). El primero de ellos, perteneciente a Tapia Sánchez, ya se ceñía específicamente a la meseta norte, con el título “Los mudéjares de la Extremadura castellanoleonesa. Notas sobre una minoría dócil”⁹. En este caso, el estudio tiene un enfoque más general, centrado en los mudéjares bajomedievales

⁶ Los innovadores trabajos de algunos autores como, por ejemplo, Gómez Moreno o Moraleja Pinilla, para dos casos locales, Ávila y Medina del Campo, son muestra de las inquietudes sobre la presencia islámica en ciudades al norte de Sistema Central. Manuel Gómez Moreno, *Catálogo monumental de España. Provincia de Ávila* (Madrid: editorial Mateu, 1903); Gerardo Moraleja Pinilla, *Historia de Medina del Campo* (Medina del Campo: editorial de Manuel Mateo Fernández, 1971).

⁷ Miguel Ángel Ladero Quesada, *Los mudéjares de Castilla en tiempos de Isabel I* (Valladolid: Instituto de Historia Eclesiástica Isabel la Católica, 1969).

⁸ Miguel Ángel Ladero Quesada, “Los mudéjares de Castilla en la Baja Edad Media”, *Historia. Instituciones. Documentos*, no. 5 (1978): 257-304.

⁹ Serafín de Tapia Sánchez, “Los mudéjares de la Extremadura castellanoleonesa. Notas sobre una minoría dócil (1085-1502)”, *Studia historica. Historia Medieval*, no. 7 (1989): 95-126.

desde su llegada. Tapia haría hincapié en diferentes cuestiones, como el impacto de la conquista almohade, la demanda de mano de obra o el importante trasiego de cautivos durante la Plena Edad Media para justificar la presencia islámica bajomedieval¹⁰.

Por su parte, el profesor Julio Valdeón optó en su publicación, “Las huellas del islam en la Meseta Norte”¹¹, por trazar un amplio recorrido por la injerencia y presencia islámica al norte del Sistema Central. Además, en este trabajo aportaría dos cuestiones relevantes para tener en cuenta, la primera era la imposibilidad de relacionar el mudejarismo conquistado aragonés, continuador de la etapa anterior, con el mudejarismo islámico castellano y leonés. Mientras que, la segunda, se relaciona con la necesidad de valorar la presencia de la Marca Media en la zona oriental de la Meseta. Un área que sí que tuvo dominio islámico y que contó con importantes baluartes como el castillo de Gormaz, Medinaceli o Calatañazor.

Los estudios continuaron en la década de los noventa, destacando el trabajo de Felipe Maíllo Salgado “Sobre la presencia de los musulimes en Castilla La Vieja en las Edades Medias”¹², en el que se hace un repaso a la presencia islámica al norte del Sistema Central desde la entrada de Tariq en el 711. Su evaluación de la presencia islámica plenomedieval vuelve a relacionarse con el origen, negando un aporte previo altomedieval y apostando por el componente toledano. El despegue de los estudios sobre el mudejarismo era evidente y en este periodo ya podemos hablar de una corriente historiográfica consolidada.

El propio Ladero Quesada, en 1998, optaría por hacer un balance de los treinta años de estudio desde su publicación sobre los mudéjares de Castilla. Se cuestionaba por entonces ya la etiqueta de “marginalidad” que se había impuesto a esta población y consideró la coexistencia entre cristianos y musulmanes en los siglos plenomedievales¹³. A este trabajo siguieron otros que abordaban el tema desde otras

¹⁰ Serafín de Tapia Sánchez, “Los mudéjares de la Extremadura castellanoleonesa. Notas sobre una minoría dócil (1085-1502)”, *Studia historica. Historia Medieval*, no. 7 (1989): 96-100.

¹¹ Julio Valdeón Baroque, “Las huellas del islam en la Meseta Norte”, *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, no. 4 (1989): 481-493.

¹² Felipe Maíllo Salgado, “Sobre la presencia de los musulimes en Castilla La Vieja en las Edades Medias”, in *Repoblación y Reconquista: actas del III Curso de Cultura Medieval (septiembre de 1991, Centro de Estudios del Románico, Aguilar de Campoo)*, coord. José Luis Hernando Garrido, Miguel Ángel García Guinea (Aguilar de Campoo: Centro de Estudios del Románico, 1993): 17-22.

¹³ Miguel Ángel Ladero Quesada, “Grupos marginales”, in *La Historia Medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998): XXV Semana de Estudios Medievales (del 14 al 18 de julio de 1998, Estella)* (Navarra: Gobierno de Navarra, 1999): 505-602.

fuentes históricas, como la arqueología. Villanueva Zubizarreta, en su Tesis Doctoral, plantearía la existencia de un tipo cerámico elaborado por mudéjares, al contar en todo el reino de Castilla con características comunes. Además, abordó el tema de los orígenes de la población mudéjar bajomedieval, proponiendo el periodo de separación entre el reino de León y Castilla (1157-1230) cuando se diese la mayor oleada de población islámica. Además, la unidad estilística y tecnológica de las cerámicas, reflejaría según su propuesta un poso común entre las comunidades, su procedencia del mediodía andalusí¹⁴.

El testigo actual de las investigaciones sobre esta población fue recogido por el grupo de investigación “Mudéjares y moriscos”¹⁵ que ha conseguido esclarecer muchas de las cuestiones relacionadas con el islam castellano. Algunos de sus integrantes, como Echevarría Arsuaga, centraron parte de su carrera investigadora en determinar la presencia islámica en los periodos alto y pleno medieval, retomando la teoría de la inmigración por cautividad o la necesidad de mano de obra en la región¹⁶.

A este grupo de investigación, del que formo parte como miembro del equipo de trabajo, se circunscribe mi tesis. En los estudios historiográficos hasta el momento, como se ha podido observar, únicamente se trataba el periodo plenomedieval cuando se buscaba desenmascarar el origen de las comunidades mudéjares bajomedievales. Sin embargo, en este caso se ha optado por otro tipo de enfoque, el individual, sin relacionarlo con otros procesos históricos. Esta decisión se debe a la consideración de que hablar de “origen” de unas ciertas comunidades documentadas, recorta las posibles aspiraciones de esta investigación y difumina su enfoque. Un ejemplo de esta situación es la necesidad de explicar los orígenes de unas comunidades asentadas en un determinado momento que podrían no haber surgido en los siglos elegidos para el estudio. Una presencia previa a nuestro arco temporal (desde el siglo VIII a inicios del XII) o posterior (durante los reinados de Sancho IV, Fernando IV, Alfonso XI o Pedro

¹⁴ Olatz Villanueva Zubizarreta, *Actividad alfarera en el Valladolid bajomedieval* (Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico de la Universidad de Valladolid, 1998), 291-301.

¹⁵ Fundado e integrado por Ana Echevarría Arsuaga (UNED), Javier Jiménez Gadea (Museo de Ávila), Serafín de Tapia Sánchez (Universidad de Salamanca) y Olatz Villanueva Zubizarreta (Universidad de Valladolid), en cuyo marco han llevado a cabo durante la última década hasta cinco proyectos I+D dirigidos por Echevarría (1) y Villanueva (4), y dos contratos de investigación (Villanueva).

¹⁶ De Echevarría Arsuaga destacamos dos trabajos: Ana Echevarría Arsuaga, “Los mudéjares de los reinos de Castilla y Portugal”, *Revista d’historia medieval*, no. 12 (2001-2002): 31-46; Ana Echevarría Arsuaga, “La “mayoría” mudéjar en León y Castilla, legislación real y distribución de la población (siglos XI-XIII)”, *En la España medieval*, no. 29 (2006): 7-30.

I, por poner un ejemplo) nos haría alargar en exceso nuestra búsqueda, que podría resultar infructuosa. Además, hablar de orígenes conllevaría también, y necesariamente, la explicación del origen social de los musulmanes bajomedievales, tanto en cuanto podrían ser esclavos, libertos viejos o nuevos, o musulmanes libres, lo que haría el estudio sumamente complejo.

Del mismo modo, es posible que algunas comunidades o, más bien, indicios de ellas en el periodo plenomedieval no se correspondan con las comunidades mudéjares bajomedievales. Una comunidad podría, de un siglo a otro, desarticularse, moverse o reducirse hasta su mínima expresión. Este supuesto conllevaría que, por ejemplo, los musulmanes de la aljama vallisoletana pudiesen proceder de los musulmanes documentados plenomedievales, o ser una población sin ninguna relación con los posibles habitantes islámicos anteriores.

3. Fuentes

El estudio propuesto hace necesario que nuestro abanico de fuentes sea diverso, con el que conformaremos un corpus documental para nuestra investigación. En este apartado se ha propuesto una división provisional y sujeta a cambios entre las fuentes impresas (bibliográficas, colecciones diplomáticas, fuentes cronísticas y hagiográficas) y las fuentes arqueológicas/patrimoniales.

3.1. Fuentes impresas

3.1.1. Colecciones diplomáticas

Las fuentes diplomáticas, en su mayoría publicadas, procedentes de archivos tanto de ámbito local como nacional, y generadas tanto por instituciones laicas como religiosas. Destacamos entre ellas la documentación del Archivo Histórico Nacional (AHN), particularmente la Sección de Clero Regular y Secular; del Archivo Histórico de la Nobleza (AHNOB), de otros archivos nobiliarios (como el de los Duques de Alba), donde podría encontrarse información de los musulmanes bajo poder señorial, y de los archivos municipales con documentación plenomedieval.

Las subdivisiones dentro de las fuentes diplomáticas podrían ser:

- Documentación real¹⁷, relacionada con las colecciones diplomáticas regias, haciendo un repaso por los diferentes privilegios, cartas plomadas, cartas abiertas y mandatos típicos de la Plena Edad Media castellana.
- Documentación nobiliaria¹⁸, esta documentación cuenta con una serie de dificultades a la hora de caracterizarla, sin embargo, en nuestro estudio se concibe el tratamiento de la documentación expedida a nombre de diferentes señores sobre sus vasallos.
- Documentación relacionada con el ámbito legislativo y judicial, quizá una de las tipologías más abundantes en nuestro estudio. Los fueros¹⁹, consultados a través de diferentes colecciones, los ordenamientos de cortes o la producción legislativa emanada del reinado de Alfonso X, resultan pilares fundamentales de este apartado.
- Documentación eclesiástica no pontificia, el estudio de la documentación conservada en los archivos de la Iglesia (diocesanos, catedralicios, monásticos y conventuales) suponen el grueso de la documentación consultada. En este apartado se debe considerar la documentación conservada en el Archivo Histórico Nacional, en sus secciones de Clero regular y secular, como consecuencia de las leyes desamortizadoras del XIX. El objetivo es recoger toda la información documental generada por las diferentes instituciones religiosas, salvo la que se ha generado por la curia romana y sus diferentes organismos. En este apartado se están consultando las importantes colecciones diplomáticas de los monasterios (Sahagún²⁰, San

¹⁷ Estas tipologías se encuentran perfectamente tipificadas en el capítulo de Nicolás Ávila Seoane, “Documentación real. Edad Media”, in *La Diplomática y sus fuentes documentales*, dir. Juan Carlos Galende Díaz, coord. Nicolás Ávila Seoane (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2020), 13-19.

¹⁸ El capítulo de Ana Belén Sánchez Prieto, “Documentación señorial”, in *La Diplomática y sus fuentes documentales*, dir. Juan Carlos Galende Díaz, coord. Nicolás Ávila Seoane (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2020), 439-465, resulta de gran ayuda para tener una línea de estudio a seguir.

¹⁹ Actualmente, contamos con interesantes colecciones de fueros que tendrán un papel importante dentro del estudio. Algunas de ellas tienen una cierta antigüedad, como la producida por Tomás Muñoz y Romero, *Colección de fueros municipales y cartas pueblas de los reinos de Castilla, León y Navarra* (Madrid: Imprenta de Don José María Alonso, 1847). Aunque también hay una producción novedosa y revisionista, gracias a los estudios publicados por la Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. Un ejemplo es aquella coordinada por Santos Coronas González, *Fueros locales del reino de León (910-1230). Antología* (Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2018).

²⁰ José María Mínguez Fernández, Marta Herrero de la Fuente, José Antonio Fernández Flórez, *Colección diplomática del Monasterio de Sahagún (857-1230)* (León: Centro de estudios de investigación “San Isidoro”, 1976).

Salvador de Oña²¹...), catedrales (Burgos²², Salamanca²³...) y órdenes militares, como San Juan de Jerusalén²⁴, en los reinos de Castilla y León.

- Documentación eclesiástica pontificia, entendemos la documentación pontificia como “aquella expedida por la Cancillería pontificia a nombre del Pontífice, máxima autoridad de la Iglesia (en este caso se hablaría propiamente de documentación papal), y también aquella generada por otros organismos de la Curia pontificia (la Cámara, la Penitenciaría, la Secretaría, la Audiencia, Sacro Palacio Apostólico, Dicasterios romanos, etc.), a nombre del Papa o bien a nombre de los presidentes y autoridades de estas instituciones”²⁵. Especialmente importante en esta sección es la colección *Monumenta Hispaniae Vaticana* que recoge documentación referente a España de diferentes Papas²⁶, al igual que la colección *Monumenta Hispaniae Pontificia*, iniciada por Santiago Domínguez Sánchez²⁷. Del mismo modo, en este apartado de fuentes se concibe la consulta de los diferentes *decreta* de los concilios ecuménicos que se celebraron durante el espacio temporal al que se circunscribe la Tesis²⁸.

²¹ Juan del Álamo, Ramón Menéndez Pidal, *Colección diplomática de San Salvador de Oña (822-1284)* (Madrid: Centro Superior de Investigaciones Científicas, 1950)

²² José Manuel Garrido Garrido, *Documentación de la catedral de Burgos* (Burgos: Ediciones J. M. Garrido Garrido, 1983).

²³ José Luis Martín Martín, Luis Miguel Villar García, Florencio Marcos Rodríguez, Marciano Sánchez Rodríguez, *Documentos de los archivos catedralicio y diocesano de Salamanca (siglos XII-XIII)* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1977).

²⁴ Carlos de Ayala Martínez, ed. lit., *Libro de privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)* (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995)

²⁵ Tal y como lo define Santiago Domínguez Sánchez, “Documentación eclesiástica pontificia”, in *La Diplomática y sus fuentes documentales*, dir. Juan Carlos Galende Díaz, coord. Nicolás Ávila Seoane (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2020), 188.

²⁶ El libro iniciador de la colección fue el publicado por Demetrio Mansilla Reoyo, *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)* (Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1955).

²⁷ La monografía iniciadora de la colección en este caso ha sido la producida por Santiago Domínguez Sánchez, *Documentos de Gregorio IX (1227-1241)* (León: Universidad de León, 2004).

²⁸ Los concilios que se celebraron entre el 1126 y el 1284 son: el Concilium Lateranense II (1139), III (1179) y IV (1215), y los dos concilios celebrados en Lyon, los Concilium Lugdunense I y II (1245 y 1274). Además, por proximidad temporal, se ha decidido incluir también el primer concilio Lateranense, celebrado en 1123. La estancia que realicé en la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma (EEHAR) desde el 12 de septiembre al 12 de diciembre de 2023 me permitió la consulta de bibliografía especializada en este ámbito y de los textos editados de los decretos. En este sentido, resultó fundamental la consulta de los libros de Giuseppe Alberigo: Giuseppe Alberigo, *Conciliorum oecumenicorum decreta* (Basilea, Friburg: Herder, 1962) y Giuseppe Alberigo, Alberto Melloni,

- Documentación relacionada con municipios castellanos y leoneses. Por destacar algunos trabajos, podríamos citar las colecciones documentales de archivos municipales como el de León²⁹ o Ávila³⁰.

3.1.2. Fuentes cronísticas y hagiográficas

Las fuentes cronísticas, en su totalidad editadas y publicadas, atendiendo especialmente a las producciones que se engloban en el ámbito regional. En este sentido, se ha previsto la consulta de ciertas obras de interés como pudieran ser la *Crónica de la población de Ávila*³¹ o las *Crónicas anónimas de Sahagún*³², así como aquellas crónicas generales que pudieran ser necesarias para la investigación.

Siguiendo ese recorrido, también se ha previsto la consulta de las obras hagiográficas que se circunscriben a esta región y que fueron producidas durante los siglos plenomedievales. Entre ellas, podríamos destacar, por ejemplo, las hagiografías relativas a dos santos del valle del Duero como fueron San Pedro de Osma³³ y Santo Domingo de Silos³⁴.

3.2. Fuentes arqueológicas y patrimoniales

Las fuentes arqueológicas/patrimoniales, en particular, informes y memorias de prospección, excavación y expedientes de restauración depositados en los servicios territoriales de Cultura de la Junta de Castilla y León, en la Dirección General de Patrimonio y en los museos de la comunidad, así como la documentación generada en

Conciliorum oecumenicorum generaliumque decreta. 2,1, The general councils of Latin Christendom: from Constantinople IV to Pavia-Siena (869 - 1424) (Turnhout: Brepols, 2013).

²⁹ José Antonio Martín Fuertes, María del Carmen Rodríguez López, María Jesús Pradal García, *Colección documental del Archivo Municipal de León (1219-1400)* (León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1998).

³⁰ Ángel Barrios García, *Documentación del Archivo Municipal de Ávila*, vol. 1 (Ávila: Institución "Gran Duque de Alba, 1988).

³¹ Amparo Hernández Segura, *Crónica de la población de Ávila* (Valencia: Anubar, 1966).

³² Julio Puyol y Alonso, *Crónicas anónimas de Sahagún* (Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1920).

³³ José Carlos Martín Iglesias, "La Vida y milagros de san Pedro de Osma (BHL 6760-61) (S. XII): Introducción con noticia de nuevos manuscritos y primera traducción del texto", *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*, no. 196 (2015): 79-108.

³⁴ Vitalino Valcárcel Martínez, *La "Vita Dominici Silensis" de Grimaldo* (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1982).

los Inventarios Arqueológicos provinciales y en las Cartas Arqueológicas parciales publicadas.

4. Metodología

La presencia de unas fuentes de información tan variadas, nos ha llevado a plantear una metodología única para llevar a cabo nuestra investigación. Evidentemente cada fuente cuenta con sus propias limitaciones, no pudiendo analizar de manera similar la documentación diplomática que la arqueológica o la cronística. Uno de los primeros pasos en la metodología de investigación fue discernir con claridad las virtudes y carencias de cada una de estas fuentes, a las que me aproximé durante mi etapa de máster³⁵.

Posteriormente, se concibió la creación de una base de datos donde pudiésemos recopilar la información de las fuentes consultadas. La necesidad de que la base de datos se ajustase a diversa información supuso uno de los primeros retos dentro de la conformación de la Tesis Doctoral.

Tras la creación del almacén que contuviese toda la información, la siguiente fase se compone de la búsqueda, recopilación y análisis de la información que conformará el corpus documental de mi investigación. En esta fase, se realiza un primer cribado de la información que resulte poco relevante o innecesaria, lo cual conlleva un esfuerzo de reflexión al final de cada búsqueda. Actualmente, mi investigación se sitúa en este apartado.

Una vez planteado todo el corpus documental, se llevará a cabo el análisis histórico de los datos y de la información recopilada, generando un discurso ordenado en cuanto a contenidos y forma según la recopilación de las fuentes. Este proceso final, se complementará con el empleo de sistemas de información geográfica (SIG) que permitirán reunir, ordenar, analizar y compartir los datos generados en el transcurso de la investigación y servirá para representar espacialmente todos los datos que sea posible ubicar, superponer la información y realizar análisis de cambios y procesado de patrones.

Debido a que considero la investigación un bien público, tanto en cuanto nuestros trabajos son financiados por los impuestos del resto de la sociedad, se está ejecutando

³⁵ El trabajo de máster desarrollado llevaba por título “Orígenes y procedencia de los musulmanes castellanos del Duero: fuentes y métodos para su estudio”, Universidad de Valladolid, 2021.

de manera constante una actividad de transferencia del conocimiento generado. Esta transferencia se ha realizado y realizará a través de publicaciones y exposiciones públicas en reuniones de carácter científico, como es el caso del congreso *XVI Workshop de Estudos Medievais*, o la publicación de los resultados de este en el número XIII de *Incipit*.

5. Estructura provisional del trabajo final

La dificultad que encierra el tema de tesis, especialmente en lo referente a fuentes, extensión y temporalidad, conllevará una estructura compleja. A falta de que podamos concretar más la estructura, cuyo organigrama final sólo nacerá del tratamiento de la información, hemos concebido varios bloques provisionales.

Un primer bloque referente al estado de la cuestión, realizando una introducción al objeto de tesis y recogiendo las aproximaciones historiográficas al periodo. Al ser un tema tratado de manera transversal de forma general, concebimos un apartado en el cual se analice cómo los investigadores se han acercado a la presencia islámica en los periodos alto y pleno medieval y, en otro apartado, las posturas respecto al origen de la minoría islámica bajomedieval.

Un segundo bloque se centrará en las cuestiones metodológicas, lo que nos permitirá presentar los objetivos de la tesis, su marco espaciotemporal y la metodología específica propuesta para cada tipo de fuente. En este sentido, será conveniente una reflexión sobre las posibles aportaciones y limitaciones de cada tipología, evaluando su veracidad, adecuación, disponibilidad, entre otros aspectos. Además, en este bloque se abordarán las subtipologías dentro de cada apartado, realizando un análisis detallado de aquellas fuentes que se han identificado como las más relevantes para el estudio.

Un tercer bloque se centraría en el análisis de la configuración histórica de los reinos de León y Castilla en el valle del Duero durante la Plena Edad Media. No es posible conocer la presencia islámica en un territorio y en unas organizaciones políticas si las desconocemos. Por tanto, buscaremos estudiar de manera general la situación geopolítica de los dos reinos meseteños, tanto en el reinado de Alfonso VII, como en su periodo de separación política, como en su posterior unificación y expansión. Este contexto nos ofrecerá además la oportunidad de indagar en las políticas sociales, demográficas y económicas de cada reinado que pudieron, o no, influir en la presencia islámica documentada.

El grueso del trabajo se ceñirá a la cuarta sección, referente a la presencia islámica en el valle del Duero durante el periodo analizado. Con probabilidad, dividiremos este apartado en tres secciones, que se corresponderían con los tres periodos políticos claves; comenzando por el reinado de Alfonso VII, siguiendo por el periodo de separación de los reinos de León y Castilla y finalizando con un tercer bloque, correspondiente al periodo de unificación con los reinados de Fernando III y Alfonso X. Además, se prevé añadir un apartado referente a aquellas evidencias que no son encuadrables de manera exacta dentro del organigrama político. Un epígrafe que podría contener las diferentes evidencias arqueológicas y hagiográficas difíciles de situar en una fecha exacta.

Otro aspecto que resulta relevante abordar en un apartado es el análisis del proceso histórico de la presencia islámica. En este sentido, y a partir del estudio previamente realizado sobre su presencia en la Plena Edad Media, podrían plantearse cuestiones generales como los posibles métodos futuros de movilidad de las poblaciones documentadas, la probabilidad de su permanencia en determinados espacios a lo largo del tiempo, y las similitudes o diferencias que pudieran presentar en comparación con los musulmanes documentados en otros periodos históricos. Este análisis nos podría permitir identificar patrones, continuidades o rupturas en relación con periodos posteriores, anteriores y de otros contextos políticos y geográficos, lo que ampliará el alcance del análisis y proporcionará un marco comparativo más amplio. Todo ello, con el fin de proporcionar una visión más integradora del objeto de estudio, facilitando su interpretación en un contexto más amplio.

Un esquema que nos permitirá, al final, abordar el objeto de estudio desde múltiples perspectivas, enriqueciendo así nuestra comprensión del fenómeno en cuestión y tratando aspectos fundamentales como la organización y configuración socio territorial de los musulmanes plenomedievales del valle del Duero.

6. Datos sobre el tratamiento, hipótesis, y conclusiones provisionales

Las evidencias encontradas y documentadas hasta el momento no nos permiten trazar en este apartado unas conclusiones generales. Bien es cierto que podemos, gracias a las fuentes, realizar afirmaciones parciales, como la importancia del papel de la iglesia a la hora de conformar las relaciones del periodo entre musulmanes y

cristianos³⁶. Sin embargo, consideraciones más amplias, referentes a la presencia islámica en el Duero durante este periodo deben ser planteadas una vez que realicemos el análisis de toda la información recopilada y contenida en las diferentes fuentes.

Sí que podemos avanzar la presencia de ciertas tendencias relativas a la aparición espontánea de musulmanes en estas coordenadas, especialmente tras las conquistas de los reinos cristianos, lo que nos podría hablar de un tipo de inmigración forzada. Además, hay algunas poblaciones, como Valladolid o Palencia, que muestran una población islámica más o menos organizada, aunque aún desconocemos si es un patrón único o habitual dentro del organigrama castellano.

La presencia de ciertas evidencias documentales en algunas fuentes, especialmente referentes a estructuras típicas de las aljamas castellanas bajomedievales, como los osarios, no pueden hacer otra cosa que aportar optimismo a esta investigación. Únicamente el estudio sosegado y razonado de todo el panorama castellano y leonés nos permitirá confirmar o rechazar algunas de estas hipótesis.

³⁶ A este propósito se debe reseñar la importancia de las intervenciones papales para la regulación de la convivencia con la minoría musulmana y sus repercusiones en el valle del Duero durante la Plena Edad Media, cuyo tema fue presentado en el VII Congreso Internacional “O Camiño do Medievalista: Chronicon Mundi”, celebrado durante los días 3, 4 y 5 de abril de 2024 en Santiago de Compostela.

Quanto tempo o tempo tem: As Imagens da Temporalidade na Arte Medieval Portuguesa (séculos XII-XVI). Um Projecto em Curso

CAROLINA PROENÇA

Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História da Arte (IHA)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a3>

Sumário

A nossa tese doutoral focar-se-á na iconografia do tempo (diacronia, passagem do tempo) na arte da Idade Média em Portugal entre os séculos XII e XVI. Analisaremos as representações temporais na perspectiva da iconografia e semiologia, especialmente a partir do prisma da espiritualidade e mentalidade medievais, e o modo como a arte as expressa ou (até) as molda. Neste sentido, exploraremos a questão da abstracção na arte medieval, até então relegada para segundo plano, bem como a problemática da recepção destes motivos menos canónicos pela população medieva, especificamente a massa popular menos instruída. Tivemos já a oportunidade de constatar que a Idade Média portuguesa e o seu conjunto de objectos artísticos contêm consideráveis e interessantes exemplos que se encaixam numa semântica temporal. Algumas imagens poderão não passar de hipóteses, as quais pretendemos, naturalmente, problematizar. As principais novidades desta investigação serão a sua abrangência cronológica, o seu foco em suportes artísticos diversificados e a sua dedicação a valências temporais vastas.

Palavras-chave: Tempo; Temporalidade; Abstracção; Iconografia.

Abstract

Our PhD thesis will focus on the iconography of time (diachrony, passage of time) in the art of the Middle Ages in Portugal between the twelfth and sixteenth centuries. We will analyse the temporal representations through the prism of iconography and semiology, especially from the point of view of medieval spirituality and mentality, and the way art expresses or (even) shapes the latter. In this sense, we will explore the matter of abstraction in medieval art, that up until now has been mostly superficially approached, as well as the subject of the reception of these less canonical motifs by the

medieval population, specifically the uneducated popular mass. We were already able to verify that the *corpus* of artistic objects in the Portuguese Middle Ages contains significant and interesting specimens that fit in a temporal semantic. Some of them might be only hypotheses, but we intend on problematising them. The main innovations of this research involve its considerable chronological scope, its focus on diverse artistic media and its dedication to particularly vast temporal concepts.

Keywords: Time; Temporality; Abstraction; Iconography.

1.Introdução: Temas, problemas e definições

A Uma reflexão sobre o tempo, entendido como diacronia, na arte da Idade Média afigurou-se-nos como um tema interessante para centrar uma investigação de grande fôlego como um doutoramento exige, uma vez que permite efectuar uma análise de conjunto, mas em simultâneo com substância e profundidade. Este trabalho concede-nos a possibilidade de abordarmos as mentalidades, a filosofia, a teologia, a espiritualidade e a vivência medievais, tendo como ponto principal desta análise os objectos artísticos. Estes últimos consistem num dos mais ricos e intrigantes testemunhos históricos que nos chegaram e que nos permitem acesso a estas realidades de um modo bastante singular. A arte é o meio de expressão privilegiado de ideias e da própria vivência espiritual, apresentando soluções particularmente criativas na representação destas e operando até, por vezes, na moldagem das mesmas¹.

A temática do tempo oferece-nos, de igual forma, a possibilidade de uma abordagem iconográfica e iconológica, ambas em linha com a perspectiva que mais nos interessa aplicar no nosso trabalho na História da Arte da Idade Média. Neste sentido, o nosso estudo segue o rumo que já tem sido construído e consolidado nestas áreas no contexto da História da Arte portuguesa através de contributos como os de Paulo Pereira², José Custódio Vieira da Silva³, Maria José Goulão⁴, Carla Varela

¹ A arte como força criativa e prática cultural opera, naturalmente, sobre a mentalidade e vivência humanas em todas as épocas.

² Paulo Pereira, *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004-2005).

³ José Custódio Vieira da Silva, "Os Túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobaça", *Portvgalia* (Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997): 269-276.

⁴ Maria José Goulão, "Do Homem Selvagem ao índio brasileiro: a construção de uma nova imagem da humanidade na arte europeia de Quinhentos" in *A Carta de Pero Vaz de Caminha: documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil* (Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 2000), 173-195.

Fernandes⁵, Luís Urbano Afonso⁶, Joana Ramôa Melo⁷, Joana Antunes⁸, entre os historiadores que se debruçam sobre a escultura e arquitectura, e os contributos incontornáveis de M. Adelaide Miranda⁹, Horácio Peixeiro¹⁰, Delmira Espada Custódio¹¹, Catarina Tibúrcio¹², Catarina Barreira¹³ e Sylvie Deswarte Rosa¹⁴, na área da iluminura, uns mais debruçados sobre a metodologia iconográfica do que outros (alguns destes nomes trabalharam ambos os *media* referidos, como C. Barreira, por exemplo). Queremos dar principal destaque, contudo, aos trabalhos de Luís U. Afonso, Joana Antunes¹⁵, Aires A. Nascimento¹⁶ e Paulo Pereira em concreto, por terem sido os investigadores que, na área da História da arte portuguesa, já se dedicaram a este tema iconológico do tempo, trazendo cada um novidades interpretativas, conceptuais e epistemológicas para o seu estudo.

É nosso objectivo, como referimos, examinar as representações do tempo especificamente na arte da Idade Média portuguesa entre os séculos XII e XVI. Uma das razões pelas quais decidimos alargar a cronologia do nosso estudo passa pelo facto

⁵ Carla Varela Fernandes, *Imagem de Um Rei: Análise do Túmulo de D. Fernando* (Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo, 2009).

⁶ Luís Urbano Afonso, *O Ser e o Tempo: As Idades do Homem no Gótico Português* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003).

⁷ Joana Ramôa, *Christus Patiens: Representações do Calvário na Escultura Tumular Medieval Portuguesa (Século XIV)* (Lisboa: IHA/NOVA-FCSH, 2008).

⁸ Joana Antunes, *O Limite da Margem na Arte em Portugal (sécs. XIV-XVI)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016).

⁹ Maria Adelaide Miranda, *A iluminura em Portugal: identidade e influências* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999).

¹⁰ Horácio A. Peixeiro, "Imagem e Tempo: Representações do Poder na Crónica Geral de Espanha", *Revista de História da Arte*, nº 7 (2009): 152-177.

¹¹ Delmira Espada Custódio, "As Perfeitíssimas Horas da rainha D. Leonor. Leitura iconográfica e sua repercussão na definição do percurso do manuscrito" in *Luz, Cor e Ouro. Estudos sobre Manuscritos Iluminados* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2016), 215-234.

¹² Catarina Tibúrcio, "A Crónica Geral de Espanha de 1344 entre os séculos XIV e XV. A Génese de um Scriptorium de Corte" in *Juvenes - The Middle Ages seen by young researchers* (Évora: Publicações do Cidehus, 2020), [1-41].

¹³ Catarina Fernandes Barreira, "O Comprometimento religioso, social e político das gárgulas de Sta. Maria da Vitória", *Cadernos de Estudos Leirienses*, nº 8 (Maio 2016): 19-29.

¹⁴ Sylvie Deswarte Rosa, *As Imagens das Idades do Mundo de Francisco de Holanda* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987).

¹⁵ Joana Antunes, "Tempus (non) Fugit", *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja* (Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2015): 114-128.

¹⁶ Aires A. Nascimento, "A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais" in *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais*, João Castel-Branco Pereira, dir. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 11-27.

de estas matérias de carácter teórico, ligadas à experiência mental e espiritual de uma época, se tratarem de fenómenos que se compreendem melhor na longa duração. Embora possa ser tida como uma cronologia deveras ambiciosa, somos da opinião de que essa compreensão de um tempo largo permite uma reflexão mais completa do respectivo tema e julgamos que a circunspecção temática e geográfica será suficientemente restritiva. De modo a garantir a prudência da investigação, teremos de nos impor a selecção dos exemplares mais sintomáticos das ideias de temporalidade para um exame mais crítico e sustentado no corpo do texto. Os exemplos mais triviais ou mais indirectos serão naturalmente referidos e pensados ao longo do texto, mas com menor protagonismo. Todos os exemplares serão elencados num Excel que pretende ser o mais exaustivo possível e que fará parte dos anexos da tese.

Uma vez que as mudanças estéticas e simbólicas a que assistimos entre as cronologias estilísticas comumente designadas como “Românico”, “Gótico” e “Manuelino” em Portugal são, em alguns aspectos, fruto de modificações estruturais na própria vivência da espiritualidade e no quadro mental destas diferentes cronologias, gostaríamos também de perceber se essas alterações estéticas se traduzem a nível da apreensão e *representação* de conceitos ligados à temporalidade. A indefinição da nossa cronologia por décadas, que de outro modo cingiria a investigação de modo mais preciso e apurado, resguarda-nos, contudo, da própria inexatidão e dúvida relativas a datas de construção de edifícios, de produção de códices e de campanhas escultóricas em determinados objectos que serão analisados nesta tese. Esta indeterminação escuda-nos também do dito “desacerto” entre características de “estilo” e a respectiva cronologia que são próprias de manifestações artísticas em Portugal, como, por exemplo, a “longa duração” do românico português e o dito “atraso” do gótico nacional. Embora a operatividade destes conceitos esteja em discussão, especialmente no contexto periférico da arte portuguesa, e apesar de secundarmos completamente a pertinência do debate acerca destas classificações estilísticas, estas mesmas continuam, ainda assim, a auxiliar-nos na demarcação cronológica dos nossos trabalhos e a manter a facilidade que a designação breve ou sucinta nos permite quando nos referimos a um determinado conjunto de edifícios/imagens/objectos com características comuns, sobretudo em estudos de ampla abrangência cronológica como o nosso. Consideramos, portanto, esta cronologia por séculos mais transparente e, por outro lado, mais adequada ao fenómeno iconográfico, iconológico, mental e teológico que escolhemos tratar ele próprio vago por definição. Definimos, porém, 1550 como a data de encerramento deste estudo. A razão pela qual optámos por focar a análise no actual território

português deve-se, em primeiro lugar, ao nosso genuíno interesse pela arte desta geografia que melhor conhecemos, valorizando, assim, a produção artística de uma região periférica, salientando a sua erudição e especificação, e, em segundo lugar, porque já tivemos a oportunidade de constatar que a Idade Média portuguesa e o conjunto de objectos artísticos que se reportam a ela contêm consideráveis e interessantes exemplos que se encaixam nesta semântica temporal.

As principais novidades desta investigação serão a abrangência cronológica no que a este tema diz respeito, como mencionámos, o seu foco em suportes artísticos bastante diversificados, que vão da iluminura e ourivesaria à escultura tumular e arquitectónica, e a sua dedicação a valências temporais vastas (ideias como a eternidade, tempo linear, tempo cíclico, fim do tempo, etc.). Tal como a longa duração cronológica deste estudo segue, a nosso ver, a natureza complexa do tema e beneficia a sua compreensão, a ampla abrangência de *media* artísticos concorre de igual forma para o seu melhor entendimento e para criar uma perspectiva geral, sendo a metodologia iconológica mais bem aplicada neste sentido englobante, e que infelizmente na historiografia portuguesa tem sido pouco assídua. Sendo a nossa cronologia a Baixa Idade Média e a geografia escolhida situada na Europa ocidental, é importante recordar e reforçar que o tempo que analisamos nesta tese, para além de tempo em sentido lato, é também um tempo inserido num enquadramento especificamente cristão, escatológico e histórico, com especial ênfase nos momentos de início e fim, mas que ultrapassa, como veremos, estas balizas conceptuais e contextuais. Como tal, os contornos desta investigação convidam a uma análise da iconologia temporal, principalmente em espaços e âmbitos religiosos, que são também os que mais nos despertam interesse, mesmo que a imagem esteja de acordo com um vector profano (assinalamos, desde já, o anacronismo destes conceitos na época medieval). Contudo, a análise destes conceitos em contextos profanos não está excluída e incluiremos locais e objectos civis no nosso trabalho de campo.

Como tal, ressalvamos desde já que, pelo carácter altamente abstracto, e até transcendente, do tema da temporalidade¹⁷, as imagens e representações que decidimos incluir neste estudo não estão sempre ligadas de forma óbvia e aparente ao seu potencial significado, e muitas não passarão de hipóteses¹⁸, o que desde já

¹⁷ Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms, Vol. 1: Language* (New Haven: Yale University Press, 1965), 98.

¹⁸ "Symbolic significances appeared to him to be inherently imprecise, (...), and whose interpretation was not necessarily agreed upon." – Paul Crossley, "Medieval Architecture and Meaning:

acrescenta um grau de dificuldade e complexidade ao nosso trabalho. Esse desafio faz-se sentir especialmente devido às características visuais tão específicas e facilmente identificáveis da iconografia sobre a qual nos quisemos debruçar durante o ciclo de estudos anterior, o *green man*¹⁹ (fig. 1). Esta iconografia tem, entre as suas várias valências simbólicas, uma acepção relacionada com a ideia de passagem do tempo e regeneração do mesmo, especialmente na estreiteza da sintonia entre seres humanos e os ciclos da Natureza. A novidade desta iconologia temporal mais complexa e compósita contrasta com a inteligibilidade do homem *verde*. O tema do tempo impulsiona-nos igualmente para uma abordagem continuada e renovada acerca desta iconografia do homem *verde*.

Pretendemos problematizar precisamente o facto de algumas das representações poderem ser apenas indirectamente relacionadas com a ideia de temporalidade, colocando hipóteses e justificando a nossa associação destas com uma concepção global de tempo quando julgarmos pertinente, e fundamentando igualmente a escolha do nosso *corpus* neste sentido. Este desafio faz-se sentir especialmente porque a iconologia temporal é composta por muitas iconografias distintas. Para além dos temas mais comuns e óbvios, como as representações do sol e da lua, imagens astrológicas e astronómicas, calendários (fig. 2), temos vindo a constatar a existência de outras iconografias que se podem associar a este tema, umas mais insuspeitas do que outras, como por exemplo, os ouroboros (fig. 3), geralmente representados como uma serpente a morder a sua própria cauda, formando, por vezes, um círculo com o seu corpo (no contexto da Arte portuguesa são frequentemente representados na escultura manuelina), os sem-fins e entrelaçados, já abordados por alguns historiadores de arte, como Paulo Pereira²⁰, Joana Antunes²¹, Jean-Claude Bonne²², e que são representados como filamentos que se enlaçam ao ponto de não ser possível destrinçar um início ou

The Limits of Iconography”, *The Burlington Magazine: Special Issue on English Gothic Art* 130, No. 1019 (Feb., 1988): 117.

¹⁹ Carolina Proença, *Entre as Folhas: O Homem, os Monstros e os Animais Verdes na Arte Medieval Portuguesa (séculos XII-XV)* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2021).

²⁰ Paulo Pereira, *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal. Arquitecturas Sagradas* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004), 180.

²¹ Joana Antunes, *O Limite da Margem na Arte em Portugal (sécs. XIV-XVI)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016), 309.

²² “Un ordre qui peut rester caché comme la science divine et dont l’ornemental serait une manière d’exploration sur le mode esthétique d’un *quasi* en écho à celui de la création divine.” – Jérôme Baschet, Jean-Claude Schmitt, dir., *L’Image: Fonctions et Usages des Images dans L’Occident Médiéval* (Paris: Le Léopard D’or, 1996), 238.

um fim das linhas e os nós de Salomão (fig. 4). À semelhança destes autores, Xosé L. García atribui um significado temporal aos frisos axadrezados do românico e corrobora a conotação temporal das espirais²³. As Rodas da Fortuna e da Vida também se inserem neste âmbito, cujo expoente máximo se encontra no túmulo de D. Pedro I em Alcobaça (fig. 5), as Idades do Homem, representadas no mesmo túmulo e noutros túmulos góticos em Portugal, imagens do Génesis e do Apocalipse, entre mais exemplos, e outros mais que surgirão no decorrer da investigação. Facilmente concluímos que estas temáticas iconográficas revelam uma essencialidade na mundividência e na arte medieval e que, por isso, merecem ser alvo de um exame mais aturado.

2. Estado da arte

A temporalidade como conceito beneficiou nas mais diversas áreas científicas, entre elas a Antropologia, a Filosofia, a Linguística, a Filologia e a Literatura, a História e a História da Arte, de pertinentes observações e reflexões, quer de um ponto de vista teórico, quer através da análise de objectos concretos das suas respectivas disciplinas, e por vezes de estudos de notável fôlego, inclusive em investigações que se reportam à medievalidade. Todavia, as disciplinas que até agora ponderaram mais sistematicamente acerca de conceitos de tempo especificamente na Idade Média não passam, francamente, pela História da Arte. Inclusive na historiografia internacional, consideramos que existem poucas monografias e análises profundas do tempo, pelo menos a um nível abrangente, na medida em que as excepções se tratam de estudos focados apenas nos calendários e Livros de Horas. Notamos, ainda assim, que mesmo quando as representações artísticas da temporalidade na Idade Média são abordadas têm geralmente um carácter de contextualização para o estudo das representações temporais renascentistas ou posteriores, como no trabalho de Simona Cohen²⁴. Esta limitação constitui naturalmente um desafio, mas também nos assegura da originalidade da nossa tese.

²³ “As absides, mesmo no meio, estão decoradas por um longo laço de forma axadrezada. Esta superfície de quadrados tem uma alternância entre o positivo e o negativo: terra e céu no sentido medieval. Simboliza tempo e destino; (...) círculo axadrezado que simboliza a concreção metafísica e solar, centro da distância que separa o princípio do fim.” – Xosé L. García, *Simbologia do Românico de Amarante* (Amarante: Edições do Tâmega, 1990), 38, 55, 91.

²⁴ Simona Cohen, *Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art* (Boston: Brill, 2014).

Na Idade Média, o conceito de tempo não era apenas problemático para os teólogos ou filósofos. Embora a historiografia tente impor um cenário em que os restantes membros da sociedade experienciavam o tempo apenas a partir da agricultura, a grande actividade económica medieval, e através das mudanças anuais, sazonais e atmosféricas da Natureza²⁵, sabemos que o contrário é mais próximo da realidade²⁶, por exemplo como vemos na valência do tempo no fenómeno da morte ou até a inclusão muito significativa e profunda do conceito de tempo na espiritualidade medieval. Na realidade, todos sentiam o tempo de alguma forma e, impreterivelmente, todos pensavam sobre ele e sobre o impacto (e controlo) que o mesmo tinha nas suas vidas. A historiadora Maria José Palla chega mesmo a afirmar que os homens medievais vivem obcecados com o tempo²⁷ e, sendo este uma componente tão vital para a sua espiritualidade, como afirmámos, patente das maneiras mais subtis, subliminares, mas insinuantes na arte medieval como veremos, tendemos a concordar.

Embora Erwin Panofsky²⁸ tenha sido pioneiro relativamente ao debate do tema da temporalidade na arte renascentista ainda nos anos 30 do séc. XX, uma reflexão mais aturada do tema temporal na arte da Idade Média tardaria a ser desenvolvida. Antes de a temática do tempo ser abordada no seio da disciplina da História propriamente dita, o filósofo e mitólogo Mircea Eliade escreve nos anos 40 o livro “O Mito do Eterno Retorno”, congregando este uma síntese das concepções e rituais relativos à passagem do tempo e as respectivas percepções cíclicas do mesmo, em diversas sociedades e civilizações em todo o mundo. Eliade, através da sua ponderação sobre estes ritos, prova-nos como a passagem do tempo foi investida de um considerável peso simbólico desde tempos imemoriais e a continuação deste género de rituais na Idade Média, “dissimulados” ou adaptados a cerimónias cristãs, atesta a subsistência desta vivência verdadeiramente sagrada do tempo²⁹.

²⁵ “Todavia, se a subordinação à ordem da Natureza e aos ritmos temporais que dela derivam é uma forma expedita de a orientar e se a participação numa liturgia que implica convocações cósmicas e transcendentais (...), não se esgota nisso a experiência da temporalidade.” – Aires A. Nascimento, “A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais” in *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais*, João Castel-Branco Pereira, dir. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 19.

²⁶ Luís Krus, *A Construção do Passado Medieval: Textos Inéditos e Publicados* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 346.

²⁷ Maria José Palla, *Trilogia Vicentina: A Roda do Tempo. O Calendário Folclórico e Litúrgico no Teatro de Gil Vicente* (Lisboa: IEM/NOVA-FCSH, 2006), 89.

²⁸ Erwin Panofsky, “Father Time” in *Studies in Iconology* (New York, Evanston & London, 1972), 69–93.

²⁹ Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno: Arquétipos e Repetição* (Lisboa: Edições 70, 1984), 67.

Aliado a esta abordagem, Ernst Cassirer, nos anos 50, escreve o seu *magnus opus* “The Philosophy of Symbolic Forms”³⁰ dividido em três volumes, nos quais pontualmente discursa acerca do tempo como mecanismo de significação. Este filósofo enfatiza a dinâmica temporal como principal qualidade do ser mítico e do misticismo em geral, na qual a antiguidade da origem do mito se torna o seu maior trunfo, uma vez que intensifica a sua legitimidade através do seu poder de evasão e transcendência³¹. O tempo ganha, assim, um poder monumental como aparelho significativo e como estrutura da qualidade do que é divino e mítico³², atribuindo-lhe, através da sua origem temporal difusa e nebulosa, precisamente, a qualidade e a aura de sagrado. Para Cassirer, o tempo é a própria essência da espiritualidade e do sagrado³³. Este autor, contrariamente às teorias científicas da sua época, e seguindo as premissas de Kant, afirma que o tempo se encontra na esfera da intuição humana, tal como o espaço, e a sua percepção afigura-se como necessária na sua espécie³⁴. Poderemos, por conseguinte, arguir que o tempo se trata de uma categoria básica do entendimento do mundo no ser humano.

Para Jacques Lacan, o tempo e a sua contabilização só são possíveis num mundo simbólico, sendo eminentemente sociais³⁵, dado que nascem da relação entre os seres humanos. De acordo com Freud, o tempo só poderá ser algo ensinado³⁶; Émile

³⁰ Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms* (New Haven: Yale University Press, 1965).

³¹ “That is why myths are true histories and cannot be false. Their truth is not of a logical nor of a historical order: it is above all a religious and more specially magical order. (...). Myth and the sacral action connected with it guarantee the survival of the world.” – H. Corbin *et al.*, *Man and Time: Papers from the Eranos Yearbooks* (Londres: Routledge, 1958), 231.

³² “Myth creates time, gives it ‘content and form.’ (...) Time was determined by an event that emerged from the unconscious at the moment when it was given form (...) For myth and so-called reality are indissolubly interwoven.” – H. Corbin *et al.*, *Man and Time: Papers from the Eranos Yearbooks* (Londres: Routledge, 1958), 333.

³³ Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms, Vol. 2: Mythical Thought* (New Haven: Yale University Press, 1965), 104, 105, 107, 112.

³⁴ Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms, Vol. 2: Mythical Thought* (New Haven: Yale University Press, 1965), 108, 137.

³⁵ “Psychoanalysis, Lacan insists, furnishes itself with a scientific basis only by formalizing its notions of subjective time along with what he terms ‘intersubjective logic.’ Intersubjectivity and subjective temporality, then, become the key terms by which Lacan theorizes ‘the logic which the concept of a subject, in relation to other subjects, and in relation to an individuating propensity, inherent in the rules of the game, requires.’” – Michael Uebel, “Otherword: Opening Time: Psychoanalysis and Medieval Culture” in *Cultural Studies of the Modern Middle*, editado por Eileen A. Joy, Myra J. Seaman, Kimberly K. Bell, Mary K. Ramsey (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007), 273.

³⁶ “As Freud put it in ‘A Note on the Mystic Writing-Pad,’ ‘the periodic non-excitability of the perceptual system,’ its ‘discontinuous method of functioning . . . lies at the bottom of the origin of the

Durkheim³⁷ e Aaron Gourevitch seguem o mesmo raciocínio³⁸. Num ponto de vista psicanalítico, o tempo só pode ser percebido de forma descontínua, uma vez que o inconsciente humano não tem capacidade para estar permanentemente *ciente* do tempo³⁹. Apesar de nenhum destes autores se fixar concretamente sobre a concepção temporal durante o período da Idade Média, à exceção de Gourevitch, sobre quem falaremos de seguida, estes constituem, ainda assim, os primeiros avanços teóricos e filosóficos sobre o tempo como conceito operativo, que abrirão caminho para este ser trabalhado em outras disciplinas das Ciências Sociais.

Uma das primeiras reflexões sobre o tempo na época medieval é da autoria do historiador russo Aaron Gourevitch, que publicou “As Categorias da Cultura Medieval” em 1972. Gourevitch entende o tempo como uma categoria fundamental do pensamento e cultura medievais (seguindo as premissas de Kant e Cassirer) e estruturante na sua visão do mundo e da cosmovisão, no fundo, de qualquer sociedade⁴⁰. Não deixa de ser interessante que uma das primeiras reflexões sobre o tempo na Idade Média se insira num contexto fora das esferas académicas tradicionais de produção científica, mais especificamente da medievalidade, e que depois estas últimas tenham bebido deste contributo. Também é de notar que Gourevitch aplica uma metodologia com um robusto aparato conceptual, denotando também uma consciência distinta da vanguarda teórica das disciplinas das Ciências Sociais, numa análise sensata e calculada, que coloca ênfase também nas obras de arte como instrumentos de análise⁴¹, numa produção de mais elevada qualidade historiográfica, não sem as naturais fragilidades, de que o próprio autor tem consciência e refere.

concept of time.” (...) This unfolding of the temporal instant produces the possibility for seeing things anew, for tracing the rhythms and movements of objects or images that relentlessly confront us with their inevitability and finality. In this important sense, “time must therefore be taught.” - Michael Uebel, “Otherword: Opening Time: Psychoanalysis and Medieval Culture” in *Cultural Studies of the Modern Middle*, editado por Eileen A. Joy, Myra J. Seaman, Kimberly K. Bell, Mary K. Ramsey (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007), 276.

³⁷ Alfred Gell, *The Anthropology of Time: Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, 2ª ed. (Oxford: Berg, 1996), 5.

³⁸ Aaron J. Gourevitch, *Les Catégories de la Culture Médiévale* (Paris: Gallimard, 1983), 34.

³⁹ Michael Uebel, “Otherword: Opening Time: Psychoanalysis and Medieval Culture” in *Cultural Studies of the Modern Middle*, editado por Eileen A. Joy, Myra J. Seaman, Kimberly K. Bell, Mary K. Ramsey (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007), 273, 276.

⁴⁰ Aaron J. Gourevitch, *Les Catégories de la Culture Médiévale* (Paris: Gallimard, 1983), 19.

⁴¹ Aaron J. Gourevitch, *Les Catégories de la Culture Médiévale* (Paris: Gallimard, 1983), 44, 45.

Não obstante, o mais célebre contributo para o estudo do tempo medieval não deixa de ter como autor o medievalista Jacques Le Goff, que o trabalhou em grande medida na sua obra “Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente”, publicada em 1977⁴², e depois em “O Imaginário Medieval” de 1985⁴³, onde desenvolve o tema das preocupações da Igreja com o tempo e o espaço do pós-morte, nomeadamente o Purgatório. No primeiro, Le Goff reflecte acerca do quotidiano medievo de diversos estratos sociais, associando a vivência do tempo primordialmente ao trabalho. Este autor, baseando-se em alguns contributos antropológicos, reforça a ideia já ensaiada por Gourevitch de que o tempo não é uniforme, não sendo sentido da mesma maneira por todos, embora o tempo clerical se imponha perante os outros, uma vez que o calendário religioso regula a vida de todos⁴⁴.

Por essa razão, os homens medievais foram talvez os primeiros a sentir uma necessidade mais premente de compartimentar o tempo e de o racionalizar, de o contabilizar de forma efectiva e de o calcular⁴⁵ - no fundo, de o controlar - especialmente com o fortalecimento da sociedade mercantil dos séculos XIII e XIV e as respectivas exigências de exactidão⁴⁶. Esta tendência gerou uma crescente laicização do tempo e da sua medição, devido à natural orientação temporal da actividade humana⁴⁷, dando lugar ao *tempo do mercador*, termo da autoria de Le Goff⁴⁸. Inventaram-se, assim, variados modos e instrumentos de mensuração do tempo como as ampulhetas⁴⁹ e os relógios mecânicos, e outros foram aperfeiçoados, como as

⁴² Jacques Le Goff, “Time and Labor” in *Time, Work, & Culture in the Middle Ages* (Chicago: The University of Chicago Press, 1980) 3-97.

⁴³ Jacques Le Goff, “O tempo do Purgatório (séculos III-XIII)” in *O Imaginário Medieval* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994 [1985]), 109-122.

⁴⁴ Aires A. Nascimento, “Representações Medievais do Tempo: Entre Imagens e Leituras” in *Sobre o Tempo: Actas do III Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Paulo Meneses, coord. (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001), 41.

⁴⁵ “(...) -, até que no século XVI aparecesse um tempo divisível em partes iguais e medido por instrumentos cuja regulação lhe escapava: os relógios.” – Jacques Le Goff, “O tempo do Purgatório (séculos III-XIII)” in *O Imaginário Medieval* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 118.

⁴⁶ Simona Cohen, *Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art* (Boston: Brill, 2014), 50.

⁴⁷ Marcel Pérès, dir., *La Rationalisation du Temps au XIII Siècle. Musique et mentalités. Actes du Colloque de Royaumont* (Grâne: CERIMM, 1991), 48.

⁴⁸ Jacques Le Goff, “O tempo do Purgatório (séculos III-XIII)” in *O Imaginário Medieval* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 118.

⁴⁹ “Objecto apreciado na corte manuelina, (...), é, também, utilizada como tema humanístico, várias vezes presente em ilustrações, relacionada com a reflexão filosófica sobre o tempo, tal como é expressa

clepsidras, os astrolábios, os quadrantes solares⁵⁰ e o calendário, organizando-se⁵¹, deste modo, a passagem do tempo⁵². Segundo Julie Orlemanski, as referidas invenções de contagem temporal constituem um importante medidor de modernidade na Idade Média, colocando o tempo e a sua concepção na vanguarda desta época⁵³. Verificou-se pela primeira vez a distinção entre dois tempos: o tempo subjectivo e psicológico⁵⁴, que comandava a vida, até certa medida, até parte da Alta Idade Média, e que muitas vezes é apreendido cognitivamente pelo ser humano como linear⁵⁵; e o tempo objectivo e contabilizável graças ao advento destes instrumentos de cálculo exacto, originando consigo a noção de um contínuo temporal que até então era completamente fictício⁵⁶. Criou-se, assim, uma concepção de tempo homogéneo, que unia todos os Homens numa só vivência.

por Petrarca nos *Triunfos*.” – Horácio Peixeiro, “Os Instrumentos de Medir o Tempo” in *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais*, João Castel-Branco Pereira, dir. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 152.

⁵⁰ Máximo Ferreira, Aires A. Nascimento, Horácio Peixeiro, “A Medição do Tempo” in *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais*, João Castel-Branco Pereira, dir. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 81, 136, 150.

⁵¹ “For example, try to represent what the notion of time would be without the processes by which we divide it, measure it, or express it with objective signs, a time which is not a succession of years, months, weeks, days and hours... We cannot conceive of time except by distinguishing its different moments.” – Alfred Gell, *The Anthropology of Time: Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, 2ª ed. (Oxford: Berg, 1996), 3.

⁵² Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos* (Lisboa: Teorema, 2010), 146.

⁵³ Julie Orlemanski, “Modernity Within the Middle Ages”, *Journal of English and Germanic Philology* 116, no. 3, (July 2017): 355.

⁵⁴ “The antipodes of the human experience of time are exact repetition, (...), which is chaotic. (...) Our actual perception of time depends upon regularly recurrent events, (...)” – George Kubler, “The Propagation of Things” in *The Shape of Time: Remarks in the History of Things* (New Haven: Yale University Press, 1962), 63, 71, 72.

⁵⁵ Mário Martins, *Introdução História à Vidência do Tempo e da Morte: Da Destemporalização Medieval Até ao Cancioneiro Geral e a Gil Vicente. Do Teatro Pós-Vicentino até Vieira, Bernardes e Frei António das Chagas*, vol. I (Braga: Livraria Cruz, 1969), 18.

⁵⁶ “(...) as an abstraction from material reality. The working of the mechanical clock is precisely that. In its regularity and continuity it is unrelated to organic time, which is irregular, to the experience of time as periodicity in nature, which is finite and uneven, or to calendar time that is marked by events. It stood to reason that if there was a continuous time-keeper, there must be continuous time.” – Simona Cohen, *Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art* (Boston: Brill, 2014), 51, 86.

Progressivamente, germina-se a ideia de *construção do tempo*⁵⁷. O Homem vai adquirindo consciência histórica⁵⁸, entendendo-se, gradualmente, também ele como um ser histórico⁵⁹, agente sobre o tempo, sendo este último palco para o exercício de liberdade para actuação. Com esta consciência, gera-se mais uma valência de experiência do tempo, que se aproxima de uma visão determinística e teleológica do mesmo, por sua vez próxima, segundo a historiografia, da visão cristã. Poderemos propor que a percepção horizontal do tempo pelo Cristianismo fomentou o desenvolvimento da concepção mental de História, porque sem uma noção rectilínea do mesmo, uma consciência histórica é impossível, bem como a retórica de uma ressurreição salvífica. A espécie humana necessita de um sentido para a sua existência e para o tempo⁶⁰, daí advindo a necessidade de o entender teleologicamente, sendo, neste sentido, o futuro mais importante do que qualquer outro⁶¹. Todavia, a psicologia humana não se resigna tranquilamente com a ideia de fim da existência, nomeadamente a sua, enquanto, pelo contrário, a infinitude é quase impossível de ser

⁵⁷ Aires A. Nascimento, “Representações Medievais do Tempo: Entre Imagens e Leituras” in *Sobre o Tempo: Actas do III Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Paulo Meneses, coord. (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001), 60.

⁵⁸ “Por outro lado, a consciência histórica propriamente dita entende o evoluir humano da experiência de forma mais linear e dá a impressão de estar cada vez mais distante o início absoluto e único e mais próximo o fim. (...) Por isso é uma atitude de espírito caracterizada pela ânsia e pelo esforço.” – José Augusto Martins Ramos, “O Tempo Antes do Tempo” in *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais*, João Castel-Branco Pereira, dir., (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 35.

⁵⁹ Houve diversos marcos “históricos” na Idade Média, como por exemplo o facto de o ano 800 ter sido considerado como o encerramento da Sexta Idade do mundo, ou o ano 500 como ano de regresso de Cristo uma vez que se completavam seis mil anos da criação, ideia divulgada no *Comentário do Apocalipse* de Beato de Liébana, que ganhava relevância à medida que o suposto “fim” se aproximava. O relançamento deste mesmo comentário perto do ano 1000 actuou como uma renovação da sua interpretação com relevância histórica, e ainda se verificou uma nova previsão para o fim do mundo por Pico della Mirandola (1463-1494) para o ano de 1492. – Evelyn Edson, *Mapping Time and Space: How Medieval Mapmakers viewed their World* (Londres: British Library, 1999), 158; João Castel-Branco Pereira, dir., *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 20, 31, 249, 372.

⁶⁰ H. Corbin *et al.*, *Man and Time: Papers from the Eranos Yearbooks* (Londres: Routledge, 1958), 87, 88, 242, 243.

⁶¹ Zuzanna Wiśnicka-Tomalak, “The Category of Time – Sacred and Common Time in the Middle Ages and Nowadays” in *Standards of Everyday Life in the Middle Ages and in Modern Times*, Tomo 2 (Londres: Faber Publishers, 2014), 490.

concebida pelo cérebro humano⁶². Dessa impossibilidade se gera, provavelmente, a ideia de repetição perpétua do tempo.

Existe, contudo, uma divergência entre o tempo histórico propriamente dito e a história do Cristianismo. O primeiro elenca os eventos políticos, económicos, sociais, culturais, geológicos e naturais do mundo, enquanto a última se desdobra desde o fenómeno da Criação até ao fim do mundo⁶³, podendo ser percepcionada como mais universal⁶⁴. Podemos entender, nesta lógica, que a História na Idade Média se encontra incluída na mais ampla história cristã, que tem o seu começo no Génesis, estando as duas, contudo, claramente entrosadas⁶⁵. Facilmente compreendemos que o tempo é um conceito particularmente caro à doutrina cristã.

Este tempo cristão não só tinha um fim, como esse fim era, naturalmente, Deus⁶⁶. Luís U. Afonso teorizou que só nesta percepção temporal horizontal é possível a elaboração da ideia de fim do tempo e, sobretudo, da ausência de tempo que lhe segue, chegando mesmo a apontar que a visão linear é uma definição artificial do mesmo e que serve um propósito narrativo⁶⁷. Com efeito, um tempo rectilíneo só é viável na mente humana, uma vez que tudo o que ocorre na Natureza é cíclico⁶⁸. Hoje discutimos este conceito e não resistimos a entendê-lo como o mais provável e convincente, a ideia

⁶² "Is there is a "last time span", i.e., does time have an end? And similarly, is there a "first time span", i.e., does time have a beginning? St. Augustine says no, Stephen Hawking says yes, Immanuel Kant says that both views lead to paradoxes." – Wolfgang Klein, "Concepts of Time" in *The Expression of Time*, editado por Wolfgang Klein e Ping Li (Berlin: Mouton de Gruyter, 2009), 19.

⁶³ "La interpretación moderna de la historia de Occidente es cristiana por derivación, puesto que arranca del substrato bíblico, y anticristiana por consecuencia, ya que su eje está constituido por la laica noción de progreso." – Karl Löwith, *El Sentido de la Historia: Implicaciones Teológicas de la Filosofía de la Historia* (Madrid: Aguilar S.A. de Ediciones, 1958), XV.

⁶⁴ R. H. C. Davis, J. M. Wallace-Hadrill, eds., *The Writing of History in the Middle Ages* (Oxford: Clarendon Press, 1981), 209.

⁶⁵ "(...) una afirmación de que el tiempo del hombre era el tiempo de la Iglesia." – Manuel Antonio Castiñeiras González, *El Calendario Medieval Hispano: Textos e Imágenes (siglos XI-XIV)* (Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996), 263.

⁶⁶ "In a narrower sense, time is the duration of the existential motion of being toward perfection – (...) – which proceeds from God as its source and toward God as its goal. This time is before and after time. It is above time and above improper eternity. It is eternity itself." – Pasquale Porro, ed., *The Medieval Concept of Time: The Scholastic Debate and Its Reception in Early Modern Philosophy* (Leiden: Brill, 2001), 129.

⁶⁷ Luís Urbano Afonso, "Life's Circle: Some notes on Two Portuguese Gothic Tombs" in *Grabkunst und Sepulchralkultur in Spanien und Portugal / Arte funerario y cultura sepulcral en España y Portugal*, editado por Barbara Borngässer, Henrik Karge, Bruno Klein, Helga von Kügelgen, Gisela Noehles-Doerk, Martin Warnke (Madrid: Iberoamericana, 2006), 201.

⁶⁸ H. Corbin et al., *Man and Time: Papers from the Eranos Yearbooks* (Londres: Routledge, 1958), 237.

de tempo como uma construção social⁶⁹, mas o Homem medieval certamente não pensaria desse modo. A existência da temporalidade seria um facto, bem visível no mundo à sua volta, tão intrínseco à organização prática da vida que se tornaria impossível de ignorar. O que não existe, isto é, o que será efectivamente uma *construção*, é a forma de contabilizar o tempo, como é fácil de verificar através das largas disputas e mudanças de organização do calendário operadas ao longo da História, e que os indivíduos medievais experienciaram em primeira mão. De resto, o tempo como entidade, pelo menos terrestre, existe. Esta achega teórica de Luís Afonso é completamente incontornável e inédita na historiografia, a que atribuímos especial ênfase por se situar no contexto historiográfico português.

2. 1. Quadratura do Círculo: Tempo linear ou *Eterno Retorno*?

Como mencionámos, podemos considerar que foi a Igreja a definir uma percepção tendencialmente linear do tempo, especialmente através da narrativa bíblica. Observamos na historiografia medievalista uma propensão para entender a concepção de tempo medieval como exclusivamente linear, implicando-o restritivamente com a visão cristã do tempo da Humanidade. Alguns medievalistas parecem entender que a percepção linear é diametralmente oposta à visão circular. O tempo cíclico é frequentemente associado ao paganismo⁷⁰ através da sua conotação com o *eterno retorno*, crença tão fundamental para diversas civilizações antigas. No fundo, o que estes historiadores provavelmente desejavam sublinhar é o facto de esta visão linear constituir uma suposta novidade relativamente às épocas passadas, o que já alguns autores refutaram, graças à atestada presença de teorias evolucionistas na Antiguidade Clássica que denunciavam que existia, em certa medida, um entendimento linear do tempo.

Esta oposição incompatível de concepções temporais reiterada na historiografia pauta-se pela sua simplicidade e, acima de tudo, ignora completamente a enraizada crença na ressurreição, tão central à mundividência medieval cristã. Não pretendemos acusar este conjunto de historiadores como tendo propositadamente omitido estas coordenadas. Estas afirmações parecem-nos, antes, produto de alguma imponderação,

⁶⁹ Alfred Gell, *The Anthropology of Time: Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, 2ª ed. (Oxford: Berg, 1996), 5.

⁷⁰ Irene Freire Nunes, “O Tempo na Literatura Arturiana” in *Sobre o Tempo: Actas do III Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Paulo Meneses, coord. (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001), 277.

típica de abordagens de conjunto e, por vezes, colectivas (antologias de artigos, actas de conferências), que por natureza não têm a profundidade e aturamento que lhes imporia uma maior reflexão sobre determinado tema, devendo-se igualmente a uma propensão historiográfica para querer realçar as novidades. Atribuímos também estas inadvertências a uma possível influência de uma tendência historiográfica já ultrapassada para abismos e cisões altamente bipartidas entre conceitos, que hoje entendemos serem muito mais fluidos entre si.

Não podemos deixar de raciocinar que a ressurreição e a circularidade por ela ostentada pontuariam, sem dúvida, o entendimento do tempo nesta sociedade, embora se encontrem também elas, de certa forma, numa lógica temporal teleológica, uma vez que o processo não se repete. As inúmeras iconografias que veiculam a ideia de ciclicidade, copiosas na Idade Média e sobre as quais nos focaremos nesta tese, questionam a visão do tempo estritamente linear. Do ponto de onde partimos, como resultado de leituras e reflexões já realizadas e que continuarão até ao final do trabalho, entendemos que a arte medieval (incluindo os exemplos portugueses) documenta bem a visão medieval do tempo como uma coexistência da ideia de eterno retorno com a noção linear do tempo. Gilles Quispel mostra-nos também como a discussão entre a existência de um e outro tempo era um facto na teologia medieval⁷¹, não existindo, portanto, ideias fixas sobre o mesmo.

A ressurreição consiste também ela numa novidade, uma vez que o Cristianismo propôs pela primeira vez na sociedade ocidental a ideia de possibilidade de regresso à vida de forma mais democrática, um ponto bastante atractivo e que potenciou milhares de conversões nos primeiros séculos. O próprio Juízo Final seria um pretexto para a renovação da História e do mundo⁷², um fim seguido de um início. O ressurgimento do Messias, a chamada Parúsia, assinalaria, então, o início de uma nova era⁷³, na qual se restaurará o paraíso para os justos⁷⁴ ou a vinda do Anticristo⁷⁵ que será

⁷¹ H. Corbin *et al.*, *Man and Time: Papers from the Eranos Yearbooks* (Londres: Routledge, 1958), 52, 96.

⁷² Lara Paes de Vasconcelos, “A Visão e o Tempo na Narrativa Hagiográfica: O Conto de Amaro” in *Sobre o Tempo: Actas do III Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Paulo Meneses, coord. (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001), 348.

⁷³ Aires A. Nascimento, “Representações Medievais do Tempo: Entre Imagens e Leituras” in *Sobre o Tempo: Actas do III Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*, Paulo Meneses, coord. (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001), 34, 35.

⁷⁴ José Mattoso, “Reflexões sobre os milenarismos” in *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, vol. 1 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 173.

⁷⁵ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos* (Lisboa: Teorema, 2010), 76.

derrotado. No fundo, dar-se-á a consumação da presente história⁷⁶, num tempo de pós-história⁷⁷ e de retorno aos tempos primordiais⁷⁸.

Quanto a um possível contra-argumento, no qual se poderá equacionar uma viragem dos tempos após o Apocalipse como meramente um tempo linear seguido de outro tempo linear, e reconhecendo a importância deste último para a compreensão temporal medieval, será, por outro lado, necessário encarar a própria ciclicidade quotidiana e anual dentro deste encadeamento linear. Aliada a esta, teremos de ter em consideração a renovação temporal que o ritual e liturgia implicam e o facto de cada regresso circular do tempo envolver uma transformação e alteração do próprio, não constituindo necessariamente uma repetição idêntica ao já ocorrido, como George Kubler expõe no seu livro “Shape of Time”⁷⁹. O tempo circular, nesta lógica, poderia ser entendido como estando inserido num tempo linear mais global⁸⁰ ou, pelo contrário, a sua aparente linearidade pode estar compreendida num tempo circular, num retorno ensaiado infinitas vezes. A ciclicidade acrescentaria dinamismo a um tempo recto, ou, pelo contrário, um rectilíneo estabilizaria um em constante transformação e desabrochamento. Tanto um como outro apresentam elementos que se reportam, por um lado, a uma dimensão repetitiva e rítmica, ou esperada e antecipada no caso do tempo linear, como imprevisível e inconstante⁸¹. Torna-se, assim, impossível ignorar a relação de reciprocidade e fluidez ontológica, aparentemente antagónica, mas nunca mutuamente exclusiva, entre os dois conceitos. Não nos poderemos olvidar que as sobrevivências a partir do mundo clássico não são

⁷⁶ João Castel-Branco Pereira, dir., *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000), 14, 398, 399.

⁷⁷ Francisco José Silva Gomes, “A Igreja e o poder: representações e discursos” in *A Vida na Idade Média*, Maria Eurydice de Barros Ribeiro, org. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997), 37.

⁷⁸ Luís Krus, *A Construção do Passado Medieval: Textos Inéditos e Publicados* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 36.

⁷⁹ “These energies undergo various transformations between the original event and the present. The present interpretation of any past event is of course only another stage in the perpetuation of the original impulse. (...) a work of art is not only the residue of an event but it is its own signal, directly moving other makers to repeat or to improve its solution.” – George Kubler, “The Propagation of Things”, in *The Shape of Time: Remarks in the History of Things* (New Haven: Yale University Press, 1962), 19, 20, 21.

⁸⁰ “Note, however, that “mechanical clock time” is not to be equated with the notion of linear time; after all, clocks are based on cyclic events.” – Wolfgang Klein, “Concepts of Time” in *The Expression of Time*, editado por Wolfgang Klein e Ping Li (Berlin: Mouton de Gruyter, 2009), 13.

⁸¹ “But in all of these cases, this does not imply that the *time* is cyclic. It only means that the same *sequence of changes* is repeated and thus cyclic.” – Wolfgang Klein, “Concepts of Time” in *The Expression of Time*, editado por Wolfgang Klein e Ping Li (Berlin: Mouton de Gruyter, 2009), 17.

insubstanciais no período medieval, sendo esta continuação do entendimento recorrente do tempo bastante natural, ainda que a sua permanência possa manter-se inconsciente na época medieval.

Poucos medievalistas concorrem para uma perspectiva conciliadora de ambas as concepções temporais de forma assumida e reiterada, mas destacamos os contributos da historiadora Maria José Palla⁸², de Jean-Claude Schmitt, José Mattoso⁸³, Luís U. Afonso⁸⁴ e Paulo Pereira, principalmente na sua série “Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal” publicada entre 2004 e 2005⁸⁵. Esta série apresenta uma aproximação a temas que poderemos designar mais livremente como “esotéricos”, mas que se reportam, no fundo, à antropologia visual, a cultos locais e devoções populares, a superstições e práticas mágicas devedoras de um certo hermetismo, e que inicialmente podem ser recebidos como pouco académicos ou científicos, especialmente pelo cunho etnográfico aliado aos preceitos da História e da História da Arte. No entanto, esta abordagem menos canónica revela-se imprescindível para as temáticas iconológicas que iremos desenvolver nesta tese, uma vez que estas questões se encontram no seu substracto.

2. 2. Viragem do milénio e historiografia mais recente

Um dos mais significativos contributos portugueses para o tema em questão foi a exposição “A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais” na Fundação Calouste Gulbenkian em 2000⁸⁶. Desta exposição resultou o catálogo homónimo, um considerável trabalho de investigação e a primeira grande monografia nacional dedicada à temática das representações do tempo na Idade Média. Não obstante que este seja um estudo absolutamente basilar e fundacional da análise da temática em

⁸² Maria José Palla, *Trilogia Vicentina: A Roda do Tempo. O Calendário Folclórico e Litúrgico no Teatro de Gil Vicente* (Lisboa: IEM/NOVA-FCSH, 2006), 69, 70, 99.

⁸³ José Mattoso, “Reflexões sobre os milenarismos” in *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, vol. 1 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 173.

⁸⁴ Luís Urbano Afonso, “Life’s Circle: Some notes on Two Portuguese Gothic Tombs” in *Grabkunst und Sepulchralkultur in Spanien und Portugal / Arte funerario y cultura sepulcral en España y Portugal*, editado por Barbara Borngässer, Henrik Karge, Bruno Klein, Helga von Kügelgen, Gisela Noehles-Doerk, Martin Warnke (Madrid: Iberoamericana, 2006), 201.

⁸⁵ Paulo Pereira, *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004-2005).

⁸⁶ João Castel-Branco Pereira, dir., *A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000).

causa e que reconheçamos a sua pertinência para examinações historiográficas que lhe seguiram e para o nosso próprio trabalho, julgamos que se tenham incluído alguns exemplos de representações temporais que se enquadram tranquilamente no discurso expositivo que lhe deu origem, mas que numa investigação mais rigorosa e académica como a nossa não têm lugar, uma vez que consideramos a sua inserção nesta temática algo forçada e a sua relação com o tema da temporalidade demasiado indirecta. Esta desadequação das referidas imagens, a nosso ver, deve-se ao facto de, como explicámos anteriormente, o tempo se tratar de uma categoria essencial da concepção do mundo e poder estar, no fundo, presente no cerne de qualquer imagem, se lhe impusermos esse sentido.

Luís U. Afonso avançou igualmente com um contributo de relevo para o contexto português com o seu livro “O ser e o tempo”, de 2003⁸⁷, que se dedica aos temas das Idades do Homem no Gótico português e no qual examinou os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro e a iconografia das Rodas da Vida e da Fortuna, o túmulo de D. Fernão Gomes de Góis e outras representações das Idades do Homem na arte medieval portuguesa e na arte internacional. Esta obra sobre a temporalidade e a sua passagem na vida humana enceta os estudos sobre esta temática na área da escultura medieval portuguesa, numa abordagem tendencialmente transdisciplinar, com referência a fontes textuais e com uma clara meditação acerca da história das mentalidades e da sociologia da arte. Não podemos negar o facto de o contributo de Luís Afonso ser sinónimo de um extraordinário avanço no âmbito da historiografia da arte nacional e internacional. Todavia, a sua concentração no tema das Idades do Homem, na cronologia do gótico português e na tumulária impõe-nos a consideração de que é necessário, em Portugal, uma pesquisa mais complexa e ampla no que toca a este tema.

A tão ansiada viragem do milénio serviu de pretexto para a criação de incontáveis estudos acerca da temporalidade medieval⁸⁸. Estes esforços foram aplicados em múltiplas áreas do conhecimento, com verdadeiro destaque para a filosofia, como vimos. Portanto, gerou-se à volta do ano de 2000 um ambiente mental e social proveitoso à criação de retrospectivas como estas a que temos assistido. Não poderemos deixar de parte nesta equação a alucinada velocidade e avidez do progresso tecnológico característico da cronologia destas produções historiográficas,

⁸⁷ Luís Urbano Afonso, *O Ser e o Tempo: As Idades do Homem no Gótico Português* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003).

⁸⁸ “At the beginning of the new millennium, time cast its spell.” – Thomas DaCosta Kaufmann, “Introduction” in *Towards a Geography of Art* (Chicago: Chicago University Press, 2004), 1.

afastando-a de forma galopante das décadas anteriores, pautadas, por vezes, por alguns dissabores para a humanidade. No ano 2000 sentia-se, provavelmente ao contrário de no ano 1000, uma verdadeira esperança e optimismo na sociedade, no cerne dos quais estavam os avanços informáticos e a facilidade que estes traziam à existência humana e ao estudo do passado, em particular. Esta vivência sôfrega e muitas vezes irreflectida do tempo na contemporaneidade, descrita por João Pedro Mendes como *tempo ómega, de convergência do passado, do presente e do futuro*⁸⁹, coloca-nos um sério problema, a nós historiadores do passado, especialmente a quem estuda o *tempo*. Esfoçarmo-nos, naturalmente, por interpretar os dados com contenção e sensatez, desconstruindo a nossa própria vivência contemporânea do tempo⁹⁰, num esforço de “despaisamento intelectual”, como menciona Maria de Lurdes Rosa relativamente ao fenómeno da morte na Idade Média⁹¹.

Mais tarde, em 2014, Simona Cohen foi responsável por um importante volume sobre as representações do tempo na Idade Média e no Renascimento, “Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art”. Cohen parte da filosofia clássica acerca da temporalidade, a sua tradição mitológica e artística relativamente à mesma, seguindo para o entendimento medieval sobre o tempo e respectivas representações. A autora defende que os sincretismos visuais entre tradições diferentes corporizam as primeiras tentativas de fixação de uma representação universal do tempo como criação da divindade⁹² - esta última representada como cosmocrátor e cronocrátor⁹³.

Esta historiadora americana aponta que a personificação do Tempo só ressurgiu no séc. XV e que, antes dessa época, na Idade Média, o tempo era encarado como uma

⁸⁹ João Pedro Mendes, “Fontes para o Estudo da Idade Média: A Informática a Serviço da Pesquisa e os Novos Horizontes Metodológicos” in *A Vida na Idade Média*, Maria Eurydice de Barros Ribeiro, org. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997), 19.

⁹⁰ “À informática, com seus portentosos recursos, cabe o papel de subsidiária do processo pesquisativo. O investigador tem de imbuir-se do espírito da época, (...). Ele não pode pensar *sobre* os homens e os fatos históricos, e sim pensar *com* eles.” – João Pedro Mendes, “Fontes para o Estudo da Idade Média: A Informática a Serviço da Pesquisa e os Novos Horizontes Metodológicos” in *A Vida na Idade Média*, Maria Eurydice de Barros Ribeiro, org. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997), 27.

⁹¹ Maria de Lurdes Rosa, “Sagrado, devoções e religiosidade” in *História da Vida Privada. Idade Média*, dir. José Mattoso, ed. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Vol.1 (Círculo de Leitores, 2010), 376.

⁹² Simona Cohen, *Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art* (Boston: Brill, 2014), 40, 54, 55, 56, 60, 71.

⁹³ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos* (Lisboa: Teorema, 2010), 640.

entidade abstracta e tratado visualmente como tal. Apenas com as primeiras imagens do *Annus* e de Cristo presidindo ao tempo cíclico, as representações do tempo se desprendem da simples representação astrológica, de acordo com Cohen. A autora indica-nos que, a partir do século XII, a consciência do tempo transformou-se de uma estrutura teocêntrica do universo para uma *força cósmica englobante*⁹⁴. Alguns historiadores e historiadores de arte portugueses também têm afluído a temática, como, por exemplo, Joana Antunes no seu artigo de 2015 “Tempus (non) Fugit” na revista *Invenire*⁹⁵, no qual se debruça sobre as representações do calendário em livros de horas portugueses, adicionando mais um importante contributo às escassas publicações portuguesas no campo histórico-artístico.

As contribuições historiográficas mais recentes são marcadas por um tom mais crítico e especializado, focando-se em temas como o conceito de Kairós, o tempo da oportunidade na Antiguidade e a sua sobrevivência numa longa duração que se estende para lá da Idade Média⁹⁶, a problematização do tratamento do tempo e das suas representações, bem como as implicações da *temporal turn* nas Ciências Humanas⁹⁷, o tratamento extensivo das imagens da temporalidade na Idade Média numa geografia mais global⁹⁸, etc. À medida que a História da Arte e as suas disciplinas vizinhas se complexificam e evoluem criticamente, a problematização do conceito de tempo e das representações do mesmo na arte tornam-se, naturalmente, cada vez mais prementes. Temos assistido a um esforço neste sentido desde os anos 60, quando George Kubler publicou “Shape of Time”⁹⁹, seguido de Georges Didi-Huberman, no ano de 2000 com “Diante do Tempo”¹⁰⁰, devedores de contributos como os de Aby Warburg e Alois Riegl, e com diversas achegas análogas como as de Hubert

⁹⁴ Simona Cohen, *Transformations of Time and Temporality in Medieval and Renaissance Art* (Boston: Brill, 2014), 53, 66, 134.

⁹⁵ Joana Antunes, “Tempus (non) Fugit”, *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja* (Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2015): 114-128.

⁹⁶ Barbara Baert, “Preface” in *The Right Moment: A Symposium on Kairotic Energies* (Lovaina: Francqui Foundation, 2018).

⁹⁷ Dan Karlholm, Keith Moxey, eds., *Time in the History of Art: Temporality, Chronology and Anachrony* (Nova Iorque: Routledge, 2018).

⁹⁸ Armin Bergmeier, Andrew Griebeler, eds., *Time and Presence in Art: Moments of Encounter (200-1600 CE)* (Berlim, Boston: De Gruyter, 2022).

⁹⁹ George Kubler, *The Shape of Time: Remarks in the History of Things* (New Haven: Yale University Press, 1962).

¹⁰⁰ Georges Didi-Huberman, *Diante do Tempo: História da Arte e Anacronismo das Imagens* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015 [2000]).

Damisch, Victor Stoichita, Horst Bredekamp, etc¹⁰¹. Todos estes contributos foram absolutamente decisivos no que toca à ontologia temporal e cronológica na História da Arte e, embora não sejam directamente relacionados com a Idade Média, tratam-se das reflexões mais actuais e profundas sobre a temática da temporalidade no próprio quadro epistemológico da disciplina e que têm, logicamente, reflexão no nosso trabalho no sentido de enquadramento teórico, metodológico e conceptual.

3. Fontes

As fontes do nosso estudo são, acima de tudo e logicamente, as imagens, presentes na escultura arquitectónica das igrejas medievais, escultura tumular e em espaços funerários, em ourivesaria, e finalmente em iluminuras nos códices medievais. Para análise destes objectos teremos de recorrer a visitas aos respectivos monumentos, museus, colecções, arquivos ou bibliotecas que albergam exemplares destas iconografias, sendo o trabalho de campo uma componente vital do nosso estudo. Acompanhando a análise individual de cada exemplar, será necessário consultar bibliografia especializada sobre o tempo a partir de várias perspectivas e disciplinas, como já explicámos, mas também sobre a iconografia e iconologia cristãs, e bibliografia geral sobre os vários períodos ou “estilos” que compõem a medievalidade em Portugal e fora. Quanto a fontes primárias, consultaremos alguns textos medievais sobre o cômputo do tempo.

4. Metodologia

É do nosso interesse perceber as diversas concepções de tempo na cronologia por nós escolhida (séc. XII-XVI), uma vez que, como já explanámos, existem visões contraditórias do mesmo, sintomáticas da verdadeira complexidade desta matéria. De seguida, tentaremos também relacionar as várias concepções temporais às

¹⁰¹ “Aby Warburg’s “afterlife” of images and Alois Riegl’s idea of “age value,” according to which works of art had an autonomous achronological temporality of their own, became the exception that proved the rule. (...) Hubert Damisch, for example, was among the first to argue that works of art have the capacity to “think” for themselves and that their “thought” initiates a critical response spanning the ages. Mieke Bal, Michael Ann Holly, Ernst van Alphen, Victor Stoichita, and Hanneke Grootenboer have all since created their own achronological, or anachronic (as distinct from anachronistic) approaches to telling art’s time. Works of art, for these writers, do not belong in any one time, but to many. In Germany, Gottfried Boehm, Horst Bredekamp, and Hans Belting, among others, have explored the temporal potential of images.” - Dan Karlholm, Keith Moxey, eds., *Time in the History of Art: Temporality, Chronology and Anachrony* (Nova Iorque: Routledge, 2018), 2.

representações artísticas ou temas iconográficos que lhes poderão dar forma, sendo este um dos principais objectivos do nosso projecto. Teremos em vista a averiguação das tradições visuais da iconologia temporal seguidas pela Idade Média, assim como as suas inovações e variações neste campo, e o destriçamento das opções preferenciais em determinadas épocas ou locais. Aliado a estas metas, e no âmbito de uma futura reflexão final, desejamos entender se a concepção geral de tempo (se podemos afirmar que esta existe) sofreu transformações ao longo da Baixa Idade Média. Planeamos reflectir igualmente acerca de como as produções intelectuais e teológicas sobre a temporalidade poderão ter impactado as manifestações artísticas ou se impactaram de todo, tendo em conta que alguns autores alertam para os problemas de assumir que a teologia mais erudita teria uma expressão abrangente na arte medieval¹⁰². Um dos resultados no culminar do nosso projecto doutoral naturalmente passará pela tentativa de compreensão da experiência do tempo pelo colectivo medieval.

Intencionamos, assim, explorar as diversas potencialidades epistemológicas do tempo, entendendo-o como estruturante no pensamento humano e na própria criação de simbolismo e de crença religiosa¹⁰³, bem como a provável relevância das imagens como geradoras de pensamento sobre o tempo. Neste sentido, teremos, de igual forma, como objectivo compreender os processos que deram origem a estas materializações visuais, que foram concebidas por forma a atribuir uma aparência concreta a um conceito abstracto e relativo como é o tempo. Pretendemos, de igual forma, discutir a tendência medieval para a abstracção (que, quanto a nós, poderá estar ligada à temática da temporalidade) de conceitos e crenças na arte, relacionando-a com a sua espiritualidade, em particular, e mentalidade, em geral. Esta discussão permitir-nos-á a valorização da expressividade abstracta na época medieval, que na produção historiográfica até então tem sido relegada para segundo plano, uma vez que tem recebido a classificação de “meramente decorativa”. Poderemos também abordar a

¹⁰² “(...) oeuvres littéraires et artistiques, encore que ces oeuvres ne nous renseignent que partiellement sur les notions spatio-temporelles, car dans le processus de connaissance artistique du monde, les artistes élaborent leurs propres catégories de temps et d’espace, dont le caractère conventionnel ne doit pas être perdu de vue. (...) dans la peinture présentent certains traits spécifiques qui ne découlent pas uniquement de la conception du monde et de l’histoire de la société dans laquelle ces oeuvres ont été créées, mais se guident dans une certaine mesure sur des objectifs idéologiques (...)” – Aaron Gourevitch, *Les Catégories de la Culture Médiévale* (Paris: Gallimard, 1983), 42, 43.

¹⁰³ Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms, Vol. 2: Mythical Thought* (New Haven: Yale University Press, 1965), 53, 85, 218.

questão da recepção deste tipo de imagens não-canónicas pela população em geral, especialmente a massa anónima pouco ou nada instruída. Não só consideramos o desenvolvimento destas problemáticas crucial na conjuntura de uma História da Arte cada vez mais crítica e ciente das suas lacunas, como também bastante aliciante. Pela essência que estas próprias problemáticas têm, consideramos difícil chegarmos a uma conclusão ou solução definitiva sobre as mesmas. Ainda assim, julgamos ter espaço para ponderá-las e avançar com hipóteses enriquecedoras para a História da Arte e para a medievalidade em geral.

Desde já pela índole eminentemente etérea do tema que escolhemos, a escrita, a definição, os contornos e a selecção de exemplares erguem, naturalmente, uma barreira de adversidades e problemas e requerem uma atenção e *intenção* redobradas. Esta essência difícil de “agarrar” ou capturar encaminhou-nos inevitavelmente num primeiro momento, e depois consciente e deliberadamente num segundo, a traçarmos um percurso marcadamente teórico. Esta tese parte, acima de tudo, da imagem medieval que é examinada, interpretada e, finalmente, entendida à luz de conceitos operativos relacionados com a temporalidade, mas não limitando a referida imagem a estes, examinando-a por si só e pelo que evoca. Por exemplo, a representação de um Leviatã numa cena do Apocalipse ou condenação das almas (fig. 6), já de si ontologicamente comprometido com conceitos temporais, poderá ser interpretado como o conceito de “fim último” encarnado numa criatura. Mas o monstro Leviatã, no fundo, poderá ter variadas interpretações, funções e servir outras demarcações teóricas e iconológicas; poderá ser tomado como uma imagem de castigo ou condenação (eterna)¹⁰⁴, tal como as imagens românicas de punição do pecado. Neste aspecto, refugiamo-nos na ideia de muitos autores medievalistas, e principalmente expressa por Paul Crossley, de que raramente a arquitectura medieval e as suas componentes estruturais e decorativas terão uma acepção dominante que poderá ser facilmente extraída e interpretada¹⁰⁵, mas antes, são investidas de múltiplos

¹⁰⁴ “Damnation is eternal swallowing and digestion, eternal partition; the mouth of hell is a real mouth; second, final, definite death is mastigation.” – Caroline Bynum, *The Resurrection of the Body in Western Christianity (200-1336)* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1995), 186.

¹⁰⁵ “His [Krautheimer’s] conviction that medieval art and architecture contained layers of meanings, some contradictory, or only half-defined, recalls Warburg’s belief in what comes close to ‘open signification’: his recognition of the contradictions and polarities of the human mind.” – Paul Crossley, “Medieval Architecture and Meaning: The Limits of Iconography”, *The Burlington Magazine: Special Issue on English Gothic Art* 130, No. 1019 (Feb., 1988): 121.

significados¹⁰⁶. Mais tarde, esta maneira de encarar a arte medieval tornou-se quase uma metodologia, explicada inúmeras vezes no livro “L’image: Fonctions et Usages des Images dans L’Occident Médiéval” dirigido por Jérôme Baschet e Jean-Claude Schmitt em 1996¹⁰⁷ (e noutras obras desde então), na qual a imagem não é percebida como estática e “rasa”, sendo, antes, multidimensional, dinâmica, contraditória e, no fundo, “aberta”. É com esta consciência que partimos para a sua análise.

Neste sentido, é importante referir que Jean-Claude Bonne explica que o ornamental é uma forma de *pensamento estético* e participa na construção da imagem¹⁰⁸. Embora possa ter um significado simbólico, o ornamental, para Bonne, não é inerentemente simbólico, mas poderá assumir, tendo em conta o contexto iconográfico que o circunda, um significado, e pode *construir* significado¹⁰⁹. Bonne designa-os como *significantes flutuantes*¹¹⁰. Neste aspecto subscrevemos as ideias do autor, uma vez que as acepções de determinadas imagens, especialmente as não-canónicas, ou “marginais”, raramente poderão ser vistas como imutáveis e as hipóteses hermenêuticas alongam-se na infinitude. Todavia, pretendemos fincar a consideração de que, mesmo desprovidos de um sentido propositadamente atribuído, um dos seus papéis é assumi-lo *a posteriori*, adaptando-se a diversos contextos e subtextos. Como tal, as imagens de laçarias (fig. 7), por exemplo, podem não ter sido idealizadas com a intenção específica de *representar* a temporalidade ou, em sentido mais alargado, o elevado grau de abstracção da teologia e espiritualidade cristãs, mas poderão, ainda assim, ser alusivas às mesmas¹¹¹. Nesta dimensão iconológica e semiológica

¹⁰⁶ Paul Crossley, “Medieval Architecture and Meaning: The Limits of Iconography”, *The Burlington Magazine: Special Issue on English Gothic Art* 130, No. 1019 (Feb., 1988): 117.

¹⁰⁷ Jérôme Baschet, Jean-Claude Schmitt, dir., *L’Image: Fonctions et Usages des Images dans L’Occident Médiéval* (Paris: Le Léopard D’or, 1996).

¹⁰⁸ Jérôme Baschet, Pierre-Olivier Dittmar, dir., *Les Images Dans L’Occident Médiéval* (Turnhout: Brepols, 2015), 199, 200, 203.

¹⁰⁹ “Il n’existe pas le “forme” extérieure et surajoutée à un “contenu”, mais seulement des configurations plastiques qui tout à la fois construisent des significations, leur donne un corps sensible et rythmique et leur confère une efficace propre.” – Jérôme Baschet, Pierre-Olivier Dittmar, dir., *Les Images Dans L’Occident Médiéval* (Turnhout: Brepols, 2015), 195.

¹¹⁰ “C’est cette abstraction même qui donne à l’ornemental, au Moyen Âge, (...), sa possibilité de s’incarner aussi bien dans le plus humble motif décoratif que dans la représentation sacrée la plus élaborée.” – Jérôme Baschet, Jean-Claude Schmitt, dir., *L’Image: Fonctions et Usages des Images dans L’Occident Médiéval* (Paris: Le Léopard D’or, 1996), 239, 214, 215, 230-234.

¹¹¹ “Dans bien des images, telle signification peut-être reconnue comme présente, mais seulement à titre d’allusion, de potentialité, ce qui est bien différent d’un registre de sens explicite, assuré.” –

“flutuante” conseguimos perceber como a temática do tempo evoca e *convoca* muito significativamente a dinâmica multifacetada das funções e usos das imagens medievais a que aludimos. O tempo, como categoria estruturante, necessária e nuclear do pensamento e entendimento da realidade humana, torna-se um elemento transversal à expressão artística e narrativa/literária (é possível conceber uma imagem figurativa sem tempo? É possível conceber uma história sem tempo?), tornando-se, por esse motivo, uma categoria “escorregadia”, volúvel, flexível e adaptável de significação.

Teremos em vista, igualmente, o discernimento de como este tipo de representações se enquadraria nos programas iconográficos dos espaços sagrados¹¹² (quando estes ainda estão *in situ* ou se sabe a sua proveniência) e qual seria a sua relação com a doutrina cristã e com as crenças relacionadas com o pós-morte. Após o exame destas representações e respectiva interpretação iconográfica e iconológica, teremos em conta o local onde estas foram inseridas dentro do espaço sagrado ou, quando examinando uma imagem num elemento específico como um capitel ou um fólio, a respectiva localização no espaço disponível ou destinado à representação (nos cantos do cesto do capitel, ou em tarjas nas páginas carpete de manuscritos, etc.), bem como a sua interacção com outras imagens adjacentes no mesmo objecto ou em partes próximas do mesmo (como uma imagem na tarja de uma página carpete interage com uma imagem ao centro da mesma página, ou como uma imagem num capitel da nave de uma igreja interage com a imagem de um capitel que se encontra no mesmo tramo da nave), e as características formais da própria representação¹¹³. Com estes dados reunidos, aliados à nossa recolha e consulta bibliográfica, seremos capazes de avaliar se a imagem em análise corresponde a uma representação do tempo ou se se encontra relacionada com as concepções deste exploradas ao longo da tese. Esta é uma linha

Jérôme Baschet, Pierre-Olivier Dittmar, dir., *Les Images Dans L'Occident Médiéval* (Turnhout: Brepols, 2015), 280.

¹¹² “Aucune pensée peut-être ne semble avoir ressenti plus profondément l’horreur du vide sémantique et du hasard et ne s’est aussi patiemment attaché à relier d’un feutre serré de correspondances, de symboles, d’équivalences... tout le savoir du monde.” – Claude Gaignebet, J. Dominique Lajoux, *Art Profane et Religion Populaire au Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1985), 19.

¹¹³ “Ces différents éléments sont ainsi mis en rapport avec les emplacements et les fonctions multiples des images, mais aussi avec les fonctions pragmatiques et rituelles des lieux, des objets ou des personnes concernés. Le traitement différencié et la distribution calculée de ces dispositifs ornementaux font qu’ils servent à hiérarchiser ce qu’ils affectent, mais aussi à en accompagner (au sens musical), à en orienter et à en rythmer l’investissement rituel.” – J. Bonne *et al*, “Y a-t-il une lecture symbolique de l’ornement?”, *Perspective: Actualité en histoire de l’art*, n° 1 (2010): 29.

metodológica similar à que propõe Grazia Fachechi no seu artigo do livro “Imagens e Liturgia na Idade Média”¹¹⁴.

Com este estudo será possível contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a arte medieval portuguesa, a sua iconografia e simbologia. Será igualmente exequível trazer uma sistematização de informação sobre diversas iconografias que compõem esta iconologia temporal, com vista à formação de novas propostas e leituras acerca das mesmas e de obras ou edifícios já amplamente estudados na historiografia nacional, aos quais poderemos trazer novidades, como, por exemplo, o túmulo de D. Pedro I e o de D. Inês de Castro. Finalmente, queremos entender qual a incidência dos referidos temas no contexto artístico português e tentar encontrar a razão para tal. Este objectivo implica que, ao longo de todo o processo de investigação, procuremos estabelecer comparações entre estas e outras representações na arte medieval internacional para encontrar semelhanças e/ou delinear, caso se verifique, alguma diferença ou preferência específica da conjuntura nacional e, em caso afirmativo, propor uma justificação para tal disparidade, se possível. As metodologias que suportarão o nosso estudo passarão pela história das mentalidades, a sociologia da arte, a estética da recepção, a iconografia e a semiologia, esperando assim produzir um estudo tendencialmente multidisciplinar e munido de instrumentos teórico-metodológicos plurais ou, pelo menos, com diversas camadas reflexivas, que consideramos mais completo e rico.

5. Estrutura

De modo a estruturar o futuro texto, pretendemos colocar as várias iconografias que julgarmos que se reportam a uma determinada concepção do tempo num capítulo específico, relegando os temas iconográficos que podem ter múltiplas conotações

¹¹⁴ “(...) visto da vicino, isolato dal contesto e concluso in se, e un’istantanea sulla vita quotidiana riconoscibile da tutti, semplice, chiara, immediata; visto da lontano, inglobato in un discorso piu vasto e strutturato, si relaziona con una materia teologica o liturgica difficile, comprensibile a pochi. Si tratta in altri termini di un soggetto capace di trasmettere simultaneamente messaggi paralleli; espedienti quali la sua disposizione in relazione allo spazio e alla sua funzione nell’edificio e il senso di lettura appaiono dunque significativamente strategici e costituiscono indizi essenziali del valore dato a queste immagini.” – Grazia Fachechi, “«C’è um tempo per tutto»: il calendario monumentale figurato nel Medioevo ovvero l’agenda del buon cristiano” in *Imagens e Liturgia na Idade Média*, coord. Carla Varela Fernandes e Manuel Antonio Castiñeiras González (Ramada: Documenta, 2021), 223.

temporais para um capítulo final, explicando a excepcionalidade daquela(s) temática(s) em particular.

Após uma contextualização teórica, conceptual, historiográfica, teológica e filosófica sobre o tempo, distinguimos com dois capítulos principais as diferentes concepções de tempo, entre mundano e sagrado, nos quais se enquadram iconografias diversas, no primeiro grupo relacionadas com o quotidiano, os ciclos naturais, os fenómenos astronómicos e o calendário, e no segundo grupo, os ciclos históricos entre o Génesis e o Apocalipse, e outras concepções temporais que remetem para o sagrado e até para o esoterismo, como referimos. Consideramos que a referida organização temática será mais interessante e dinâmica, da perspectiva da análise iconográfica e iconológica e a respectiva evolução, pois beneficia a comparação entre diversos exemplos, permite o destaque dos “espécimes” mais expressivos e relevantes, contribuindo, assim, para acrescentar massa crítica a um estudo que poderia correr o risco de se tornar um mero catálogo pouco criterioso.

6. Conclusões embrionárias

Quanto a este último exercício temos já algumas conclusões a apresentar. Uma vez que nos deparamos com a escassez de testemunhos artísticos do calendário na arte medieval portuguesa, o historiador Manuel Castiñeiras González defende, nesta óptica, que a abundância de testemunhos textuais sobre a passagem do tempo no mundo ibérico revela a probabilidade de existência de um ambiente cultural que privilegiava a representação destas ideias em diferentes temas e manifestações artísticas¹¹⁵. Em Portugal poderemos facilmente verificar uma tendência para representar este tema, como de resto outros temas iconográficos, de forma mais abstracta e, por vezes, não tão convencional, o que nos poderá revelar uma simplificação visual de determinados motivos ou mensagens espirituais, dada a economia de espaço a que assistimos na maioria das igrejas medievais portuguesas. Esta economia de meios e de representação, porém, não se traduz na abdicação de um sentido simbólico complexo, manifestando, quanto a nós, uma elevada erudição e sofisticação da produção artística nacional. A necessidade de abstracção na arte medieval portuguesa revela-se sintomática, possivelmente, de uma menor laicização

¹¹⁵ Manuel Antonio Castiñeiras González, *El Calendario Medieval Hispano: Textos e Imágenes (siglos XI-XIV)* (Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996), 11, 12, 15, 22, 23, 39, 49, 76.

e de um carácter menos concreto, mundano e objectivo do conceito de tempo nesta geografia e, por isso, mais presente no âmago de dimensões como a espiritualidade, o asceticismo e no subconsciente. Esta constitui, naturalmente, apenas uma hipótese, que terá de ser confirmada e fortalecida no decorrer da investigação.

Tendo em conta o trabalho de campo realizado até então, também nos apercebemos de que a representação do tempo tem tendência para apresentar uma aparência mais abstracta na arte românica, mais literal e natural (vegetal) na arte gótica com os calendários, a vegetação cambiante e sazonal e, por fim, mais alegórica (e de certa forma simbólica) na arte manuelina, com uma profusão de motivos como o *green man*, ouroboros, alcachofras, etc. Ainda assim, todas estas características acabam por estar presentes em cada um dos períodos artísticos, apenas se destacando os vectores elencados nos períodos mencionados. Esta constitui a estrutura e linhas gerais do nosso trabalho, que poderá, naturalmente, sofrer algumas pequenas alterações durante a restante execução do mesmo.

Anexos



Figura nº1 - Green Man/Homem Verde, Capitel do Claustro de São Domingos de Guimarães, Braga, ?-1397, Autoria da Foto: Carolina Proença.

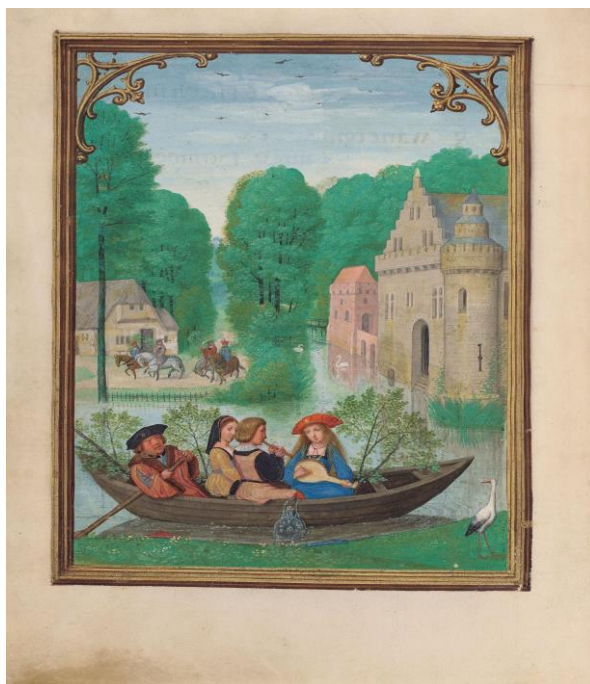


Figura nº2 – Mês de Maio, Calendário do Livro de Horas de D. Álvaro da Costa, fl. 6v, c. 1515, Simão de Bening, Ghent, Flandres (Bélgica), Morgan Library, Nova Iorque, Ms. 399, Fonte: <https://www.themorgan.org/collection/da-costa-hours>.



Figura nº3 - Capitel da Nave da Igreja Matriz de Viana do Alentejo, Évora, séc. XVI, Autoria da Foto: Carolina Proença.



Figura nº4 - Nós de Salomão na Haste do Cálice dito de D. Sancho I e D. Dulce de Aragão, 1187, Prata dourada, Oficina Portuguesa, Museu Alberto Sampaio, Guimarães, Braga, Autoria da Foto: Carolina Proença.



Figura nº5 - Roda da Fortuna, Facial da Cabeceira do Túmulo do Rei D. Pedro I, 1358-1360/1361, Mosteiro de Alcobaça, Leiria, Autoria da Foto: Carolina Proença.



Figura nº6 – Leviatã, Capitel do Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Celas, Coimbra, 2ª metade do séc. XIII, Autoria da Foto: Carolina Proença.



Figura nº7 – Entrelaçados, Tímpano do Portal Axial da Igreja do Salvador de Unhão, Porto, Finais do Séc. XII-Inícios do séc. XIII, Autoria da Foto: Carolina Proença.

Liturgia Bracarense: um olhar sobre as melodias das antífonas de comunhão

INÊS NUNES TRINDADE

Maynooth University

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a4>

Sumário

As antífonas de comunhão são o último género do Próprio da Missa, caracterizando-se por uma riqueza melódica ímpar no que concerne aos repertórios eucarísticos. Tomando este objeto de estudo como ponto de partida para a Dissertação de Mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), a autora pretende discutir as comunhões encontradas em 81 fontes de cantochão do século XII ao século XVII e preservadas nos arquivos e bibliotecas de Braga e de Guimarães, disponibilizando uma das poucas incursões pelas antífonas de comunhão em Portugal. O contexto de Braga assume-se particularmente pertinente, por um lado, por ter sido implantado pela primeira vez, na Sé da cidade, o rito romano-franco que, conseqüentemente, teve um papel importante na difusão do rito pelo restante território português; e, por outro, por se acreditar ter mantido a mesma liturgia local por quase um milénio (com pequenas alterações) – desde o séc. XII até ao segundo Concílio do Vaticano no século XX. Embora o cerne da Dissertação seja a discussão de nove comunhões-antífonas e respetivos textos que, por motivos históricos, apresentam múltiplas melodias para cada um, neste artigo apenas se discutirá, com maior pormenor, a comunhão *Oportet te*. Esta investigação propõe desvendar as transformações do cantochão bracarense numa perspetiva temporalmente transversal, nas regiões de Braga e de Guimarães, comparando-as com as conjunturas ibérica e francesa.

Palavras-chave: Cantochão, Antífonas de Comunhão, Braga, Guimarães.

Abstract

The communion antiphons are the last genre of the Proper of the Mass and are characterized by a melodic richness that is unparalleled in Eucharistic repertoires. Taking this subject as the starting point for the MA Dissertation in Musical Sciences (Historical Musicology), the author intends to discuss the communions found in 81 sources of plainchant from the 12th to the 17th century and preserved in the archives and libraries of Braga and Guimarães, providing one of the few incursions into

communion antiphons in Portugal. The context of Braga is particularly pertinent, on the one hand because the Franco-Roman rite was first established in the city's cathedral, which consequently played an important role in spreading the rite throughout the rest of Portugal; and on the other, because Braga is believed to have maintained the same local liturgy for almost a millennium (with minor changes) – from the 12th century until the Second Vatican Council in the 20th century. Although the core of the Dissertation is the discussion of nine communion-antiphons and their texts which, for historical reasons, have multiple melodies for each one, this article will only discuss, in greater detail, the communion *Oportet te*. This study aims to uncover the transformations of plainchant with a transversal perspective over the centuries, in the regions of Braga and Guimarães, comparing them with the Iberian and French conjunctures.

Keywords: Plainchant, Communion Antiphons, Braga, Guimarães.

1. A comunhão na liturgia medieval de Braga: questões, cronologia e espaço

As antífonas de comunhão são um género da Missa particularmente pertinente, pela sua riqueza melódica e diversificação estilística, que sugere a convergência entre várias filiações litúrgicas. Esta investigação sobre o cantochão bracarense acolhe, como objeto de estudo, as comunhões das fontes de cantochão datáveis entre o século XII e o século XVII e que se encontram preservadas atualmente em Braga e em Guimarães. Com o objetivo de analisar as transformações ocorridas ao longo dos séculos numa liturgia tão específica e singular, como é o caso da tradição bracarense, este estudo pretendeu, ainda, discutir as características de um género da Missa que, em Portugal, não tem atraído a atenção dos académicos¹.

O período temporal delimitado para o desenvolvimento desta investigação foi de encontro a um dos seus principais objetivos – definir as variantes melódicas dos cantos de comunhão ao longo dos séculos, no contexto de uma liturgia particular que sempre manteve grande orgulho na preservação da sua identidade espiritual e cultural. Para tal, esta investigação propôs-se a desvendar as transformações que ocorreram no

¹ A investigação apresentada neste artigo foi realizada no âmbito da Dissertação “Antífonas de Comunhão: Identidade Musical e Litúrgica nas Fontes de Braga e Guimarães do séc. XII ao séc. XVII”, defendida em junho de 2024 na NOVA-FCSH Lisboa e orientada pela Professora Doutora Elsa De Luca. Este estudo sobre os cantos de comunhão é parte integrante do projeto de I&D financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia: “*Ecos do passado: Revelando uma paisagem sonora perdida por meio de análise digital / Echoes from the Past: Unveiling a Lost Soundscape with Digital Analysis*” (2022.01957.PTDC).

cantochão bracarense ao longo do tempo, considerando as decisões tomadas no Concílio de Trento do séc. XVI, as quais viriam a reformular a liturgia romana. Assim, a análise das fontes do século XVII de Braga, que nunca foram estudadas, pôde confirmar se, efetivamente, a sua liturgia não sofreu qualquer alteração devido ao Concílio de Trento. No que diz respeito à área geográfica abrangida, foram recolhidas e analisadas comunhões atualmente preservadas em Braga e Guimarães, atendendo à proximidade das cidades, não apenas geograficamente, mas também no contexto histórico-litúrgico, desde a Idade Média. Assim, apesar do âmbito desta investigação se expandir a fontes de casas religiosas vizinhas a Braga, ou até mesmo a fragmentos com origem desconhecida, o confronto de fontes preservadas em Braga e Guimarães foi imprescindível para a compreensão da identidade musical e litúrgica bracarense. Apesar da existência de um conjunto alargado de bibliografia que abrange várias vertentes da liturgia de Braga, desde estudos sobre o seu contexto histórico à arquitetura da Sé, e até mesmo sobre as fontes musicais, carecia ainda um estudo sistemático que revelasse as características desta tradição musical.

A nível metodológico, observaram-se, primeiramente, todas as fontes presentes nos arquivos e bibliotecas de Braga e Guimarães, de forma a realizar um levantamento das antífonas de comunhão que constam nos fragmentos e códices, em notação aquitana, ‘notação portuguesa’ e quadrada. De seguida, foram escolhidas nove comunhões-antífonas como estudos de caso, discutidas na revisão de literatura, procedendo à sua transcrição, análise e comparação com outras fontes ibéricas e europeias. De facto, é este cruzamento alargado a outras fontes internacionais que permitirá perceber a identidade musical e litúrgica de Braga e Guimarães, identificando as influências e transformações dos manuscritos conservados nestas regiões de Portugal.

Este artigo pretende envolver o leitor no desenvolvimento desta investigação: explanando o contexto histórico da tradição litúrgica e musical de Braga e Guimarães, dando a conhecer as suas fontes manuscritas, demonstrando métodos de investigação da área da musicologia e apresentando alguns resultados da investigação, com um caso de estudo específico.

2. Um centro religioso em ascensão no norte de Portugal

A cidade de Braga, localizada no norte de Portugal, reflete desde cedo uma iniciativa litúrgico-musical própria, realçando-se no território da Península Ibérica. Já em meados do século VI, com a conversão dos suevos ao catolicismo ortodoxo, a região de Braga assume um rito próprio, ainda que com elementos do rito romano.

Posteriormente, no século VII, este é diluído no rito visigótico, por decisão do IV Concílio de Toledo. Contudo, a importância da igreja local é reforçada através da ação do monge-arcebispo S. Frutuoso. Após a invasão árabe, no século VIII, assiste-se à desolação do culto cristão, o qual é, mais tarde, reerguido não só por iniciativas dos bispos e condes, mas também das comunidades locais².

Posto isto, é a partir do século XI que o território bracarense denota um crescimento demográfico e económico, que se reflete no desenvolvimento da vida religiosa. Por um lado, em 1071, por ordem do bispo D. Pedro e com o auxílio do Cabido da Catedral – que se mantinha ativo na administração da diocese –, inicia-se um período de reorganização da igreja de Braga e a normalização da vida eclesiástica³. Paralelamente, após várias tentativas limitadas pelo condado da Catalunha e pelo reino de Aragão, assiste-se à substituição do rito hispano-visigótico pelo rito romano-franco na Península Ibérica, de acordo com as decisões nesse sentido tomadas no Concílio de Burgos, em 1080⁴. Deste modo, iniciou-se um processo de reformulação e mudança, que viria a expor novos textos, conteúdos, melodias e alterações na ordenação das cerimónias e dos respetivos cânticos sacros⁵.

Por conseguinte, no dia 28 de agosto de 1089, o altar-mor da Catedral de Braga, cujo projeto tinha iniciado por volta de 1070, foi solenemente sagrado pelo Bispo D. Pedro⁶. No entanto, só em 1099, com a chegada do monge S. Geraldo de Cluny, seu sucessor, é que se dá a continuação deste projeto e se procede à reorganização litúrgica, restabelecendo a dignidade metropolitana da Catedral. Neste panorama, Braga torna-se o principal centro religioso de Portugal do século XII. Tendo, pela primeira vez no território português, o novo rito romano-franco, Braga assume um papel importante

² Manuel Pedro Ferreira, Ana Maria Rodrigues, “Introdução”, in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música nos fins do Século XI à Época Tridentina*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2009), 17-21.

³ Manuel Pedro Ferreira, Ana Maria Rodrigues, “Introdução”, in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música nos fins do Século XI à Época Tridentina*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2009), 18.

⁴ Pedro Romano Rocha, *L’office divin au moyen âge dans l’Eglise de Braga: originalité et dépendances d’une liturgie particulière au moyen âge* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980), 42.

⁵ Manuel Pedro Ferreira, “A música do rito romano-franco e a sua notação musical”, in *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento* (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2008), 15.

⁶ José Custódio Silva, Luís Afonso, “A Arquitetura e a Produção Artística”, in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música nos fins do Século XI à Época Tridentina*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2009), 27-68.

na sua difusão pelas restantes regiões⁷. Não obstante, diversas regiões europeias desenvolveram costumes locais, sendo o rito bracarense um destes exemplos. Segundo Manuel Pedro Ferreira, a sua originalidade manifesta-se pela mistura particular de tradições nos seus primórdios, dominando as influências da Aquitânia e de Cluny: “Pode ver-se o costume bracarense como o representante mais estável dessa família litúrgica aquitano-cluniacense, que penetrou em maior ou menor grau quase todo o território nacional, tornando-se dominante no Porto, em Viseu, em Coimbra, e mesmo em Évora (que segregou um costume aparentado ao bracarense)”⁸.

Seguindo o pressuposto, Luís Carlos Amaral sublinha ainda que, só aquando da chegada do conde D. Henrique de Borgonha e da consequente estabilização de um quadro sociopolítico e religioso, é que se manifesta um favorável poder local, simultaneamente apoiado por e apoiante do novo bispo S. Geraldo: “E assim como o governo de D. Henrique constituiu um passo fulcral no caminho da independência do território portugalense, de igual modo as fontes parecem sugerir que a verdadeira restauração da diocese de Braga terá ocorrido pela mão de S. Geraldo, nomeadamente através do reconhecimento da dignidade metropolitana, relegando para segundo e obscuro plano a acção desenvolvida pelo bispo D. Pedro”⁹.

Com a expansão do território no tempo de D. Afonso Henriques, na direção de Coimbra e Lisboa, Braga começa a perder importância, tendo sido restabelecida apenas no século XV, assumindo um novo período de afirmação política, cultural e religiosa. Após o Concílio de Trento (1545 e 1563), espelha-se na liturgia de Braga um conservadorismo medieval que sobreviveu às reformas do Breviário (1568) e do Missal (1570), ocorridas no século XVI. De facto, segundo Elsa De Luca, a padronização litúrgica perseguida após o Concílio de Trento não sucedeu a completa erradicação de práticas litúrgicas locais: “(...) it appears that the permission to maintain local

⁷ Manuel Pedro Ferreira, Ana Maria Rodrigues, “Introdução”, in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música nos fins do Século XI à Época Tridentina*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2009), 19.

⁸ Manuel Pedro Ferreira, “A música do rito romano-franco e a sua notação musical”, in *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento* (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2008), 16.

⁹ Luís Carlos Amaral, “O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108”, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Se de Braga*, Vol. 1 (Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga, 1990), 537.

liturgical customs older than two centuries was occasionally exploited to receive an official approval of much more recent liturgical customs”¹⁰.

Paralelamente a este cenário bracarense, prosperava também nas proximidades a região de Guimarães, que deveria seguir a Sé arquiepiscopal de Braga. Contudo, segundo Manuel Pedro Ferreira: “dos fragmentos datáveis entre os séculos XII e XIV que foram entretanto estudados, não há um cujo conteúdo seja exactamente idêntico às fontes correspondentes que sobrevivem de Braga”¹¹. Com o patrocínio real, Guimarães conseguiu resistir, ao longo dos anos, à emulação litúrgica, não obstante à partilha dos mesmos livros litúrgicos de tipo aquitano-cluniacense. Posto isto, o estudo elaborado por Ferreira demonstra que, embora houvesse um entendimento litúrgico entre as duas regiões, este foi distanciado após o Concílio de Trento. “Em contraste com os bracarenses, os vimaranenses foram desde o primeiro momento favoráveis à implantação na cidade das ordens mendicantes (franciscanos e dominicanos); e no século XVI, o velho mosteiro da Costa foi revitalizado pelos frades jerónimos, para os quais uma importante colecção de livros corais foi realizada entre 1533 e 1547”¹².

Posto isto, face à obstinação de Guimarães perante um território rico, como o de Braga, cujos recursos económicos e políticos eram vastos, pretende-se esclarecer, se existem, efetivamente, diferenças litúrgico-musicais nas antífonas de comunhão entre as duas regiões. Prevê-se que, ao analisar o conteúdo melódico tanto das fontes bracarenses – já estudadas por Ferreira¹³ – como vimaranenses, seja possível esclarecer as práticas litúrgicas na região de Braga após o Concílio de Trento: “Os livros provenientes da Colegiada [em Guimarães] revelam que, no início do século XVII, a liturgia aí seguida era também romana, pós-tridentina, e não bracarense (Braga

¹⁰ Elsa De Luca, “Local Liturgical Uses”, in *Brill Handbook of Medieval Latin Liturgy*, edit. D. DiCenso and A. Irving. (Brill (No prelo) - Este artigo ainda não foi publicado. Agradeço à autora pela disponibilização antecipada do mesmo.

¹¹ Manuel Pedro Ferreira, *Harmonias do Céu e da Terra, A música nos manuscritos de Guimarães (séculos XII-XVII)* (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 81.

¹² Manuel Pedro Ferreira, *Harmonias do Céu e da Terra, A música nos manuscritos de Guimarães (séculos XII-XVII)* (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 82.

¹³ Manuel Pedro Ferreira, “A música litúrgica na diocese de Braga durante a Idade Média: estado da questão”, in *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, Vol. 2 (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010), 93-136.

manteve, depois do Concílio de Trento, o antigo costume litúrgico); as suas melodias não foram ainda estudadas”¹⁴.

3. As fontes litúrgicas de Braga e Guimarães

No que diz respeito às fontes, sabe-se que muitas destas estão preservadas no Arquivo Distrital e Municipal de Braga, assim como no Cabido da Sé. Contudo, Manuel Pedro Ferreira ressalva o facto de muitos fragmentos e manuscritos se encontrarem espalhados por todo o país, destacando-se o espólio do Arquivo Nacional Torre do Tombo e o da Biblioteca Nacional de Portugal. Sobre a tipologia de livros litúrgicos identificados, destacam-se os Breviários notados, os Antifonários do Ofício, os Missais plenários, o Pontifical (*P-BRad*¹⁵, Ms 870), bem como fragmentos de Graduais e de Breviários-Missais¹⁶. Neste seguimento, Pedro Romano Rocha desenvolveu vários estudos sobre o Ofício Divino e a investigação de João Pedro d’Alvarenga perante um fragmento de um Breviário notado bracarense do século XIII, localizado na Biblioteca Nacional de Portugal¹⁷.

Avelino Jesus da Costa traça a história de uma livraria medieval, pressupondo a existência de uma biblioteca na catedral, que continha livros manuscritos e impressos de diversas áreas, como teologia, mística, oratória, medicina, história, ciência, entre outros – adquiridos desde a fundação da escola da Sé, pelo bispo D. Pedro. Ademais, o autor sublinha que muitos livros do arquivo da Sé, dos cartórios, dos mosteiros e dos paroquial e notarial estão encadernados com pergaminhos pertencentes a antigos códices – “Para nos convenceremos desta ‘triste realidade’ basta atender a que quase todos os quinhentos e oitenta e um fragmentos bracarenses estão a servir de capa de livros encadernados antes do ano de 1612”¹⁸. Nos livros litúrgicos, foram encontrados

¹⁴ Manuel Pedro Ferreira, *Harmonias do Céu e da Terra, A música nos manuscritos de Guimarães (séculos XII-XVII)* (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 67.

¹⁵ Arquivo Distrital de Braga (*P-BRad*).

¹⁶ Manuel Pedro Ferreira, “A Música na Sé de Braga durante a Idade Média: Estado da Questão”, in *A Catedral de Braga, Arte, Liturgia e Música nos fins do Século XI à Época Tridentina*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Artes das Musas/CESEM, FCSH-UNL, 2009), 93-136.

¹⁷ João Pedro d’Alvarenga, “Fragmento de um Breviário notado bracarense do século XIII”, in *Estudos de Musicologia* (Évora: edições colibri/ Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2002), 11-35.

¹⁸ Avelino de Jesus Costa, *Fragmentos preciosos de códices medievais* (Braga: Edições Bracara Augusta, 1949), 70.

1044 fragmentos musicais, compreendidos entre os séculos XI e XV e com diversos tipos de notação.

Por sua vez, Manuel Pedro Ferreira realiza a elaboração de um espólio vimaranense, com fontes manuscritas datáveis entre os séculos XII e XVII, recolhidas na cidade de Guimarães. Atualmente, estas fontes encontram-se preservadas no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, na sociedade Martins Sarmiento, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, no Museu Alberto Sampaio e no Palácio dos Duques de Bragança. Das fontes analisadas, o autor destaca a presença de elementos que caracterizam o rito romano-franco que se praticava no sul de França. Por outro lado, os manuscritos mais recentes (séculos XVI – XVII) seguem, nos seus textos, os livros de Roma¹⁹.

Complementarmente ao estudo de fontes desta cidade, poder-se-á olhar para o artigo “Manuscritos musicais medievais e modernos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: contribuições para um catálogo”²⁰, que oferece, de uma forma geral, o conteúdo de cada manuscrito. Neste, estão analisados 303 fragmentos e 4 códices de várias tipologias: Gradual, Antifonário, Missal plenário, Breviário apontado, Hinário, Kyriale, Lecionário e Sacramentário; e que têm um espectro cronológico cujo extremo mais recuado remonta ao século XII. A organização deste estudo é realizada a partir da distribuição dos manuscritos por quatro fundos: Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Municipal, Notarial e Paroquial. O autor expõe de forma clara e bastante minuciosa as descrições de cada fragmento e códice, incluindo a sua tipologia, datação e tipo de notação musical.

Por fim, sobressai a investigação de Manuel Pedro Ferreira sobre três fragmentos conservados no Palácio Episcopal de Lamego, dos quais o segundo e terceiro se consideram ser provenientes de Braga. O segundo fragmento diz respeito a um Missal, contendo o texto e a música para o quarto domingo do Advento. É datável, aproximadamente, entre 1090 e 1120, em consequência do uso de uma notação occitânica sobre linha de ponta seca, que se encontram no norte da Península, durante este mesmo período. De resto, o autor sublinha que o Missal não deverá ter sido escrito para Lamego, levantado a hipótese de o mesmo ter sido trazido para a cidade, no período de grande influência de Braga. Manuel Pedro Ferreira parafraseia Joaquim

¹⁹ Manuel Pedro Ferreira, *Harmonias do Céu e da Terra, A música nos manuscritos de Guimarães (séculos XII-XVII)* (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 67.

²⁰ Diogo Alte da Veiga, “Manuscritos musicais medievais e modernos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: contribuições para um catálogo”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, nº 3 (2018): 80-111.

Bragança, que insiste na importância desta fonte para o estabelecimento da variante de Braga da Liturgia Romana, isto é, uma liturgia influenciada pela presença de São Geraldo de Aquitânia, que substituiu o rito romano-franco pelo rito Hispânico. Por fim, após uma análise aprofundada do conteúdo litúrgico-musical, Ferreira conclui que as fontes que apresentam maior número de concordâncias com Lamego são Braga, Saint-Yrieix e Toulouse, não obstante este segundo fragmento de Lamego aparenta ser independente²¹.

Por sua vez, o terceiro fragmento corresponde a um bifólio, originalmente de um antifonário, possivelmente escrito em finais do século XII ou inícios do século XIII. Este fragmento contém os responsórios, ainda que incompletos, das leituras de inícios de setembro do Livro de Jó. Comparando com outras fontes do norte e centro da Europa, o autor percebeu que as anomalias que pensava existirem no fragmento de Lamego eram, na verdade, uma ilustração da tradição do sul de França. Foram encontradas concordâncias com fontes de Arles, Évora, Saint-Martial de Limoges, St. Gallen, Saint-Denis, Huesca e Toledo²².

3. 1. As antífonas de comunhão nas fontes de Braga e Guimarães

No âmbito desta investigação, observaram-se todos os manuscritos de cantochão conservados nas bibliotecas e arquivos de Braga e Guimarães, totalizando 498 fontes, referentes tanto ao Ofício Divino como à Missa. Por conseguinte, foi focado o repertório da comunhão, totalizando 81 manuscritos: 38 fragmentos em notação aquitana, 18 fragmentos em notação aquitana variante “portuguesa” e 25 fontes em notação quadrada: 12 fragmentos e 13 códices (Anexo 1).

Deste levantamento, constata-se que o Arquivo Distrital de Braga conserva a maioria dos fragmentos em notação aquitana. Por sua vez, no Arquivo do Cabido da Sé de Braga (*P-BRs*), conserva-se um Gradual completo, composto por quatro volumes (Ms 35, Ms 36, Ms 37 e Ms 38), escrito entre 1637 e 1643 e pertencente à Sé de Braga²³. O primeiro códice, Ms 35, inclui o ciclo temporal desde o 1º domingo de Advento até à festa de São Nicolau. Seguidamente, o Ms 36 inclui as festividades desde o Domingo

²¹ Manuel Pedro Ferreira, “Three Fragments from Lamego”, *Revista de Musicologia* 16, nº 1 (1993): 457-476.

²² Manuel Pedro Ferreira, “Three Fragments from Lamego”, *Revista de Musicologia* 16, nº 1 (1993): 466-467.

²³ Manuel Pedro Ferreira, “A música litúrgica na diocese de Braga durante a Idade Média: estado da questão”, in *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, Vol. 2 (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010), 93-136.

de Ramos até ao 23º domingo depois de Pentecostes. Por sua vez, o Ms 37 e o Ms 38 contemplam o ciclo Santoral, iniciando-se o primeiro com a Vigília de Santo André e abrangendo até ao dia do Anjo da Guarda, enquanto o segundo contém as festividades desde a vigília do comum dos Apóstolos até ao dia da Santíssima Trindade. Também neste arquivo, conserva-se o Gradual dominical de Braga Ms 34, datável entre 1510 e 1515, que tem o conteúdo litúrgico desde o 1º domingo do Advento à Missa da Nossa Senhora das Dores.

No que diz respeito às fontes vimaranenses, destaca-se o Museu Alberto Sampaio (*P-Gmas*), por conter seis códices: dois de tradição jerónima do século XVI e quatro do século XVII. Os dois primeiros referem-se ao LC 3 (ciclo Temporal) e ao LC 11 (ciclo Santoral), dois manuscritos provenientes do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, entregue à Ordem dos Jerónimos em 1528, tendo pertencido, desde o século XII, aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho²⁴. Sendo de padroado régio, esta colegiada sobressaiu no conjunto de colegiados da Arquidiocese de Braga, por dispor de bens avultados e de uma certa independência, opondo-se mesmo aos Arcebispos de Braga²⁵. Os restantes quatro – LC 1, LC 2, LC 13 e LC 19 – são manuscritos provenientes da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, uma das principais instituições da vida religiosa da cidade desde o século XII.

Por fim, a respeito dos códices analisados, registam-se ainda dois volumes conservados no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (*P-G*). O C 1508 é um Gradual de 1547 originário do Mosteiro de São Marcos de Coimbra. Foi utilizado, maioritariamente, no Mosteiro de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, mas é proveniente da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, também em Guimarães. Contém o conteúdo do Temporal (2º volume) e faz conjunto com o códice LC 3 do Museu de Alberto Sampaio (1º volume). São ambos de origem jerónima e utilizados no Mosteiro de Santa Marinha da Costa. Por sua vez, C 1509 é um Gradual-Antifonário (tradição jerónima), datável entre o século XVII e XVIII e pertence ao fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Contém o Próprio dos Santos (sobretudo festas de devoção mariana), conjugando composições musicais do Gradual e do Antifonário²⁶.

²⁴ Eduardo Magalhães, *Os Livros de Cantochoão dos séculos XVI e XVII do Museu de Alberto Sampaio* (Coimbra: Faculdade de Letras, 2001).

²⁵ Diogo Alte da Veiga, “Manuscritos musicais medievais e modernos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: contribuições para um catálogo”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, nº 3 (2018): 80-111.

²⁶ Diogo Alte da Veiga, “Manuscritos musicais medievais e modernos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: contribuições para um catálogo”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, nº 3 (2018): 80-111.

Relativamente aos fragmentos, estes estão maioritariamente conservados no Arquivo Distrital de Braga (37 dos 68 fragmentos) e, em Guimarães, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (21 dos 68).²⁷ Datáveis entre os séculos XII e XV, encontram-se, predominantemente, em bom estado de conservação, sendo que os danos que apresentam remetem, por exemplo, para sinais de desgaste, tinta desaparecida, sujidade, etiquetas das bibliotecas e furos feitos durante o processo de encadernação. Segundo Elsa De Luca, no século XVI, com o florescimento da notação quadrada, os fólhos dos códices em notação aquitana começaram a ser reutilizados para a encadernação de livros. Ademais, 33 fragmentos (com conteúdo tanto do Ofício Divino como da Missa) conservados atualmente no Arquivo Distrital de Braga foram preservados em locais num raio de distância de 100 km da cidade, apontando para a hipótese de os fragmentos terem permanecido na região, ao longo dos séculos²⁸. No que concerne à datação das fontes analisadas de Braga e Guimarães²⁹, observa-se uma predominância de manuscritos dos séculos XII e XIII, com um total de 56 fontes. Por outro lado, cinco são do séc. XVI, nove do séc. XVII e uma minoria dos séculos XIV e XV.

3. 2. Notação musical: aquitana, portuguesa e quadrada

Com a implantação do rito romano-franco na Península Ibérica, no século XI, a notação musical utilizada desde então foi a notação aquitana³⁰. Após a investigação de Solange Corbin, em 1952, sobre a notação de um conjunto de trinta fragmentos e códices portugueses, datados maioritariamente dos séculos XIII a XV, foi cunhada a expressão “notação portuguesa” à notação observada e analisada, dada a particularidade da representação do meio-tom, através de um losango³¹. Já a notação quadrada remete-nos para o século XII. Não obstante, foi só no século XVI que suplantou definitivamente a notação aquitana, tendo as duas notações, aquitanas e

²⁷ Os restantes encontram-se no Arquivo Municipal de Braga (5 dos 68), no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia (3 dos 68) e no Arquivo do Cabido da Sé (2 dos 68).

²⁸ Elsa De Luca, “Aquitanian Notation in Iberia: Plainchant Fragments in Braga and Guimarães (11th-15th century)”, *Revue de musicologie* 106, nº 2 (2020): 329-372.

²⁹ Como parte desta investigação, as datações dos manuscritos foram consultadas na Portuguese Early Music Database e no apoio bibliográfico das obras referidas nas notas nº 15, 19, 23 e 26.

³⁰ Uma notação diastemática, na qual as notas estão dispostas verticalmente, apenas sendo possível a perceção de intervalos.

³¹ João Pedro d’Alvarenga, “Breves notas sobre a representação do meio-tom nos manuscritos litúrgicos medievais portugueses, ou o mito da «notação portuguesa»”, in *Canto Sacro Medieval: do Japão a Portugal*, ed. Manuel Pedro Ferreira (Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2008), 203-219.

quadrada, coexistido durante alguns séculos. A relevância em estudar as fontes bracarenses é, paralelamente ao estudo do conteúdo litúrgico-musical, imprescindível para a perceção das transformações das notações que ocorreram na Península Ibérica ao longo dos séculos. Ademais, Elsa De Luca sublinha que ao estudar-se os fragmentos de Braga e Guimarães revelar-se-ão aspetos históricos sobre a notação aquitana que não se desvendariam ao estudar apenas os manuscritos escritos no sul de França³².

Na região de Braga e Guimarães, identificaram-se 38 manuscritos em notação aquitana, 18 em notação aquitana de variante portuguesa e 24 em notação quadrada. A investigação sobre as melodias dos cantos de comunhão permitirá observar as transformações que ocorreram ao longo de séculos, num repertório específico, geograficamente localizado, permitindo perceber como ocorreu a adaptação das melodias do sistema de notação neumática aquitana para o sistema de notação quadrada, no início da Idade Moderna.

4. Metodologias: intercâmbio entre métodos de investigação tradicionais e digitais

As fontes atualmente conservadas nos arquivos e bibliotecas das cidades de Braga e Guimarães foram observadas digitalmente. No que concerne aos manuscritos de cantochão (datadas até ao século XVI), o registo fotográfico foi realizado durante os projetos *Levantamento Digital do património musical manuscrito (antes de 1600)* (POCTI/EAT/46895/2002) e *Intercâmbios musicais, 1100-1650: A circulação de música antiga na Europa e além-mar em fontes ibéricas ou conexas* (PTDC/EAT-MMU/105624/2008), coordenados pelo investigador Professor Doutor Manuel Pedro Ferreira. Por sua vez, os livros manuscritos do século XVII foram fotografados pela equipa do projeto *Ecos do passado: Revelando uma paisagem sonora perdida por meio de análise digital* (ECHOES), em outubro de 2023 (2022.01957.PTDC).

Tendo como objeto de estudo as antífonas de comunhão, esta investigação tem dois pontos de observação: o repertório geral de cantos encontrados em Braga e Guimarães e um estudo de caso de comunhões-antífonas. Metodologicamente, procedeu-se, primeiramente, à elaboração de uma tabela do levantamento das comunhões, com os seguintes dados descritivos: indicação da fonte, datação, festa litúrgica, Cantus ID, modo, tipo de notação, texto (versão original do manuscrito) e eventuais comentários e observações, bem como a referência da indexação na

³² Elsa De Luca, “Aquitania Notation in Iberia: Plainchant Fragments in Braga and Guimarães (11th-15th century)”, *Revue de musicologie* 106, nº 2 (2020): 331.

Portuguese Early Music Database (PEM)³³, se for o caso. Para tal, uma vez que nem todas as fontes se encontram catalogadas, foi necessário observar todos os manuscritos de Braga e Guimarães, tendo passado por um total de 498 fontes, tanto do Ofício Divino como da Missa. Foram identificados os seguintes manuscritos que contêm cantos de comunhão: na região de Braga, foram observados 37 fragmentos do Arquivo Distrital, cinco fragmentos do Arquivo Municipal, e dois fragmentos e cinco códices do Arquivo do Cabido da Sé. Por sua vez, de proveniência vimaranense, foram observados 21 fragmentos e dois códices do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, três fragmentos do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia e seis códices do Arquivo do Museu Alberto Sampaio – totalizando 81 fontes.

Posteriormente, com um total de 932 registos de cânticos de comunhão recolhidos nas fontes mencionadas, dos quais 240 são apenas rubricas e 692 são cantos com texto e melodia, procedeu-se à catalogação das comunhões a partir do seu texto, utilizando como referência o catálogo *Cantus Index*³⁴, que resultou, por sua vez, na recolha de 182 Cantus ID³⁵. De seguida, tendo sido recolhido um total de 692 antífonas de comunhão com melodia, iniciou-se uma fase de comparação melódica, recorrendo à ferramenta informática *Graduale Synopticum* (GS)³⁶, que permitiu comparar cada uma das melodias perante algumas fontes de cantochão representativas de outras regiões geográficas europeias, nomeadamente *F-Pn*³⁷ lat. 776 (do séc. XI), *F-Pn* lat. 903 (do séc. XI), *F-Mof*³⁸ H. 159 (do séc. XI), *I-BV*³⁹ VI.34 (do séc. XII), *I-BV* VI.40 (do séc. XI), *I-MOd*⁴⁰: O.I.7 (séc. XI-XII), *A-Gu*⁴¹: Ms 0807 (séc. XII) e *A-Z*⁴² 196 (por volta do séc. XIV). Assim, foi possível fazer uma triagem, agrupando as melodias em sete grupos, de acordo com o tipo de variações observadas em cada uma.

De modo a aprofundar a transmissão melódica das comunhões em Braga e Guimarães, foram escolhidos alguns estudos de caso para analisar. Esta seleção foi baseada numa leitura cuidadosa do estado da arte, nomeadamente em estudos e

³³ Disponível para consulta em: <https://pemdatabase.eu/>.

³⁴ Disponível para consulta em: <https://cantusindex.org/>.

³⁵ O Cantus ID é um número identificativo de um único texto, sem melodia associada.

³⁶ O *Graduale Synopticum* é uma ferramenta *online* que torna o repertório da Missa acessível numa edição sinóptica de texto de música, através de transcrições de manuscritos do contexto europeu.

³⁷ Paris, Bibliothèque Nationale.

³⁸ Montpellier, Faculté de Médecine de l'Université.

³⁹ Benevento, Biblioteca Capitolare.

⁴⁰ Modena, Biblioteca capitolare e Archivio del Duomo.

⁴¹ Graz, Universitätsbibliothek.

⁴² Zwettl-Niederösterreich, Bibliothek und Musikarchiv.

referências de Keith Fleming, Charles Downey⁴³, Ruth Steiner⁴⁴ e James McKinnon⁴⁵. Posto isto, as nove comunhões escolhidas para a análise dizem respeito a casos particulares deste repertório. Na sua investigação, James McKinnon destacou 10 comunhões⁴⁶, presentes no *Antiphonale Missarum Sextuplex* de René-Jean Hesbert, por apresentarem uma melodia predominantemente silábica. Consequentemente, comparando estas 10 melodias de comunhão com melodias de antífonas encontradas em 13 Antifonários⁴⁷, concluiu-se que sete destas comunhões partilham o mesmo texto e a mesma melodia com o repertório das antífonas do Ofício⁴⁸. No caso das restantes três⁴⁹, foram apenas identificadas concordâncias textuais entre os dois repertórios do Ofício e da Missa⁵⁰. No repertório de comunhões de Braga e Guimarães, foram encontradas nove destas 10 comunhões-antífonas com texto do Evangelho, mencionadas pelo autor⁵¹.

Haverá também a considerar que cinco destas têm ainda a particularidade de quebrarem o ciclo de comunhões sálmicas da Quaresma, por terem o texto retirado do Evangelho – esta altura do ano litúrgico é caracterizada por uma organização sequencial de comunhões com textos tirados do saltério, mas, nalguns dias da Quaresma, os textos têm uma origem diferente⁵².

Deste modo, por serem melodias que migraram do Ofício Divino para a Missa, é de notar uma conjuntura melódica heterógena, na qual se encontram tanto melodias

⁴³ Charles T. Downey, Keith A. Fleming, “Some Multiple-Melody Communions with Texts from the Gospels”, *Études grégoriennes* 33 (2005): 5-74.

⁴⁴ Ruth Steiner, “Epulari autem et gaudere oportebat”, *Western Plainchant in the First Millennium, Studies in the Medieval Liturgy and its Music*, coord. Sean Gallagher, James Haar, Timothy Striplin, (Farnham, Ashgate, 2003): 331-349.

⁴⁵ James McKinnon, “The Eighth-Century Frankish-Roman Communion Cycle”, *Journal of the American Musicological Society* 45, nº 2 (1992): 179-227.

⁴⁶ James McKinnon, “The Eighth-Century Frankish-Roman Communion Cycle”, *Journal of the American Musicological Society* 45, nº 2 (1992): 179-227.

⁴⁷ Hartker, Berlin 40047, Mt-Renaud, Durham C. 2, Bamberg 23, Ivrea 106, Monza 12.75, Verona 98, Rheinau 28, Paris 17296, Paris 12584, Add. 30850, Ben. 21.

⁴⁸ *Mirabantur, Oportet te, Nemo te, Spiritus sanctus, Spiritus qui, Vos qui secuti e Nos autem.*

⁴⁹ *Qui biberit, Lutum fecit e Videns dominus.*

⁵⁰ Contudo, James McKinnon ressalva que, por terem sido identificadas como um grupo de comunhões com texto do Evangelho da Quaresma e partilharem o mesmo estilo silábico, pode considerar-se que, se duas delas foram emprestadas do repertório das antífonas, as cinco poderão ter sido.

⁵¹ Não foi identificada em nenhuma fonte a comunhão *Nos autem*.

⁵² Os dias da semana nos quais esta exceção ocorre não refletem nenhuma justificação particular, sendo os mesmos: sábado da segunda semana, sexta-feira e sábado da terceira semana e quarta e sexta-feira da quarta semana.

com o modelo silábico das antífonas do Ofício, como outras mais desenvolvidas, compostas *a posteriori*. Downey e Fleming defendem que os cantores desenvolveram novas melodias com um estilo melódico mais elaborado, para substituírem as comunhões-antífonas com estilo silábico que tinham sido transferidas do repertório do Ofício⁵³.

Esta circunstância proporcionou a disseminação de múltiplas melodias do mesmo texto de comunhão. No contexto português, especificamente em Braga e Guimarães, espera-se que a variedade de melodias, isto é, a análise de variações melódicas e de melodias diferentes, reflita as influências na construção de uma identidade musical e litúrgica desta região ao longo dos séculos.

5. Índice da dissertação

Introdução

1. Contextualização e revisão de literatura

1.1. A liturgia de Braga e Guimarães e as suas fontes

1.2. A notação: aquitana, portuguesa e quadrada

1.3. Estudos de repertório das antífonas de comunhão

1.3.1 Casos particulares: comunhões-antífonas e comunhões-responsórios

1.3.2 Casos particulares: as cinco comunhões com texto do Evangelho da Quaresma

Metodologias

2. As antífonas de comunhão nas fontes de Braga e Guimarães

2.1 O culto dos santos em Braga

2.2 Variações textuais e melódicas: comentários a partir da tabela de levantamento de antífonas de comunhão

3. As antífonas de comunhão

3.1 Análise das melodias

3.2 Análise das melodias: estudos de caso

3.2.1 *Oportet te*

3.2.2 *Qui biberit*

3.2.3 *Nemo te*

3.2.4 *Lutum fecit*

3.2.5 *Videns dominus*

⁵³ Charles T. Downey, Keith A. Fleming, "Some Multiple-Melody Communions with Texts from the Gospels", *Études grégoriennes* 33 (2005): 5-74.

3.2.6 *Mirabantur*

3.2.7 *Spiritus sanctus*

3.2.8 *Spiritus qui*

3.2.9 *Vos qui secuti*

4. Identidade musical e litúrgica das antífonas de comunhão analisadas, preservadas em Braga e em Guimarães

Conclusão

Referências

Anexo I: Fontes preservadas em Braga e Guimarães, que contêm antífonas de comunhão

Anexo II: Levantamento das antífonas de comunhão nas fontes estudadas

Anexo III: Categorias da comparação realizada entre as fontes de Braga e Guimarães e as fontes do *Graduale Synopticum*

Anexo IV: Síntese da análise melódica entre as fontes de Braga e Guimarães e os manuscritos da Península Ibérica e França

6. Análise das melodias

6. 1. Variações textuais e melódicas: comentários a partir das comparações realizadas com o *Graduale Synopticum* e o *Cantus Index*

As comparações realizadas com as bases de dados *Graduale Synopticum* e *Cantus Index* permitiram retirar algumas conclusões sobre as características textuais e melódicas do repertório de Braga, através da comparação com outros manuscritos europeus.

A nível textual, a partir do levantamento do registo de comunhões nas fontes de Braga e Guimarães, observaram-se 13 registos de comunhões com variações. Observando as fontes presentes no *Cantus Index*, evidenciam-se casos com mais concordâncias destas variações com manuscritos conservados em vários locais do território europeu, como França, Espanha, Polónia, Suíça, entre outros. No entanto, interessa atentar os casos nos quais o número de concordâncias é menor, pela hipótese de fornecerem alguma informação adicional sobre a comunhão (e melodia) presentes nas fontes associadas a esta investigação. Estes são: *Pacem relinquo* (g01105.1); *Qui manducat* (g01177.1); *Lux aeterna* (g01576.1). O primeiro diz respeito à alteração textual consequente à reforma tridentina, que se encontra no Missal de 1570 e está presente no

códice conservado em Guimarães C 1508, em notação quadrada⁵⁴. Apresenta-se, também, no Cantus ID, com a mesma variação textual de um códice conservado na Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, em notação quadrada, não obstante a sua diferenciação melódica. Possivelmente, esta última melodia é também pós-tridentina, enquanto que a melodia do manuscrito vimaranense é aquitana. *Qui manducat* responde, de igual forma, à correção textual do Missal de 1570⁵⁵. Está presente em quatro códices em notação quadrada do século XVII: Ms 35 e Ms 36 de Braga, e LC 2 e LC 3 de Guimarães. A concordância aqui encontrada foi, novamente, estabelecida com dois manuscritos em notação quadrada de Vila Viçosa. Para concluir estes casos de variações textuais, a comunhão *Lux aeterna*, existente no volume Ms 38 do Gradual de Braga, apresentou a mesma variação textual de dois manuscritos jerónimos: *P-Ln*⁵⁶ L.C. 265 (1ª metade do século XVI) e *US-PH*⁵⁷ Lewis E 232 (século XVII?). Ademais, denota-se a semelhança melódica entre Ms 38 e os códices jerónimos, apresentando a mesma melodia com algumas diferenças na elaboração de um melisma⁵⁸ e da cadência final.

Por sua vez, relativamente às melodias, o caso mais intrigante foi o dos quatro volumes do Gradual de Braga do século XVII. Para além de haver melodias diferentes para um mesmo texto, demonstrando a riqueza musical do Gradual preservada pelos monges bracarenses, acontece também que um mesmo texto tem, por vezes, melodias aquitanas de manuscritos datados do séc. XI-XIII e, por outras, melodias novas ainda não identificadas. Veja-se o seguinte caso da comunhão *Benedicimus deum*, com uma melodia nova no volume Ms 36 e com uma melodia aquitana no volume Ms 38 (Anexo 2).

Esta prática demonstra um gosto pela preservação do repertório musical medieval em manuscritos ‘tardios’, isto é, em manuscritos pós-tridentinos que deveriam seguir as decisões da reforma. Após o Concílio de Trento e a impressão do Missal de 1570, houve um florescimento na atividade musical litúrgica e na publicação de novas edições de livros para a Missa e para o Ofício Divino⁵⁹. Um confronto entre as melodias ‘novas’ de Braga identificadas nesta Dissertação e as edições pós-Tridentinas é

⁵⁴ *Pacem meam do vobis* [...] *pacem relinquo vobis* foi corrigido para *Pacem relinquo vobis* [...] *pacem meam do vobis*.

⁵⁵ *Qui manducat carnem meam et bibit sanguinem* foi corrigido para *Qui manducat meam carnem et bibit meum sanguinem*.

⁵⁶ Biblioteca Nacional de Portugal.

⁵⁷ Parkway Central Library, Music Department, Philadelphia.

⁵⁸ Em -num- de *aeternum*, Ms 38 elabora uma versão mais simples.

⁵⁹ Theodore Karp, *An Introduction to the Post-Tridentine Mass Proper – Part 1* (Winsconsin: American Institute of Musicology, Inc., 2005)

imprescindível, de modo a perceber as suas origens e o gosto musical na Catedral de Braga.

6. 2 Comunhões-antífonas: um estudo de caso

Um número surpreendente de comunhões revelam ter um papel litúrgico duplo, isto é, tanto se encontram no repertório da Missa como no repertório do Ofício Divino. Devido à sua conjuntura histórica, no âmbito da Dissertação foram escolhidas as comunhões-antífonas como estudo de caso, por apresentarem múltiplas melodias para o mesmo texto, refletindo assim uma maior relevância de serem analisadas. A análise da comunhão que se segue servirá de exemplo deste estudo realizado.

Oportet te (g00743) é a antífona do sábado da segunda semana da Quaresma. O texto é retirado do Evangelho de São Lucas (15, 32). Esta comunhão aparece num fragmento em notação aquitana do século XII, conservado no Arquivo Distrital de Braga, Pastas 243, f. Br, e em três códices em notação quadrada mais tardios de Braga e Guimarães: *P-Gmas* LC 3 (1547), f. 78v, *P-Gmas* LC 2, f. 51r-51v (1610-1614) e *P-BRs* Ms 35, f. 121r-121v (1643). Observadas as fontes, constatou-se que a melodia de Pastas 243 é igual à melodia de LC 3, com variações menores. Neste estudo de caso, esta melodia será referenciada como melodia A, de modo a tornar a descrição e análise mais percutíveis. Por conseguinte, a melodia de LC 2 será a melodia B e a de Ms 35 será a melodia C. De seguida encontram-se as transcrições destas fontes, assim como as transcrições de *F-Pn* Lat. 776, f. 43v (representativo da tradição aquitana) e *P-Ln* Iluminado 84, f. 62r (em notação quadrada, representativo da tradição norte francesa), (veja-se a transcrição no Anexo 3).

Tal como observado no GS, confirma-se que a melodia presente em Lat. 776, na Pas. 243 e no códice jerónimo LC 3, é a melodia A, ainda que com algumas diferenças: a primeira é aquela em que a melodia de LC 3 e das Pas. 243 tem mais duas notas na sílaba -por- de *oportet*. Esta variação melismática está também presente nos códices provenientes do Mosteiro de San Millán de la Cogolla, em La Rioja, datados do século XII – *E-Mh*⁶⁰ Cód. 18 e *E-Mh* Cód. 51 –, bem como no Missal de Salamanca da segunda metade do século XII proveniente de Astorga – *E-SAu*⁶¹ Ms 2637. Veja-se o exemplo do *incipit* destes manuscritos no Anexo 4).

De facto, sendo Astorga uma sufragânea de Braga, encontram-se muitas semelhanças entre o Missal de Salamanca e as fontes bracarenses. A hipótese elaborada

⁶⁰ Biblioteca de la Real Academia de la Historia, Madrid.

⁶¹ Biblioteca General Histórica (Universidad de Salamanca), Salamanca.

por Manuel Pedro Ferreira⁶² é confirmada com a comparação realizada das nove comunhões-antífonas, tendo sido observadas concordâncias entre o Missal Ms 2637 e as fontes de Braga (Pas. 1, Pas. 9, Pas. 46, Pas. 118, Pas. 243, Ms 34) e de Guimarães (P 207, LC 1, LC 3).

7. Identidade litúrgica e musical de Braga: confronto entre melodias pré e pós-Trento

O termo ‘identidade’ é compreendido pelo conhecimento das características que constituem a prática cultural e social de uma comunidade. A construção de uma ideia sobre a identidade musical e litúrgica do repertório de cantochão de Braga e Guimarães exige um estudo pormenorizado de melodias de vários géneros litúrgicos, tanto da Missa como do Ofício Divino. No caso desta investigação, pretende-se perceber as características melódicas das antífonas de comunhão das fontes preservadas em Braga e em Guimarães, identificando as variantes locais e regionais do repertório.

Embora se esperasse que uma relação estreita entre Braga e Guimarães, não só pela proximidade das duas regiões, mas também pela segunda pertencer à Sé arquiiepiscopal de Braga, Manuel Pedro Ferreira tinha já referido que, dos fragmentos datáveis entre o século XII e XIV, nenhum era exatamente igual às fontes bracarenses⁶³. Com a análise realizada nesta Dissertação, corrobora-se a ideia do autor a partir da transcrição realizada dos fragmentos *P-G P 207* e *P-BRad Pastas 118* que, embora tenham a mesma melodia, apresentam uma variação textual e melódica com a ausência da palavra *quam* na fonte conservada em Guimarães. Relativamente às fontes dos séculos XVI e XVII, observou-se que nenhuma melodia de Guimarães (*P-Gmas LC 1*, *LC 2* e *LC 3*) é igual às dos volumes do Gradual do século XVII de Braga (*P-BRs Ms 35*, *Ms 36*, *Ms 37* e *Ms 38*). Esta situação sobre a identificação de melodias novas em fontes tardias poderá ser uma consequência da reforma humanista do cantochão: os efeitos

⁶² Segundo Manuel Pedro Ferreira, este manuscrito é proveniente de Astorga, e enquadra-se na tradição aquitana-ibérica, com a indicação do meio tom através do *punctum* inclinado. Durante o século XII, no reinado de D. Afonso Henriques (c. 1106-1185), a cidade de Astorga estava dependente da arquidiocese de Braga. Contudo, a análise do conteúdo litúrgico deste manuscrito indicou concordâncias com o praticado no norte de França, de onde o primeiro bispo romano-franco de Astorga era natural. Veja-se Manuel Pedro Ferreira, “Digital Matters: Early Iberian Manuscripts from the Lisbon Vantage Point”, *Journal of Medieval Iberian Studies* 14, nº 1 (2022): 68-81.

⁶³ Manuel Pedro Ferreira, *Harmonias do Céu e da Terra, A música nos manuscritos de Guimarães (séculos XII-XVII)* (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 81.

desta reforma consistem principalmente no corte de melismas e na sua localização em sílabas acentuadas. Contudo, a singularidade destas melodias merece um estudo aprofundado, de modo a esclarecer se os volumes do livro seguiram as preocupações da reforma litúrgico-musical discutidas em Trento, representando alguma das edições que se espalharam pela Europa no século XVI ou se apresentam melodias próprias, que possam ter sido encomendadas a compositores regionais ou nacionais.

Paralelamente, no território espanhol, constatou-se a concordância entre as melodias de Guimarães, quando observados os manuscritos provenientes do Mosteiro de San Millàn de la Cogolla, em La Rioja (*E-Mh* Cód. 18, Cód. 45 e Cód. 51), do Mosteiro de Sant Pere d'Àger (M 1147), de Cartuxa de Valldemossa, em Maiorca (Ms. 3180), de Toledo (Mss. 1361) e de Astorga (Ms 2637).

Quanto aos manuscritos com filiação aquitana, foram notados os fragmentos do Arquivo Distrital de Braga, datados entre os séculos XI e XIII (Pastas 1, Pastas 9, Pastas 46, Pastas 118, Pastas 243) e um fragmento de Guimarães (*P-G* P 207) do século XIV-XV, tendo sido possível traçar um percurso das fontes pré-tridentinas entre Aquitânia, Espanha e Braga.

Por outro lado, as fontes de cantochão dos séculos XVI e XVII assumem já um carácter mais regional, espelhando várias melodias diferentes. Contudo, notou-se, tanto na PEM, como na *Spanish Early Music Manuscripts Database*, que os textos destas comunhões são, maioritariamente, assinalados em fontes datáveis entre os séculos XI e XVI, querendo isto dizer que os códices do século XVII da Sé de Braga mantiveram os textos das comunhões medievais, alterando algumas melodias.

Esta investigação acerca da tradição do cantochão que se apropriou, como objeto de estudo, das antífonas de comunhão preservadas em Braga e em Guimarães, revelou a riqueza melódica deste género litúrgico, permitindo desvendar alguns dos caminhos que livros, pessoas e orações percorreram durante a Idade Média e o início da Idade Moderna. As comunhões de Braga e Guimarães confirmam a estreita e profunda ligação com a tradição de cantochão aquitana, mas também apontam para uma identidade peninsular, num cruzamento de tradições e melodias com outros lugares ibéricos, igualmente suscetíveis de receber a influência musical do Sul da França e de desenvolver regionalismos e práticas locais consequentes, quer à permanência de uma transmissão musical baseada na oralidade e na escrita, quer nas intervenções, mais ou menos voluntárias, dos escribas que registavam as melodias. O estudo de caso das melodias das comunhões-antífonas permitiu classificar estas nove comunhões em três categorias: melodias aquitanas, melodias ibéricas e possíveis melodias locais. Ao primeiro grupo pertencem as melodias dos fragmentos das *P-BRad* Pastas 1, *P-BRad*

Pastas 9, *P-BRad* Pastas 46, *P-BRad* Pastas 118, *P-BRad* Pastas 243, *P-G P* 207 e do códice *P-Gmas* LC 3 (com as comunhões *Oportet te*, *Nemo te* e *Videns dominus*). Relativamente às melodias ibéricas, encontraram-se semelhanças com as melodias dos fragmentos do Arquivo Distrital de Braga e do fragmento do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta de Guimarães, bem como nos códices *P-BRs* Ms 34, *P-G C* 1508, *P-Gmas* LC 1, *P-Gmas* LC 2, *P-Gmas* LC 3 e *P-Gmas* LC 11. Melodias novas distinguiram-se no fragmento das *P-BRad* Pastas 8 e nos códices *P-BRs* Ms 35, *P-BRs* Ms 36 e *P-Gmas* LC 19.

Igualmente importante entre os resultados desta investigação, é a identificação da peculiaridade das melodias encontradas no Gradual completo, composto por quatro volumes (Ms 35, Ms 36, Ms 37 e Ms 38), escrito entre 1637 e 1643, pertencente à Sé de Braga. As melodias singulares encontradas nestas fontes desafiam profundamente a ideia de uma continuidade e estabilidade litúrgica e musical na região, que se perpetuou ao longo dos séculos. No que diz respeito à reforma tridentina do século XVI, sabe-se que houve, em Braga, uma grande resistência por parte do Cabido da Sé, que recusava os decretos reformadores, nomeadamente “os que diziam respeito às visitas pastorais, à obrigatoriedade de residência, à limitação na acumulação de benefícios e à criação do seminário”⁶⁴. Sobre a implementação dos novos livros litúrgicos – *Breviarium Romanum* (1568) e *Missale Romanum* (1570) – a diocese de Braga, a par das de Milão, Toledo, Lyon, Liège, Tréveris e Colónia, mantiveram a *consuetudo* própria⁶⁵.

8. Conclusão

Esta investigação no intrincado mundo das comunhões medievais contribuiu, por um lado, para a definição das características específicas deste género litúrgico em território ibérico e, por outro, para desvendar a criatividade dos cantores incentivados a completar as lacunas da tradição, com novas melodias para acompanhar o momento mais importante da missa, a solene comunhão. Observadas as fontes pós-tridentinas, datáveis entre o século XVI e o século XVII, constatou-se que os manuscritos preservados no Arquivo do Cabido da Sé, embora tenham melodias novas, continuam também a preservar melodias de tradição aquitana medieval do século XI. Por outro lado, as fontes que atualmente se encontram em Guimarães apresentam vestígios da

⁶⁴ Hugo Ribeiro da Silva, “O Concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais”, In *O Concílio de Trento em Portugal e nas Suas Conquistas: olhares novos* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014), 87.

⁶⁵ Alberto Medina de Seça, “Livros de cantochão da Sé de Coimbra (1603-1609): Tradições e reformas do canto gregoriano” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2019).

reforma tridentina, diferenciando-se, assim, do costume bracarense. Este distanciamento das fontes do século XVII das duas regiões revela que, enquanto Guimarães atendia às reformas que se faziam ouvir de Roma – adotando os textos mencionados no novo Missal romano de 1570 – as fontes de Braga não só preservam a sua longa tradição litúrgica medieval, como revelam um repertório novo, meritório de estudo. Neste cenário seiscentista, o património musical de Braga e Guimarães, que aparentava ser conservador, revela-se de uma riqueza complexa que aponta, por um lado, para um passado de influências litúrgicas e, por outro, para um presente marcado pela mudança. Na Sé de Braga, convergia uma série de influências musicais da Península Ibérica e da Aquitânia, que se encontram ainda refletidas no Gradual do século XVII, manifestando, assim, o reflexo da história social e cultural do passado da cidade. Ainda assim, na mesma fonte, verificou-se uma série de melodias diferentes de todas as analisadas, sublinhando a relevância e pertinência da continuação do estudo deste livro.

Anexos

Anexo nº1. Tabela de fontes preservadas em Braga e Guimarães, que contêm antífonas de comunhão

Arquivo	Fonte	Datação	Notação	Fragmento	Livro
Arquivo Municipal de Braga	<i>P-BRam</i> Nº 1 Códices	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRam</i> Nº 2 Códices	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRam</i> Nº 3 Códices	Séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRam</i> Nº 4 Códices	Séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRam</i> Nº 14 Códices	Séc. XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
Arquivo Distrital de Braga	<i>P-BRad</i> Pastas 1	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 2	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	

<i>P-BRad</i> Pastas 3	Séc. XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 6	Séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 8	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 9	Séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 11	Séc. XIII-XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 13	1º metade séc. XIII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 15	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 16	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 23	Séc. XIII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 24	Inícios do séc. XIII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 28	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 34	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 37	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 45	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 46	Séc. XIII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 50	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 51	Séc. XII	Aquitana	X	
<i>P-BRad</i> Pastas 52	Séc. XII	Aquitana	X	

	<i>P-BRad</i> Pastas 53	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 54	1º metade séc. XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 77	2º metade séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 82	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 100	Séc. XII-XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 108	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 109	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 118	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 122	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 150	Séc. XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 153	Séc. XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 169	2º metade séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 172	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 176	Séc. XV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 208	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 210	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-BRad</i> Pastas 243	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-BRs Ms</i> 34	1510-1515	Quadrada		X

Cabido da Sé de Braga	<i>P-BRs Ms 35</i>	1643	Quadrada		X
	<i>P-BRs Ms 36</i>	1643	Quadrada		X
	<i>P-BRs Ms 37</i>	1638?	Quadrada		X
	<i>P-BRs Ms 38</i>	1637-1643	Quadrada		X
	<i>P-BRs Frag. 6</i>	Séc. XIII-XIV	Quadrada	X	
	<i>P-BRs Frag. 9</i>	Séc. XIV	Quadrada	X	
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)	<i>P-G C 134</i>	Séc. XIII	Quadrada	X	
	<i>P-G C 149</i>	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-G C 566</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G C 623</i>	Séc. XII	Aquitana	X	
	<i>P-G C 626</i>	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G C 627</i>	Séc. XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-G C 635</i>	Séc. XII-XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-G C 1064</i>	Séc. XV	Quadrada	X	
	<i>P-G C 1206</i>	1º metade. Do séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-G C 1339</i>	Séc. XIV	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-G C 1370</i>	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G N 15</i>	Séc. XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G N 19</i>	Séc. XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-G N 38</i>	Séc. XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G N 46</i>	Séc. XII-XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G N 93</i>	Séc. XIII	Aquitana	X	
	<i>P-G N 212</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G N 235</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G N 242</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G P 207</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G P 353</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-G C 1508</i>	1547	Quadrada		X

	<i>P-G C 1509</i>	c.1600-c.1800	Quadrada		X
Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	<i>P-Gsc 225</i>	Séc. XII-XIII	Aquitana (variante portuguesa)	X	
	<i>P-Gsc 227</i>	Séc. XIV-XV	Quadrada	X	
	<i>P-Gsc 463</i>	Séc. XIII	Quadrada	X	
Museu Alberto Sampaio (Guimarães)	<i>P-Gmas LC 1</i>	1610	Quadrada		X
	<i>P-Gmas LC 2</i>	1610-1614	Quadrada		X
	<i>P-Gmas LC 13</i>	1614	Quadrada		X
	<i>P-Gmas LC 19</i>	Séc. XVII	Quadrada		X
	<i>P-Gmas LC 3</i>	1547	Quadrada		X
	<i>P-Gmas LC 11</i>	1545-1547	Quadrada		X

Anexo nº2. *Benedicimus deum*

Cantus ID	Fonte	Data	Festa	Modo	Incipit	Graduale Synopticum	Modo GS
g01121	<i>P-BRs</i> Ms 36, ff. 95v-96r	1643	<i>De Trinitate</i>	1	<i>Benedicimus deum</i>	Melodia diferente	4
	<i>P-BRs</i> Ms 38, ff. 109r-109v	1637-1643	<i>De Trinitate</i>	4	<i>Benedicimus deum</i>	Melodia igual à de F-Pn Lat. 776	4

Anexo nº3. Transcrição da Comunhão *Oportet te*

F-Pn Lat. 776

O - por - - tet____ te fi - li__

P-BRad Pastas 243

O - por - - tet____ te fi - li__

P-Ln Iluminado 84

O - por - - tet____ te____ fi - li__

P-Gmas LC 3

O - por - - tet te fi - li__

P-Gmas LC 2

O - por - - tet____ te____ fi - li__

P-BRs Ms 35

O - por - - tet te fi - li

Lat. 776

— gau - - de - - - re____ qui -

Pas. 243

— gau - - de - - - re____ qui -

Illum. 84

— gau - - de - - - re qui -

LC 3

— gau - - de - - - re____ qui -

LC 2

— gau - - de - - - re____ qui -

Ms 35

gau - - - de - - - re qui -

Lat. 776

- a fra - ter tu - - us

Pas. 243

- a fra - ter tu - - us

Illum. 84

a fra - ter tu - - us

LC 3

- a fra - ter tu - - us

LC 2

- a fra - ter tu - - us

Ms 35

a fra - ter tu - - us

Lat. 776

mor - tu - us fu - e - rat et

Pas. 243

mor - tu - us fu - e - rat et

Illum. 84

mor - tu - us fu - e - rat et

LC 3

mor - tu - us fu - e - rat et

LC 2

mor - tu - us fu - e - rat et

Ms 35

mor - tu - us fu - e - rat et

Lat. 776

re - ve - - - - - xit__

Pas. 243

re - ve - - - - - xit__

Illum. 84

re - ve - - - - - xit__

LC 3

re - ve - - - - - xit__

LC 2

re - ve - - - - - xit__

Ms 35

re - ve - - - - - xit

Lat. 776

in - ven - - - tus_____ est

Pas. 243

in - ven - - - tus_____ est

Illum. 84

_____ in - ven - - - tus_____ est__

LC 3

in - ven - - - tus_____ est__

LC 2

_____ in - ven - - - tus_____ est_____

Ms 35

in - ven - - - tus est

Lat. 776
pe - ri - - e - rat et

Pas. 243
pe - ri - - e - rat et

Illum. 84
pe - ri - - e - rat et

LC 3
pe - ri - - e - rat et

LC 2
pe - ri - - e - rat et

Ms 35
pe - ri - - e - rat et

Anexo nº4. Transcrição do *incipit* da comunhão *Oportet te*

F-Pn Lat. 776
O - por - - tet te

P-BRad Pastas 243
O - por - - tet te

E-SAu Ms 2637
O - por - - tet te

E-Mh Cód. 18
O - por - - tet te

E-Mh Cód. 51
O - por - - tet te

La Edad Media en la narrativa popular española del siglo XIX a partir de Manuel Fernández y González

AZUCENA DONKERVORT

Universidad de Santiago de Compostela

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a5>

Resumen

El presente texto responde a la presentación de un proyecto de tesis que pretende estudiar una idea de Edad Media a partir de la narrativa popular española del siglo XIX. Para ello, se propone el caso de Manuel Fernández y González sobre la base de una selección de treinta y tres obras de este autor que representan una “Edad Media Contemporánea” publicadas entre 1849 y 1883. Los objetivos que se persiguen son tres. En primer lugar, estudiar la Edad Media fuera de la Edad Media. Es decir, ver la imagen que se tenía en el siglo XIX del medievo y ver cómo se construye. El segundo objetivo es analizar por qué se construye esa Edad Media y el impacto que tiene. El tercer y último objetivo es demostrar la posibilidad de utilizar este tipo de documentos como fuentes históricas. Para acercarnos al cumplimiento de estos objetivos, nos serviremos de un marco metodológico que encuadra nuestro trabajo dentro de la Historia Intelectual. Extenderemos esta tendencia hacia la “larga Edad Media”, la “Edad Media Contemporánea” y el Neomedievalismo, pero estableciendo sus bases en el análisis textual, contextual y autorial. Así, esta propuesta se desarrollará alrededor de cuatro apartados. Comenzaremos dando a conocer nuestras fuentes y a su autor. En segundo lugar, nos centraremos en la historiografía sobre Fernández y González. En tercer lugar, abordaremos la metodología que se pretende emplear en este proyecto de tesis. Por último, daremos cuenta de los resultados provisionales y de la posible estructura de la tesis.

Palabras-clave: Edad Media Contemporánea, Historiografía, Neomedievalismo, Novela histórica.

Abstract

This text responds to the presentation of a thesis project that aims to study an idea of the Middle Ages based on the Spanish popular narrative of the 19th century. To do this, the case of Manuel Fernández y González is proposed based on a selection of thirty-three works by this author that represent what is known as an idea of “Contemporary Middle Ages” and that were published between 1849 and 1883. The objectives pursued are three. First, study the Middle Ages outside the Middle Ages. That is, see the image that there was of the Middle Ages in 19th century Spain, and see how it was built. The second objective is to analyze why this “Middle Ages” is built and the impact it has. The third and final objective is to demonstrate the possibility of using this type of documents as historical sources. In order to meet these objectives, we will use a methodological framework that puts our work within Intellectual History. We will extend this towards the “long Middle Ages”, the “Contemporary Middle Ages” and Neomedievalism, but establishing its bases in textual, contextual and authorial analysis. Thus, this proposal will be developed around four sections. We will begin by announcing our sources and their author. Secondly, we will focus on the historiography about Fernández and González. Thirdly, we will address the methodology that is intended to be used in this thesis project. Finally, we will report on the provisional results and the possible structure of the thesis.

Keywords: Contemporary Middle Ages, Historiography, Neomedievalism, Historical novel.

1. Las fuentes para la posible tesis

En este bloque daremos a conocer al autor de nuestras fuentes primarias, la naturaleza de estas y, por último, ofreceremos la lista de novelas seleccionadas.

1. 1. El autor: Manuel Fernández y González

Manuel Fernández y González fue un escritor español considerado el representante de la novela por entregas en España. Nació en Sevilla el seis de diciembre del año 1821 y falleció el seis de enero del año 1888 en Madrid. Algunos de los estudiosos que han tratado a esta figura inciden en que actualmente se trata de un autor “casi olvidado”¹ pero que, en su momento, fue uno de los novelistas más célebres.

¹ Por ejemplo: Javier Muñoz de Morales Galiana, “Biografía y ficción: la novela *El rey de Sierra Morena*, de Manuel Fernández y González (1874)”, *Lexis*, vol. XLV, 1 (2021): 317-346, p. 318.

Dedicado ampliamente a la labor literaria, Manuel Fernández y González cultivó diversos campos como el teatro, la poesía o la crítica. Sin embargo, fue la novela, y específicamente la novela histórica, la que obtuvo la mayor parte de la atención de nuestro autor. Es de esta manera que el corpus de obras novelísticas de Fernández y González se caracteriza por su amplitud. Cerca de doscientas novelas reciben su autoría y, entre ellas, muchas pueden denominarse “históricas” donde podemos diferenciar una serie de obras que emplean la Edad Media.

1. 2. La naturaleza de nuestras fuentes. La novela histórica del siglo XIX español

La novela histórica surge durante el siglo XIX de la mano de Walter Scott y que se encuentra enmarcada dentro del Romanticismo. Se trata de un género literario que sitúa su argumento en un momento histórico concreto. En ella, la ficción y la realidad se mezclan para crear y recrear una situación histórica de manera literaria y conectada con el nuevo contexto decimonónico. De acuerdo con los ideales románticos que recuperan la temática medieval, uno de los temas que cobrarán gran relevancia en la novela histórica será el medievo. Así, podremos encontrar una serie de títulos que se pueden encuadrar dentro de una nomenclatura de “novela histórica medieval”. Es un momento, el siglo XIX en el que el pasado está sufriendo un resurgimiento.

En la España decimonónica, la producción de novela histórica, general y medieval, es abundante. Podemos identificar que la primera novela histórica medieval considerada como tal es *Ramiro, conde de Lucena*, escrita por Rafael Húmara y Salamanca en el año 1823. En un formato accesible para sus lectores, este tipo de literatura solía realizarse por entregas y con temáticas que servían para reafirmar la identidad de España. Es así como leyendas medievales con gran calado popular resurgen en estos momentos con personajes como el Cid, reyes godos, las cruzadas, Pelayo, Jaime I el Conquistador, Pedro I de Castilla “el Cruel” o Alfonso X. De esta manera, más de seiscientas cincuenta novelas que pueden ser identificadas como “novela histórica medieval” son engendradas durante el siglo XIX español. Treinta y ocho durante el reinado de Fernando VII (1808-1833); trescientas sesenta durante el reinado de Isabel II (1833-1868); cuarenta y cinco durante el Sexenio Democrático (1868-1874); ciento treinta durante el reinado de Alfonso XII (1874-1885) y ochenta durante el de Alfonso XIII (1886-1931).

1. 3. Las fuentes: las novelas históricas medievales de Manuel Fernández y González

Con todo lo anterior como punto de partida, podemos poner sobre la mesa las posibles fuentes que figuran en este proyecto de tesis. Veíamos que se propone estudiar la Edad Media a partir de la narrativa popular española de Manuel Fernández y González. Para ello, se han recopilado treinta y tres obras de este autor que pueden denominarse “novela histórica medieval” y que podrían analizarse como representantes de una Edad Media Contemporánea creada en este siglo XIX. La datación de estos ejemplares oscila entre los años 1849 y 1883, por lo que nos adentraremos en una serie de contextos importantes para la conformación del Estado Liberal español.

En esta línea, además de ver estas novelas como documentos históricos, las veremos también como documentos historiográficos. Esto lo haremos partiendo de la base de que hablamos de un momento, el siglo XIX, en el que la Historia estaba naciendo como disciplina, con el positivismo y el historicismo como bases. Es una historia que tenía como máximo la búsqueda de una verdad absoluta a partir del documento histórico. Sin embargo, es en la segunda mitad del siglo XIX cuando empieza realmente a solidificarse la frontera entre la historia de carácter más literario o ficticio y la de carácter científico.

Por tanto, la novela histórica de Manuel Fernández y González puede representar un documento que bien puede reflejar esta situación. Nuestro autor, como muchos otros de este momento, mostraban un afán por aferrarse a la veracidad de los hechos. Esto lo podemos ver en la siguiente cita: “Por no verosímil pudiera señalarse lo que relatado queda, si la experiencia, maestra de la verdad, no hubiera patentizado y patentizara cada día que no hay cosa extraña ni desvarío que no quepa y halle cómoda y naturalmente asiento en la humana locura”².

Así, entre la ficción literaria se intercalaban episodios históricos reales con los salidos de su imaginación. Esta circunstancia nos acerca a la concepción de Manuel Fernández y González como ese híbrido entre novelista e historiador en un momento en el que la frontera entre ambos campos se estaba conformando. Existen dos elementos que extraemos de aquí. En primer lugar, el uso de fuentes como crónicas o documentos de autores como Juan de Mariana nos lleva a situar sus novelas como un

² Manuel Fernández y González, “El alma de don Duarte”, *La ilustración española y americana* LXXV (1880): 154-155.

eslabón más en la tradición textual de la acción de poner por escrito la historia medieval de los Reinos Hispánicos, o una interpretación de ella. En segundo lugar, el empleo de estas fuentes y la mención de ellas da cuenta de ese objetivo de alcanzar cierto grado de veracidad y de demostrar la misma.

Un ejemplo lo podemos encontrar en el prólogo de su obra *La cabeza del rey don Pedro* (1854), donde nuestro autor habla de un busto de este rey que se encuentra en Sevilla:

He aquí la pregunta que nos hicimos al detenernos a contemplar aquel resto de la edad media, un encapotado día de invierno, en que lo opaco del celage daba un color casi fantástico al busto tradicional. Desde entonces, y para satisfacer nuestra curiosidad, preguntamos a viejos, revolvimos archivos, desenterramos papelotes y pergaminos, y al fin encontramos datos suficientes para poder escribir de una manera fiel la tradición que seguidamente vamos a relatar a nuestros lectores³.

Así pues, a continuación, presentamos la lista aquellas obras que pretendemos utilizar como nuestras fuentes primarias.

1. *Allah-Akbar. ¡Dios es Grande! Leyenda de las tradiciones del sitio y conquista de Granada*, Granada, 1849.
2. *El laurel de los siete siglos. Crónica del siglo XV. Conquista de Granada. Leyenda oriental*, Granada, 1850.
3. *Obispo, casado y rey. Crónicas de Aragón-Don Ramiro el monje. Leyenda histórica*, Madrid, 1850.
4. *Ricardo Espada-Larga. Novela*. Granada, 1851.
5. *El condestable don Álvaro de Luna*, Madrid, 1851.
6. *Don Juan II o el bufón del Rey. Novela histórica*. Madrid, 1853.
7. *Men Rodríguez de Sanabria: (memorias del tiempo del rey don Pedro el Cruel) : novela histórica*, Madrid, 1853.
8. *El tributo de las cien doncellas. Leyenda tradicional histórica*. Madrid, 1853
9. *La cabeza del rey don Pedro. Tradición histórica*. Madrid, 1854
10. *Doña Sancha de Navarra. Novela histórica*. Madrid, 1854
11. *Enrique IV (el impotente) o Memorias de una reina*. Madrid, 1854
12. *La Alhambra. Los Alcázares de España. Leyendas árabes*. Madrid, 1856
13. *Don Ramiro I de Aragón ó El trono y la muerte. Novela histórica*, Madrid, 1856
14. *Los siete Infantes de Lara*, Madrid, 1857.

³ Manuel Fernández y González, *La Cabeza del Rey Don Pedro: tradición histórica original* (Madrid: Miguel Prats Editor, 1858), 2.

15. *Los hermanos Plantagenet*, Madrid, 1857.
16. *Bernardo del Carpio. Historia novelesca española*, Madrid, 1858.
17. *Los amores de Alfonso VI. Novela*. Madrid, 1861
18. *Cid Rodríguez de Vivar*, Madrid, 1875
19. *El arcediano de San Gil. Tradición sevillana del tiempo del rey Don Pedro*. Madrid, 1873
20. *Lucrecia Borgia. Memorias de Satanás. Novela histórica*. Madrid, 1864
21. *La buena madre. Crónicas de Castilla. Regencia de Doña María de Molina*. Madrid, 1866.
22. *La piel de la justicia. Leyendas nacionales. Memorias del tiempo de Don Pedro el Cruel*, Madrid, 1871.
23. *La candela de San Jaime, crónica aragonesa*, Madrid, 1872.
24. *El Ángel de la Patria. Crónicas de la Reconquista de España*, Madrid, 1874.
25. *Doña María Coronel. Episodio del reinado de don Pedro el Cruel. Leyendas nacionales*, Madrid, 1874.
26. *Las calderas del Rey don Jayme*. Madrid, 1875
27. *El rico-hombre de Alcalá. Leyendas nacionales. Episodio del reinado de Don Pedro el Cruel*, Madrid, 1875
28. *Los amantes de Teruel. Tradición de la Edad Media*. Barcelona, 1876.
29. *El castillo de las siete mancás*, Madrid, 1880.
30. *La vengadora de sus hijas, Doña María la brava. Crónicas de Salamanca. Siglo XV*. Madrid, 1875.
31. *El rey hambriento: crónicas de Castilla*, 1879.
32. *El alma de Don Duarte*, 1880.
33. *La peña de los enamorados*, 1883.

2. La historiografía sobre Manuel Fernández y González

Este autor ha sido estudiado por una serie de académicos españoles provenientes del ámbito de la filología y de la literatura. Jorge Avilés Diz, profesor titular de literatura española en la Universidad del Norte de Texas, presentó en el año 2009 una tesis titulada “La producción dramática de Manuel Fernández y González (1840-1850)” en la Universidad de Salamanca⁴.

⁴ Jorge Avilés Diz, “La producción dramática de Manuel Fernández y González (1840-1850): estudio y edición” (Tesis Doctoral, Universidad de Salamanca, 2009).

A continuación, nos encontramos con la filóloga y profesora de Lengua Castellana y Literatura, María del Préstamo Landín. Esta estudiosa ha realizado una tesis doctoral titulada “El condestable don Álvaro de Luna en el contexto de las novelas populares de Manuel Fernández y González”, presentada en el año 2019 en la Universidad de Vigo⁵. A su lado, nos encontramos con Javier Muñoz de Morales Galiana. Este filólogo presenta en el año 2022 su tesis titulada “Reescritura y reelaboración de los mitos e imaginarios españoles a través de las novelas de Manuel Fernández y González” en la Universidad de Cádiz⁶. Por otro lado, encontramos también autores como Montserrat Ribao Pereira o a Carlos Mata Induráin que dedican algún artículo a nuestro autor⁷.

Así, podemos encontrar algunas aproximaciones realizadas por estos académicos desde una perspectiva filológica que reflejan en una serie de artículos publicados. Por tanto, la tesis que proponemos introduce una perspectiva histórica y se focaliza en el uso de la temática medieval por parte de Manuel Fernández y González dentro de su contexto del siglo XIX en un momento de conformación del Estado Liberal español.

Por otro lado, nos encontramos también con Hernández Girbal, quien realiza una biografía de nuestro autor en el año 1931 y que lleva por título, *Una vida pintoresca: Manuel Fernández y González: biografía novelesca*⁸. Asimismo, podemos recurrir a algún artículo de la propia época de Fernández y González como “Don Manuel Fernández y González. Apuntes biográficos”, publicado en *El Universal* por parte de Nemesio Fernández Cuesta en 1864⁹.

3. Una metodología para la tesis

Como ya ha sido establecido al inicio, esta propuesta de proyecto de tesis encuadra la aproximación de esta dentro de la Historia Intelectual. Con ello perseguimos el

⁵ María Teresa Del Préstamo Landín, “El condestable don Álvaro de Luna en el contexto de las novelas populares de Manuel Fernández y González” (Tesis doctoral, Universidad de Vigo, 2019).

⁶ Javier Muñoz de Morales Galiana, “Reescritura y reelaboración de los mitos e imaginarios españoles a través de las novelas de Manuel Fernández y González” (Tesis Doctoral, Universidad de Cádiz, 2022).

⁷ Montserrat Ribao Pereira, “Manuel Fernández y González, autor popular también en Francia”, in *La literatura española en Europa: 1850-1914*, coord. Ana María Freire López y Ana Isabel Ballesteros Dorado (Madrid: UNED, 2017), 343-358. Carlos Mata Induráin, “Cervantes a lo folletinesco: “El manco de Lepanto” (1874), de Manuel Fernández y González”, in *Recreaciones quijotesas y cervantinas en la narrativa*, ed. Carlos Mata (Pamplona: Eunsia, 2013), 167-184.

⁸ Manuel Hernández Girbal, *Una vida pintoresca: Manuel Fernández y González: biografía novelesca* (Madrid: Imprenta Helénica, 1931).

⁹ Nemesio Fernández Cuesta, “Don Manuel Fernández y González. Apuntes biográficos”, *El Museo Universal* VII, 24 (1864): 188-190.

objetivo plantear la posibilidad de estudiar un texto literario decimonónico como un mundo en sí mismo en el que podemos hallar una serie de realidades que, en conjunto con el estudio historiográfico, contextual y autorial, pueden ser analizados desde la disciplina histórica. Para que todo ello se pueda ir hilando se propone ensanchar los horizontes de análisis histórico de la Historia Intelectual a través de su fusión con otros elementos teóricos como el Análisis del discurso de Elvira Narvaja de Arnoux, la teoría de la recepción de Jauss, la “Edad Media Contemporánea” y el Neomedievalismo¹⁰.

De esta manera, se proponen tres pasos a seguir. En primer lugar, nos centraríamos en el estudio del texto en sí mismo. Esto es, el abordaje de la textualidad en sí misma de las diferentes novelas que hemos propuesto. El segundo paso para dar sería la focalización en los conceptos de “autoría” y de “contexto” donde se le dará un subraye a los contextos históricos de los textos y del autor y de los contextos medievales que recrea. Asimismo, cobran gran importancia la recepción y a los lectores como elementos clave en la significancia de los textos. El tercer paso que proponemos será el de enfocarnos en la formación de lo que pensamos de un texto y de sus autorías. Esto lo veremos en dos perspectivas. En primer lugar, estudiaremos cómo se conforma aquello que nosotros pensamos de Manuel Fernández y González hoy como resultado de cómo ha sido tratado historiográficamente. En segundo lugar, cómo se ha conformado la Edad Media que nuestro autor recrea a partir de sus lecturas historiográficas y cómo esa nueva Edad Media llega a nosotros.

3.1 El análisis del discurso para el análisis textual de nuestras fuentes

El análisis del discurso es un instrumento que estudia las implicaciones del ejercicio del lenguaje, oral y escrito, en los diversos ámbitos de la vida social. Este enfoque plantea los textos como un espacio que se crea a través del lenguaje, el cual deja reflejados, visible o invisiblemente, una serie de huellas. El significado de estas huellas discursivas dependerá del sujeto que plasma ese texto, pero también de los receptores que lo interpretan y del contexto o “universo social” al que pertenecen.

En este sentido, entendemos que en un texto podemos encontrar diferentes significados en las diferentes líneas que lo conforman y cómo estas son estructuradas. Se encontrará un lenguaje decimonónico, un lenguaje medieval y un lenguaje medieval

¹⁰ Elvira Narvaja de Arnoux, *Análisis del Discurso: Modos de Abordar Materiales de Archivo* (Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006); Hans Robert Jauss, *La Historia de la literatura como provocación* (Madrid: Gredos, 2013); Antonio Huertas Morales, *La Edad Media contemporánea: Estudio de la novela española de tema medieval (1990-2012)* (Vigo: Academia del Hispanismo, 2015) y Karl Fugelso, *Studies in Medievalism. XIX: Defining Neomedievalism(s)* (Cambridge: Boydell&Brewer, 2010).

interpretado a partir del decimonónico. Los tres estratos deben ser contrapuestos y entendidos en una epistemología dialéctica según sus autorías, sus receptores y sus respectivos contextos.

3.2. Las nociones de autor, autoría y recepción

Sirviéndonos de autores como Barthes, Foucault o Jauss, trataremos de desdoblarse un aparato teórico que nos sirva para el cumplimiento del objetivo de esta tesis. Por tanto, veremos un posible abordaje de las nociones de autor y de autoría y la importancia de los lectores y recepción en general como parte del cuerpo autorial. Es decir, entenderemos a Manuel Fernández y González como autor pero que forma parte de un cuerpo autorial que se conforma por diferentes estratos que, en conjunto, son los que les dan la significancia global a sus novelas.

Para comenzar, son Barthes y Foucault los que nos aportan las herramientas que nos permiten un entendimiento de que el concepto de autoría iría mucho más allá de “Manuel Fernández y González”. Ambos autores nos ponen en una tesis de deconstruir la individualización del autor. Así, partiremos de una separación parcial entre el autor y sus textos, alejándonos de aquella individualización del autor o, como lo denomina Barthes, “Imperio del autor” o “autor-dios”. Con estos conceptos, Barthes se refería a aquellas interpretaciones que achacaban la definición y significado total de una obra a su autor, defendiendo que el origen del texto es el lenguaje y que su significado habita en la lectura. Sería allí, en el proceso de lectura, donde las múltiples esferas del universo social al que pertenecen se unifican y cobran sentido. Esos elementos pueden ser “desenredados” y no “descifrados” en el sentido de que un texto no tiene un único significado ni una suerte de verdad absoluta. Por otro lado, se trataría de una separación parcial porque, aunque la totalidad del significado del texto no se halla en el autor, se trata de una figura que de todos modos nos aporta datos analizables¹¹. Es aquí donde entran las aportaciones de Foucault, cuya defensa de que el sujeto que escribe no dejaba de aparecer le lleva a realizar una distinción entre cuatro funciones del autor. La primera función es la del “nombre del autor” que se refiere a los aspectos biográficos del sujeto. Aquí podemos distinguir a Manuel Fernández y González en sí mismo. La segunda función se denomina la de “relación de apropiación” que se refiere a que el autor deja de ser el propietario de su texto ya que este pasa a ser de los lectores. En esta línea, veremos la recepción como parte del

¹¹ Roland, Barthes, “La muerte del autor”, in *El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y la escritura* (Barcelona: Paidós, 1987), pp. 3-82. Véase pp. 66, 69 y 70-71.

cuerpo autorial. La tercera función es la de “relación de atribución”, vinculada a aquello que se le atribuye a un autor dado por lo que se dice o se escribe sobre él. Aquí podremos encuadrar la crítica referida a él durante su propio momento, así como la historiografía que lo cubrirá posteriormente como elementos que completan el entendimiento global del cuerpo autorial. Por último, la cuarta función es la de la “autorrepresentación”, donde encontramos todos aquellos aspectos que un autor dice sobre sí mismo en sus obras¹².

Una vez puesto esto sobre la mesa, podemos adentrarnos en la importancia de la recepción de nuestro autor y sus novelas históricas medievales para la conformación de esta tesis. Para este tipo de interpretación partimos de la idea defendida por Jauss de que el autor, la obra y el público crean un triángulo. En este triángulo, el público no es solo una parte pasiva ni una cadena de simples reacciones, sino que es también una “energía formadora de historia”. Por tanto, este autor nos dice que la “vida histórica” de una obra literaria no se podría concebir sin tener en cuenta la participación de aquellos que la reciben¹³. Y estos receptores son una parte importante de las obras de nuestro autor. Por ejemplo, en la siguiente cita podemos observar cómo son incluidos en un paréntesis que hace Manuel Fernández y González en su relato:

Hemos hecho esta explicación, porque muchos de nuestros lectores ignorarán lo que fueron en su origen estas catedrales, que trasformaron en gran manera su interior, y le consagraron completamente á la religión, cuando perdiendo las catedrales su carácter civil, el pueblo las abandonó, no pudiendo servirse de ellas. Volvamos á nuestro relato¹⁴.

Por tanto, lo que tendremos ante nosotros es un cuerpo autorial conformado por Manuel Fernández y González; los autores contratados que le ayudaban a escribir sus obras, también denominados “autores fantasmas”, como es el caso de Vicente Blasco Ibáñez; sus lectores contemporáneos y posteriores; los autores que podemos denominar predecesores, inspiraciones o fuentes como es el caso de las fuentes que utiliza o la influencia que recibe de otros autores como Walter Scott y, por último, aquellos que se encargan de interpretar a Manuel Fernández y González. En este último apartado encontramos aquellas críticas que se realizan a su figura en su momento contextual como es el artículo de 1867 por parte de Luis Carreras y que lleva

¹² Michel Foucault, “Qu’est – ce qu’un auteur?”, *Bulletin de la Société française de philosophie* 63, nº23 (julio – septiembre 1969): 73-104.

¹³ Hans Robert Jauss, *La Historia de la literatura como provocación* (Madrid: Gredos, 2013), 172-173.

¹⁴ Manuel Fernández y González, *La candela de San Jaime, crónica aragonesa* (Madrid: Urbano Manini, 1872), 12.

por título “Los malos novelistas españoles, generalizados en D. M. Fernández y Gonzalez, D. Francisco J. Orellana, D. Rafael del Castillo, D. Enrique Perez Escrich”, o la biografía realizada en 1931 por parte de Hernández Girbal, *Una vida pintoresca: Manuel Fernández y González: biografía novelesca*.

3.3. El análisis del discurso para el análisis textual de nuestras fuentes

De esta forma, entendemos que para estudiar todo lo expuesto anteriormente hay un elemento que debe ser tenido en cuenta siempre si queremos realizar un análisis de una realidad pasada. Nos referimos a la importancia de los contextos a la hora de abordar los textos. Por tanto, para la tesis que se propone debemos tener en cuenta los diversos contextos del siglo XIX en los que se desarrolla la actividad novelesca de nuestro autor, pero también los diferentes contextos medievales que por él serán abordados en sus obras. Aquí nos remitiremos a las ideas de Dominick LaCapra. Este autor trataba de alejarse de lecturas documentales que reflejaban los textos como simples signos de los tiempos o como una expresión estática de un fenómeno más grande. Esto quiere decir que para estudiar un texto debemos ir más allá del mismo. Es de esta forma que percibimos las novelas seleccionadas de Fernández y González como documentos históricos que, estratificados en sus diferentes dimensiones, nos aportan datos sobre un contexto o contextos determinados y recrean contextos pasados según el contexto presente. En este caso, pues, estaríamos hablando de una nueva Edad Media creada en el siglo XIX español.

3.3.1. Una nueva Edad Media decimonónica a partir de Manuel Fernández y González

Para hablar de este concepto nos aferramos a las ideas de “Larga Edad Media”, “neomedievalismo”¹⁵ y “Edad Media contemporánea”. La primera viene dada por el medievalista Jacques Le Goff, quien defendía que la Edad Media no había terminado realmente en el siglo XV, sino que se extendería más allá de esos límites establecidos convencionalmente por la historiografía¹⁶. Con los dos conceptos siguientes, entroncamos esa idea de que la Edad Media iría más allá de sus límites convencionales con las expresiones decimonónicas y contemporáneas del medievo. En este sentido, la novela histórica medieval de Manuel Fernández y González sería una expresión de

¹⁵ Karl Fugelso, *Studies in Medievalism. XIX: Defining Neomedievalism(s)* (Cambridge: Boydell&Brewer, 2010).

¹⁶ Jacques Le Goff, *Una Larga Edad Media* (Barcelona: Paidós, 2008).

neomedievalismo en la cual la Edad Media se ve alargada, pero que al mismo tiempo puede ser vista como “otra” Edad Media o una “nueva” Edad Media que, por lo tanto, sería una “Edad Media contemporánea”¹⁷. En este caso, tendremos que distinguir una dinámica de la existencia de dos verdades; una verdad histórica y una verdad narrativa. En estas novelas, ambas estarán fusionadas y, como tal, nos permite estudiar tanto el medievo, el siglo XIX y el medievo del XIX.

Para refrendar esto, recurrimos a Jauss, que habla de la “historicidad” de la literatura donde el papel de la recepción es fundamental. Diferencia esa historicidad de la literatura de la comprensión de que los textos literarios sean “hechos” literarios: “Quien considere como una porción de historia de la literatura una serie de tales hechos literarios, confunde el carácter contingente de una obra de arte con el de una realidad histórica”. A partir de esto podemos interpretar que el texto por si mismo no es un “hecho histórico” pero es una obra que se encuadra dentro de un “hecho histórico” y, por tanto, tiene historicidad.

En este caso tenemos hechos históricos medievales que aparecen en la literatura y son procesados por el lector como hechos históricos literarios y que serán procesados de una manera determinada según los hechos históricos a los que se están enfrentando en su momento.

3.3.2. Los contextos decimonónicos de los textos y su cuerpo autorial

En este apartado expondremos todos aquellos contextos que se podrían tener en cuenta para recrear el campo contextual decimonónico que da lugar a las novelas de Manuel Fernández y González.

En primer lugar, los contextos referidos a la trayectoria vital de nuestro autor. En este caso, deberemos tener en cuenta que se trata de un hombre nacido en pleno Trienio Liberal (1820-1823), una etapa de la Historia española que es definida como un “islote temporal” entre etapas absolutistas más dilatadas y que demostraba, tanto a liberales como a absolutistas, la vulnerabilidad del Régimen Absoluto¹⁸. Nuestro autor crece y desarrolla su actividad literaria en medio de una España agitada en la que la creación del Estado Liberal se deja oscilar entre la lucha entre absolutistas y liberales.

¹⁷ Concepto tratado por: Antonio Huertas Morales, *La Edad Media contemporánea: Estudio de la novela española de tema medieval* (1990-2012) (Vigo: Academia del Hispanismo, 2015).

¹⁸ Ángel Bahamonde, y Jesús A. Martínez, *Historia de España. Siglo XIX* (Madrid: Cátedra, 2015), 116-117.

Es en este sentido que algunos detalles biográficos nos interesan puesto que, de acuerdo con su contexto histórico, se verterán sobre sus obras.

Las primeras veinte y una novelas que hemos seleccionado se encuadran dentro del reinado de Isabel II, cuyo ascenso al trono a finales de septiembre del año 1833 había dado lugar a la Primera Guerra Carlista. Los cuatro títulos de nuestro autor son publicados durante el Sexenio Democrático (1868-1874) y las ocho últimas durante el reinado de Alfonso XII (1874-1885). Por tanto, vemos como la mayoría de las obras que veremos se encuadran dentro del reinado de Isabel II pero que se trata de un momento de vaivenes políticos que podrán verse reflejados en obras literarias como las de nuestro trabajo. Por ejemplo, podemos anotar que su primera obra de temática medieval se publica en 1849, año en el que finalizan las revoluciones liberales y la Segunda Guerra Carlista. Así, también se desplegará el sentimiento de los males de la monarquía con títulos como *Don Juan II o el bufón del Rey. Novela histórica* (1853). Asimismo, quedarán en la memoria los temas de la regencia que tanto calado habían tenido con obras como *La buena madre. Crónicas de Castilla. Regencia de Doña María de Molina* (1866), momentos antes de que la llegada de la Revolución de 1868 llevara a Isabel II al exilio.

Además del contexto político, debemos tener en cuenta también el contexto cultural de nuestro autor y de la novela histórica. En este sentido, cobra importancia estudiar el campo editorial en el que se desarrollaba Fernández y González sobre todo teniendo en cuenta de que sus obras estaban sujetas a un negocio. Por tanto, el beneficio económico de la editorial y del propio autor serán elementos que condicionarán la forma y el contenido de estas obras. Por un lado, el interés que la trama generase en el público y, por otro lado, el cumplimiento de espacios, formatos o fechas. Estas circunstancias han llevado a algunos autores a afirmar que: “la especialización entreguista destruyó artísticamente a novelistas tan bien dotados como Fernández y González”¹⁹.

3.3.3. Los contextos medievales a partir de los textos y su cuerpo autorial

Una vez procesados los contextos históricos decimonónicos, podremos analizar el abordaje de los contextos históricos medievales que recibirán una recreación por parte de los primeros.

¹⁹ Juan Ignacio Ferreras, *Catálogo de novelas y novelistas españoles del siglo XIX* (Madrid: Cátedra, 1979), 50-51.

La mayoría de las obras de nuestro autor concentran los contextos históricos medievales en la Baja Edad Media. Ejemplos como *Allah-Akbar* (1850), *El Laurel* (1850), *La Cabeza del Rey Don Pedro* (1854), *Don Juan II o el bufón del Rey* (1853), *La piel de la justicia* (1871), son muestra de ello. Por otro lado, resalta también el tema de la Reconquista española, lo árabe y personajes como el Cid. Todo ello nos pone delante de un panorama que fusiona varias “Edades Media”, sobre todo teniendo en cuenta que al mismo tiempo otros autores también se dedicaban a este tipo de publicaciones.

Por lo tanto, el lector estaría recreando en su cabeza una Edad Media determinada, tomando unos elementos de una novela y otros de otra que cayera en sus manos. Además, Manuel Fernández y González introduce también la Edad Media inglesa con títulos como *Ricardo Espada-Larga* (1851) o *Los hermanos Plantagenet* (1858).

Así, personajes medievales como el rey Pedro I de Castilla “el cruel”, don Álvaro de Luna, el Cid, Alfonso VI, Juan II de Castilla, doña María de Molina o doña Sancha de Navarra, vuelven a la vida en un contexto nuevo. Así, se mezclan con personajes políticos de la España decimonónica que representan. Si bien no se establece de manera explícita en la novela, los lectores inevitablemente podrían captarlo de esa manera. Una de las formas que podrían obtener este resultado concreto es la contraposición de ejemplos contemporáneos para ilustrar el contexto medieval que trata de esbozar. Por ejemplo, “su tez era densamente morena, pero con ese moreno encendido que caracteriza la raza egipcia, que vemos hoy representada por los gitanos, pero de una manera degradada”²⁰.

4. Los resultados y estructura provisionales de la tesis

Llegando al fin de este trabajo, expondremos tres resultados provisionales que ponen conclusión a la presentación.

El primer resultado provisional es observar cómo el siglo XIX crea una nueva Edad Media y exponer la novela histórica medieval de estos momentos, ejemplificada a través de Manuel Fernández y González como una de las piezas para esta creación.

El segundo resultado provisional es poner sobre la mesa la idea de que la Edad Media creada en el siglo XIX es la que nos llega a nosotros. Es decir, contemplar una realidad en la que el siglo XIX acude a la Edad Media y crea una nueva que se nos será transmitida a nosotros. Por tanto, entendemos que la Edad Media que concebimos hoy

²⁰ Manuel Fernández y González, *Doña Sancha de Navarra. Novela histórica* (Madrid: Miguel Prats Editor, 1854), 5.

en día no llega a nosotros solo a partir de la “historia oficial” y que podemos distinguir que la novela histórica es también un documento histórico e historiográfico. Por tanto, planteamos una demostración de la existencia de una Edad Media “real”; una Edad Media construida y una Edad Media recibida.

En esta línea, el tercer resultado provisional es exponer la historiografía como una herramienta que nos permite acercarnos a estas esferas para entenderlas epistemológicamente y realizar un análisis histórico a partir de una base documental y una metodología teórica que toma la Historia Intelectual como base.

Con esto en mente, la tesis estaría estructurada según un esquema que de prioridad a los elementos expuestos. Esto podría dividirse en dos bloques. En primer lugar, se daría cuenta de todo lo concerniente a las autorías y los contextos, incidiendo en los decimonónicos y en los medievales. En segundo lugar, se pasaría al análisis textual de las novelas seleccionadas con los elementos del primer bloque ya interiorizados.

As monjas de Arouca e os monarcas de Avis (1385-1438): uma investigação em curso

BRUNA MARGARIDA GONÇALVES SANTOS

Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, (FLUC)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a6>

Sumário

Este estudo enquadra-se no projeto de dissertação de Mestrado em História da Idade Média que pretende observar o padrão de recrutamento das monjas do Mosteiro de Arouca à luz de uma nova conjuntura política que se instaurou no reino de Portugal, com a ascensão de uma nova dinastia: a de Avis. Através de uma análise de carácter prosopográfico, privilegiar-se-á a relação entre a comunidade conventual e o poder régio, durante os reinados de D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438). A influência que este mosteiro tinha, à época, era imensa, em virtude da inserção neste cenóbio das mais importantes e influentes famílias nobres portuguesas. Propomos, por isso, estudar a trajetória dessas monjas, privilegiando a sua relação com as respetivas famílias e com os mencionados monarcas.

Palavras-chave: Mosteiro de Arouca; Nobreza; Prosopografia; Poder régio.

Abstract

This study is incorporated within the dissertation project of the master's program in Medieval History, aiming to observe the recruitment pattern of the nuns of the Convent of Arouca in the light of a new political context that emerged in the Kingdom of Portugal with the rise of a new dynasty: the Avis. Through a prosopographic analysis, the focus will be on the relationship between this community of nuns and the royal power, during the reigns of João I (1385-1433) and Duarte (1433-1438). The influence that this nunnery had at the time was immense, due to the inclusion of the most important and influential noble Portuguese families. Therefore, we propose to study the trajectory of these nuns, favouring their relationship with their families and with the aforementioned monarchs.

Keywords: Convent of Arouca; Nobility; Prosopography; Royal power.

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

O projeto de dissertação de mestrado¹ que aqui se discute pretende enquadrar o Mosteiro de Arouca nas alterações, essencialmente políticas e sociais, que resultaram da crise sucessória de 1383-1385 e do advento da dinastia de Avis.

O interesse régio numa das principais casas monásticas femininas portuguesas era bem anterior. Com D. Dinis fica evidente o reforço do poder régio, que passava, também, pelo controlo das sedes episcopais, das ordens militares e dos principais mosteiros. O Mosteiro de Arouca não constitui uma exceção, o que claramente se verifica ao longo do século XIV: para além de ter albergado algumas das mulheres mais importantes de Portugal, serviu de palco à afirmação e à ascensão de algumas das famílias nobres medievais. Deste modo, um dos principais objetivos deste estudo é identificar e perceber quem eram as mulheres que ingressaram no Mosteiro de Arouca depois de 1385 e que disputaram o seu governo: estariam ligadas a famílias nobres que ascenderam socialmente com a subida do novo monarca ao trono, ou manter-se-iam associadas às mesmas famílias que aí se documentam desde o tempo de D. Fernando? A sua identificação e a perceção de uma alteração (ou não) do padrão de recrutamento das monjas de Arouca são aspetos que ajudarão não só a entender as ligações familiares que existem entre si, mas também a caracterizar a sua influência junto dos reis D. João I e D. Duarte, ou vice-versa.

Na verdade, estes monarcas, concretizando uma estratégia de reforço do poder régio, procuravam garantir que quem dirigia as grandes instituições religiosas eram pessoas da sua mais alta confiança. Para o caso particular do Mosteiro de Arouca, esta sua ação era especialmente visível na eleição das suas abadessas. As intrigas que marcavam esta escolha afetavam a comunidade, sendo notória a constituição de verdadeiros partidos de monjas que pretendiam, por um lado, reforçar o seu poder e prestígio, como também os das suas famílias. Tais disputas envolviam, muitas vezes, pessoas exteriores à comunidade, como candidatas de outras casas monásticas que esgrimiam argumentos e trocavam acusações com as candidatas internas, expondo as fragilidades das suas opositoras nomeadamente ao nível da sua conduta pessoal, ou os familiares de algumas candidatas que pretendiam impor a sua eleição através do uso da força armada, ou ainda do próprio monarca, que, valendo-se do seu poder, procurava também interferir nessa escolha.

¹ Corresponde à dissertação de Mestrado em História da Idade Média, inscrita na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e orientada pela Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, pelo Professor Doutor Saul António Gomes e pelo Professor Doutor Luís Miguel Rêpas.

A cronologia definida para este estudo compreende-se facilmente. Com o fim de uma dinastia e a emergência de uma nova, o reino fica mergulhado em diversas vicissitudes que moldaram os poderes vigentes. Este novo período político abre-se, assim, a algumas ruturas. O Mosteiro de Arouca não saiu incólume, tornando-se imprescindível o seu estudo. O ano de 1385 marcou o início do reinado português mais longo, tendo o monarca sido apoiado, em alguns momentos, pelo seu filho e sucessor, aquele que viria a ser o titular de um dos reinados mais curtos, terminado em 1438. D. João I e D. Duarte foram dois reis que se focaram na legitimação de uma dinastia nascida da ilegitimidade, apoiando-se mutuamente. A quantidade de documentação que compõe este período tornou impossível a continuação deste estudo para o reinado seguinte, de D. Afonso V, também ele bastante longo e com as suas especificidades. Deste modo, esta linha cronológica prossegue a dos estudos de Luís Miguel Rêpas, sobretudo na sua tese de Doutoramento², sobrepondo-se à cronologia de Rafael Vigário³, contudo com diferentes vertentes e perspetivas de análise.

Geograficamente, apesar do Mosteiro de Arouca ser o centro deste estudo, a análise estender-se-á um pouco por todo o reino, em função do padrão de recrutamento daquela casa monástica, procurando identificar as famílias da nobreza a que as monjas de Arouca pertenciam e articulando-as com os círculos régios. No entanto, não se localizam apenas no reino português os acontecimentos que moldaram esta dissertação. O nascimento de uma nova dinastia em Portugal não fez cessar os conflitos com Castela, estando a paz na Península Ibérica ameaçada. Muitas famílias nobres portuguesas aproveitaram esta situação para elevar os seus interesses e escolher o lado mais apetecido. A precária posição de D. João I não ajudou nesta situação, pelo contrário, acentuou-a. A aliança com Inglaterra trouxe algum conforto a este pequeno e instável reino, sempre com os interesses patentes na Guerra dos Cem Anos a espreitar. A fragilidade da Igreja também contribuiu para um agudizar das tensões que se viviam na Europa, desde logo marcada pelo Cisma: D. Fernando, em função dos seus interesses e do contexto político e militar, ora optou pelo papa de Avinhão, ora pelo papa de Roma. D. João I, pelo contrário, escolheu manter-se fiel ao papa de Roma, o que lhe garantia alguma estabilidade. Assim, apesar do Mosteiro de

² Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021). O seu estudo aborda os mosteiros cistercienses femininos até 1385.

³ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007). Esta dissertação de mestrado foca-se em três abadessados, o de D. Leonor Anes Buval, o de D. Beatriz Anes de Almeida e o de D. Teresa de Ataíde.

Arouca se localizar num pequeno território de Portugal, não pode ser estudado de uma forma isolada, devendo, antes pelo contrário, até pela sua importância, ser integrado nas grandes questões que então pautavam a vida política, social e religiosa do reino e que poderiam influenciar o percurso da sua comunidade e das famílias das suas monjas, especialmente junto dos reis.

2. Enquadramento historiográfico

Com o início da nova dinastia de Avis, houve necessidade de consolidar este novo poder que repousava sobre um homem com nascimento ilegítimo. Para isso, assiste-se a um aumento da concentração do poder no rei, tendência que se havia verificado em reinados anteriores e que remontava, ainda que com momentos de interrupção, ao primeiro quartel do século XIII. Para verificarmos estas mutações entre os vários reinados, utilizámos como pontos de referência historiográfica as biografias de D. Fernando⁴, D. João I⁵ e D. Duarte⁶. Em todas elas são debatidos os problemas e as circunstâncias com que estes monarcas se depararam, bem como as famílias nobres que se encontravam ao seu lado⁷. Esta influência por parte da nobreza terá repercussões na entrada das monjas nos vários mosteiros espalhados pelo país, especialmente no Mosteiro de Arouca, altamente elitista⁸.

Para o estudo da nobreza e das suas ligações ao Mosteiro de Arouca foram usados vários trabalhos. Desde logo, a obra de Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*⁹, onde se identificam os membros das casas dos reis e das rainhas e se analisa a sua evolução na cronologia que mais nos interessa. Em concordância com esta lógica, destacamos aqui os trabalhos realizados por Luís Miguel

⁴ Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012).

⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2022).

⁶ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Temas e Debates, 2023).

⁷ Os reis não eram os únicos rodeados pelo grupo social da nobreza, pois as rainhas, através da constituição da sua Casa, possuíam os seus próprios criados e oficiais, que assim ganhavam poder e notoriedade, não só para si, mas igualmente para a sua família. Neste âmbito, destacamos a ação das rainhas D. Leonor Teles, D. Filipa de Lencastre e D. Leonor de Aragão, cujas biografias destacamos em: Isabel de Pina Baleiras, *Uma rainha inesperada – Leonor Teles* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012); Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal – Filipa de Lencastre* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012); Ana Maria Rodrigues, *As tristes rainhas – Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

⁸ A partir da adoção da Ordem de Cister em Arouca, impulsionada pela reforma de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, este mosteiro passou a ser frequentado pelas elites nobiliárquicas, aumentando, assim, o seu domínio, prestígio e riqueza. Durante largos séculos se manteve assim. Maria Helena da Cruz Coelho, Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)”, *Theologica*, II^a série, vol. XXVIII, fasc. 2 (1993): 481-506.

⁹ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

Rêpas. No artigo “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estatuto de trajetórias individuais ou familiares”¹⁰, o autor traça com linhas claras a vida das mulheres da aristocracia em meio monástico, bem como a influência que algumas famílias possuíam, seja dentro da comunidade monástica, ou junto à Corte, apoiando-se em diversos exemplos. Na sua tese de Doutorado, Luís Miguel Rêpas desenvolve com mais pormenor estes casos, expandindo-os para todos os mosteiros cistercienses femininos medievais portugueses¹¹. Por seu turno, também Miguel Aguiar, na sua tese de doutoramento, *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*¹², traduz as ligações de parentesco entre a aristocracia medieval portuguesa, incorporando na sua investigação uma densa rede de vínculos genealógicos¹³.

No que diz respeito ao enquadramento historiográfico deste estudo, terminamos com uma última parte referente aos trabalhos previamente desenvolvidos sobre o mosteiro arouquense, em que destacamos os de Maria Helena da Cruz Coelho, que estudou, num primeiro momento, a sua comunidade até à adoção da observância cisterciense¹⁴, focando, depois, a sua atenção na figura de D. Mafalda e na sua importância para a promoção do mosteiro e da terra de Arouca¹⁵. De acordo com uma linha cronológica dos acontecimentos no próprio Mosteiro de Arouca, seguem-se três dissertações de mestrado: a de Luís Miguel Rêpas, que se focou no abadessado de D. Luca Rodrigues de Valadares (1286-1299)¹⁶, a de Dina de Sousa de Almeida, que abordou os abadessados de D. Teresa Rodrigues de Briteiros (1300-1302) e D. Maria Esteves da Teixeira (1303-1317)¹⁷, e, por último, a de Rafael Marques Vigário, com os

¹⁰ Luís Miguel Rêpas, “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estatuto de trajetórias individuais ou familiares”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XVII (2005): 63-91.

¹¹ Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, 2021).

¹² Miguel Aguiar, “Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média” (Tese de Doutorado, Universidade do Porto, 2021).

¹³ Neste quadro, destacamos ainda o estudo de: José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999).

¹⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca - do século X ao século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988).

¹⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *Arouca. Uma Terra, um Mosteiro, uma Santa* (Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005).

¹⁶ Luís Miguel Rêpas, *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)* (Leiria: Magno Edições, 2003).

¹⁷ Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, “O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade de Património (1300-1317)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2003).

abadessados de D. Leonor Anes Buval (1400-1420), D. Beatriz Anes de Almeida (1421-1428) e D. Teresa de Ataíde (1430-1437)¹⁸.

3. Fontes

As fontes que estamos a utilizar para a realização deste estudo são de natureza variada. Primeiramente, destacamos a documentação inédita que se encontra no fundo arquivístico do Mosteiro de Arouca, conservado na Torre do Tombo, que ajudará na identificação das monjas arouquenses e na compreensão da vida em comunidade¹⁹. Para o período em análise, e respeitante ao mesmo fundo, Rafael Vigário transcreveu, quase na totalidade, a documentação que se encontra entre os anos de 1400 e 1437, a qual também consultaremos²⁰.

De modo a compreender a atuação régia no mosteiro, bem como a interação das famílias das monjas com os monarcas e restantes membros da família real, utilizámos, essencialmente, as Chancelarias de D. João I²¹ e D. Duarte²², publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Para este último parâmetro, consultámos igualmente as crónicas, em particular a *Crónica de D. João I* redigida por Fernão Lopes²³, bem como a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara²⁴, e a *Crónica de D. Duarte*, da autoria de Rui de Pina²⁵.

Os livros de linhagens são outra fonte que permite traçar o quadro genealógico das mais importantes famílias nobres portuguesas, destacando-se, por razões

¹⁸ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007).

¹⁹ Considera-se inédita ou por trabalhar de uma forma sistemática a documentação que se encontra no Arquivo Nacional Torre do Tombo compreendida entre os anos de 1385 a 1400.

²⁰ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007).

²¹ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias, 5 vols. (em 13 tomos) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023).

²² *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, ed. João José Alves Dias, 3 vols. (em 4 tomos) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002).

²³ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom Joham I*, ed. Anselmo Braamcamp Freire e William Entwistle, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977).

²⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

²⁵ Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, ed. António Borges Coelho (Lisboa: Editorial Presença, 1966).

cronológicas, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*²⁶ e o *Livro de Linhagens de Portugal* de Damião de Góis²⁷.

Relativamente à atuação do rei e de algumas famílias de monjas junto da cúria papal, de modo a fazerem prevalecer os seus interesses respeitantes ao governo do Mosteiro de Arouca, recorremos à *Monumenta Portugaliae Vaticana*²⁸ e às cartas de Gomes Eanes, abade de um mosteiro beneditino em Florença, bastante influente junto do rei D. Duarte, publicadas por Rita Costa Gomes²⁹.

4. Metodologia

A partir da documentação (inérita e publicada) relativa ao Mosteiro de Arouca, estamos a fazer o estudo prosopográfico das suas monjas para a cronologia compreendida entre 1385 e 1438. Esta recolha de dados implicou a leitura e, muitas vezes, a transcrição paleográfica da documentação respeitante ao acervo documental do Mosteiro de Arouca que se conserva na Torre do Tombo, sobretudo para os anos de 1385 a 1400.

Subsequentemente, analisaram-se as crónicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina que abrangem os reinados em estudo, D. João I e D. Duarte³⁰. Não só nos fornecem o plano da atuação de cada monarca, como identificam membros de várias famílias nobres e as suas relações entre si. Deste modo, no fim desta leitura, procedeu-se à recolha dos nomes dos membros das famílias ligadas às monjas em Arouca. Este mesmo processo foi adotado durante a análise das chancelarias portuguesas dos mesmos reis³¹, em que foi possível reunir 275 membros das seguintes famílias: Almeida, Alvarenga, Ataíde, Avelar, Azevedo, Brandão, Briteiros, Buval, Cabral, Castro, Churrichão, Lobo, Magalhães, Ornelas, Outiz, Paiva, Pereira, Pinto, Portocarreiro, Rebelo, Sobrado, Sousa, Vale, Vasconcelos e Velho. O tratamento desta informação seguiu por base o método prosopográfico.

²⁶ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. José Mattoso, in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol. II (Tomo I e II) (Lisboa: Academia das Ciências, 1980).

²⁷ Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos (Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014).

²⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingos de Sousa Costa, 4 vols. (Braga: Editorial Franciscana, 1968-1982).

²⁹ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017).

³⁰ Vejam-se as notas nº 23, 24 e 25.

³¹ Vejam-se as notas nº 21 e 22.

Feita esta recolha, traçámos a genealogia de cada uma destas famílias, cruzando referências com a bibliografia que íamos analisando. Ao mesmo tempo que o fazíamos, tentámos apurar quais dos seus membros se encontravam a favor do Mestre de Avis ou a favor de Castela e quais mudaram, entretanto, a sua posição, consoante os seus próprios interesses. Para isso, tentámos estabelecer qual a sua relação com a casa real, fosse com a do rei, ou a da rainha, igualmente importante para a ascensão social de muitas famílias. Aí conseguimos entender se as monjas que se encontravam em Arouca pertenciam a famílias com uma estreita relação com a Corte, ou não, e como essa mesma relação pode ter afetado a vida desta comunidade.

Numa fase mais recente, encontramos-nos a analisar a *Monumenta Portugaliae Vaticana* e a correspondência trocada com o abade de Florença, Gomes Eanes, que permitem a compreensão das relações do mosteiro, de algumas famílias mais destacadas e do próprio rei com o Sumo Pontífice.

5. Estrutura provisória do trabalho final

A estrutura escolhida para abordar este tema começará com um primeiro capítulo dedicado ao enquadramento político do Portugal medievo, no final do século XIV, partindo dos antecedentes que levaram à ascensão da dinastia de Avis, até ao papel de D. João I na consolidação deste novo poder. Novas estratégias foram adotadas, a par desta metamorfose política, desde logo no seio dos que se tentavam aproximar do poder real: a nobreza. Este grupo social não sairá incólume: alguns dos seus membros refugiar-se-ão no reino vizinho, Castela, protegidos por aquele que consideravam o legítimo rei de Portugal, enquanto outros procurarão o seu favorecimento junto do recente “Messias”. Dada a importância da nobreza na comunidade de Arouca, pelo menos desde o segundo quartel do século XIII, esta constituirá o foco principal deste capítulo.

Após uma primeira parte de contextualização, segue-se o segundo capítulo, dedicado à comunidade arouquense, em que se pretende, através de um estudo prosopográfico, identificar as monjas que aí se encontravam no período em apreço (1385-1438), bem como o padrão de recrutamento das mesmas, comparando-o com os 50 anos anteriores³². Só assim se poderá ter uma visão alargada desta comunidade e da

³² Previamente estudados por Luís Miguel Rêpas na sua tese de doutoramento: Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021).

influência (ou não) das suas famílias neste importantíssimo cenóbio feminino medieval.

O último capítulo centrar-se-á na intervenção régia em Arouca, através da perceção das interações dos monarcas D. João I e do seu filho, D. Duarte, com o mosteiro. Estas suas ações serão abordadas no sentido de compreender a sua interferência nas eleições das abadessas, usando, para tal, monjas de algumas famílias nobres que se encontravam no seu *entourage*. O poder do rei e a sua capacidade de intervir nas mais poderosas instituições portuguesas não são aspetos de todo despidiendos e serão debatidos neste terceiro capítulo, com foco no mosteiro cisterciense de Arouca.

6. Dados semi-tratados, hipóteses ou conclusões provisórias

Sendo este um estudo que se encontra em estágio de desenvolvimento, não poderemos reunir neste texto um conjunto alargado de conclusões, mas antes de hipóteses que nos encontramos a analisar.

Relativamente à ação dos monarcas D. João I e D. Duarte, reparamos que se revelaram protetores dos privilégios e da segurança do Mosteiro de Arouca durante os seus reinados. D. João I, que contou com um reinado bastante mais longo em comparação com o do seu filho (D. Duarte apenas governou enquanto rei durante 5 anos), confirmou, na qualidade de soberano, privilégios que os seus antecessores tinham concedido ao dito cenóbio³³, o que nos demonstra uma preocupação deste mesmo monarca em proteger esta comunidade monástica e em manter com ela boas relações. Favoreceu ainda, pontualmente, certas monjas, com algumas cartas de privilégio. Autorizou igualmente a realização de uma feira, todas as terças-feiras, no arrabalde e na praça do Mosteiro de Arouca, dinamizando, assim, as trocas comerciais da região³⁴. Por seu turno, D. Duarte toma este cenóbio, bem como a sua comunidade e os seus bens, sob sua guarda e proteção, aplicando penas aos infratores³⁵.

A ação deste último rei não fica, porém, por aqui. Com a morte da abadessa D. Teresa de Ataíde, em 1437, o cargo de liderança de Arouca ficava livre e pronto a ser

³³ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023), vol. I, t. 2, docs. 696; vol. II, t. 2, doc. 689.

³⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023), vol. II, t. 2, doc. 832.

³⁵ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002), vol. I, t. 1, doc. 304.

ocupado, surgindo, assim, três fortes candidatas: D. Leonor Pereira, D. Isabel de Ataíde (ou de Castro) e D. Beatriz de Vilhena, o que resultou em três partidos distintos, cada um com os seus apoiantes, todos de enorme peso político e social, tendo a comunidade ficado bastante dividida³⁶. A correspondência trocada com o abade de Florença, Gomes Eanes, e as súplicas dirigidas ao Sumo Pontífice comprovam estas dissidências. D. Duarte, num primeiro momento, e a rainha sua esposa, num momento posterior, considerando que este mosteiro era o principal do reino e que, por ser tão importante, a escolha da abadessa devia ser feita com o consentimento dos reis, anteciparam-se, solicitando a Gomes Eanes que garantisse que o papa não confirmasse ninguém no cargo sem a aprovação régia e apoiaram deliberadamente a escolha de D. Beatriz de Vilhena, por a considerar “persoa pertencente pera o manter e retomar a seu boo estado”³⁷. Por seu turno, a condessa Guiomar de Castro tentou também, através do mesmo abade, fazer da sua filha, D. Isabel de Ataíde (ou de Castro), abadessa de Arouca³⁸. Note-se que o pai desta candidata, Álvaro Gonçalves de Ataíde³⁹, foi governador da Casa do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, participou na conquista de Ceuta, integrando o contingente dirigido por este Infante, mais tarde foi aio do jovem rei D. Afonso V, e a sua mãe, Guiomar de Castro, foi aia da Infanta D. Leonor, irmã de Afonso V⁴⁰.

Também importante era a terceira candidata, Leonor Pereira, filha ilegítima de João Álvares Pereira (um fidalgo da casa de D. João I, que fora senhor da Terra de Santa Maria da Feira), que se perfilava numa linha de sucessão tia-sobrinha, contando com várias abadessas ao longo de sucessivas gerações (era sobrinha da abadessa Leonor Anes Buval, por sua vez sobrinha da abadessa Maria Lourenço Buval, ou de Portocarreiro), e que já havia participado (e sido vencida) numas eleições anteriores (1420-1422). Nessa altura, o pai de Leonor Pereira foi, aliás, acusado de, com muitos outros cavaleiros fortemente armados, ter ameaçado a comunidade e de ter afastado

³⁶ Rafael Vigário dá-nos conta do começo desta dissidência dentro da comunidade: Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007), 46.

³⁷ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017), 258-361.

³⁸ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017), 369-370.

³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Ordem de Cister, Mosteiro de Arouca, gaveta 7, maço 9, n.º 23.

⁴⁰ Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980), 720-726.

Beatriz Anes de Almeida do cargo de abadessa, por força e medo, colocando a sua filha Leonor no seu lugar⁴¹.

Como podemos verificar, as ligações familiares das monjas de Arouca eram bastante fortes e poderiam claramente influenciar a ocupação dos seus mais altos cargos. Estas famílias nobres detinham, na maioria das vezes⁴², laços bastante estreitos com a família real ou com instituições de poder no reino⁴³.

⁴¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingos de Sousa Costa (Braga: Editorial Franciscana, 1982), vol. III/2, doc. 559.

⁴² Neste momento encontramos-nos a analisar com pormenor as relações destas famílias com a própria família real.

⁴³ Caso da família dos Avelar, em que, para o período de 1390-1400, foi eleita como abadessa Leonor Vasques do Avelar que era sobrinha do antigo mestre da Ordem de Avis, Martim do Avelar, e do copeiro da rainha D. Beatriz, Lourenço Martins do Avelar, e, ainda, meia-irmã de Maria Lourenço de Portocarreiro, também ela abadessa de Arouca entre 1365 e 1388. Logo, esta era uma família que começou a exercer a sua influência junto dos círculos régios, especialmente desde D. Afonso IV.

Paisagens e suas práxis: Contributos da Arqueobotânica para o estudo das dinâmicas agrárias do Norte e Centro português entre o mundo romano e a Idade Média (séc. III-XII)

CATARINA DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Universidade do Porto, CITCEM¹

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a7>

Sumário

Paisagens e suas práxis: Contributos da Arqueobotânica para o estudo das dinâmicas agrárias do Norte e Centro português entre o mundo romano e a Idade Média (séc. III-XII), é um projeto de Doutoramento com o qual, a partir do estudo de material arqueobotânico de cinco jazidas arqueológicas, se pretende caracterizar sistemas agrícolas, estratégias de processamento e armazenagem de produtos vegetais, a recolha de plantas edíveis silvestres e usos de recursos lenhosos domésticos e silvestres, correlacionando-os com as alterações ambientais e as dinâmicas sociopolíticas, tecnológicas e económicas que caracterizam o período em questão. Obtidos os resultados dos estudos de Carpologia (sementes e frutos) e de Antracologia (madeiras), estes serão perspetivados à escala local e inter-regional, interpelando-os diacronicamente e contrastando-os com dados obtidos com anteriores estudos arqueobotânicos, para além de arqueológicos e históricos.

Palavras-chave: Agricultura; Silvicultura; Carpologia; Antracologia.

Abstract

Landscapes and their praxis: Archaeobotanical contributions to the study of agrarian dynamics in the North and Centre of Portugal between the Roman world and the Middle Ages (3rd-12th centuries), is a PhD project which, based on the study of archaeobotanical material from

¹ O presente Doutoramento foi financiado por uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2022.11430.BD), e conta com a orientação de Arqueobotânica de João Pedro Tereso (CIBIO-BIOPOLIS), e de Arqueologia, de Andreia Arezes (CITCEM-FLUP) e Catarina Tente (IEM-NOVA FCSH), a quem muito agradecemos a constante dedicação.

five archaeological sites, aims to characterise agricultural systems, strategies for processing and storing plant products, the collection of wild edible plants and the use of domestic and wild wood resources, correlating them with environmental changes and the socio-political, technological and economic dynamics that characterise this period. Once the results of the Carpology (seeds and fruit) and Anthracology (wood) studies have been obtained, they will be viewed on a local and inter-regional scale, examining them diachronically and contrasting them with data obtained from previous archaeobotanical, archaeological and historical studies.

Keywords: Agriculture; Forestry; Carpology; Anthracology.

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

Constatada a escassez de estudos que se debruçam sobre as práticas agrícolas e silvícolas da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média e atendendo à exiguidade de fontes documentais, propõe-se com este projeto revisitar o discurso histórico sobre as práticas agrícolas e silvícolas, recorrendo a uma abordagem interdisciplinar e com foco em casos-estudo relevantes e diversificados. Fazendo uso dos mais recentes enquadramentos teóricos e metodológicos na área da Arqueobotânica, em articulação com as materialidades arqueológicas e as fontes escritas, e com foco nas regiões do Norte e Centro português (Figura 1), pretende-se caracterizar diacronicamente:

1. Os sistemas agrícolas, identificando as principais culturas (cereais, leguminosas, oleaginosas e frutícolas) e as práticas de cultivo a que estão associadas;
2. As estratégias de processamento e armazenagem de alimentos de origem vegetal como indicadores das práticas de cultivo e da tecnologia agrária;
3. Os métodos de recolha e uso de recursos lenhosos, silvestres e domésticos, assim como a sua eventual gestão no âmbito de atividades silvícolas;
4. A disponibilidade e utilização de recursos vegetais silvestres – alimentares e não só – nos espaços de vivência quotidiana das comunidades.

2. Enquadramento historiográfico

São escassas as fontes escritas para o período entre a desagregação do Império Romano e a Alta Idade Média no Ocidente peninsular, sendo mais raras as informações respeitantes a práticas agrícolas e silvícolas e os seus impactos económicos e paisagísticos. Tem sido difundida, porém, a ideia de que no século III ter-se-á iniciado um processo de ruralização, que se consolidou nos séculos

subsequentes², e que se caracterizou pela ascensão de certas urbes em detrimento de outras e pelo surgimento de novos centros de poder rurais. O discurso historiográfico vigente tem focado práticas agrícolas, cultivos, regimes de intensificação, rotatividade de culturas, estrumação, evolução do arado, entre outras práticas³, e cultivos como o trigo, o milho-miúdo e o centeio⁴. Mas estas narrativas têm sido questionadas recentemente⁵ pelos dados arqueológicos e paleoambientais, ainda que sejam parcas as abordagens interdisciplinares que possibilitem uma visão mais integrada⁶.

Dados paleoecológicos de ampla diacronia de diferentes áreas do Ocidente peninsular documentam flutuações na vegetação⁷, resultantes de alterações económicas, sociopolíticas e climáticas. Após a acentuada desflorestação Alto Imperial⁸, verifica-se uma breve recuperação da floresta, atribuída à disrupção de certas atividades produtivas nos séculos III e IV. Após uma fase fria conhecida como Pequena Idade do Gelo da Antiguidade Tardia (LALIA)⁹, concomitante com a peste de Justiniano¹⁰, pragas de gafanhotos¹¹ e instabilidade político-social¹², ressurgiu a

² José Mattoso, "Antes de Portugal", in *História De Portugal*, I, dir. e coord. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 352; Jean-Pierre Leguay, A. H. Oliveira Marques, Maria Ângela Beirante, "Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista»" in *Nova História De Portugal*, dir. e coord. A. H. Oliveira Marques, Joel Serrão (Lisboa: Editorial Presença, 1993).

³ A. H. Oliveira Marques, *Introdução À História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média* (Lisboa: Edições Cosmos, 1978).

⁴ Jean-Pierre Leguay, A. H. Oliveira Marques, Maria Ângela Beirante, "Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista»" in *Nova História De Portugal*, dir. e coord. A. H. Oliveira Marques, Joel Serrão (Lisboa: Editorial Presença, 1993).

⁵ Jorge Alarcão, *A Lusitânia e a Galécia: Do Séc.II a.C. ao Séc.VI d.C.* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018), 322.

⁶ William Harris, "What Kind of Environmental History for Antiquity?" in *The Ancient Mediterranean Environment between Science and History*, ed. William V. Harris, Alan Cameron, Suzanne Said, Kathy H. Eden, Gareth D. Williams, Holger A. Klein (Leiden: Brill, 2013).

⁷ E.g. Helena Granja, et al., "Holocene Evolution of the Cávado Estuary (NW Portugal), *Quaternary International* 622: 36-50. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2022.02.032>.

⁸ Carlos Aguiar, Bruno Pinto, "Paleo-História Antiga Das Florestas De Portugal Continental - Até À Idade Média." in *Floresta E Sociedade. Uma História Em Comum*, ed. J. S. Silva (Lisboa: Fundação Luso-Americana, Público, Liga para a Protecção da Natureza, 2007), 15-33.

⁹ E. g. Ulf Büntgen et al, "Global Wood Anatomical Perspective on the Onset of the Late Antique Little Ice Age (Lalia) in the Mid-6th Century Ce.", *Science Bulletin* 67, 22: 2336-2344. <https://doi.org/10.1016/j.scib.2022.10.019>.

¹⁰ Reyes Luelmo-Lautenschlaeger et al., "História Paleoambiental de la Sierra de Gredos (Sistema Central Español, Ávila) en Época Visigoda: Incidência de la Plaga de Justiniano (541- 543 A. D.)", *Arqueología Iberoamericana* 47 (2021), 78-90.

¹¹ José Mattoso, "Antes de Portugal", in *História De Portugal*, I, dir. e coord. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 321.

¹² José Mattoso, "Antes de Portugal", in *História De Portugal*, I, dir. e coord. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 305.

tendência de perda de área florestal, acentuada nos séculos IX e X¹³, acompanhada de fortes episódios erosivos, forçados pela dinâmica económica¹⁴ e aumento demográfico.

Tem havido, nos últimos anos, um exponencial aumento de estudos paleoambientais e arqueobotânicos. Estas novas aproximações metodológicas à questão¹⁵, nomeadamente a análise conjunta de dados arqueológicos e históricos e de dados paleoambientais multi-proxy, em particular palinológicos, dendrológicos e carpológicos, têm evidenciado o seu elevado potencial explicativo¹⁶.

O laconismo documental entre os séculos IV e XII evidencia o papel relevante da Arqueologia¹⁷. Em vários países europeus, nomeadamente Espanha, os dados arqueológicos e paleoambientais têm contribuído para melhorar as narrativas históricas¹⁸. No caso português, dão-se os primeiros passos para uma visão mais integrada destas centúrias, havendo algumas equipas a dedicar-se a estes períodos,

¹³ Castor Muñoz Sobrino *et al.*, "Palynological Data on Major Holocene Climatic Events in NW Iberia", *Boreas* 34 (2005): 381-400; Ana Moreno *et al.*, "The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula Reconstructed from Marine and Lake Records", *Quaternary Science Reviews* 43 (2012): 16-32.

¹⁴ Tomemos como exemplo a plantação de *Pinus* sp. próximos do estuário do Cávado, possivelmente com fins construtivos, que terá sido incrementado durante o reinado Suevo, e que viu o seu declínio por volta do século X, numa proporção quase direta de aumento dos campos agrícolas: Helena Granja, *et al.*, "Holocene Evolution of the Cávado Estuary (NW Portugal)", *Quaternary International* 622: 36-50.

¹⁵ Michael McCormick *et al.*, "Climate Change During and after the Roman Empire: Reconstructing the Past from Scientific and Historical Evidence", *The Journal of Interdisciplinary History* 43, 2 (2012): 169-220. https://doi.org/10.1162/IINH_a_00379; Andrés Currás *et al.*, "Climate Change and Human Impact in Central Spain During Roman Times: High-Resolution Multi-Proxy Analysis of a Tufa Lake Record (Somolinos, 1280m Asl)", *CATENA* 89, 1: 31-53. <https://doi.org/10.1016/j.catena.2011.09.009>.

¹⁶ Alfonso Vigil-Escalera *et al.*, "Productive Strategies and Consumption Patterns in the Early Medieval Village of Gózquez (Madrid, Spain)", *Quaternary International* 346 (2014): 7-19; Reyes Luelmo-Lautenschlaeger *et al.*, "História Paleoambiental de la Sierra de Gredos (Sistema Central Español, Ávila) en Época Visigoda: Incidência de la Plaga de Justiniano (541- 543 A. D.)", *Arqueología Iberoamericana* 47 (2021), 78-90; Luís Seabra *et al.*, "Crops on the Rocks: Production, Processing, and Storage at the Early Medieval Site of Senhora Do Barrocal (Municipality of Sátão, Central Portugal)", *Plants* 11, 471 (2022).

¹⁷ José Carlos Sánchez Pardo, "Power and Rural Landscapes in Early Medieval Galicia (400-900 AD): Towards a Re-Incorporation of the Archaeology into the Historical Narrative", *Early Medieval Europe* 21 (2013): 140-168.

¹⁸ Juan Quirós Castillo, "Las Ocupaciones Rupestres en el Fin de la Antigüedad. Los Materiales Cerâmicos de los Husos (Laguardia, Álava)", *Veleia* 24-25 (2007-2008): 1123-1142; Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Juan Antonio Quirós Castillo, "Un Ensayo De Interpretación Del Registro Arqueológico" in *El Poblamiento Rural de Época Visigoda en Hispania. Arqueología del Campesinado en el Interior Peninsular*, ed. Juan Quirós Castillo (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2013), 357-399; Alfonso Vigil-Escalera *et al.*, "Productive Strategies and Consumption Patterns in the Early Medieval Village of Gózquez (Madrid, Spain).", *Quaternary International* 346 (2014): 7-19; García, Carlos Tejerizo, *Arqueología del Campesinado Medieval en la Cuenca del Duero (Ss. V-VIII D.C.)* (Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, 2015).

contribuindo com novos conhecimentos, traçando novas perspetivas¹⁹. É com algumas dessas equipas que será desenvolvida esta tese²⁰.

No âmbito da atividade arqueológica, os estudos de Arqueobotânica possibilitam a caracterização dos sistemas agrícolas, práticas de armazenagem e evolução da paisagem²¹. Ainda que sejam poucos os estudos arqueobotânicos no Ocidente Peninsular para o período em análise, salientam-se os trabalhos realizados no Castro de Guifões, Matosinhos²², e na Senhora do Barrocal, Sátão²³. Estes estudos, com estratégias de escavação e amostragem pouco comuns na Arqueologia portuguesa, permitiram não só identificar cultivos, tanto cereais, leguminosas, e árvores de fruto, quanto alimentos processados, como pão e papas/sopas. Estes vestígios contribuíram para a caracterização de práticas agrícolas, tais como épocas de cultivo, e também silvícolas, como a poda. No caso dos estudos realizados na Beira Alta, o cruzamento dos dados arqueobotânicos com o restante registo arqueológico e documental permitiu a construção de um discurso integrador com impacto na compreensão do quotidiano rural e de dinâmicas económicas mais latas²⁴.

Sendo os estudos interdisciplinares residuais, geograficamente restritos e focados em realidades arqueológicas específicas, não permitem extrapolações com maior

¹⁹ Catarina Tente, "Os Últimos 30 Anos da Arqueologia Medieval Portuguesa (1987-2017)", in *Treinta Años de Arqueología Medieval en España*, ed. Juan Quirós Castillo (Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, 2018), 49-94.

²⁰ E. g. Catarina Tente, "Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e Exploração do Território nos Séculos V a XI" (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2010); João Tereso, "Environmental Change, Agricultural Development and Social Trends in Nw Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity", (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto: Faculdade de Ciências, Departamento de Biologia, 2012); Andreia Arezes, *O Mundo Funerário Na Antiguidade Tardia Em Portugal: As Necrópoles Dos Séculos V a VIII*. Coleção «Teses Universitárias», Vol. n.º 9 (Porto: CITCEM/Afrontamento (Prémio CITCEM/Afrontamento «TESSES UNIVERSITÁRIAS» 2016, 2017).

²¹ Anne de Vareilles *et al.*, "Archaeology and Agriculture: Plants, People, and Past Land-Use", *Trends in Ecology & Evolution* 36, 10: 943-954. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2021.06.003>.

²² Catarina Magalhães, "Achas Na Fogueira: Estudo Antracológico Do Castro De Guifões (Matosinhos)" (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2020); Luís Seabra *et al.*, "A Arqueobotânica No Castro De Guifões (Matosinhos, Noroeste De Portugal): O Primeiro Estudo Carpológico", in *Actas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (2020).

²³ Luís Seabra *et al.*, "Crops on the Rocks: Production, Processing, and Storage at the Early Medieval Site of Senhora Do Barrocal (Municipality of Sátão, Central Portugal)", *Plants* 11, 471 (2022).

²⁴ Cláudia Oliveira, João Tereso, Catarina Tente, "Construction and Fuel: Approaches to Wood Exploitation During the Medieval Times in Central-Northern Portugal", in *European Association of Archaeologists Meeting* (Maastricht: 2017); Catarina Tente, Luís Seabra, João Tereso, "Agriculture, Gathering, and Food Processing in the 10th Century in Central-North Portugal", in *Paisajes, espacios y materialidades. Arqueología rural altomedieval en la Península Ibérica*, ed. Sara Prata, Fabián Cuesta-Gómez, Catarina Tente (Oxford, 2022), 129-142.

impacto no discurso historiográfico. Como tal, urge alargar o âmbito destas investigações, abrangendo outras regiões e cronologias, mas também sítios de diferentes características, que permitam cobrir distintas realidades socioeconómicas.

3. Fontes

Este estudo é de carácter eminentemente arqueobotânico, ou seja, incidirá no estudo de macrorrestos carpológicos e antracológicos recuperados em contextos arqueológicos. O material provém de cinco sítios (Figura 2), selecionados com base na cronologia que pretendíamos estudar e na disponibilidade de amostras sedimentares:

1. Idanha-a-Velha (III-XII): antiga cidade romana *Igaedis*, posterior sede episcopal visigótica, seguida de ocupação muçulmana. No âmbito do projeto IGAEDIS, há a possibilidade de estudar contextos urbanos (Porta Sul) e rurais (A Forja), numa longa diacronia, cruzando com estudos palinológicos e faunísticos atualmente em curso.
2. Cividade de Bagunte, Vila do Conde (III-V): Circundado por campos férteis, fruindo de uma via fluvial, a cerca de 10 quilómetros do Atlântico, trata-se de um sítio de ocupação sincrónica com a do Castro de Guifões (3), mas mais interior. O paralelismo permitirá a contrastação dos dados a nível regional e sincrónico.
3. Castro de Guifões, Matosinhos (IV-VI): alvo de um primeiro estudo arqueobotânico²⁵ que revelou grande potencial. A sua localização litoral e a presença de material exógeno, indicador de comércio, tornam este sítio fulcral para detetar potenciais importações de espécies e práticas.

²⁵ Estudo carpológico já publicado em Luís Seabra *et al.*, "A Arqueobotânica No Castro De Guifões (Matosinhos, Noroeste De Portugal): O Primeiro Estudo Carpológico", in *Actas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (2020). Há igualmente um estudo antracológico, mas mais reduzido, realizado no nosso mestrado: Catarina Magalhães, "Achas Na Fogueira: Estudo Antracológico Do Castro De Guifões (Matosinhos)" (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2020).

4. Castelo de Trancoso (IX-XI): contexto de elites condais²⁶, no qual foram detetadas evidências de incêndio com abundantes macrorrestos vegetais. Será fulcral para comparar os resultados com os dos sítios rurais circundantes²⁷.

5. Museu Alberto Sampaio, Guimarães (XII): em escavações realizadas em 2011, identificaram-se silos datáveis do século XII, com sementes/frutos e madeiras preservadas por saturação em água²⁸, que se encontram por estudar. O conteúdo destas estruturas de armazenagem é ideal para a caracterização do consumo urbano medieval. Neste caso, será possível estabelecer paralelos com informações resultantes de fontes escritas já estudadas para região e cronologicamente próximas, como as Inquirições²⁹, ou a *História florestal, aquícola e cinegética: 1208- 1483*³⁰.

Será essencial comparar os dados obtidos com outros quatorze estudos para a mesma área e cronologia, tanto já publicados³¹ quanto inéditos. Será igualmente

²⁶ Ferreira, Maria do Céu, João Carlos Lobão, "Arqueologia no Castelo de Trancoso: Novos Dados para o Estudo da Fortificação", in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, ed. Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Lisboa: Edições Colibri. Campo Arqueológico de Mértola, 2013), 761-772.

²⁷ Paula Queiroz, "Estudo Arqueobotânico no Povoado Medieval da Soida, Celorico da Beira", in *Terra Scenica- Território Antigo- Relatórios*, 12 (Lisboa: Terra Scenica, 2009); Paula Queiroz, "Novos Dados Arqueobotânicos sobre o Penedo dos Mouros (Gouveia)", in *Terra Scenica- Território Antigo Relatórios*, 11 (Lisboa: Terra Scenica, 2009); Cláudia Oliveira *et al.*, "Estudo Arqueobotânico do Povoado Alto-Medieval de S. Gens: Perspetivas sobre a Exploração de Recursos Lenhosos e Agrícolas", in *Arqueologia Em Portugal / 2017 – Estado Da Questão*, ed. J. M. Arnaud, Andrea Martins (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017), 1481-1494; Catarina Tente *et al.*, "Povoamento e Modos de Vida no Limite Oriental do Território Viseense Durante o Século X. O Povoado de S. Gens", in *Do Império ao Reino: Viseu e o Território (séculos IV a XII)* (Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018).

²⁸ Susana Cosme, "Intervenção Arqueológica na Extensão do Museu Alberto Sampaio (Guimarães). Contributos para o Conhecimento Urbanístico e Actividade Económica da Cidade na Época Medieval", in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População. Cidade Antiga. II* (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013): 195-224.

²⁹ Obra essencial, e baseada nas Inquirições de 1258 de Afonso III, é o de Iria Gonçalves, *Por Terras De Entre-Douro-E-Minho Com as Inquirições De Afonso III* (Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM, 2012).

³⁰ *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, ed. Carlos Baeta Neves (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980).

³¹ Para além dos já citados, teremos em conta, para o Norte: João Tereso *et al.*, "Estudo Carpológico do Castro de São Lourenço (Esposende, Noroeste De Portugal): Primeiros Resultados", *Estudos do Quaternário* 6 (2010): 67-73; Filipe Vaz *et al.*, "Estudo Arqueobotânico do Castro de Cidadelhe (Mesão Frio): Resultados Preliminares", *Estudos do Quaternário* 15 (2016): 59-69; a Nordeste: João Tereso *et al.*, "Os Níveis Medievais do Sítio de Quinta de Crestelos (Mogadouro): Agricultura e Paisagem", in *Arqueologia Medieval* (Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2018): 75-91; Luís Seabra *et al.*, "Crops on the Edge of a Cliff: Storage at Castro S. João das Arribas (Northwest Iberia) in the Late Antiquity",

necessário considerar estudos para cronologias anteriores de modo a perspetivar as alterações paleoclimáticas de longa diacronia³². Também à escala peninsular, e salvaguardando as devidas distâncias espaciais e culturais, será importante compor um quadro geral do estado da investigação para estas cronologias³³.

Ainda entre os estudos arqueobotânicos, e apesar de não estar prevista a realização de análises de vestígios microscópicos vegetais, como o pólen, estudos pertinentes para a área geográfica em questão serão tidos em consideração³⁴ na discussão e interpretação dos dados. Nesta sequência, mas também para o contraste com os dados arqueobotânicos e arqueológicos, o recurso a estudos focados em fontes escritas será essencial³⁵, ainda que a consulta direta destas fontes não esteja prevista.

4. Metodologia

Para Sendo o trabalho realizado mormente direcionado para a obtenção de dados arqueobotânicos, parte considerável do projeto será dedicado à análise laboratorial. Estabeleceram-se, com base em outros trabalhos já desenvolvidos e testados, os seguintes procedimentos:

1. Recolha sistemática de amostras, com cobertura total, em escavações em curso, com um padrão mínimo de 20 L de sedimento por cada, sempre que possível³⁶.

Journal of Archaeological Science: Reports 44. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2022.103528>; para a região Centro: consultar nota 26.

³² E. g., resultados de estudos arqueobotânicos de contexto flávio da Cividade de Bagunte, assim como de níveis alto-imperiais de Idanha-a-Velha e de Conímbriga, analisados durante o projecto *B-Roman*.

³³ Será fundamental consultar os resultados do projeto “Medieval Appetites: food plants in multicultural Iberia (500-1100 CE)” (MEDAPP: 101054883 ERC).

³⁴ E. g. Castor Muñoz Sobrino *et al.*, “Palynological Data on Major Holocene Climatic Events in NW Iberia”, *Boreas* 34 (2005): 381-400; Andrés Currás *et al.*, “Landscape Change and Vegetation History in the City of Lisbon During Roman Times and the Early Medieval Period”, *The Holocene* 31, <https://doi.org/10.1177/0959683620961514>; Helena Granja, *et al.*, “Holocene Evolution of the Cávado Estuary (NW Portugal)”, *Quaternary International* 622: 36-50. Para o caso de Idanha-a-Velha, em particular, teremos acesso a dados de estudos palinológicos locais cuja concretização está agendada para o corrente ano, no âmbito do projeto IGAEDIS (PTDC/HAR-ARQ/6273/2020), que articula equipas das Universidades Novas de Lisboa e de Coimbra.

³⁵ Para estes serão pertinentes, e. g., os relatos do bispo Idácio de Chaves, do século V, e as referências do historiador Procópio, do século VI.

³⁶ João Pedro Tereso, Arqueobotânica. Manual de Boas Práticas. Amostragem e Recolha de Macrorrestos Vegetais em Escavações Arqueológicas (Vairão: Associação BIOPOLIS, CIBIO, InBIO, 2024), 19.

2. Processamento com máquina de flutuação, em contextos secos³⁷, e manual com *wash-over*³⁸ em sedimentos húmidos (Figura 3).

a) No caso das amostras argilosas de Guimarães, e com base em experiências que por nós têm vindo a ser desenvolvidas, estas serão previamente adicionadas a uma solução de 10% de peróxido de hidrogénio durante 24 horas, seguindo posteriormente o processamento padrão;

3. Divisão da fração leve de cada amostra com uma coluna de crivos, com malhas de 2 mm, 1 mm e 0.5 mm.

a) No estudo carpológico, as malhas de 2 mm e 1 mm serão tendencialmente triadas na íntegra; as malhas de 0.5 mm serão alvo de estudo de uma subamostra de 1 grama, podendo esta quantidade ser incrementada caso seja pertinente. Em casos de amostras com grande volume, ou unidades estratigráficas com elevado número de amostras, poderá realizar-se subamostragens mesmo nas malhas de 2 mm e 1 mm, fazendo uso de uma *riffle box*³⁹.

b) No estudo antracológico proceder-se-á à análise de 150 carvões, no mínimo, por amostra. Se apropriado, caso haja muitas amostras da mesma unidade, esta quantidade poderá ser ajustada, reduzida para um mínimo de 100 carvões. Para contextos particulares, como os que integram material proveniente de estruturas de combustão, caso do sítio da Forja e de uma unidade de descarte de material de fundição na Cidade de Bagunte, a quantidade de carvão estudado foi incrementada.

4. Registo e identificação de *taxa*, sempre que possível, ao nível da espécie.

³⁷ Deborah Pearsall, *Paleoethnobotany - A handbook of procedures* (New York: Routledge, 2016).

³⁸ Tjaša Tolar et al., "Recovery techniques for waterlogged archaeological sediments: a comparison of different treatment methods for samples from Neolithic lake shore settlements", *Vegetation History and Archaeobotany* 19 (2010): 53-67.

³⁹ Marijke van der Veen e Nick Fieller, "Sampling seeds", *Journal of Archaeological Science* 9 (1982): 287-298; Clive Orton, *Sampling in Archaeology* (Cambridge University Press, 2012).

- a) Triagem e identificação de frutos e sementes à lupa binocular, sendo o diagnóstico taxonómico realizado com o auxílio de atlas⁴⁰ e da coleção de referência do CIBIO.
- b) Identificação e caracterização de madeiras carbonizadas recorrendo à lupa binocular e microscópio de luz refletida e de madeiras saturadas utilizando um microscópio de luz transmitida. Para a identificação taxonómica recorrer-se-á a atlas de madeiras⁴¹ e à coleção de referência do CIBIO.

Na análise carpológica, para além da identificação de cultivos e táxones silvestres, serão caracterizados subprodutos do processamento de produtos agrícolas, como colmo, partes florais dos cereais e ervas daninhas. Serão ainda aplicados métodos de ecologia funcional de plantas (FIBS), que têm demonstrado utilidade para a identificação de técnicas agrícolas, tais como estrumação, irrigação e técnicas de

⁴⁰ E. g. Greta Berggren, *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions* (Stockholm: Swedish Museum of Natural History, 1981); Anna-Lena Anderberg, *Atlas of Seeds and Small Fruits of Northwest-European Plant Species* (Sweden, Norway, Denmark, East Fennoscandia, and Iceland) with *Morphological Descriptions* (Stockholm: Swedish Museum of Natural History, 1994); Gordon et al., "Identification of archaeological remains of wheat: the 1992 London workshop", *Circaea* 12 (2) (1996), 195-210; Stefanie Jacomet, *Identification of cereal remains from archaeological sites*. 2^a ed: Archaeobotany Lab (IPAS, Basel University, 2006); Agáta Fargašová, Vít Bojňanský, *Atlas of Seeds and Fruits of Central and East-European Flora* (Springer, Dordrecht, 2007); Reinder Neef, René Cappers, Renée Bekker, "Digital atlas of economic plants in archaeology" (Barkhuis & Groningen University Library, 2012); Dorian Fuller, *Seeds for the Archaeologist. Identification primers and student's workbook for Old World archaeobotany, Archaeobotanical Analysis in Practice Short Course/MSc Practical course* (2020); Diego Sabato e Leonor Peña-Chocarro, *MARIS NOSTRI NOVUS ATLAS: Seeds and fruits from the Mediterranean Basin* (Madrid: Doce Calles, 2021).

⁴¹ E. g. Fritz Hans Schweingruber, *Anatomy of European woods* (Paul Haupt and Stuttgart, 1990); Fritz Hans Schweingruber, *Microscopic Wood Anatomy* (Snow and Landscape Research Swiss Federal Institute for Forest, 1990); Fritz Hans Schweingruber, Annett Börner, Ernst-Detlef Schulze, *Atlas of Woody Plant Stems: Evolution, Structure, and Environmental Modifications* (Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2008); Fritz Hans Schweingruber, Annett Börner, Ernst-Detlef Schulze, *Atlas of Stem Anatomy in Herbs, Shrubs and Trees* (Heidelberg: Springer, 2011); Jean Louis Vernet, *Guide d'identification des charbons de bois préhistoriques et récents. Sud-Ouest de l'Europe: France, Péninsule ibérique et îles Canaries* (Paris: CNRS Editions, 2001).

colheita, e para caracterizar regimes de exploração dos campos⁴², produção de feno e aproveitamento de resíduos orgânicos para forragem ou cama de gado⁴³.

Consoante a preservação e quantidade dos conjuntos carpológicos identificados, poderá ser pertinente realizar estudos biométricos para comparar alterações das dimensões das sementes e grãos entre sítios e cronologias⁴⁴.

O estudo das madeiras incluirá a sua caracterização dendrológica. Sempre que pertinente, serão registadas evidências de degradação biológica, como fungos e galerias de xilófagos⁴⁵; de queima de madeira verde, como a presença de fissuras radiais⁴⁶; limitações ao crescimento por ação antrópica, como, por exemplo, a poda⁴⁷, época do corte (estação do ano), calibre/diâmetro do ramo ou tronco⁴⁸. Quando possível, será identificada a parte do indivíduo, indicando se é um ramo, tronco ou raiz, com base na morfologia macroscópica ou nas características anatómicas

⁴² Amy Bogaard *et al.*, "Combining functional weed ecology and crop stable isotope ratios to identify cultivation intensity: a comparison of cereal production regimes in Haute Provence, France and Asturias, Spain", *Vegetation History and Archaeobotany* 25 (2016): 57-73. <https://doi.org/10.1007/s00334-015-0524-0>.

⁴³ E. g. Michael Charles, Glynis Jones, John G. Hodgson, "Fibs in Archaeobotany: Functional Interpretation of Weed Floras in Relation to Husbery Practices", *Journal of Archaeological Science* 24, 12 (1997): 1151-1161. <https://doi.org/10.1006/jasc.1997.0194>; Glynis Jones, Michael Charles, Amy Bogaard, John G. Hodgson, "Crops and Weeds: The Role of Weed Functional Ecology in the Identification of Crop Husbery Methods", *Journal of Archaeological Science* 37 (2010): 70-77; João Tereso *et al.*, "Crops and Fodder: Evidence for Storage and Processing Activities in a Functional Area at the Roman Settlement of Monte Mozinho (Northern Portugal)", *Vegetation History and Archaeobotany* 22 (2013): 479-492.

⁴⁴ E. g. Marta Portillo *et al.*, "Advances in Morphometrics in Archaeobotany", *Environmental Archaeology* 25 (01/31 2019): 1-11. <https://doi.org/10.1080/14614103.2019.1569351>; Luís Seabra, "The Introduction and Spread of Rye (*Secale Cereale*) in the Iberian Peninsula", *PloS one* 18 (2023): 5-6, 12-13. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0284222>.

⁴⁵ Dominique Marguerie, Jean-Yves Hunot, "Charcoal Analysis and Dendrology: Data from Archaeological Sites in North-Western France", *Journal of Archaeological Science* 34 (2007): 1417-1433; Magdalena Moskal-del Hoyo, Mel Wachowiak, Robert Blanchette, "Preservation of Fungi in Archaeological Charcoal", *Journal of Archaeological Science* 37 (2010): 2106-2116; Magali Toriti *et al.*, "Xylophagous Insects of the Wooden Floor of Camelin Block (Fréjus, France): An Interdisciplinary Approach Combining Archaeology and Anthraco-Entomology", *Quaternary International* 593-594 (2021): 60-70. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.quaint.2020.09.034>.

⁴⁶ Isabelle Théry-Parisot, Auréade Henry, "Seasoned or Green? Radial Cracks Analysis as a Method for Identifying the Use of Green Wood as Fuel in Archaeological Charcoal", *Journal of Archaeological Science* 39 (2012): 381-388.

⁴⁷ Fritz Hans Schweingruber, Annett Börner, Ernst-Detlef Schulze, *Atlas of Woody Plant Stems: Evolution, Structure, and Environmental Modifications* (Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2008).

⁴⁸ Dominique Marguerie, Jean-Yves Hunot, "Charcoal Analysis and Dendrology: Data from Archaeological Sites in North-Western France", *Journal of Archaeological Science* 34 (2007): 1417-1433.

microscópicas⁴⁹. Em conjunto, estes dados poderão fornecer informações relevantes acerca da história de vida do espécime original, assim como da sua manipulação, antes e após o corte.

5. Estrutura provisória do trabalho final

Passível de ser alterada, em função dos resultados obtidos, das leituras efetuadas, ou até da necessidade de reestruturação para maior coesão ou fluidez de leitura, a estrutura que de seguida apresentamos é a que de momento orienta a investigação.

- I. Introdução.
- II. Estado da Arte.
(Estado da Arte, a construir a partir de estudos históricos e arqueológicos sobre práticas agrícolas e silvícolas, assim como de estudos arqueobotânicos, paleoclimáticos e paleoambientais).
- III. Apresentação dos casos de estudo.
(Aqui será apresentada uma introdução histórica relativa a cada sítio, seguida da exposição dos resultados e discussão).
- IV. Discussão.
(Pretende-se, nesta parte, perspetivar os dados à escala regional e diacrónica, integrando os resultados de estudos anteriores, e correlacionando-os com factores socioculturais, económicos, políticos e climáticos. Também aqui deverão ser desenvolvidos pontos de investigação centrais).
- V. Conclusão
- VI. Anexos

(Nesta secção constarão as tabelas com todos os dados brutos obtidos ao longo da tese, facultando a possibilidade de serem utilizados ou até reinterpretadas as considerações tecidas no corpo de texto).

⁴⁹ E. g. George Tsoumis *et al.*, "Characteristics of Briarwood", *Holzforschung* 42, 2 (New York: Walter de Gruyter, 1988): 71-77. <https://doi.org/doi:10.1515/hfsg.1988.42.2.71>; Fritz Hans Schweingruber, Annett Börner, Ernst-Detlef Schulze, *Atlas of Woody Plant Stems: Evolution, Structure, and Environmental Modifications* (Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2008).; Barbaros Yaman, "Anatomical Differences between Stem and Branch Wood of *Ficus Carica* L. Subsp. *Carica*", *Modern Phytomorphology* 6 (2014): 79-83.

6. Trabalho realizado e primeiras hipóteses

Até à data foram estudadas as amostras provenientes da Forja e da Porta Sul, de Idanha-a-Velha, da Cividade de Bagunte, do Castro de Guifões, e, de momento, está em curso o estudo das amostras provenientes do Castelo de Trancoso.

De momento, é possível apontar algumas ideias gerais:

À semelhança do verificado em estudos anteriores⁵⁰, o castanheiro (*Castanea sativa*) continua a marcar presença nos contextos tardios de Guifões. Por oposição, na Cividade de Bagunte, a meros 25 km a nordeste daquele castro, não foi detetada a presença de castanheiro nos contextos tardios. Surpreendentemente, foi identificado em contextos mais antigos, que pela sequência estratigráfica, entretanto já confirmada por datações de radiocarbono, se enquadra nos séculos I/II d.C.

Para além daquele Castro, e apesar de a sua presença ser ainda rara, madeira de castanheiro tem sido identificada noutros sítios, tais como nos níveis tardo-antigos do Castro de Monte Mozinho⁵¹, e nos níveis romanos do Castro de Cidadelhe⁵², Castro do Monte das Ermidas e Castro de Penices⁵³. Este aparente surgir, algures entre a *romanização* e a Antiguidade Tardia, marca uma fase de transição que terá tido repercussão na paleopaisagem, nos hábitos culturais, e até na relação com a floresta, adaptando-se a sua forma de exploração e manutenção.

Posto isto, e tendo em conta, por um lado, o pouco conhecimento que há sobre o assunto e, por outro, a importância desta árvore e dos seus frutos, sabidamente, a partir da época medieval⁵⁴, consideramos pertinente o escrutínio da introdução e cultivo do castanheiro na Península Ibérica, sobretudo no Noroeste, e qual a sua motivação: o fruto ou a madeira? E, apesar de ser longo o interesse suscitado na bibliografia

⁵⁰ Catarina Magalhães, "Achas Na Fogueira: Estudo Antracológico Do Castro De Guifões (Matosinhos)" (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2020).

⁵¹ Filipe Vaz *et al.*, "Combustível para um Forno: Dinâmicas de Ocupação de um Espaço em Monte Mozinho (Penafiel) a partir de Novos Dados Arqueobotânicos", *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*, ed. J. M. Arnaud, Andrea Martins (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017), 1331–45.

⁵² Filipe Vaz *et al.*, "Estudo Arqueobotânico do Castro de Cidadelhe (Mesão Frio): Resultados Preliminares", *Estudos do Quaternário* 15 (2016): 59-69.

⁵³ Isabel Figueiral, *Le Nord-Ouest du Portugal et les Modifications de l'écosystème, du Bronze Final à l'époque Romaine, d'après l'anthracanalyse de Sites Archeologiques 2* (Tese de Doutoramento, Université Montpellier, 1990), 121.

⁵⁴ Massimo Montanari, *A Cultural History of Food in the Medieval Age* (Londres, Bloomsbury Publishing, 2014) 10, 21.

histórico-arqueológica⁵⁵, só nos últimos anos é que se têm integrado estudos arqueobotânicos⁵⁶.

A identificação de práticas arborícolas, como são exemplo a poda e a enxertia, a primeira atestada pela presença de anéis curtos em fragmentos de madeira exumadas no Castro de Guifões, mormente de castanheiro. Contudo, neste sítio, são raros os vestígios de menor calibre, tais como ramos, os quais poderiam ser descartes de poda⁵⁷.

A ocorrência de centeio (Figura 4), a par de trigo mole/duro, cevadas e aveias, nas amostras tardias da Porta Sul⁵⁸ reforçam, por um lado, a teoria da possível reintrodução de centeio na Península Ibérica como cultivo na Antiguidade Tardia⁵⁹ e, por outro, que se mantém o consumo dos trigos de grão nu e cevadas de grão vestido, já desde períodos pré-romanos. Este cereal, mais comum em jazidas do Norte, parece ter tido pontual expressão na Lusitânia tardia⁶⁰.

A presença constante do milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) e do milho-painço (*Setaria italica*), comum a todos os sítios estudados⁶¹, como acontece em todo o Noroeste Peninsular, onde são tão ubíquos quanto os trigos⁶². Os dados para cronologias anteriores apontam para uma continuidade de consumo, já desde a Proto-História,

⁵⁵ E. g. Giovanni Cherubini, "La "Civiltà" del Castagno Alla Fine Del Medioevo", *L'Italia Rurale del Basso Medioevo* (Roma-Bari, 1986).

⁵⁶ Rob Jarman *et al.*, "Sweet Chestnut (*Castanea Sativa* Mill.) in Britain: Re-Assessment of Its Status as a Roman Archaeophyte", *Britannia* 50 (2019): 49-74. <https://doi.org/10.1017/S0068113X19000011>; Carlos Aguiar, João Tereso, "Sistemática, Distribuição, Ecologia e História do Castanheiro em Portugal", *Brigantia* 37-38 (2022): 631-649; Patrik Krebs *et al.*, "The Roman Legacy on European Chestnut and Walnut Arboriculture", *Environmental Archaeology* (2022). <https://doi.org/10.1080/14614103.2022.2137648>.

⁵⁷ Eva López Castillo, Oriol López-Bultó, Anna Berrocal Barbera, Pere Castanyer Masoliver, Joaquim Pera Isern, Esther Rodrigo Requena, Raquel Piqué Huerta, "Evidence of Forestry Management and Arboriculture Practices in Waterlogged Wood Remains from Three Wells at the Roman and Late Antiquity Sites of Iesso and Vilauba (Catalonia, Spain)", *Quaternary International* 699 (2024): 35-46. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2024.01.008>.

⁵⁸ Luís Seabra *et al.*, "A Arqueobotânica No Castro De Guifões (Matosinhos, Noroeste De Portugal): O Primeiro Estudo Carpológico", in *Actas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (2020).

⁵⁹ Luís Seabra, "The Introduction and Spread of Rye (*Secale Cereale*) in the Iberian Peninsula", *PloS one* 18 (2023): 4-6. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0284222>.

⁶⁰ João Tereso, Luís Seabra, Leonor Peña-Chocarro, Guillem Pérez-Jordà, "Cultivos e Agricultura na Lusitânia em Época Romana", *Animais e Plantas na Lusitania* (Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2024), 177-208.

⁶¹ Exceção é o sítio da Forja, mas certamente devido ao uso que lhe era empregue.

⁶² Luís Seabra, "Agricultural and Storage Choices, Environmental Conditions and Human Dynamics from the Iron Age to the Early Medieval Period in Northern Portugal" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto: Faculdade de Ciências, Departamento de Biologia, 2023).

tanto para o Noroeste⁶³ como para a *Lusitania* setentrional⁶⁴. Ao contrário do que alguma bibliografia refere, estes cultivos não seriam utilizados exclusivamente como forragem⁶⁵, sendo usados igualmente para alimentação humana. Efetivamente, embora nas transcrições que Iria Gonçalves fez das Inquirições seja referido o seu consumo por animais⁶⁶, as mesmas fontes apontam o consumo por humanos referindo o seu uso na “boroa” no Entre-Douro-e-Minho⁶⁷. No conjunto do Castelo de Trancoso, o milho-miúdo tem uma presença ubíqua em todas as amostras, e em quantidades consideráveis. Contudo, não é possível comprovarmos a quem se destinaria o seu consumo. Seria possível atestar, através de estudos isotópicos, se haveria maior ingestão por parte de homens ou animais. Contudo, seria necessário um conjunto de ossadas antrópicas e zoológicas, da mesma cronologia destes depósitos, que permitissem aferir o consumo de plantas do grupo C4⁶⁸, onde se incluem os milhos, mas tais condições são raras, particularmente para o Norte.

É de salientar a oposição, na citada obra, entre o centeio e o milho, já que, para a cronologia anterior, aquele é igualmente menorizado pelas fontes históricas, sempre face ao trigo que, por sua vez, parece manter a predominância, tanto ao nível do registo arqueológico quanto documental⁶⁹. Resta agora desvendar se o citado milho se refere ao milho-miúdo ou ao painço, já que ambos estão documentados, ao nível da espécie,

⁶³ João Tereso, "Environmental Change, Agricultural Development and Social Trends in Nw Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity", (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto: Faculdade de Ciências, Departamento de Biologia, 2012, 254; Luís Seabra, "Agricultural and Storage Choices, Environmental Conditions and Human Dynamics from the Iron Age to the Early Medieval Period in Northern Portugal" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto: Faculdade de Ciências, Departamento de Biologia, 2023), 3.

⁶⁴ João Tereso, Luís Seabra, Leonor Peña-Chocarro, Guillem Pérez-Jordà, "Cultivos e Agricultura na Lusitânia em Época Romana", *Animais e Plantas na Lusitania* (Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2024), 188.

⁶⁵ Natàlia Alonso, Guillem Pérez-Jordà, "The Origins of Millet Cultivation (*Panicum miliaceum* and *Setaria italica*) along Iberia's Mediterranean Area from the 13th to the 2nd Century BC", *Agronomy* 13, 2 (2023): 584. <https://doi.org/10.3390/agronomy130205847>.

⁶⁶ «[...] fazem as boronas pora os caes d el Rey, quando lis dam o milio[...] », in *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum Usque Ad Quintumdecimum: Inquisitiones*, (Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977) citado em Iria Gonçalves, *Por Terras De Entre-Douro-E-Minho Com as Inquirições De Afonso III* (Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM, 2012), 106.

⁶⁷ Iria Gonçalves, *Por Terras De Entre-Douro-E-Minho Com as Inquirições De Afonso III* (Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM, 2012), 105.

⁶⁸ E.g. García-Moreno, Carlos D., José M. Murciano Calles, Olalla López-Costas, "Diet in Augusta Emerita, the Iberian Capital That Prevailed in Roman to Late Antiquity Transition", *Archaeological and Anthropological Sciences* 16, 10 (2024/09/13 2024): 162. <https://doi.org/10.1007/s12520-024-02031-3>. <https://doi.org/10.1007/s12520-024-02031-3>.

⁶⁹ Iria Gonçalves, *Por Terras De Entre-Douro-E-Minho Com as Inquirições De Afonso III* (Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM, 2012), 88.

no registo arqueobotânico. A identificação ao nível da variedade, em termos arqueobotânicos, é raramente possível, apesar de se saber que as comunidades deveriam ter as suas próprias variedades, com maior adaptação às condições locais (características do solo, disponibilidade de água, altitude, etc.)⁷⁰.

A presença de grão-de-bico (*Cicer arietinum*) no Castelo de Trancoso. Trata-se da segunda identificação carpológica em Portugal, sendo a primeira de um grão exumado de um contexto sidérico de Castro Marim⁷¹. Em Espanha surge na jazida romana La Gabia, Andaluzia, na medieval L'Esquerda, Catalunha, e em La Ayuela, Extremadura⁷². É uma leguminosa referida na documentação medieval como é exemplo a obra *Taccuinum Sanitatis*⁷³. Já nas Inquirições de D. Afonso III⁷⁴ não surge qualquer alusão.

Dos dados já obtidos e contrastados com estudos prévios para cronologias anteriores dos mesmos sítios, notamos que:

- Na Cividade de Bagunte não há alteração considerável de *taxa*. Há uma aparente redução da variedade de plantas lenhosas recolhidas, mas que deverá estar relacionado com a proporção de dados obtidos para cada cronologia, já que para a Antiguidade Tardia (N:1442) estes são consideravelmente inferiores aos do Período Romano (N: 4536). Não há registo de diferenças carpológicas;
- No Castro de Guifões, apesar de terem sido estudados menos contextos augustanos, há diferenças assinaláveis. Só se identificou, até à data, pêsego (*Prunus persica*) em duas unidades augustanas. No entanto, a presença de alimentos excecionais, como deveria ser o pêsego, é consentâneo com a presença de cerâmica fina, como indiciam os fragmentos de *terra sigillata*

⁷⁰ João Tereso, "Beyond the Written Word: Medieval Agriculture through the Study of Archaeological Seeds and Fruits", *Archaeology and History of Peasantries 2. Themes, Approaches and Debates*, ed. Juan Quirós Castillo (Universidad del País Vasco, 2021), 84.

⁷¹ Queiroz, Paula, José Mateus, Wim Leeuwaarden, Telmo Pereira, David Dise, "Castro Marim e o seu Território Imediato durante a Antiguidade. Paleo-Etno-Botânica. Relatório Final", *Trabalhos do CIPA* 95 (2006): 2-36. doi:10.13140/RG.2.2.25361.63848.

⁷² Leonor Peña-Chocarro e Guillem Pérez-Jordà, "Plants from Distant Places: The 1st Millennium CE Archaeobotanical Record from Iberia", *Vegetation History and Archaeobotany* (2023): 1-14. <https://doi.org/10.1007/s00334-023-00971-9>.

⁷³ Jules Janick, Marie-Christine Daunay, Harry Paris, "Horticulture and Health in the Middle Ages: Images from the Tacuinum Sanitatis", *HortScience: a publication of the American Society for Horticultural Science* 45 (2010). <https://doi.org/10.21273/HORTSCI.45.11.1592>.

⁷⁴ Iria Gonçalves, *Por Terras De Entre-Douro-E-Minho Com as Inquirições De Afonso III* (Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM, 2012).

clara. O mesmo sucede no material artefactual tardio, mas não no vegetal. Por oposição, *Secale cereale* (centeio) surge apenas nos contextos tardios;

- Na Porta Sul o registo antracológico e carpológico é semelhante ao examinado para o período anterior, com exceção do centeio, que está ausente nos níveis mais antigos.

A presença de plantas ruderais é transversal a todos os sítios; conquanto, não foi ainda identificado qualquer conjunto significativo com cultivos que providenciasse informação ao nível da sazonalidade. O conjunto exumado de Trancoso, pela excecional quantidade de material, poderia trazer maior informação relativamente a diferentes práticas agrícolas⁷⁵. Contudo, tendo em vista que se trata de um sítio recetor, a presença de plantas silvestres deverá ser diminuta, já que as plantas para consumo deveriam ser processadas nos locais de produção.

Com a prossecução dos estudos, pretendemos concluir, para os sítios em estudo, a caracterização dos sistemas agrícolas, as suas principais práticas e culturas, as estratégias de processamento e armazenagem, e os métodos de uso e recolha de recursos lenhosos e de recursos vegetais silvestres, de modo a confrontá-los à escala regional, local e temporal, e relacioná-los com as dinâmicas ambientais, sociopolíticas, económicas e tecnológicas.

Anexos

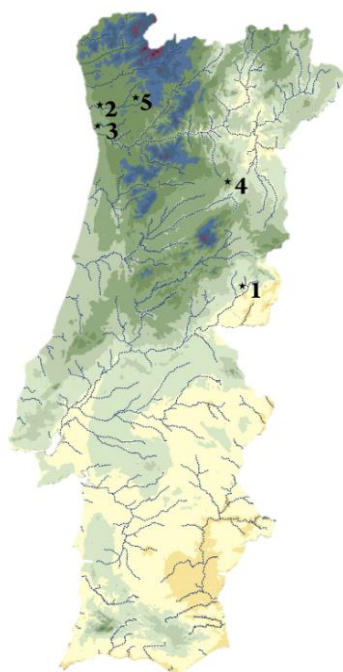


Figura nº1 – Localização dos casos de estudo:

- 1) Idanha-a-Velha;
- 2) Cividade de Bagunte;
- 3) Castro de Guifões;
- 4) Castelo de Trancoso;
- 5) Museu de Alberto Sampaio.

⁷⁵ João Tereso, "Beyond the Written Word: Medieval Agriculture through the Study of Archaeological Seeds and Fruits", *Archaeology and History of Peasantries 2. Themes, Approaches and Debates*, ed. Juan Quirós Castillo (Universidad del País Vasco, 2021), 83.

a)



b)



c)



d)



e)



f)



Figuras nº2 – Casos de estudo: a) Porta Sul e b) A forja, de Idanha-a-Velha. Fotografia do Projeto IGAEDIS; c) Cidade de Bagunte. Fotografia de APPA-VC/ GAMVC; d) Castro de Guifões. Fotografia de Rodry Mendonça; e) Castelo de Trancoso. Fotografia de GAMT; f) Museu de Alberto Sampaio. Fotografia de Susana Cosme.



Figura nº3 – Processamento de amostras recorrendo a máquina de flutuação (esquerda) e *wash-over* (direita).



Figura nº4 – a) Grão de *Secale cereale* (centeio) e b) fragmento de fruto de *Castanea sativa* (castanha), do Castro de Guifões (fotografias de Luís Seabra); c) Fragmento de *Rubus fruticosus/ idaeus* (amora/ framboesa), da Cividade de Bagunte. Escala de 1 mm.

A justiça nos senhorios das Ordens Militares de Avis e Santiago nos séculos XIV e XV: poderes, estruturas e indivíduos

JOÃO PEDRO ALVES¹

Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a8>

Sumário

O presente artigo tem por foco a apresentação e debate da investigação que nos encontramos a desenvolver no âmbito da nossa tese de doutoramento. A qual se centra em torno do estudo da administração, organização e articulação da justiça de carácter laico e eclesiástico nos territórios tutelados pelas ordens militares de Avis e Santiago, situados a sul do Tejo, entre os reinados de D. Afonso IV (1325-1357) e D. João II (1481-1495). Buscamos oferecer uma visão sumária deste projeto de tese, com o aventar duma preliminar discussão e reflexão em torno do seu enquadramento historiográfico, das diversas problemáticas e linhas de investigação a explorar, do processo de seleção do *corpus* documental e das metodologias implementadas.

Palavras-chave: Justiça Medieval; Justiça Senhorial; Ordens Militares; Relações entre Poderes.

Abstract

The present article focuses on the presentation and discussion of the research we are currently developing as part of our doctoral thesis. Which centers on the study of the administration, organization, and articulation of secular and ecclesiastical justice in the territories overseen by the military orders of Avis and Santiago, located south of the Tagus River, between the reigns of Afonso IV (1325-1357) and João II (1481-1495). We aim to provide a summary overview of the thesis project, through a preliminary

¹ Projeto a ser desenvolvido no âmbito do Doutoramento em História – Área de Especialização em História Medieval da NOVA-FCSH, sob a orientação científica de João Luís Fontes (NOVA-FCSH/ IEM), Luís Filipe Oliveira (UALg-FCHS/IEM) e Damien Carraz (U. Toulouse 2 – Jean Jaurès/FRAMESPA). Conta com o financiamento de uma bolsa de investigação de doutoramento albergada pelo IEM/NOVA-FCSH e financiada pela FCT (UI/BD/154667/2023).

discussion and reflection on its historiographical framework, the multiple topics and research lines to explore, the selection process of the sources, and the adopted methodological solutions.

Keywords: Medieval Justice; Seignorial Justice; Military Orders; Relations between Powers.

1. Introdução ao tema, cronologia e espaço

Apesar dos empenhados esforços da Coroa portuguesa, no decorrer do período tardo medievo o caráter fragmentário do poder judicial encontrava-se ainda bem prevalecente, efeito decorrente da “dispersão característica dos sistemas políticos feudais”². Entre os seus detentores elencavam-se os poderes senhoriais, laicos e eclesiásticos, dotados duma jurisdição de caráter intermédio³, cujos sistemas de justiça são ainda hoje parcamente compreendidos. Neste desconhecimento generalizado, incluem-se as ordens militares que, à época, figuravam entre as instituições que dispunham das redes de domínio territorial mais vastas do reino.

Perante esta realização decidimos encetar um estudo focado na justiça de índole laica e eclesiástica exercida nos senhorios das ordens militares de Avis e Santiago, ao longo dos séculos XIV e XV, sob uma perspetiva comparativa. Planeamos uma investigação em linha com as renovadas perspetivas históricas em torno da história da justiça⁴, surgidas nas décadas finais do século passado, que pretende abordar o poder judicial na globalidade das suas dimensões e com recurso a material documental heterogéneo. Procuramos transpor uma leitura clássica circunscrita à história do direito, com forte enfoque na legislação e descrição dos procedimentos internos destas instituições, dando espaço à exploração do papel do poder judicial no desenhar das relações entre poderes e o seu valor enquanto instrumento político, bem como à análise da materialidade e espacialidade da justiça. A estas acresce uma abordagem social centrada em torno do estudo do elemento humano ao serviço destes aparelhos judiciais. Para, em suma, oferecer uma imagem mais esclarecida e completa do funcionamento das justiças senhoriais no Portugal da baixa idade média.

² Armindo de Sousa, “1325-1480”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. II: *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 432.

³ Sobre isto, consulte-se: António Manuel Hespanha, *História das Instituições: Épocas medieval e moderna* (Coimbra: Almedina, 1982), 300-301.

⁴ Acerca disto, veja-se: Maïté Billoré, Isabelle Mathieu, Carole Avignon, *La Justice dans la France Médiévale: VIII^e-XV^e* (Paris: Armand Colin, 2012), 7-17.

A escolha destes dois objetos de estudo não foi feita ao acaso, já que se revelam como excelentes “sujeitos” para a aplicação do método comparativo, como adiante explicitaremos, e porque dispõem ambos de um repositório documental de produção própria, que nos ajudará a equilibrar a balança perante a narrativa régia que, fruto da abundância dos seus registos, tende a toldar o ponto de vista dos restantes intervenientes.

Quanto ao recorte cronológico por nós selecionado, a opção de encetar a análise com o reinado de D. Afonso IV (1325-1357) prende-se com o facto de este se constituir como um período decisivo para a manutenção e maturação dum projeto político centrado na paulatina restrição das prerrogativas e direitos jurisdicionais detidos pelo “mosaico de senhorios”⁵, concretizado pelas prolíferas reformas processuais e judiciais⁶ que visaram, com especial vigor, o exercício da justiça senhorial, com vista à afirmação da supremacia régia em matéria judicial face os restantes poderes⁷, produzindo uma alteração substantiva no quadro de relações entre as instituições presentes no reino. Por outro lado, o reinado afonsino é um ponto marcante no processo político conduzido pela Coroa no sentido de lograr um controlo efetivo sobre as milícias, através da interferência na indigitação dos mestres e no recrutamento de membros, pautado por uma intervenção ativa nos negócios e vida interna das mesmas, pelo controlo patrimonial e do exercício jurisdicional sobre as suas possessões territoriais, e pela desvinculação efetiva face às suas congéneres castelhanas⁸. A que se une a consolidação da alteração do seu papel sociopolítico no reino, fruto do findar da sua missão “guerreira”. Além do mais, não será insignificante para esta discussão o

⁵ José Marques, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, (org.) Centro de História da Universidade do Porto. (Lisboa: INCM, 1990), Vol. IV, 1527.

⁶ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Afonso IV* (Lisboa: Temas e Debates, 2009), 89-166. Ricardo Lopes, “Justiça Criminal nos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I” (Dissertação de Mestrado, NOVA-FCSH, 2003).

⁷ John Watts, *The Making of Politics: Europe, 1300-1500* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009), 205-219.

⁸ Sobre isto, veja-se: Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: U. Algarve, 2009), 45-62. Carlos de Ayala Martínez, *Las Órdenes Militares hispánicas en la Edad Media: (siglos XII-XV)* (Madrid: Marcial Pons, Latorre Literaria, 2003), 716-724. Processos com estratégias semelhantes foram empregues na Península Ibérica numa cronologia próxima: Philippe Josserand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique: Les ordres militaires dans le Rouyaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004), 437-464. Carlos de Ayala Martínez, *Las Órdenes Militares hispánicas en la Edad Media: (siglos XII-XV)* (Madrid: Marcial Pons, Latorre Literaria, 2003), 709-731. Carlos de Ayala Martínez, “La Corona de Castilla y la incorporación de los maestrazgos”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº1 (Porto: Cepese, 1997), 259-263.

facto de os estudos dedicados ao período mais recuado da história das milícias⁹ evidenciarem a inauguração de um novo ciclo de relações entre a Coroa e as milícias com a ascensão ao trono de D. Afonso IV. Toda esta conjugação de fatores, indubitavelmente, terá influenciado e/ou condicionado a capacidade de as ordens administrarem justiça face a um período anterior.

O término da análise, situado no findar do século XV e coetâneo à morte de D. João II (1481-1495), decorre primeiramente da plena concomitância entre os mestrados das milícias e a Coroa/família régia instalada há já duas décadas¹⁰, permitindo uma leitura completa do impacto deste programa político nas relações interinstitucionais das ordens, no recrutamento dos oficiais judiciais, na administração da justiça, entre outros. Sendo inegável que ao longo do reinado de D. João II ter-se-ão dado passos decisivos para a anexação dos mestrados de Avis e Santiago sob a égide da Coroa, que se concretizará em meados do século XVI¹¹. Cremos que a chegada à tutela de ambas as milícias por parte do mestre D. Jorge em 1491, conjugada com a subida ao trono de D. Manuel I em 1495, fará despoletar uma reestruturação administrativa das milícias já vinculada aos desígnios do *Estado Moderno*¹², bem como o surgimento de uma renovada política da Coroa face às ordens militares, cuja plena análise e compreensão nos levaria para lá de meados do século XVI¹³. A par disto, o recorte temporal permite-nos arredar o incomportável volume documental decorrente de um eventual alargamento da cronologia, sem prejuízo para a sua coerência.

Já no que respeita à delimitação do espaço geográfico, esta emergiu de forma orgânica fruto da disposição geográfica evidenciada pelos senhorios das ordens de Avis e Santiago na baixa idade média, abrangendo, mormente, as regiões à época descritas como a comarca do Entre Tejo e Guadiana e do Algarve. Inscrevem-se nestes limites ambas as sedes conventuais – Avis e Alcácer do Sal/Palmela –, bem como a

⁹ Mário Cunha, *As origens da Ordem de Santiago (1170-1327)* (Lisboa: Edições Colibri, 2021), 10-12. E: Maria Cristina Cunha, *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)* (Dissertação de Mestrado, FLUP, 1989), 1-3.

¹⁰ Época em que as duas ordens estão já há cerca de 23 anos sob o jugo direto do monarca e posteriormente do seu filho bastardo, D. Jorge, Duque de Coimbra. Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 371.

¹¹ Luís Adão da Fonseca, “As Ordens Militares e a Expansão”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Atas do Colóquio Internacional*, (org.) João P. O. e Costa e Vítor L. G. Rodrigues (Lisboa: UNL/CHAM, 2004), 326.

¹² Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº5 (Porto: Cepese, 2005), 8-11.

¹³ Sobre a discussão dos limites cronológicos do século XV relativamente ao estudo das ordens militares: Luís Filipe Oliveira et al, “The Military Orders”, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso (Lisboa, IEM, 2011), 440.

vasta maioria dos territórios sob a sua administração direta. Importa ressaltar que estas “fronteiras” não são estanques, alguma flexibilidade nestes critérios de admissão é requerida de forma a estabelecer paralelos com outras realidades e acomodar contributos pontuais significativos legados pelas comendas mais setentrionais e outros bens e instituições pertencentes às milícias.

2. Estado da arte

A prática e exercício da justiça num contexto senhorial, na época medievla, é um tema descurado no âmbito da historiografia portuguesa. A produção existente consiste, essencialmente, em breves capítulos, parágrafos ou inclusive notas de rodapé que, de forma difusa e desarticulada, vão construindo a visão hoje dominante. Começamos pelo estado da questão junto dos senhorios leigos, onde é notória a insuficiência de investigação em torno do funcionamento e estruturação destes tribunais senhoriais¹⁴, tema ausente nos estudos dos senhorios medievos em favor de abordagens ligadas às suas componentes económica, dominial e patrimonial. Esta lacuna já havia sido denunciada por Luís Miguel Duarte há duas décadas¹⁵, num artigo que se reveste duma atualidade assinalável no delinear do estado da questão e na identificação das problemáticas e questões inexploradas.

Os contributos mais elucidativos podem ser encontrados nos trabalhos sobre a casa de Bragança¹⁶, o condado de Ourém¹⁷ e os domínios senhoriais de Diogo Soares de

¹⁴ André Madruga Coelho, ““Como membro de um corpo”: o poder senhorial nobiliárquico no Alentejo como parte do sistema político do Portugal quatrocentista” (Tese de Doutoramento, PIUDHist, 2023), 164.

¹⁵ Luís Miguel Duarte, “A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de dúvidas)”. *Cuadernos de Historia del Derecho* Nº11, (2004): 87-97. Seguindo, em parte, o que já havia afirmado na década de 90, em: Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 21-23; 171-174.

¹⁶ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990), 112-119. E para a época moderna, embora extravase os limites cronológicos da nossa análise, destacamos pelo seu contributo: Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640): Práticas senhoriais e redes clientelares*. (Lisboa: Editorial Estampa, 2000), 201-304.

¹⁷ Saul António Gomes, “O Condado de Ourém em tempos medievais”, in *Actas Congresso Histórico: D. Afonso 4º Conde de Ourém, e sua Época*, coord. Carlos Ascenso André (Ourém: C.M. de Ourém, 2004), 93-156. Onde o autor explora em detalhe algumas das prerrogativas e privilégios judiciais e judiciais do condado de Ourém e seus detentores ao longo da época medievla. A par disto, surgem ainda algumas contribuições, dignas de nota, no que toca ao desenrolar de processos judiciais e na identificação de vários oficiais ligados ao exercício de tarefas dessa natureza, como ouvidores, carcereiros, entre outros.

Albergaria¹⁸. Não são negligenciáveis os dados aportados pelas monografias das linhagens aristocráticas, que em si encerram um parco, mas útil, detalhar das suas atribuições e estruturas judiciais¹⁹. Os estudos sobre as consortes régias e os seus senhorios também nos oferecem um interessante, ainda que breve e pontual, vislumbre sobre as prerrogativas e conflitos jurisdicionais, as suas atribuições judiciais e corpo de oficiais ao seu serviço²⁰. As estruturas e funcionamentos destas justiças senhoriais são igualmente discutidas em obras com um foco mais geral, tais como as de António Manuel Hespanha²¹, Luís Miguel Duarte²² e para um período mais recuado o estudo da autoria de Wendy Davies²³. Em tempos mais recentes, o estudo de André M. Coelho contribuiu com uma abordagem renovada sobre este tema, ao promover importante reflexão sobre conceitos operatórios, articulando-os com os dados documentais colhidos, ao enquadrar a justiça no âmbito das relações de domínio e convivência estabelecidas entre os diversos poderes instalados no Alentejo medievo²⁴.

No mundo eclesiástico, a parcimónia bibliográfica replica-se. As justiças diocesanas são as que desfrutam de investigações mais aprofundadas, centradas em

¹⁸ Alice João Palma Borges Gago, “A Casa Senhorial de Diogo Soares de Albergaria” (Dissertação de Mestrado, NOVA-FCSH, 2000), 94-97. O estudo ilustra-nos um pouco da administração da justiça nos domínios deste homem, nomeadamente o oficialato aí presente e suas atribuições e o valor das coimas impostas.

¹⁹ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)* (Lisboa: INCM, 2000), 57-110; 148-179. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)* (Cascais: Patrimonia Historica, 1999), 127. André Madruga Coelho, *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: Os Lobo entre a cavalaria e a baronia* (Lisboa: Edições Colibri, 2017), 124.

²⁰ Vanda Lourenço Menino, Adelaide Pereira Millán da Costa, *A rainha, as infantas e a aia* (Lisboa: Círculo de Leitores), 100-104; 107. Isabel de Pina Baleiras, *Uma rainha inesperada: Leonor Teles* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2016), 118-121; 124-125; 173-179. Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012), 191-207. Manuela Santos Silva, Óbidos “Terra que foi da Rainha D. Filipa”: O Senhorio de Óbidos de 1415 a 1428”, in *Arqueologia do Estado, 1^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII* (Lisboa: História & Crítica, 1988), vol.1, 313-330. Manuel Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos Medieval* (Cascais: Patrimonia Historica, 1997), 131-139. Ana Maria S.A. Rodrigues, *As tristes rainhas: Leonor de Aragão-Isabel de Coimbra* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012), 145-149; 156-157; 282-286; 328-330. Ana Paula Jerónimo Antunes, “De infanta de Portugal a duquesa da Borgonha: D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)” (Dissertação de mestrado, NOVA-FCSH, 2012).

²¹ António Manuel Hespanha, *História das Instituições: Épocas medieval e moderna* (Coimbra: Almedina, 1982).

²² Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999).

²³ Wendy Davies, *Windows on Justice in Northern Iberia, 800-1000* (New York: Routledge, 2016).

²⁴ André Madruga Coelho, “ “Como membro de um corpo”: o poder senhorial nobiliárquico no Alentejo como parte do sistema político do Portugal quatrocentista” (Tese de Doutoramento, PIUDHist, 2023), 164-192.

problemáticas como as contendas jurídicas e jurisdicionais que encetaram, estruturas, hierarquias e processos/mecanismos judiciais, permeabilidade dos quadros das justiças concelhias e os agentes de justiça dos arcebispos/bispos, a intervenção destes últimos no quotidiano político das populações, bem como a identificação dos oficiais ao seu serviço²⁵. Incluímos aqui os trabalhos sobre as instituições monástico-conventuais de Santa Cruz de Coimbra²⁶, Santa Maria de Alcobaça²⁷ e Santa Maria de Celas²⁸, que oferecem abordagens semelhantes aos estudos supracitados.

Quanto às ordens militares, importa destacar que nenhuma obra, no panorama português, se dedica em exclusivo e de forma sistemática ao estudo das justiças das milícias. Esta temática surge, de forma pontual e localizada, no âmbito de obras de fôlego mais geral sobre a história destas instituições, sendo os aspetos mais focados os direitos e prerrogativas judiciais detidos pelas milícias, as estruturas, ofícios e hierarquias destes aparelhos e suas especificidades regionais, o dirimir de pleitos, as verbas advindas do exercício da justiça e as etapas processuais²⁹. A Ordem de Hospital,

²⁵ José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV* (Lisboa: INCM, 1988). José Marques, Maria Cristina de Almeida Cunha, *Conflito de jurisdições e documentos judiciais. O caso de Braga* (Braga: C. M. de Braga, 2001-2002). Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999). Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010). Maria do Rosário Morujão, “La justice épiscopale dans les diocèses portugais au Moyen Âge” in *La justice dans les cités épiscopales: du Moyen Âge à la fin de l’Ancien Régime*, dir. Béatrice Fournel (Toulouse: Presses de l’Université Toulouse Capitole, Presses de l’Université des Sciences sociales de Toulouse, 2021), 89. <https://books.openedition.org/putc/9247> Maria João Oliveira e Silva, *A Escrita na Catedral: A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média* (Lisboa: CEHR-UCP, 2013). Sandra Raquel da Silva Oliveira Martins, “O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores” (Dissertação de Mestrado, U. Minho-ICS, 2013). Sandra Raquel da Silva Oliveira Martins, “O Poder de Governar: Instituições, Ideologias e Representações em Braga nos finais da Idade Média (séc. XIV e XV)” (Tese de Doutoramento, U. Minho-ICS, 2024).

²⁶ Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média* (Lisboa: CH-UL, 2003).

²⁷ Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* (Lisboa: UNL-FCSH, 1989).

²⁸ Maria do Rosário Morujão, “L’exercice de la justice, les moniales cisterciennes et le roi du Portugal au XIV^e siècle”, in *Communautés religieuses, justice et sociétés (Antiquité-XVIII^e siècle)*, (ed.) Sébastien Fray, Philippe Castagnetti et Sylvain Excoffon (Saint-Étienne:Cercor, 2023), 237-248.

²⁹ Elencamos, sem pretensão de exaustividade, as seguintes obras: Maria Cristina Cunha, *Estudos sobre a Ordem de Avis: séc. XII-XV*. (Porto: FLUP, Biblioteca Digital, 2009). https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/VUX9LMBDP2RDDD8FF115Y8NNO2H4S9.pdf. Mário Cunha, *As origens da Ordem de Santiago (1170-1327)*, (Lisboa: Edições Colibri, 2021). Maria Cristina Pimenta, “A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº1 (Porto: Cepese, 1997), 129-242. Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge”, in *Militarium Ordinum Analecta*,

nesta perspetiva, goza do conjunto mais completo de estudos que nos elucidam sobre o seu sistema de justiça interno³⁰ e as relações para com os seus justicáveis, por via da análise de Rosa Marreiros que oferece uma visão ímpar do funcionamento administrativo-jurídico do senhorio amarantino dos hospitalários e um minucioso escrutínio dos fenómenos criminais aí registados³¹. São diversos os contributos sobre esta matéria dispersos por três tipos de títulos bibliográficos: 1). Trabalhos dedicados ao estudo das práticas abusivas e incumprimentos de incumbências judiciais por parte dos comendadores e outros oficiais de justiça das milícias³²; 2). Estudos versados na reconstituição das casas senhoriais dos mestres, administradores e comendadores dos mestrados das milícias de Avis, Santiago e Cristo entre os séculos XIV e XV³³, aos quais somamos os aportes avançados por Luís Miguel Duarte no elenco das gentes de justiça

nº5 (Porto: Cepese, 2005), 11-600. Maria Cristina Fernandes, “A Ordem Militar de Santiago no século XIV” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2002).

³⁰ Paula Pinto Costa, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº3/4 (Porto: Cepese, 1999/2000), 82-86.

³¹ Rosa Marreiros, “O Senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV).” *Estudos Medievais* nº5/6 (1984-85): 3-38.

³² José Marques, “A Ordem de Santiago e o Concelho de Setúbal, em 1341”, in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa: Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, ed. Isabel C. Fernandes e Paulo Pacheco, (Edições Colibri, C. M. de Palmela, 1997), 285-305. José Marques, “O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”, *Revista da Faculdade de Letras* 2ª Série, vol. V (1988): 95-111. Valentino Viegas, *Inquirição sobre os bens régios nos concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões (1375-1376)* (Lisboa: IANTT, 1998). Maria Teresa Saraiva, *Figueira: Comenda da Ordem de Avis* (Lisboa: Edições Colibri, 1997). Luís Filipe Oliveira, Pedro Pinto e Diana Martins, *A Justiça do Rei, o Concelho e o Comendador de Aljezur (séc. XIV)* (Aljezur, Município de Aljezur, 2022). Glauber Santos Wisniewski, “Abusos e Conflito nas Terras da Ordem de Santiago em Portugal (1337-1507)” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2024). Recentemente Luís Filipe Oliveira, no âmbito do IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares, ofereceu novas interpretações sobre o exercício da justiça no seio das ordens militares portuguesas, numa comunicação intitulada: *Os especialistas da escrita e do direito ao serviço das Ordens Militares portuguesas (séculos XII-XV)*.

³³ João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo* (Cascais: Patrimonia Historica, 2000). João Luís Inglês Fontes, “A casa senhorial do Infante D. Fernando”, *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais* nº3/4 (2000/2001): 103-139. Teresa Coelho, “O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia” 2 vols. (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2019). Sebastiana Alves Pereira Lopes, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e de Moura (1453-1470)* (Beja: C.M. de Beja, 2003), 88-106. João de Silva Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 1991). Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge” in *Militarium Ordinum Analecta*, nº5 (Porto: Cepese, 2001), 300-600. Paula Pinto Costa, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº3/4 (Porto: Cepese, 1999/2000), 249-318. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: U. Algarve, 2009). João Pedro Alves, “O Infante D. João (1400-1442): A afirmação de um Infante desconhecido entre a família real e os desafios políticos” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2021).

das milícias³⁴, indispensáveis para a reconstituição deste universo sociológico; 3). Por fim, as monografias de vilas e territórios integrados nos domínios de Avis e Santiago³⁵, que tocam múltiplas vertentes do exercício da justiça nesses espaços.

Junto da historiografia estrangeira, deparamo-nos com um cenário bem mais animador. No caso castelhano, as questões das disputas judiciais e jurisdicionais face a outros poderes encontram-se bem documentadas, assim como os trâmites processuais e características estruturais através dos contributos de Derek Lomax³⁶, Enrique Rodríguez-Picavea³⁷, Pedro Porras Arboledas³⁸, Philippe Josserand³⁹, Carlos Ayala Martínez⁴⁰ e Emma Solano Ruiz⁴¹. Já a historiografia francófona demonstra-se profícua nesta linha de investigação com vários artigos concernentes à atividade judicial em comendas individuais⁴² e em âmbito regional nos domínios das milícias⁴³. Destaca-se Damien Carraz com uma produção consistente e pioneira neste domínio, da qual destacamos o estudo “*La justice du commandeur: Bas-Rhône, XIII^e siècle*”, onde

³⁴ Citamos a versão policopiada da tese, pois esta é a única que inclui o catálogo prosopográfico. DUARTE, Luís Miguel Duarte, “Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)” (Tese de Doutoramento, FLUP, 1993). Vol. II.

³⁵ Por todos, veja-se: Maria Teresa L. Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Edições Colibri e C.M. de Alcácer do Sal, 2007). José Augusto Oliveira, *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013). Ana Cláudia Silveira, “Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média” 2 vols. (Tese de Doutoramento: NOVA-FCSH, 2022). Armando de Sousa Pereira, “Avis, viagem a uma vila medieval”, *A Cidade de Évora* II série, nº3 (1998-99): 9-35. Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*. Setúbal: C. M. de Setúbal (1998), 309-333.

³⁶ Derek Lomax, *La Orden de Santiago (1170-1275)* (Madrid: CSIC, 1965).

³⁷ Enrique Rodríguez-Picavea Matilla, *La Formación del feudalismo en la meseta meridional castellana: los señoríos de la Orden de Calatrava en los siglos XII-XIII* (Madrid: Siglo XXI de España, 1994).

³⁸ Pedro Andrés Porras Arboledas, *La Orden de Santiago en el siglo XV: La provincia de Castilla* (Madrid: Dykinson, 1997).

³⁹ Philippe Josserand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique: Les ordres militaires dans le Rouyaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004).

⁴⁰ Carlos de Ayala Martínez, *Las Órdenes Militares hispánicas en la Edad Media: (siglos XII-XV)* (Madrid: Marcial Pons, Latorre Literaria, 2003). Carlos de Ayala Martínez, “La Corona de Castilla y la incorporación de los maestrazgos”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº1 (Porto: Cepese, 1997), 259-263.

⁴¹ Emma Solano Ruiz, *La Orden de Calatrava en el siglo XV: los señoríos castellanos de la Orden al fin de la Edad Media* (Sevilha: Universidade de Sevilha, 1978).

⁴² Annie Charnay, “Un registre de justice de la commanderie des Canabières, 1318-1321.”, *Revue du Rouergue* nº23 (1990): 483-494. Geneviève Étienne, “Une justice seigneuriale à Paris: les audiences du tribunal de la commanderie du Temple au temps des hospitaliers”, in *Les libertés au Moyen Âge: Festival d’Histoire de Montbrison* (Montbrison, 1987), 319-386.

⁴³ Jean Bernard, “La soif de justice du commandeur: revendication, proclamation et manifestation des droits de justice des templiers et des hospitaliers en Franche-Comté (XII^e-XVIII^e siècles)”, in *Communautés religieuses, justice et sociétés (Antiquité-XVIII^e siècle)*, (ed.) Sébastien Fray, Philippe Castagnetti et Sylvain Excoffon (Saint-Étienne:Cercor, 2023), 315-329.

enceta uma análise comparativa entre as práticas e sistemas de justiça das ordens do Templo e do Hospital nos seus domínios do *Midi* francês⁴⁴. Em tempos mais recentes, a biografia de Bérenger Monge, comendador hospitalário, oferece uma secção dedicada ao exercício e condução da justiça sob a tutela deste homem e dos seus oficiais⁴⁵, e, por último, as entradas de dicionário “Droit”⁴⁶ e “Justice”⁴⁷, recursos que oferecem, de modo sintético, um enquadramento mais lato desta temática. Aqui devemos incluir ainda o verbete dedicado à “*Justice de la Maison*” de Alain Demurger relativo aos trâmites da justiça e punições internas praticadas pelas ordens⁴⁸.

3. Estrutura, linhas de investigação e problemáticas

Apresentamos aqui não uma estrutura depurada em itens, mas antes uma espécie de *layout* provisório onde se encaixam as diversas temáticas que iremos abordar ao longo do projeto. Este esquema estará inevitavelmente sujeito a diversas alterações, à medida que a nossa investigação progride. Mas, por ora, delineamos uma estrutura internamente dividida em três capítulos nucleares.

O primeiro será dedicado à definição das fronteiras jurisdicionais dos territórios das milícias; ao estudo do fenómeno dos conflitos e cooperação jurisdicionais; às relações interinstitucionais estabelecidas pelas milícias, no intuito de compreender e definir de que forma eram perspetivados, interna e externamente, o papel desempenhado e o espaço ocupado pelas justiças das ordens de Avis e Santiago no mais vasto quadro de atuação do sistema de justiça português tardo-medieval; e, por fim, caracterizar o panorama legislativo aí vigente.

Assim sendo, as problemáticas passarão pelo escrutínio do impacto de fatores como as repercussões causadas pela iniciativa régia de jurisdicionalização do poder, centrada na redefinição e subjugação da fragmentária “geografia” jurisdicional do reino, e pelas reformas jurídico-processuais, processo político cujo corolário foi atingido no reinado de D. Afonso IV. Em paralelo com outras regiões do Ocidente

⁴⁴ Damien Carraz, “La justice du commandeur: bas Rhône, XIII^e siècle”, *Cahiers de Fanjeaux: Les justices d’Église dans le Midi, XI^e-XV^e siècle* n^o42 (2007): 243-268.

⁴⁵ Damien Carraz, *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIII^e siècle* (Turnhout: Brepols, 2020), 281-295.

⁴⁶ Damien Carraz, “Droit” in *Prier et combattre: Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, (dir), Nicole Bériou et Philippe Josserand (Paris: Fayard, 2009), 309-311.

⁴⁷ Damien Carraz, “Justice” in *Prier et combattre: Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, (dir), Nicole Bériou et Philippe Josserand (Paris: Fayard, 2009), 517-520.

⁴⁸ Alain Demurger, “Justice de la Maison”, in *Prier et combattre: Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, (dir), Nicole Bériou et Philippe Josserand (Paris: Fayard, 2009), 520-521.

européu⁴⁹, também no reino português se almejava uma maior centralização do poder, em busca duma uniformização e esvaziamento das prerrogativas e regalias jurisdicionais dos poderes competidores da Coroa⁵⁰, a fim de estabelecer a sua supremacia exclusiva sobre a autoridade e o Direito. Como não poderia deixar de ser, as repercussões deste reajustar das políticas e delimitações jurisdicionais não tardaram em fazer-se sentir, ainda que de forma indireta, sobre as milícias de Avis e Santiago.

De modo a perceber qual o real impacto do fenómeno da jurisdicionalização sobre o redesenhar dos mapas jurisdicionais administrados pelas milícias, pretendemos encetar um enquadramento geral dos territórios, e respetivos direitos e prerrogativas, controlados pelas ordens, no período anterior ao reinado de D. Afonso IV, tarefa facilitada pela bibliografia⁵¹. Este exercício será repetido para o período que medeia a ascensão à Coroa por parte do “Bravo” e o reinado de D. Fernando I. A partir daqui delimitamos outros dois ciclos a propósito das reformas jurisdicionais que impactaram as milícias. Um, marcado pela promulgação das leis fernandinas de 1372 e 1375, limitadoras das prerrogativas jurisdicionais senhoriais⁵² e que se estenderá até às primeiras décadas do século XV. O derradeiro ciclo inicia-se precisamente no reinado de D. João I, mais propriamente em 1418, com a ascensão do primeiro Infante de Avis, D. João, à chefia da Ordem de Santiago. Opção que pouco tempo depois se replicará nas restantes milícias com presença no reino, à exceção do Hospital, dando início à chamada “Era dos Infantes”⁵³. A qual constituiu uma mudança paradigmática no exercício das jurisdições nos territórios das ordens militares que, de alguma forma,

⁴⁹ John Watts, *The Making of Politics: Europe, 1300-1500* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009), 129-157; 205-219.

⁵⁰ José Marques, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, (org.) Centro de História da Universidade do Porto. (Lisboa: INCM, 1990), Vol. IV, 1527-1566. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Afonso IV* (Lisboa: Temas e Debates, 2009), 89-166. André Vitória, “The Season of Show and Tell, or How Afonso IV Redrew the Jurisdictional Map of Fourteenth-Century Portugal”, in *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, ed. Francisco J. Hernández, Rócio Sánchez Ameijeiras, Emma Falque (Firenze: SISMEL/Edizioni del Galluzzo, 2018), 449-492.

⁵¹ Os trabalhos pioneiros sobre as Ordens Militares tomaram em grande detalhe a reconstituição dos bens patrimoniais das milícias. Por todos vejam-se: Maria Cristina Cunha, *Estudos sobre a Ordem de Avis: séc. XII-XV*. (Porto: FLUP, Biblioteca Digital, 2009), link: https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/VUX9LMBDP2RDDD8FF115Y8NNOQ2H4S9.pdf. Mário Cunha, *As origens da Ordem de Santiago (1170-1327)*, (Lisboa: Edições Colibri, 2021).

⁵² António H. de Oliveira Marques, “Os Grupos Sociais”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e António H. de Oliveira Marques, Vol. IV: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, coord. António H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1986), 240.

⁵³ Luís Adão da Fonseca, “As Ordens Militares e a Expansão”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Atas do Colóquio Internacional*, (org.) João P. O. e Costa e Vítor L. G. Rodrigues (Lisboa: UNL/CHAM, 2004), 325-326.

acabaram por ser englobados nos senhorios pessoais dos filhos do monarca. Importa aqui esclarecer que estudaremos o senhorio jurisdicional, que se distingue do senhorio territorial, outra componente do domínio senhorial, pois aquele compreende apenas os direitos do senhor, nas suas terras, “enquanto titular de poderes soberanos (doados pelo rei)”, enquanto o segundo engloba os direitos provenientes do seu papel como proprietário dos domínios⁵⁴.

No contexto desta análise será ainda indispensável discutir, clarificar e levar em conta a divergência na configuração das comendas, divisões territoriais que constituíam o património das milícias. Entre outras variáveis, devem ser considerados a sua dimensão, localização – rural ou urbana –, configuração territorial, por vezes inexistente⁵⁵, limites do domínio político, administrativo e jurídico exercido pela milícia e o seu aspeto de “construção permanente”⁵⁶. Um outro ponto a equacionar será a mobilidade dos justicáveis, com especial atenção para os casos de indivíduos dotados de isenção de foro. Igualmente a volubilidade política vivida ao longo destes dois séculos e a paulatina aproximação entre as hierarquias cimeiras das milícias à Coroa e figuras da família régia⁵⁷ tiveram efeitos inegáveis sobre o reajustar dos mapas jurisdicionais e sobre a sua efetiva capacidade de exercer e administrar justiça que nos importa detalhar. No fundo, o que aqui procuramos definir concretamente são as delimitações geográficas, os espaços disputados ou de cooperação⁵⁸ e os limites legais da autoridade judicial das milícias.

⁵⁴ Sobre a distinção entre estes dois conceitos e os alertas metodológicos à sua operacionalização, veja-se: António Manuel Hespanha, *História das Instituições: Épocas medieval e moderna* (Coimbra: Almedina, 1982), 138-142.

⁵⁵ Por vezes a comenda não corresponderia a uma possessão territorial, poderia somente corresponder à posse do padroado de uma igreja ou à renda de um moinho. Maria Cristina Pimenta, “A organização das Comendas na Península Ibérica: A Ordem Calatra/Avis – Portugal” in *Militarium Ordinum Analecta*, nº17 (Porto: Cepese, 2013), 89.

⁵⁶ Sobre esta abordagem metodológica e seus pressupostos, veja-se: Paula Pinto Costa, “As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº11 (Porto: Cepese, 2009), 9-24. Vários contributos para uma reflexão mais aprofundada sobre esta temática encontram-se em: *Militarium Ordinum Analecta*, nº17, (Porto: Cepese, 2013).

⁵⁷ Sobre o desenrolar deste processo, veja-se: Luís Adão da Fonseca, “As Ordens Militares e a Expansão”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Atas do Colóquio Internacional*, (org.) João P. O. e Costa e Vítor L. G. Rodrigues (Lisboa: UNL/CHAM, 2004), 321-347.

⁵⁸ Abrimos espaço para escrutínio deste aspeto cooperativo, pois este, ao contrário dos conflitos que dominam os vestígios documentais que chegaram até nós, provavelmente constituía-se como o traço marcante do quotidiano interinstitucional. Sobre esta conceção, consulte-se: Jacques Chiffolleau – *Les Justices du Pape: délinquance et criminalité dans la région d’Avignon au XIV siècle*, (Paris: Publications de la Sorbonne, 1984), 41.

A par destas abordagens mais centradas na “geografia” do poder, importa avaliar, do ponto de vista político-diplomático, quais as estratégias, argumentos e agentes empregues pelas duas milícias nas negociações com a Coroa e outros poderes para assegurar a manutenção dos seus direitos e prerrogativas jurisdicionais e judiciais, quer laicos, quer eclesiásticos. A última problemática concerne o panorama legislativo vigente nos dois senhorios, sob a forma como as diferentes fontes de Direito conviviam e se hierarquizavam e o seu conhecimento/divulgação, quer entre os oficiais encarregues de as fazer cumprir, quer entre a população a elas sujeita. Um aspeto prevaemente na aplicação da justiça medievla era a pluralidade legislativa⁵⁹. Esta complexa teia de fontes de direito conjugava em si as compilações legislativas régias, às quais acresciam os *corpora* legislativos locais. A isto juntavam-se as decisões exaradas por via de capítulos de cortes ou sentenças avulsas que podiam ser invocadas como instrumentos de jurisprudência. Por fim, contem-se os múltiplos privilégios e isenções, individuais ou coletivos, outorgados pelo monarca. Releva ainda explorar de que forma os agentes de justiça das milícias tomariam um papel ativo na construção e codificação do Direito⁶⁰ e aprofundar a análise sobre a sua ação na preservação dos textos legislativos nos arquivos e memória local⁶¹. Era, então, por entre este complexo enredo estatutário que se exercia a justiça nos domínios de Avis e Santiago e a sua operacionalização está, em grande medida, por estudar.

O recurso à cartografia digital é indispensável para permitir uma melhor e mais esclarecida representação dos dados concernentes aos senhorios jurisdicionais das ordens, evidenciando as diferentes tipologias de jurisdição e zonas de confronto/sobreposição/cooperação. Por outro lado, propomos uma releitura das relações estabelecidas entre as milícias e os seus concelhos sufragâneos sob o conceito de “*Disciplined Dissent*”, que nos permitirá ultrapassar a dicotomia que impera, por norma, nos estudos dedicados à articulação entre poderes assimétricos que oscila entre

⁵⁹ Este mosaico legislativo encontra-se caracterizado no capítulo dedicado à “Lei” da obra: Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 99-147.

⁶⁰ Evidenciado pelo papel interventivo do ouvidor do Infante D. João, administrador de Santiago, na codificação de costumes na vila de Sesimbra, consulte-se: João Pedro Alves, “O Infante D. João (1400-1442): A afirmação de um Infante desconhecido entre a família real e os desafios políticos” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2021), 233.

⁶¹ Sobre este fenómeno, veja-se: Pedro Pinto, “Sobre tombos concelhos medievais e modernos portugueses: contributo para um inventário”, in *Tombo da Vila de Sesimbra: o Legado*, coord. Fernanda Rodrigues e Pedro Pinto (Sesimbra: C.M. de Sesimbra, 2024), vol. I, 151-154. E: Adelaide Millán da Costa, “En busca de la identidad de las villas medievales portuguesas. El ejemplo de Coruche”, in *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*, ed. José A. Jara Fuente (Cuenca: Universidad de Castilla – La Mancha, 2013), 43-53.

a aceitação passiva dos ditames impostos pela autoridade superior ou uma reação e/ou resistência violenta aos mesmos⁶². Uma abordagem metodológica já ensaiada no campo de investigação das ordens militares⁶³.

O segundo capítulo manterá um particular enfoque na história institucional, onde traremos à análise as estruturas e hierarquias destes organismos, o seu funcionamento e procedimentos internos, bem como o seu enquadramento normativo. Por outro lado, ocupar-nos-ão a materialidade e espacialidade do exercício da justiça, a utilização dessa mesma prerrogativa em favor da projeto político-social das ordens e dos seus agentes, e, em última instância, a realidade criminal aí registada.

Primeiramente procuraremos encetar uma reconstituição dos cargos/ofícios e hierarquias existentes em cada milícia, comparando diferenças, semelhanças e modificações que foram sofrendo ao longo do tempo e aferindo as suas respetivas funções/atribuições profissionais. Não será viável traçar um modelo geral para a milícia, exigindo-se, pelo menos, uma separação em dois graus – um ao nível do mestre ou administrador e outra ao nível do comendador, pois a realidade de um pequeno senhorio não é comparável à das grandes casas senhoriais⁶⁴. As casas mestrais pautar-se-ão por um número mais vasto de funcionários, o que consequentemente permitirá uma maior especialização dos ofícios. A isto some-se a crescente influência exercida pela Coroa, facto determinante para uma maior permeabilidade e absorção do modelo de organização judicial desta, particularmente evidente aquando do domínio dos Infantes, cujas casas senhoriais espelhavam de perto a estrutura ditada pela casa régia⁶⁵. No que toca aos comendadores, a equivalência estrutural entre as suas casas e a da Coroa terá sido menos evidente, dada, por um lado, a mais tardia chegada da influência da modelação régia junto das casas senhoriais mais pequenas⁶⁶ e, por outro,

⁶² O foco incide então nas estratégias negociais não-violentas postas em marcha pelos indivíduos/grupos com menor projeção social e política, para atingir alterações ao *status quo*, cedências político-sociais ou um reforço do seu poder e influência quer política, quer social, com base na apropriação e utilização, em seu prol, das ferramentas das elites que as tutelam e/ou exercem controlo sobre eles. Fabrizio Titone, “Introduction: the Concept of Disciplined Dissent and its Deployment: A Methodology”, in *Disciplined Dissent: Strategies of Non-Confrontational Protest in Europe from the Twelfth to the Early Sixteenth Century*, (ed.) Fabrizio Titone (Roma: Viella, 2016), 7-22.

⁶³ Damien Carraz, *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIIIe siècle*, (Turnhout: Brepols, 2020), 296-298.

⁶⁴ Luís Miguel Duarte, “A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de dúvidas)”. *Cuadernos de Historia del Derecho* Nº11, (2004): 89.

⁶⁵ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média* (Carnaxide: Difel, 1995), 226-228.

⁶⁶ Luís Filipe Oliveira, “Em torno das Casas Senhoriais dos finais da Idade Média”. *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*. Nº3/4 (2000/2001): 91.

os menores recursos financeiros, que impunham a construção de um corpo de serviços mais modesto e, por consequência, mais polivalente nas suas funções. Facto que talvez se venha a alterar numa fase mais tardia, quando a crescente aristocratização das milícias possa ter permitido florescer uma organização judicial mais eficiente ao nível das comendas, com o advento de mais recursos humanos e financeiros.

A inexistência de textos normativos que providenciem pistas concretas sobre estas estruturas irá obrigar-nos a uma abordagem, já aplicada por Hermínia Vasconcelos Vilar, que assentará numa recolha sistemática de referências aos homens que ocupavam nesse momento o ofício/cargo judicial, ficando a averiguação das suas atribuições e tarefas dependente dos atos evidenciados por esses mesmos indivíduos na documentação. Daí que “o quadro obtido seja, talvez, lacunar e limitado no que diz respeito à complexidade da estrutura”⁶⁷, uma reconstituição total será quase impossível de concretizar. Mas da reconstituição ideal, temos de passar à possível. É ainda relevante aferir quais os cargos passíveis de nomeação direta pelo mestre/administrador e comendador e aqueles cuja eleição ficava a cargo do concelho. Para depois compreender quais as estratégias e mecanismos oficiais, como a confirmação das nomeações concelhias, e as informais, como a promoção da permeabilidade entre os ofícios concelhios e as redes clientelares dos tutelares das milícias e comendas, empregues para garantir um maior controlo sobre o exercício da justiça. Importará ainda aferir o grau de interoperabilidade entre a justiça eclesiástica e a leiga no seio das milícias: existiriam pontos de contacto ou uma separação inabalável? Existiram dois corpos de oficiais distintos ou um reuniria em si todas estas valências? Como se sanariam os conflitos entre si?⁶⁸

Outra problemática crucial prende-se com a análise dos símbolos, práticas e lugares relacionados com o exercício da justiça: seriam estas justiças sedentárias ou itinerantes⁶⁹; existiriam espaços dedicados a albergar as audiências ou um qualquer edifício *ad hoc* bastaria para deliberar? Ainda no âmbito da exploração do espaço, importa equacionar quais as localizações e características das prisões utilizadas: seriam

⁶⁷ Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 196.

⁶⁸ Como por exemplo, no caso duma das práticas que mais conflituosidade levantava entre eclesiásticos e as justiças seculares, o direito de asilo em igrejas ou locais sagrados. Acerca disto: Luís Miguel Duarte, “Casa de Oração ou Covil de Ladrões (Notas sobre o direito de asilo em Portugal durante a Idade Média)”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas* (Braga: U.C.P./Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990), vol.II-1, 617-645.

⁶⁹ Esta perspetiva foi explorada no âmbito das justiças senhoriais: Isabelle Mathieu, *Les justices seigneuriales en Anjou est dans le Maine à la fin du Moyen Âge* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011), 105-123.

espaços exclusivamente dedicados à função de cárcere ou locais adaptados e polivalentes; a posse deste edifício e respetiva manutenção dos seus custos operacionais estariam sob que tutela e que tipo de disputas poderiam daí advir⁷⁰? O seu estudo acarreta ainda outras condicionantes, residentes na interpretação da documentação, que utiliza o termo “prisão” de forma indiscriminada para se referir a um espaço físico ou às cadeias ambulantes⁷¹. Importa ainda enquadrar os espaços públicos escolhidos para o encenar do “teatro judiciário” e averiguar qual a frequência de aplicação de penas/sentenças físicas e/ou violentas e a importância do seu valor dissuasor, já que o exemplo público e a demonstração física da autoridade eram considerados elementos centrais na dissuasão do crime⁷². Contudo, no âmbito das ordens militares, a aplicação destes castigos públicos parece ter sido uma prática pouco corrente, mas talvez essa mesma esparcidade tenha contribuído para a conservação de um valor dissuasor mais eficaz perante a assistência⁷³. Os contactos entre a vida governativa e o exercício da justiça também se refletiram no espaço. A praça do concelho seria o espaço que acolhia, por excelência, os atos judiciais e onde estariam instalados os instrumentos indispensáveis, tal como o pelourinho. Como pano de fundo surgiria o edifício camarário, de papel polivalente, ao acolher reuniões da vereação, audiências judiciais e muitas vezes a servir de espaço de prisão⁷⁴. Procuraremos perceber se o diálogo entre estas duas dimensões do poder conheceu uma aplicação semelhante nas vilas dominadas por Avis e Santiago.

Quanto ao oficialato em si, sabemos que a itinerância é uma característica intrínseca dos ouvidores⁷⁵ que, a par dos seus congéneres régios, os corregedores, pautariam o seu quotidiano profissional com constantes viagens nos domínios do seu senhor a fim

⁷⁰ Em 1404, o concelho de Coruche encontrava-se numa disputa corrente contra o comendador dessa mesma vila pela tutela da cadeia e seus respetivos oficiais. Margarida Ribeiro, *Estudo Histórico de Coruche* (Coruche: C.M. de Coruche, 2003), 239-242.

⁷¹ Sobre as prisões ambulantes, veja-se: Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 397-398. E acerca das dificuldades interpretativas no uso do termo “prisão” pela documentação: João Pedro Alves, “O Infante D. João (1400-1442): A afirmação de um Infante desconhecido entre a família real e os desafios políticos” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2021), 236.

⁷² Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 85.

⁷³ Damien Carraz, “La justice du commandeur: bas Rhône, XIII^e siècle”, *Cahiers de Fanjeaux: Les justices d'Église dans le Midi, XI^e-XV^e siècle* n°42 (2007): 250. Segundo o autor, as penas afluivas perfizeram somente entre 2 e 4% do total das condenações exaradas nas jurisdições dos Hospitalários e Templários do Midi francês.

⁷⁴ Acerca desta problemática, veja-se: Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013), 573, 590, 625 n°1453, 648, 656.

⁷⁵ Oficial máximo da hierarquia judicial das milícias subordinado ao comendador ou ao mestre.

de pôr cobro à criminalidade que aí grassava. Mesmo os administradores e mestres das milícias manteriam algum grau de itinerância que parece não se coadunar com um aparente sedentarismo na condução da justiça, já que matérias como a guerra, deslocações à Corte e missões diplomáticas os obrigariam a um certo grau de mobilidade.

Será igualmente indispensável analisar a concentração de tarefas extrajudiciais nas mãos destes oficiais, em particular na governação concelhia e no âmbito administrativo das casas dos comendadores e dos mestres/administradores, garantindo-lhes um campo de atuação mais abrangente e uma visibilidade político-social de destaque. Tencionamos também aferir a aplicabilidade prática das normativas judiciais e ditames processuais exarados pela Coroa. Aqui guiar-nos-ão as seguintes interrogações: “em quantas terras ou sedes de casas senhoriais haveria verdadeiras audiências, tribunais com funcionamento regular⁷⁶, com advogados e procuradores pela defesa e pela acusação, inquérito sistemático de testemunhas, sentenças regulares de juízes, concessão rotineira de apelo para a Coroa? Em quantos deles se possuiria cópia das ordenações do reino, se respeitaria a normativa processual?”⁷⁷. Sabemos que as irregularidades processuais eram um mal que encontrava eco regular nas queixas dos concelhos, materializadas em libertações indevidas de prisioneiros, negação do direito de apelação à Coroa, indeferimento indevido de pleitos instaurados contra “protegidos”, transferência de presos para julgamento fora da sede do concelho onde haviam cometido o crime sobrepondo-se à alçada dos juiz locais, entre outras⁷⁸.

Não poderíamos olvidar o crime e o castigo, tendo por fonte privilegiada as cartas de perdão régias. Pretendemos detalhar e comparar a realidade criminal vigente e a

⁷⁶ Pouco ou nada se sabe sobre a calendarização da justiça senhorial. Todavia existem alguns dados avançados por: Damien Carraz, “La justice du commandeur: bas Rhône, XIII^e siècle”, *Cahiers de Fanjeaux: Les justices d’Église dans le Midi, XI^e-XV^e siècle* n^o42 (2007): 248. Isabelle Mathieu, *Les justices seigneuriales en Anjou est dans le Maine à la fin du Moyen Âge* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011), 83-86. Paula Pinto Costa, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, n^o3/4 (Porto: Cepese, 1999/2000), 85-86. Este último focado no calendário judicial interno dos Hospitalários.

⁷⁷ Luís Miguel Duarte, “A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de dúvidas)”. *Cuadernos de Historia del Derecho* N^o11, (2004): 91.

⁷⁸ José Marques, “A Ordem de Santiago e o Concelho de Setúbal, em 1341”, in *As ordens militares em Portugal e no sul da Europa: Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, ed. Isabel C. Fernandes e Paulo Pacheco, (Edições Colibri, C. M. de Palmela, 1997), 291-298. José Marques, “O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”, *Revista da Faculdade de Letras 2^a Série*, vol. V (1988): 98-101. Luís Filipe Oliveira, Pedro Pinto e Diana Martins, *A Justiça do Rei, o Concelho e o Comendador de Aljezur (séc. XIV)* (Aljezur, Município de Aljezur, 2022), 19-28.

respetiva reação penal em ambas as jurisdições⁷⁹. Tema que será abordado em articulação com a noção de “teatro judicial” e o efeito dissuasor da justiça, anteriormente referidos.

Dedicamos a terceira e última secção a uma abordagem voltada para a história social das instituições, tendo por seu foco central a apreensão do corpo de oficiais e serviços destas estruturas judiciais, com recurso ao método prosopográfico e à análise de redes sociais. O emprego da prosopografia no âmbito dos estudos dedicados às ordens militares não constitui uma novidade. Mas nenhum trabalho transpõe esta metodologia para o universo do oficialato judicial afeto às milícias, embora existam alguns contributos pontuais⁸⁰. Partimos para esta tarefa com o objetivo de reconstituir os perfis, trajetos, carreiras e os contactos e universo social de atuação dos homens que aí exerceram funções. Para isto, procuraremos identificar e analisar as características externas deste grupo que consideramos fulcrais para dar resposta às questões orientadoras.

Entre as variáveis em observação incluem-se as datas extremas da sua prestação de serviços; duração média das suas carreiras; a proveniência geográfica dos recrutados; qual o seu nível de habilitação jurídico-cultural; averiguação dos seus laços de parentesco e de solidariedade; se existiria algum *cursus honorum* discernível; quais as características exigidas no seu recrutamento, e como estas se foram alterando com a complexificação do sistema judicial vigente; qual a sua dimensão económica e patrimonial; a acumulação de ofícios com outro tipo de atividades económico-profissionais, entre outras.

A par da prosopografia, equacionamos o emprego da análise das redes sobre um grupo restrito dos indivíduos em estudo⁸¹. Nomeadamente, em torno das relações estabelecidas pelos sujeitos que ocuparam os lugares cimeiros destes sistemas de

⁷⁹ Servindo-nos para o efeito das tipologias criminais quatrocentistas definidas em: Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 259-265.

⁸⁰ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: U. Algarve, 2009). Rui Nobre, “A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes” (Tese de Doutoramento, FLUC, 2021). João Pedro Alves, “O Infante D. João (1400-1442): A afirmação de um Infante desconhecido entre a família real e os desafios políticos” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2021). DUARTE, Luís Miguel Duarte, “Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)” (Tese de Doutoramento, FLUP, 1993), vol. 2. Somente a versão policopiada da tese contempla as prosopografias.

⁸¹ Para uma introdução à metodologia de análise de redes: Stanley Wasserman, Katherine Faust, *Social Network Analysis: Methods and Applications* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994). John Scott, *Social Network Analysis* (Londres: Sage, 2013).

justiça, tais como os ouvidores e meirinhos-mor dos respectivos administradores ou mestres das ordens. A restrição do grupo em análise reside, principalmente, na disponibilidade e abundância de informação das fontes concernentes aos vínculos sociais destes indivíduos, em relação aos seus subalternos hierárquicos. A redução do tamanho da amostra permite, ao mesmo tempo, conduzir uma leitura mais exaustiva e completa em torno das múltiplas esferas de atividade que ramificavam a partir das redes sociais de cada um deles. Este tipo de abordagem poderá elucidar-nos quanto à circulação e transmissão de modelos organizacionais, práticas institucionais, processos de recrutamento e circulação de agentes.

A organização e processamento dos dados colhidos será assegurada através de uma base de dados relacional, operacionalizada com recurso à linguagem de programação SQL (Structured Query Language), por via do software *Microsoft SQL Server*.

4. *Corpus* documental

Face ao carácter disperso e fragmentário dos vestígios documentais que seleccionamos para servir como amostra central da investigação, o *corpus* documental que emergiu, após um longo processo heurístico, caracteriza-se pela sua heterogeneidade e pela nossa tentativa de exaustividade na recolha e seleção dos elementos que o integram. Constituído por fontes inéditas e publicadas, produzidas e albergadas por múltiplas entidades, tenta oferecer uma análise compreensiva e multifacetada que reúne em si os contributos de todos os intervenientes nestes vários processos, procurando assim atenuar a predominância da perspectiva régia. O acervo documental reunido pode ser seccionado em cinco categorias:

4.1. Fontes régias

Desde logo assinalamos as compilações legislativas – *Livro de Leis e Posturas*, *Ordenações de D. Duarte*, *Ordenações Afonsinas*, e *Ordenações Manuelinas* – essenciais para providenciar um enquadramento legal e elucidar sobre os trâmites processuais vigentes. As chancelarias régias, insertas no recorte cronológico, também se constituem como um importante repositório, já que nelas se encontram preservados diversos documentos alusivos à administração da justiça (sentenças sobre jurisdições); graças (doações relativas ao exercício de jurisdições e/ou poderes senhoriais); e

administração geral (prescrições sobre justiça, regulamentação de jurisdições locais)⁸²; e as cartas de perdão régio⁸³. Quase todas estas chancelarias se encontram já publicadas, excetuando as de D. Afonso V (1438-1481) e D. João II (1481-1495) cujos registos manuscritos serão perscrutados com recurso a transcrições parciais, duas bases de dados descritivas e os livros de índice oitocentistas. Assinalamos ainda a premência do *Núcleo Antigo*⁸⁴, através da sua série de forais que nos poderá elucidar acerca da intervenção ativa por parte dos oficiais das milícias no processo de confirmação e revalidação destes textos legislativos locais. Encontramos aí igualmente duas inquirições régias, datadas do século XV, sobre bens em Campo de Ourique, Castro Verde e Almodôvar, comendas santiaguista, e outra atinente a Alcanede e Benavente, comendas de Avis. Por último, elencamos o registo duma despesa de obras, na vila de Setúbal, em 1526, onde se incluem os gastos despendidos na reparação da cadeia da vila.

A *Coleção dos Forais* do A.N.T.T conserva em si diversos registos cruciais para a compreensão dos “diálogos” de poder entabulados entre a população e as Ordens tutelares, entidade emissora do foral, cujas atribuições judiciais estavam resguardadas nesse documento. Relevamos também as Coleções das *Gavetas*⁸⁵; *Bulas*⁸⁶; *Coleção Especial*⁸⁷; *Leitura Nova*⁸⁸; e *Corpo Cronológico*⁸⁹. Nelas encontramos documentos avulsos relativos aos privilégios concedidos a ambas as ordens, ao exercício de jurisdições e ao dirimir de conflitos entre as ordens e outras instituições e documentação papal

⁸² Seguimos aqui as tipologias definidas em: Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* (Porto: INIC, Centro de História da U.P., 1990), 63-91.

⁸³ Cuja expressividade se avoluma a partir da década de 60 do século XV. Para uma caracterização: Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999), 35-58.

⁸⁴ Seguimos a inventariação presente em: Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Maria de Fátima Dentinho Ó Ramos, *Núcleo Antigo: inventário* (Lisboa: IANTT, 1996), 31-104.

⁸⁵ A Gaveta IV contém 2 maços de documentação relativa à Ordem de Avis, quanto à Ordem de Santiago, esta dispõe de 4 maços de documentação organizados na Gaveta V. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 483 e 493.

⁸⁶ *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: Primeira parte – Instituições do Antigo Regime: Administração Central*, coord. José Mattoso et al (Lisboa: IANTT, 1998), vol. I, 77-79.

⁸⁷ Gostaríamos de ressaltar, no âmbito desta coleção, o fundo conhecido como *Caixa 72* que em si congrega documentação exarada pelos Infantes que foram tutelares das milícias de Avis e Santiago. Um outro ponto de destaque da *Coleção Especial* é o elevado volume de documentação referente à Ordem de Santiago aí conservada, desde missivas a bulas.

⁸⁸ Recorreremos aos índices disponibilizados online: <https://iem.fcsh.unl.pt/colecoes/indices-da-leitura-nova/>

⁸⁹ *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: Primeira parte – Instituições do Antigo Regime: Administração Central*, coord. José Mattoso et al (Lisboa: IANTT, 1998), vol. I, 84-86.

elucidativa do panorama jurisdicional eclesiástico. Concluímos com atas de reuniões de Cortes, onde se colhem diversas denúncias de infrações sobre os direitos e prerrogativas jurisdicionais municipais por parte dos oficiais das milícias, e as respetivas respostas régias aos pleitos⁹⁰.

4.2. Fontes das ordens militares de Avis e Santiago

O fundo da *Mesa da Consciência e Ordens* do A.N.T.T agrega hoje a maioria da documentação exarada por ambas as milícias. Começamos com a Ordem de Avis⁹¹, onde o conjunto de 21 maços, compostos por 1467 documentos redigidos entre os séculos XII e XVI, se apresenta como uma mais-valia para o estudo da atuação jurisdicional da milícia. Neste fundo contam-se cartas de doação, venda, sentenças executórias, forais⁹² e outras tipologias. Em seguida, dispomos de 8 códices datados entre os séculos XV e XVI, alojados na série Tombos das Comendas da Ordem de Avis, merecendo também destaque as visitas quinzentistas, registos de carácter controlador e regulador das práticas exercidas nas comendas e igrejas⁹³. Por último, refira-se o códice quinzentista atinente aos direitos e possessões detidos nas vilas de Avis, Benavila e Benavente⁹⁴.

⁹⁰ Os registos de Cortes têm vindo a ser publicados em coleção própria, por iniciativa do CEH-UNL, aos vários volumes já disponíveis somam-se os aportes oferecidos por alguns de títulos bibliográficos, tais como: Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas:1385-1490* (Porto: INIC, 1990), 2 vols. Armindo de Sousa, “As Cortes de Leiria-Santarém de 1433”, in *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*, ed. André E. Marques (Porto: Fio da Palavra, 2014), 29-170. Diogo Dias, “As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73” (Dissertação de Mestrado, FLUC, 2014).

⁹¹ Nesta descrição e caracterização da documentação manuscrita relativa à Ordem de Avis seguimos os inventários expostos em: Maria do Carmo Farinha, Anabela Azevedo Jara, *Mesa de Consciência e Ordens*. (Lisboa: IANTT, 1997), 365-373. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 487-493. E na plataforma online DigitArq do A.N.T.T. link: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251150>

⁹² A estes acrescem outros 9 documentos de semelhante tipologia, da época manuelina, hoje arquivados na *Coleção dos Forais* do A.N.T.T.

⁹³ Sobre a pluralidade das informações contidas nas visitas, veja-se: Maria Cristina Pimenta, “Visite”, in *Prier et combattre: Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. Nicole Bériou et Philippe Josserand (Paris: Fayard, 2009), 967-968.

⁹³ Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 492.

⁹⁴ *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis, Benavila e Benavente e seus termos [1556]*, ed. José Mendes da Cunha Saraiva (Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950- 1953).

Centrando as atenções na ordem santiaguista⁹⁵, o rol documental demonstra-se bem mais profícuo. Os registos de visitas inician-se em meados do século XV e optamos por consultar aqueles escritos até ao ano de 1520⁹⁶, para oferecer uma amostra cronológica similar à realidade da Ordem de Avis. Dispomos de alguns códices do séc. XVI, que em si trasladam documentos medievos, tais como “*Livro dos Copos*”⁹⁷, o “*Livro das Espadas*” e outros dois códices compostos por privilégios, doações, bulas e sentenças. A chancelaria do mestrado de Santiago é imprescindível para a compreensão da sua atividade jurisdicional e judicial, pois era o polo central administrativo e burocrático da Ordem, encarregue de rececionar, redigir e arquivar toda a documentação. Interessa-nos a consulta de 6 livros que abrangem o intervalo temporal compreendido entre 1477 e 1497, sendo de referir que os volumes produzidos durante o mestrado de D. Jorge contêm registos relativos à Ordem de Avis.

Passando à documentação avulsa, destacamos a série “*Documentos Particulares*”, nomeadamente os 4 maços iniciais com registos entre os anos de 1232 e 1505, que se traduzem em 159 missivas; o fundo do Mosteiro de Santos, que aloja documentos relevantes, como regulamentos e visitas; a série de forais manuelinos; e, por fim, a série “*Documentos de diversas tipologias, regulamentos, testamentos e visitas referentes à administração patrimonial*”, dividida em 45 maços, datados entre o século XV e XVIII, onde se localizam visitas, cartas régias, demarcações de propriedades, entre outros. Pretendemos ainda servir-nos da documentação já editada na publicação *Militarium Ordinum Analecta* e outros títulos⁹⁸.

⁹⁵ Nesta descrição e caracterização da documentação manuscrita relativa à Ordem de Avis, albergada no A.N.T.T. seguimos os inventários expostos em: Maria do Carmo Farinha, Anabela Azevedo Jara, *Mesa de Consciência e Ordens*. (Lisboa: IANTT, 1997), 305-364. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 475-485. E na plataforma online DigitArq do A.N.T.T. link: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251375>

⁹⁶ Para uma listagem das visitas já transcritas: Luís Filipe Oliveira, “A Comenda de Cacula e a Visita de 1478-1482”, in *Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*, ed. J.P. Bernardes (Faro: U. Algarve, 2008), 139-140. Mais recentemente, foram dadas à estampa: Joel Mata, *A visita do Mestre D. Jorge ao Mosteiro de Santos da Ordem de Santiago e ao seu património (1513-1514)*, (Lisboa: U. Lusíada Editora, 2018). Joel Mata, *A Visita à Comenda de Sesimbra, da Ordem de Santiago (1516)*. (Lisboa: U. Lusíada Editora, 2022).

⁹⁷ Publicado em: “*Livro dos Copos*”, coord. Paula Pinto Costa, in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º7 (Porto: Cepese, 2006), 17-767.

⁹⁸ Indicamos especificamente: “A comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)”, coord. Luís Adão da Fonseca, in *Militarium Ordinum Analecta* N.º14 (2013), 7-1618. “A comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640)”, coord. Luís Adão da Fonseca, in *Militarium Ordinum Analecta* N.º16 (2013), 7-397. Para um roteiro inicial da restante bibliografia: Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento*

4.3. Fontes concelhias e municipais

A seleção disponível para esta tipologia documental revelou um cenário francamente esparso. Os únicos resultados de relevo resumem-se ao espólio do Arquivo Distrital de Portalegre, onde se guarda um livro e 223 documentos relativos à milícia avisina, numa cronologia que se estende até ao século XVI⁹⁹. E no que toca à ordem espatária, dispomos de um valiosíssimo livro de atas de vereação proveniente do concelho de Alcochete e Aldeia Galega¹⁰⁰, o qual oferece uma visão ímpar sobre a articulação entre o poder municipal e o seu administrador, a Ordem de Santiago. A estratégia selecionada para atenuar esta carência documental passou por uma busca por tombos medievais e modernos pertencentes a concelhos sufragâneos de ambas as milícias, já que estes tinham por objetivo de reunir conservar um conjunto documental, composto por diversas tipologias, de relevo para a preservação da memória, administração e governação desse mesmo concelho. Revelam-se por isso instrumentais para a construção duma visão mais completa sobre a administração da justiça nas terras das milícias¹⁰¹. A construção do roteiro inicial produziu os seguintes frutos:

Tabela nº1: Tombos medievais/modernos identificados nos concelhos sufragâneos a ambas as milícias

Ordem de Avis		Ordem de Santiago	
Avis	<i>Tombo dos bens do Concelho de Avis (autos judiciais e demarcação)</i> [Séc. XVIII]	Garvão	Tombo [Séc. XIII]
Borba	Tombo [Séc. XIV]	Sesimbra	<i>Tombo da vila de Sesimbra e Traslado do Tombo da Vila de Sesimbra</i>
Coruche	<i>Tombo de Coruche (1454) e Tombo de Coruche (1684)</i> [original Séc. XV e traslado do Séc. XVII]	Muge	<i>Tombo dos bens e privilégios de Muge</i> [Séc. XV] (*)
Estremoz	Dois tombos [Séc. XIII e Séc. XVII]		
Figueira	<i>Tombo de Figueira</i> [Séc. XVII]		
Moura	<i>Tombo Velho</i> [Séc. XVI] e <i>Tombo Novo</i> [Séc. XVIII]		

(*) Embora esta vila não pertença ao conjunto de domínios sob o controlo da Ordem, incluímo-la porque possui um tombo cuja produção foi diretamente ordenada por um ouvidor do comendador-mor da Ordem de Santiago.

– *Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 477-484, 487-491.

⁹⁹ Nomeadamente a série de *Convento de São Bento de Avis*. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor F. de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 492.

¹⁰⁰ *Livro da vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: C.M. de Alcochete, 2005).

¹⁰¹ Para uma caracterização desta tipologia documental, veja-se: Pedro Pinto, “Sobre tombos concelhios medievais e modernos portugueses: contributo para um inventário”, in *Tombo da Vila de*

Fontes da Tabela nº1: Adelaide Millán da Costa, “O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV e XV)”, in *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, eds. Hermínia Vasconcelos Vilar e Filomena Lopes de Barros (Évora: Publicações do Cidehus, Edições Colibri, 2018), 99-128. Link: <https://books.openedition.org/cidehus/4469>. Gonçalo Lopes, *O Livro de Tombo das Escrituras e Privilégios da Vila de Muge: 1467 (1727)* (Salvaterra de Magos: C.M. de Salvaterra de Magos, 2020). Margarida Ribeiro, *Estudo Histórico de Coruche* (Coruche: C.M. de Coruche, 2003), 36-38. Maria Teresa Saraiva, *Figueira: Comenda da Ordem de Avis* (Lisboa: Edições Colibri, 1997). Otilia Roque Candeias, *Arquivo Histórico Municipal de Avis: Inventário* (C. M. de Avis, 1985), 101. Pedro Pinto, “Sobre tombos concelhios medievais e modernos portugueses: contributo para um inventário”, in *Tombo da Vila de Sesimbra: o Legado*, coord. Fernanda Rodrigues e Pedro Pinto (Sesimbra: C.M. de Sesimbra, 2024), vol. I, 143, 164-165, 173-174, 176-177, 184, 190-193.

4.4. Fontes diocesanas e de outras instituições eclesiásticas

Encabeçamos esta secção com referência às fontes diocesanas. Os fundos arquivísticos das dioceses de Silves e Lisboa apresentam um cenário idêntico, estando quase totalmente desprovidos de documentação medieva. As informações que nos chegaram encontram-se albergadas nos fundos documentais das entidades recetoras da sua correspondência e documentação, a isto some-se a implantação territorial que ditou com que as relações institucionais com as milícias de Avis e Santiago fossem muito esparsas. Já o arquivo da Sé de Évora dispõe do conjunto documental diocesano mais significativo, quer em termos de volume documental, quer pela proximidade/confrontação geográfica dos seus domínios com os principais conjuntos patrimoniais das Ordens. Os conflitos jurisdicionais ocorridos em centúrias anteriores foram já explorados¹⁰², mas a vasta maioria dos processos concernentes à centúria de Quatrocentos continuam parcamente conhecidos, assim como as outras vias de contato entabuladas entre as Ordens e a autoridade diocesana eborense, cuja consulta será auxiliada pelos índices existentes¹⁰³.

Quanto à documentação monástica, os contactos de carácter judicial entre estas instituições e as milícias terão sido muito reduzidos, pelo que os vestígios documentais não abundarão. Não obstante, as relações interinstitucionais poderão revelar-nos

Sesimbra: o Legado, coord. Fernanda Rodrigues e Pedro Pinto (Sesimbra: C.M. de Sesimbra, 2024), vol. I, 134-137.

¹⁰² Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 245-281.

¹⁰³ Carlos da Silva Tarouca, *Inventário das cartas e dos códices manuscritos do arquivo do cabido da Sé de Évora*. (Évora: Edições Nazareth, 1946). Hermínia Vasconcelos Vilar, “As ordens militares: na documentação diocesana de Évora: traços de uma imagem” in *Ordens Militares e Religiosidade: homenagem ao Professor José Mattoso*, ed. Isabel C. Fernandes (Palmela: C.M. de Palmela, 2010), 105-124.

outras dimensões da sua ação extrajudicial¹⁰⁴. De momento, encontramos-nos a depurar a pesquisa em busca das entidades mais relevantes, estando, todavia, cientes do caráter escasso, disperso e fragmentário da informação que iremos colher. No que toca à documentação exarada pela Santa Sé, alguma foi já assinalada aquando das descrições dos fundos anteriores. A nossa prospeção centrou-se nas coletâneas documentais mais significantes para o período em estudo¹⁰⁵ e nos bulários da Ordem de Santiago¹⁰⁶ e Calatrava¹⁰⁷. Pretendemos igualmente fazer uso do espólio do Pe. Sousa Costa, que conserva em si mais de 7000 súplicas apostólicas, já transcritas, relativas a Portugal datadas entre 1431 e 1485, para assim sermos capazes de obter uma melhor compreensão da intervenção papal em matéria judicial e jurisdicional¹⁰⁸.

4.5. Fontes de arquivos senhoriais

Neste apartado a recolha dedicou-se exclusivamente aos dados conservados no arquivo da Casa de Bragança, já que a documentação medieval dos senhorios laicos legou-nos poucos contributos. A documentação colhida diz mormente respeito aos séculos XIV e XV e, embora não incida diretamente sobre as milícias, oferece-nos um excelente observatório para comparações entre a realidade judicial das ordens face a outra entidade senhorial¹⁰⁹. Logramos identificar 32 documentos de relevo, onde se inclui um que releva ação direta da ordem de Avis.

¹⁰⁴ João Luís Inglês Fontes, *Génese e Institucionalização de uma Experiência Eremítica — Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)* (Lisboa: INCM, 2021). O autor põe a descoberto várias instâncias de contactos estabelecidos entre os eremitas da “pobre vida” e as ordens.

¹⁰⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, publ. e intr. António Domingues de Sousa Costa (Braga: Editorial Franciscana, 1982), vols. I-IV. *Monumenta Henricina*, org. António Joaquim Dias Dinis (Coimbra: Comissão Executiva do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1974), 15 vols. Peter Linehan, *Portugalia Pontificia : materials for the history of Portugal and the papacy : 1198-1417* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013), 2 vols. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo — Desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1864-1866), Tomos IX e X.

¹⁰⁶ *Bullarium Esquestris Ordinis Sanctis Jacobi*, ed. A. T. Aguado de Cordova (Madrid, 1719).

¹⁰⁷ *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, (Madrid, 1761).

¹⁰⁸ João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo, “Uma vida de investigação. O espólio de António Domingues de Sousa Costa, OFM (1926-2002)”, *Itinerarium* Nº225/226 (janeiro-dezembro 2021): 529-540.

¹⁰⁹ Os dados consultados sobreviveram apenas sob a forma de traslados em processos reivindicativos. Manuel Inácio Pestana, *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1985), 13-16, 39-314.

5. Metodologia

No que concerne à configuração metodológica do nosso projeto de tese, a opção do emprego da história comparativa surgiu, desde logo, como um recurso adequado às características das fontes documentais disponíveis e aos objetivos da investigação¹¹⁰. A escolha desta ferramenta metodológica decorre do facto de ambas as ordens seleccionadas se constituírem como um excelente observatório para a sua implementação e como unidades de comparação viáveis¹¹¹. Tenham-se em conta as divergências respeitantes à sua organização, estruturação e funcionamento interno, de índole normativa, no processo de concomitância com o poder régio¹¹², a sua contemporaneidade e proximidade territorial, as características políticas, sociais e económicas dos espaços geográficos que dominam e o facto de ambas possuírem um *corpus* documental de produção própria, permitindo uma leitura confrontada dos dados¹¹³. Por outro lado, uma visão comparativa permitir-nos-á dar uma nova dimensão à análise, ultrapassando uma leitura meramente diacrónica e apartada do percurso evolutivo de ambas as instituições, para nos possibilitar o identificar de questões, padrões, divergências que de outra forma nos permaneceriam alheios¹¹⁴, assim como suscitar novas hipóteses interpretativas, e consequentemente demonstrar a sua validade¹¹⁵. Embora prevejamos um maior aprofundamento sobre o binómio *Ordem de Avis – Ordem de Santiago*, com um recurso extensivo a fontes documentais, pretendemos alargar esta perspetiva comparativa a outras realidades, através da bibliografia e fontes publicadas. Nomeadamente às restantes ordens militares com

¹¹⁰ Para uma introdução a esta metodologia, veja-se: Marc Bloch, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, *Revue de synthèse historique* Nº46 (1928): 15-50. William H. Sewell, “March Bloch and the Logic of Comparative History”, *History and Theory* Vol.6, nº2 (1967): 211-214. Jürgen Kocka, “Comparison and Beyond”, *History and Theory* Nº42 (2003):39-44. Alette Olin Hill, Boyd H. Hill, “Marc Bloch and Comparative History”, *The American Historical Review* Vol.85, nº4 (1980): 828-846.

¹¹¹ Sobre a importância da definição das unidades de comparação na história comparativa: William H. Sewell, “March Bloch and the Logic of Comparative History”, *History and Theory* Vol.6, nº2 (1967): 211-214.

¹¹² Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: U. Algarve, 2009), 134-147.

¹¹³ A viabilidade da perspetiva comparativa no estudo das Ordens de Avis e Santiago encontra-se por demais comprovada pelo supracitado estudo de Luís Filipe Oliveira.

¹¹⁴ Jürgen Kocka, “Comparison and Beyond”, *History and Theory* Nº42 (2003): 40.

¹¹⁵ A adoção dum enquadramento comparativo da análise poderá demonstrar a insuficiência de uma hipótese interpretativa “local” quando aplicada a outras realidades. “The adoption of a comparative framework enables us to detect errors or inadequacies in hypothetical explanations which would seem unimpeachable if viewed in one single historical or geographical setting”. William H. Sewell, “March Bloch and the Logic of Comparative History”, *History and Theory* Vol.6, nº2 (1967): 209-210.

presença no reino português – Cristo, Templo e Hospital – e outras congêneres situadas noutras latitudes do ocidente europeu, mormente em Castela, Aragão, França e Itália. Em última instância, o método comparativo poderá demonstrar-se como mais um útil recurso para suprir e fazer face à pobreza documental e razoável mutismo das fontes judiciais medievais.

Somam-se as aproximações metodológicas mais clássicas, tal como a hermenêutica – centrada na análise e crítica textual – a legalista e a institucional, através das quais poderemos apreender os trâmites processuais, os protocolos, os regulamentos e a configuração hierárquica dos vários ofícios e cargos e funções neles delegadas. Fundamentalmente, procuraremos evidenciar o enquadramento teórico-normativo do seu funcionamento, relacionando-o e contrapondo-o às evidências da sua aplicação prática. Recorreremos também aos recursos iconográficos e arqueológicos disponíveis, cuja premência se justifica com o intrínseco valor simbólico que o exercício da justiça acarretava. Falamos, por exemplo, de representações tumulares alegóricas alusivas à justiça; vestígios materiais de forcas, pelourinhos, troncos, picotas, prisões e outros símbolos e/ou edifícios vinculados a este tipo de atividade¹¹⁶. No que toca ao rastreio destes vestígios, as fontes iconográficas, os relatórios arqueológicos e as publicações relativas a escavações em áreas ocupadas por ambas as milícias, constituirão os alicerces centrais para esta prospeção.

Por sua vez, o método prosopográfico será decisivo para a reconstituição do universo sociológico que compunha os quadros humanos destas duas instituições. O objetivo central será identificar, quantificar e caracterizar os indivíduos que integravam os circuitos de justiça das milícias de Avis e Santiago. A delimitação do grupo será feita com base num traço comum, externo e observável a todos os elementos: o desempenho de um ofício ou serviço, contínuo ou pontual, em prol dos sistemas de justiça de ambas as ordens. Este critério, assente num vínculo institucional, permite-nos assim restringir com segurança as admissões neste universo, usufruindo igualmente de um recorte cronológico (170 anos) conciliável com uma análise deste tipo¹¹⁷. Estamos cientes que o grupo “artificial” aqui recortado não se constitui como uma “elite” homogênea, facto que obrigará à aplicação de um questionário alargado e

¹¹⁶ Acerca destes símbolos listamos sem pretensão de exaustividade: Luís Chaves, *Os pelourinhos portugueses* (V.N. de Gaia: Apolino, 1930). E. B. Ataíde Malafaia, *Pelourinhos Portugueses – Tentâmen de inventário geral* (Lisboa: INCM, 1997). Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Jorge Barroca, *O Gótico* (Lisboa: Editorial Presença, 2002), 143-156.

¹¹⁷ Maria Asenjo González, “Cuestiones de método en historia social. Las oligarquias urbanas en Castilla”, in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminário de Historia Medieval* (Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2006), 69.

a uma especial atenção à disparidade de volume informacional, sendo que os hiatos documentais também serão relevantes e merecedores duma análise cuidada¹¹⁸.

Mais do que uma mera base documental ou instrumental para as discussões, asserções e conclusões efetuadas nos capítulos anteriores, entendemos que o corpo prosopográfico deve ser tido como uma parte integrante da orgânica da tese, na qual se tenta reconstituir a dimensão humana destas instituições e onde se encontra “a discussão e a análise de outros problemas, indispensáveis para fixar as cronologias e as identidades, ou perceber os meios familiares e sociais”¹¹⁹. Supera-se assim o mero e simples objetivo de um arrolar acrítico e pouco problematizado dos dados coletados sob a forma de uma simples listagem de indivíduos, cargos e datas.

Tal como já destacamos, pretendemos suplementar a prosopografia com recurso à análise de redes. Neste estágio da pesquisa, acreditamos ser mais proveitoso e exequível aplicá-la sobre um universo mais restrito de indivíduos arrolados no catálogo prosopográfico, composto pelos detentores dos ofícios hierarquicamente superiores, por razões já apontadas. Preferimos uma abordagem do tipo “ego-network”¹²⁰, que toma por foco um único indivíduo e se ocupa de retrazar a rede de relações interpessoais por ele tecida. Sendo assim possível compreender os diversos tipos de contactos estabelecidos – como os resultantes da atividade profissional, do local de habitação, das suas redes clientelares, *etc...* – e de que forma estes vínculos permitiram a circulação de ideias, modelos e práticas, promoveram ou condicionaram a circulação de agentes, e o seu impacto no cômputo geral da evolução de ambas as instituições.

¹¹⁸ Tal como o expõe Claude Nicolet: “les silences, les absences ou les vides sont, pour le prosopographe, parfois aussi intéressants que les séries complètes”. Claude Nicolet, “Prosopographie et histoire sociale : Rome et l'Italie” *Annales. Economies, sociétés, civilisations* 25e année, N°5 (1970):1228.

¹¹⁹ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: U. Algarve, 2009), 213.

¹²⁰ Sobre este tipo de abordagem metodológica: Kate Davidson, “Early Modern Social Networks: Antecedents, Opportunities, and Challenges”, *American Historical Review* Vol.124, N°2 (2019): 470-473.

La catedral de Lugo a lo largo de los siglos medievales. Un análisis de su evolución espacial y visual

CELIA VILA FERNÁNDEZ

Universidad de Santiago de Compostela

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a9>

Resumen

La catedral de Lugo, y en particular su periodo medieval, ha quedado tradicionalmente relegada a un segundo plano, a la sombra de la muralla que la envuelve y del pasado romano de la ciudad. Ante la ausencia de un estudio que aborde la fábrica catedralicia en su conjunto y en la totalidad del periodo medieval surge la necesidad del presente proyecto de tesis doctoral, cuyo objetivo central consiste en definir las fases constructivas desarrolladas entre los siglos XII y XVI. Para lograrlo, se partirá de las fuentes tanto de carácter visual como documental, por medio de metodologías tales como el estudio del contexto litúrgico y devocional de cada periodo o la comparación con otros casos contemporáneos, junto con el análisis de las conexiones con las redes de poder que puedan permitir rastrear influencias y establecer conexiones. No obstante, ciertas problemáticas como las sucesivas reformas y reconstrucciones a las que fue sometido el edificio o la parquedad de alguna de las fuentes documentales dificultan su estudio.

Palabras-clave: Catedral de Lugo; Arte Medieval; Fases Constructivas; Espacialidad.

Abstract

The cathedral of Lugo, particularly its medieval period, has traditionally been overshadowed by the city's Roman past and the surrounding wall that encloses it. In the absence of a study that comprehensively addresses the cathedral's structure as a whole and throughout the entirety of the medieval period, this PhD project emerges as a necessity. Its central aim is to define the construction phases carried out between the 12th and 16th centuries. To achieve this, the basis will draw upon both visual and documentary sources, employing methodologies such as the study of the liturgical and

devotional context of each period or the comparisons with other contemporary cases, together with the analysis of connections with networks of power that may allow influences to be traced and connections to be established. However, certain challenges, such as the successive renovations and reconstructions the building has undergone, as well as the scarcity of some documentary sources, hamper its study.

Keywords: Cathedral of Lugo; Medieval Art; Construction Phases; Spatiality.

1. Las bases para el estudio de la catedral de Lugo.

Contextualización, objetivos y problemáticas

Las catedrales, como centro neurálgico de las diócesis, se convierten desde época temprana en hitos de referencia y en edificios de gran relevancia. Precisamente este aspecto, unido a su carácter de permanencia a lo largo del tiempo, permite rastrear en ellas la evolución de las distintas corrientes arquitectónicas y figurativas, así como de las propias sociedades, al ser articuladoras de la vida en la comunidad, la trama urbana y el paisaje cultural. No obstante, cabe tener en cuenta cómo este aspecto constituye a la vez una desventaja: al suprimirse determinadas partes del edificio para sustituirlas por otras, muchas veces no se deja traza de su aspecto anterior.

Con la catedral de Santiago de Compostela como principal foco de atención, el resto de las catedrales gallegas –y en particular su periodo medieval– no han sido debidamente estudiadas en profundidad hasta fechas más recientes. Es esto lo que sucede en el caso lucense. La catedral de Lugo es, sin duda, uno de los monumentos más relevantes de la ciudad, aun habiendo sido relegada tradicionalmente a un segundo puesto, por detrás de la muralla romana que rodea el casco histórico. Sin embargo, no existe todavía un estudio exhaustivo que aborde el conjunto de la catedral durante los siglos del Medievo, algo que sí se da para la época moderna. Así, las investigaciones alrededor de este asunto terminan siendo reiterativas y poco clarificadoras, ante la ausencia de estudios de conjunto.

De esta manera, el proyecto de investigación que aquí se presenta tiene como objeto de estudio la catedral de Lugo en época medieval. El marco geográfico de la investigación queda por lo tanto acotado al propio conjunto catedralicio lucense, así como a sus alrededores, ya que la configuración del edificio y su evolución en el tiempo no pueden comprenderse sin analizar el papel que ocupa dentro del urbanismo de la ciudad. Asimismo, tampoco debe ser concebido como un elemento aislado, sino que debe introducirse dentro de su contexto, rastreando las influencias procedentes de

otros lugares –tanto de la Península como de fuera de ella– que pudiesen haber repercutido sobre el proyecto lucense.

Sin embargo, más complejo resulta definir un marco cronológico, ya que lo que se busca conseguir es una visión de la evolución de la catedral a lo largo de los siglos medievales. El punto de partida se encontrará, por lo tanto, en el momento en el que se comienza a construir la fábrica catedralicia, si bien a modo de precedentes debe tenerse en cuenta el origen del *locus* sagrado y la basílica altomedieval que habría precedido a la construcción iniciada a comienzos del siglo XII. Por otro lado, resulta de una complejidad aún mayor poner un punto final, al tratarse además de un edificio orgánico en constante transformación. No obstante, y ante la necesidad de establecer un límite para el proyecto de investigación, este pretende marcarse en los comienzos del siglo XVI, con el pórtico que cobija la portada norte y el retablo de Cornielles de Holanda como últimas obras en el marco del tardogótico en la catedral.

El objetivo principal del proyecto de investigación será establecer las fases constructivas del conjunto catedralicio a lo largo de la Edad Media. Dentro de este marco, se encuadran otros como la revisión de la fecha de inicio de construcción aceptada hasta el momento –1129–, la reconstitución de la cabecera románica y el rastreo del origen de la inspiración para el desarrollo de la gótica, o un estudio en profundidad de la escultura sin que esta sea solo un pretexto para establecer las cronologías. Asimismo, se rastrearán las influencias que pudieron haber llegado e interferido en la edificación de la catedral de Lugo, sin limitarse a las procedentes de Compostela, poniéndolas en relación con los talleres que hubiesen trabajado en la sede lucense.

De la misma manera, se plantean otros objetivos de carácter más específico, cuya respuesta repercutirá sobre aquellos más generales. Entre ellos se encuentran el estudio atento de la portada norte, buscando dar respuesta a la figura de la *Maiestas Domini* que no parece haber decorado el tímpano original, y poniéndola en relación con el capitel pinjante que la acompaña. En la misma línea de la escultura, también se prestará especial atención al sepulcro tradicionalmente atribuido a santa Froila, y en particular a la figura central que alude a un alma asexuada. Por otro lado, se revisitará la figura del obispo fray Pedro López de Aguiar durante la segunda mitad del siglo XIV, comprobando el alcance que los presupuestos dominicos y el propio patronazgo episcopal habrían ejercido realmente sobre la construcción de la catedral. Estos son solo algunos de los objetivos planteados, siendo conscientes de que con el transcurso de la investigación se irán ampliando.

La consecución de todos estos objetivos debe no obstante pasar por una serie de dificultades y problemáticas. Por un lado, y como ya se apuntaba en la introducción, las catedrales son edificios orgánicos, vivos y en constante transformación, por lo que uno de los principales obstáculos a la hora de reconstituir la catedral medieval son las continuas reformas a las que fue sometida. Es más, el reconstituir la catedral medieval en realidad implica reconstituir las múltiples catedrales medievales que se habrían ido sucediendo a lo largo del extenso periodo que comprende el Medievo¹. Aun así, el mayor escollo sigue pasando por conseguir desentrañar todas las modificaciones y reformas llevadas a cabo durante las épocas moderna y contemporánea.

Además de esta problemática central, se presentan otras, como una documentación poco exhaustiva –como queda reflejado en lo escueto del *Memorial de Aniversarios*–, o ciertas incoherencias presentes en la fábrica –por ejemplo, la falta de concordancia entre los nervios de la bóveda y la columna central de los tramos rectos del deambulatorio–. Asimismo, otra dificultad radica en ciertas ideas arraigadas en la historiografía, y por lo tanto más difíciles de revisar y, en caso de que fuese necesario, revocar, como puede ser el caso de la importancia concedida a la memoria del obispo Odoario o la atribución del sepulcro al personaje de santa Froila.

2. Estudios y perspectivas previas en torno a la fábrica catedralicia lucense en la Edad Media

Como ha sido mencionado anteriormente, no existe un estudio que aborde el complejo catedralicio lucense a lo largo del medievo en profundidad. Sí sucede en el caso de la época moderna, gracias al trabajo de Marcos Gerardo Calles Lombao en su tesis doctoral defendida en el año 2021². Sí existen una serie de trabajos que tratan acerca de la catedral de Lugo en toda su cronología, incluyendo por lo tanto un epígrafe dedicado al periodo medieval. Estos van desde el apartado que Jesús Carro García le dedica en su obra *Las Catedrales Gallegas*³ y el monográfico de Francisco

¹ A este respecto, Carrero Santamaría propone dejar de lado el ascendente estilístico en favor de las modificaciones en función de las necesidades litúrgicas. Eduardo Carrero Santamaría, “Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos”, in *O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*, ed. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Maria do Rosário Barbosa Morujão (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014), 98-100.

² Marcos Gerardo Calles Lombao, “Promotores y artistas en la Santa Iglesia Catedral Basílica de Lugo durante los siglos XVII y XVIII” (Tesis doctoral, Universidade de Santiago de Compostela, 2021), <http://hdl.handle.net/10347/26537>.

³ Jesús Carro García, *Las Catedrales Gallegas* (Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego, 1950), 20-28.

Vázquez Saco⁴ en los años cincuenta, al libro de Manuel Chamoso Lamas⁵ de 1983, hasta el publicado por Pablo S. Otero Piñeyro Maseda⁶ más recientemente en el año 2005. En este mismo año Ramón Yzquierdo Perrín se encarga del capítulo dedicado al caso lucense dentro del compendio *Las catedrales de Galicia*⁷. Anteriormente había publicado un artículo en la revista *Abrente*⁸, pero en ese caso enfocándose solo en la construcción medieval.

En particular en torno a la época románica, Isidro Bango Torviso en su obra *Galicia Románica*⁹, del año 1987, incluye a la catedral lucense. También se centró en este periodo la entrada dedicada a la misma en *La Enciclopedia del Románico*, a cargo de Carolina Casal Chico¹⁰ en el 2018. Por otro lado, otros autores han abordado el periodo bajomedieval. A este respecto destaca el trabajo de Carmen Manso Porto, quien vincula la catedral con los presupuestos dominicos impulsados por el obispo de la orden fray Pedro López de Aguiar¹¹. También alrededor de la misma figura se centra Manuel Mosquera Agrelo¹². Por su parte, Marta Cendón Fernández y David Chao Castro, en su publicación “Las catedrales gallegas al final del Medievo”¹³ también incluyen el caso lucense.

⁴ Francisco Vázquez Saco, *La Catedral de Lugo* (Santiago de Compostela: Bibliófilos Gallegos, 1953).

⁵ Manuel Chamoso Lamas, *La Catedral de Lugo* (Madrid: Everest, 1983).

⁶ Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, *La Catedral de Lugo. Guía histórico-artística* (Lugo: Diputación Provincial de Lugo, 2005).

⁷ Ramón Yzquierdo Perrín, “Catedral de Lugo”, in *Las catedrales de Galicia*, ed. Ramón Yzquierdo Perrín (León: Edilesa, 2005), 105-139.

⁸ Ramón Yzquierdo Perrín, “La Catedral de Lugo: consideraciones sobre su construcción”, *Abrente* 21-22 (1989-1990): 7-51.

⁹ Isidro Bango Torviso, *Galicia románica* (Vigo: Galaxia, 1987), 67; 142-147; 237-240.

¹⁰ Carolina Casal Chico, “Catedral de Santa María”, in *Enciclopedia del Románico en Galicia. Lugo*, vol. 1, dir. José María Pérez González (Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2018), 738-757.

¹¹ Carmen Manso Porto, *Arte gótico en Galicia: los dominicos*, vol. 1 (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1993), 99-102; 393-402. Carmen Manso Porto, “El obispo Fray Pedro López de Aguiar, OP (1349-1390): Reseña biográfica y aproximación a los principales acontecimientos en su diócesis durante el reinado de Pedro I”, *Archivo Dominicano* 14 (1993): 43-67.

¹² Manuel Mosquera Agrelo, “La capellanía-canonjía de Santo Domingo de los Reyes en la Catedral de Lugo: datos para el conocimiento del cabildo lucense medieval”, *Lucensia* 18 (1999): 79-97. Manuel Mosquera Agrelo, “Una peculiar manifestación del poder episcopal en la Catedral de Lugo. Don Pedro López de Aguiar y su proyecto de dignificación de la capilla de Santo Domingo”, *Hispania* 61, no. 208 (2001): 475-492.

¹³ Marta Cendón Fernández y David Chao Castro, “Las catedrales gallegas al final del Medievo”, in *Arquitectura tardogótica en la Corona de Castilla: trayectorias e intercambios*, ed. Begoña Alonso Ruiz y Fernando Villaseñor Sebastián (Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2014), 55-84.

En otra línea, cabe resaltar los apuntes de gran interés introducidos por Eduardo Carrero Santamaría en el marco de su obra centrada en el estudio de los claustros y el entorno urbano de las catedrales medievales gallegas publicada en el año 2005¹⁴. También James D'Emilio¹⁵ se aproximó al complejo catedralicio lucense, estableciendo relaciones con la catedral compostelana y sus influencias de origen francés, pero también con los talleres de Santiago de Carrión de los Condes y San Vicente de Ávila. Asimismo, cabe resaltar las numerosas publicaciones recogidas en el *Boletín de la Comisión provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo* que giran en torno al complejo catedralicio lucense, la mayoría centrándose en aspectos concretos. En el caso específico del estudio de los capiteles se centra Nélida Vilaboa Vázquez¹⁶, en su publicación en otro boletín, en este caso en el *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, del año 1983. Por último, M^a Dolores Barral Rivadulla¹⁷ en el año 2021 publicó un estado de la cuestión alrededor de la catedral medieval de Lugo, revisando el tratamiento que se le ha dado historiográficamente hasta el momento, abriendo nuevas posibles vías de investigación y sobre todo insistiendo en la necesidad de una revisión profunda.

Compilando lo expuesto, vemos cómo hasta el momento el estudio de la catedral lucense en su periodo medieval ha sido tratado o bien de manera demasiado genérica, o bien demasiado fragmentaria. Por un lado, existen estudios que buscan abordar el asunto de manera general, pero en el marco de una sección de un libro o un artículo de una revista, lo que lleva a que se trate de manera superficial, sin profundizar lo suficiente como para llevar a cabo un análisis exhaustivo. Por otro lado, la bibliografía recoge publicaciones centradas en algún aspecto, momento concreto dentro del medievo o figura de relevancia relacionada con la catedral. En consecuencia, surge la necesidad de conjugar todos estos estudios dentro del marco de una tesis doctoral, avanzando nuevas conclusiones e introduciendo metodologías no aplicadas hasta el momento, para alcanzar el objetivo de un análisis en profundidad alrededor de la catedral lucense a lo largo del medievo.

¹⁴ Eduardo Carrero Santamaría, *Las catedrales de Galicia durante la Edad Media: claustros y entorno urbano* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2005), 81-136.

¹⁵ James D'Emilio, "Tradición local y aportaciones foráneas en la escultura románica tardía: Compostela, Lugo y Carrión", in *Actas Simposio Internacional sobre "O Pórtico da Gloria e a arte do seu tempo": Santiago de Compostela, 3-8 de outubro de 1988* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Cultura, 1991), 83-101.

¹⁶ Nélida Vilaboa Vázquez, "Estudio estilístico de los capiteles medievales de la Catedral de Lugo", *Boletín do Museo Provincial de Lugo* 1 (1983): 75-104.

¹⁷ M^a Dolores Barral Rivadulla, "Revisitando la catedral medieval de Lugo", in *Viajeros. De la Antigüedad al Nuevo Mundo*, ed. Javier Castiñeiras López y Marta Cendón Fernández (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2021), 357-374.

3. Las fuentes para el estudio: de lo visual a lo documental

En lo tocante a las fuentes, cabe matizar que al tratarse de una investigación de índole histórico-artística el propio objeto de estudio constituye una fuente en sí misma. Hablamos por lo tanto de fuentes de carácter visual, en este caso conformadas por la propia catedral y todos aquellos elementos vinculados con ella, como puede ser el caso de distintas piezas que ya no se conservan *in situ* y que han sido alojadas principalmente en el propio Museo Diocesano y Catedralicio de Lugo, o bien en el Museo Provincial de Lugo. De esta manera, una parte importante de la investigación consiste en la observación de manera especialmente atenta de la propia catedral y en la visita a las colecciones mencionadas.

Por otro lado, se encuentran las fuentes documentales. Las primeras a tener en cuenta son, por supuesto, las que se corresponden con el propio periodo medieval. Por un lado, se encuentra la *Colección Diplomática* (569-1668) recogida por Ventura Cañizares del Rey, reeditada entre 2010 y 2016 por Manuel Rodríguez Sánchez, Óscar González Murado y María Luisa Doval García¹⁸. Otra compilación esencial para el estudio de la catedral medieval es el *Tumbo Viejo*, transcrito en su totalidad por José Luis López Sangil y Manuel Vidán Torreira¹⁹, y que recoge documentos comprendidos entre los años 569 y 1286. En cuanto a la documentación de los siglos XIV y XV, esta fue transcrita por María José Portela Silva²⁰ en el año 2007. También de época medieval es el *Memorial de Aniversarios*, publicado por Santiago Jiménez Gómez en el año 1987²¹; si bien este tipo de fuente en ocasiones aporta informaciones de gran utilidad, en el caso lucense estas se caracterizan por el contrario por una gran parquedad.

Además de las fuentes documentales propias del periodo medieval, también pueden resultar de interés aquellas de época moderna, en particular las que describen espacios que aún no hubiesen sido modificados desde la Edad Media, o que

¹⁸ Ventura Cañizares del Rey, *Colección diplomática*, ed. Manuel Rodríguez Sánchez, Óscar González Murado, María Luisa Doval García (Lugo: Publicaciones Diócesis de Lugo, 2012-2016).

¹⁹ José Luis López Sangil, Manuel Vidán Torreira, "Tumbo Viejo de Lugo (Transcripción completa)", *Estudios mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol* 27 (2011): 11-373.

²⁰ María José Portela Silva, *Documentos da catedral de Lugo. Século XV* (Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2005). María José Portela Silva, *Documentos da catedral de Lugo. Século XIV* (Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2007).

²¹ Santiago Jiménez Gómez, "O 'Memorial de Aniversarios' da Catedral de Lugo como fonte para o estudo da sociedade medieval", in *Jubilatio: Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D. Manuel Lucas Álvarez y D. Angel Rodríguez González*, vol. 1 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1987), 161-227.

precisamente fuesen reformados en ese momento dejando constancia por escrito. Destaca la obra *Argos Divina* escrita por el padre Pallares y Gayoso²², dedicada por completo a «Santa María de Lugo de los Ojos Grandes», y que por lo tanto gira en torno a la Iglesia lucense en estrecho vínculo con su devoción mariana. La Iglesia lucense, y en particular la catedral, también se incluyen en otras obras emblemáticas de este periodo como es el caso de la *España Sagrada*, en este caso bajo autoría de Manuel Risco²³. En esta misma época también se encuadran las *Memorias* del canónigo Piñeiro²⁴ (1761-1775), contenedoras de una serie de ilustraciones realmente enriquecedoras. Asimismo, también debe revisarse la documentación relacionada de manera más estrecha con la catedral y sus obras, a partir del trabajo del ya mencionado Marcos Gerardo Calles Lombao.

Por último, otro tipo de documentación a consultar de suma utilidad son aquellos informes de las restauraciones acometidas en el complejo catedralicio en época contemporánea, como aquellas a cargo de Pons Sorolla entre 1976 y 1978, o los distintos informes arqueológicos llevados a cabo en distintas partes de la catedral.

4. El enfoque metodológico: una conjugación de morfología y funcionalidad

Metodológicamente, debe hacerse una distinción a la hora de tratar por un lado la arquitectura y por otro la escultura, siempre manteniendo en mente nuestro objetivo principal de aunar ambas a la hora de conseguir establecer las fases de construcción. Por un lado, el análisis arquitectónico requiere de procedimientos tales como la elaboración de plantas, alzados y esquemas de lecturas de paramentos, mientras que el de las artes figurativas precisa un trabajo orientado hacia la catalogación y análisis –específico y de conjunto– de las distintas piezas.

Este estudio de la morfología de la catedral de manera más directa debe combinarse con su introducción en un marco más amplio, observando y estableciendo una comparación con el resto de las catedrales contemporáneas del ámbito peninsular.

²² Juan Pallares y Gayoso, *Argos Divina. Reproducción en facsímil de la edición de 1700* (Lugo: Alvarellos, 1988).

²³ Manuel Risco, *España Sagrada. Tomo XL. Antigüedades de la Ciudad y Santa Iglesia de Lugo: Memorias de los insignes Monasterios de S. Julián de Samos y S. Vicente de Monforte* (Madrid: 1796). Manuel Risco, *España Sagrada. Tomo XLI. De la Santa Iglesia de Lugo: continuación de su historia desde el siglo XII hasta finales del XVIII* (Madrid: 1798).

²⁴ Archivo de la Catedral de Lugo (A.C.L.), Estante Piñeiro, Memorias de José Vicente Piñeiro Cancio.

En esta misma línea, se prestará especial atención a la conformación de los talleres que hubiesen trabajado en la catedral, y por lo tanto a su procedencia y a las influencias que hubiesen podido introducir. Asimismo, se buscará introducir una lectura del complejo catedralicio lucense en función de la configuración de los distintos espacios que lo conforman, desde un punto de vista funcional y devocional, lo que requiere la comprensión de los modos de vida del cabildo, del desarrollo de la liturgia y de los cultos específicos desarrollados. Por otro lado, tampoco debemos perder de vista las conexiones establecidas con las estructuras de poder, en particular con la monarquía, ya que estas tendrán una repercusión directa sobre la evolución de la fábrica.

Lo que se buscará por lo tanto será conjugar todos estos elementos para lograr establecer conclusiones. Por ejemplo, en el caso de la cabecera gótica será necesario llevar a cabo por un lado el análisis de la planta y el alzado –teniendo en mente las modificaciones acometidas posteriormente–, buscando además rastrear el origen de la inspiración de su trazado. Asimismo, deberá realizarse un análisis de los capiteles, observando sus convergencias y divergencias e identificando la mano de posibles autores distintos. Al mismo tiempo, debe hacerse una lectura de la topografía devocional y litúrgica que permita identificar la evolución de la disposición de las distintas capillas y comprender el funcionamiento de los espacios.

5. De lo general a lo particular: una propuesta de estructuración

La estructura por medio de la que se pretende dar forma a la tesis responde a la manera en la que se buscará avanzar en el estudio de la catedral, es decir, a partir de las distintas secciones que la componen. Se establecerán por lo tanto tres bloques principales: cabecera, transepto y naves, subdividiéndolos de forma que dentro de cada uno de ellos se atienda a las distintas partes que conforman cada sección en detalle. Por ejemplo, en el caso de la cabecera ya desde un primer momento habrá que establecer una subdivisión clara entre la reconstitución de la estructura románica y su posterior reconstrucción en el siglo XIV en estilo gótico. De la misma manera, en cada uno de los bloques se incluirá el estudio tanto de los interiores como de los exteriores, algo que puede ejemplificarse claramente a la hora de analizar el transepto, ya que aquí además del arcosolio que cobija el sepulcro de don Vasco Pérez de Vivero, también se abordarán los rosetones tanto en su cara interior como exterior, al igual que la portada norte de la catedral.

Si bien el grueso de la tesis reposará en los tres bloques mencionados, estos deberán ir precedidos por un marco teórico que gire en torno al funcionamiento de una catedral, qué tipo y cuántos espacios de culto serían necesarios, o el porqué del

desarrollo de las tribunas –en el caso lucense particularmente amplias–. En esta misma línea, también se debe señalar las diferencias de estos presupuestos teóricos que se dan en la transición desde la Alta a la Baja Edad Media, ya que durante el amplio periodo que comprende el medievo se producen cambios en las devociones y en la concepción y los usos de los espacios.

Por otro lado, consideramos que resultaría también interesante incluir un epígrafe final que analice la dialéctica con el mundo medieval que adoptan las obras posteriores a este periodo, algo que se ve reflejado en la disposición de los arbotantes –introducidos posteriormente– en el exterior de la cabecera, en la reutilización de los paneles del retablo originalmente emplazado en la capilla mayor ahora en ambos extremos del transepto, o en cómo la sillería que sustituyó al antiguo coro medieval se mantuvo en el mismo emplazamiento.

6. Un proyecto aún en ciernes. Interrogantes a los que dar respuesta

Hasta el momento el proyecto de investigación se encuentra en una fase inicial, por lo que aún no se ha llegado a ninguna conclusión; nos encontramos todavía ante más preguntas que respuestas. En cuanto a la cabecera, ¿contaría la catedral románica con tres ábsides como se ha afirmado hasta el momento? ¿O podría haber contado con cinco, como apunta Eduardo Carrero Santamaría²⁵, en línea con las catedrales de Ourense y Tui? Siempre si damos por supuesto que la estructura que fue adoptada fue la de ábsides en batería. Existen incoherencias en la fábrica, como una falta de correspondencia entre las marcas en el muro oriental del transepto, que nos darían el trazado de los ábsides originales, y la disposición de las naves laterales. Además, si como parece la cabecera fue reconstruida en su totalidad en el siglo XIV, esto habría implicado un cambio en el rito y en el ceremonial durante un largo periodo de tiempo.

Otro de los grandes interrogantes se concentra en la portada norte de la catedral. ¿Habría sido colocada allí originalmente la figura de la *Maestas Domini*? En caso de que no, ¿cuál habría sido su emplazamiento anterior? La imagen parece contar con una magnificencia y envergadura propias de una fachada occidental, algo que sería coherente si lo cotejamos con otros ejemplos como la iglesia de Santiago de Carrión de los Condes, o la iglesia de San Juan Bautista de Moarves de Ojeda. Y entonces, ¿qué imágenes habrían ocupado anteriormente el tímpano? A este respecto, James

²⁵ Eduardo Carrero Santamaría, *Las catedrales de Galicia durante la Edad Media: claustros y entorno urbano* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2005), 97.

D'Emilio²⁶ lo pone en relación con el tímpano derecho de la portada occidental de San Vicente de Ávila, donde alas de ángeles se disponen sobre hojas de acanto en el arco que rodea al tímpano, ya que en el caso lucense se conserva el arranque de un arco con elementos florales y, de nuevo, la presencia de alas. Además, la figura del Pantocrátor debe ser puesta en relación con el capitel pinjante presente en la misma portada; ambas piezas parecen compartir el mismo material y modelado en el tratamiento de las aristas.

¿Habría sido la portada norte la única abierta en este muro hacia el exterior? ¿O tal vez la puerta que actualmente lleva de la capilla del Pilar a la nave norte habría funcionado originalmente como acceso a la catedral desde el exterior²⁷? Llama la atención el hecho de que esté en correspondencia con la antigua puerta que en la nave sur se abría al claustro, dando al tercer tramo de las naves, de manera que podría dar acceso al trascoro o bien a uno de los laterales del coro. Se ha planteado que hacia el lado norte pudiese haber por lo tanto dos portadas, la que se mantiene hoy en día que da acceso al transepto, y otra que diese directamente a las naves, en relación con el caso de San Isidoro de León²⁸.

En cuanto a la fachada occidental, hoy erigida en estilo neoclásico, ¿es posible plantearse cómo habría sido originalmente? La imagen con la que se cuenta de referencia es la que el canónigo Piñeiro presenta en sus *Memorias*, obra ya del siglo XVII, por lo que esta pudo haber sido fruto de reformas ya bajo una óptica modernista. En esta ilustración llaman la atención las dos torres circulares que flanquean la fachada, y que no parecen relacionarse de manera inmediata con otros ejemplos próximos. ¿De dónde provendría entonces la inspiración? En esta ilustración tampoco se presta demasiada atención a la plasmación de la decoración que seguramente debió haber ocupado este espacio, dada su relevancia.

A estas preguntas aquí planteadas podrían añadirse otras muchas, como la articulación de la ventana sur del muro este del transepto, donde se introducen una escultura del rey David en el parteluz y dos ménsulas zoomorfas sobre el vano –

²⁶ James D'Emilio, "Tradición local y aportaciones foráneas en la escultura románica tardía: Compostela, Lugo y Carrión", in *Actas Simposio Internacional sobre "O Pórtico da Gloria e a arte do seu tempo": Santiago de Compostela, 3-8 de outubro de 1988* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Cultura, 1991), 88.

²⁷ Ramón Yzquierdo Perrín, "Catedral de Lugo", in *Las catedrales de Galicia*, ed. Ramón Yzquierdo Perrín (León: Edilesa, 2005), 116.

²⁸ M^a Dolores Barral Rivadulla, "Revisitando la catedral medieval de Lugo", in *Viajeros. De la Antigüedad al Nuevo Mundo*, ed. Javier Castiñeiras López y Marta Cendón Fernández (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2021), 363.

elementos que sin embargo no están presentes en el lado norte-, o la advocación y ubicación original del sepulcro atribuido a santa Froila, madre de san Froilán. A todas ellas, y en adición a aquellas que vayan surgiendo durante la investigación, trataremos de dar respuesta de la manera más rigurosa posible, siguiendo la metodología planteada.

A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval: um projeto para o seu estudo

AFONSO SOARES DE SOUSA

Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Medievais

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a10>

Sumário

Este artigo tem como principal objetivo apresentar um projeto de doutoramento que se encontra em execução e que procura compreender a interação que os monarcas medievais portugueses estabeleceram com a caça, não só enquanto uma atividade lúdica e de preparação militar, mas também como uma forma de afirmação social, política e de demonstração de poder. Para tal, apresentamos os pontos essenciais que balizam este projeto, o seu enquadramento historiográfico, fontes e metodologia.

Palavras-chave: Caça; Coutadas; Montaria; Falcoaria.

Abstract

This paper's main objective is to present an ongoing doctoral project that aims to understand the interaction that medieval portuguese monarchs established with hunting, not only as a recreational activity and military training, but also as a form of social and political affirmation and demonstration of power. To this end, we present the essential points that underpin this project, its historiographical framework, sources and methodology.

Keywords: Hunting; Coutada; Big-game hunting; Falconry.

1. Tema, cronologia e espaço

Intitula-se “A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval” o projeto de tese que agora estamos a desenvolver, no âmbito do Doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e Instituto de Estudos Medievais (IEM NOVA/FCSH)¹.

Naturalmente, debruça-se sobre o mundo da cinegética, em particular aquela que era praticada pelos monarcas medievais portugueses, e tem como principal objetivo trazer uma nova compreensão desta atividade.

Enquanto, para uns, era uma necessidade, para outros (incluindo os monarcas) era uma atividade recreativa que “perseguiu” muito mais que a presa. “*Folganças e desenfadamentos*”² era como D. Duarte apelidava aquilo que hoje catalogamos de caça lúdica, ou desportiva. Nela os reis, no decorrer das suas itinerâncias pelo reino, passaram “semanas e meses”³, como já referia A. H. de Oliveira Marques, divertindo-se enquanto treinavam o domínio das armas. Mas seria esta uma prática destinada apenas ao divertimento e preparação militar de quem a praticava?

Para explorar este assunto pretendemos estudar os oficiais régios que, na Corte ou espalhados pelo reino, serviram na preparação da caça, criação dos animais necessários para a sua prática e na gestão e proteção dos espaços que lhe eram reservados. Estes foram, verdadeiramente, tanto um reflexo como um produto da caça régia. Assim, importa-nos estudar estes indivíduos como elementos de uma rede que partia do poder central e se estendia a todo reino, com o intuito de compreendermos a importância da cinegética no contexto da sociedade medieval portuguesa.

A moldura cronológica que decidimos adotar situa-se entre os reinados do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques (1143?-1185), e de D. João II (1481-

¹ Este projeto tem como equipa de orientação o Professor Saul António Gomes (orientador) e o Professor Tiago Viúla de Faria (coorientador) e está a ser financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (2023.01596.BD). Agradecemos todas as leituras, sugestões e revisões de: António Conduto Oliveira, Diana Martins, Flávio Miranda, João Nisa, João Pedro Alves, Paulo Catarino Lopes, Paulo M. Dias, Saul António Gomes e Tiago Viúla de Faria.

² Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 1 (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980), doc. 409, 270-272.

³ A. H. de Oliveira Marques, “A vida quotidiana,” in *Nova História de Portugal*, vol.4: *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 479-480.

1495). Se, por um lado, a datação inicial não carece de uma explicação de grande profundidade, a datação final necessita de alguma justificação.

Esta prende-se com dois principais motivos: um de cariz metodológico e outro relacionado com a própria temática. De um ponto de vista metodológico, vedar o reinado de D. Manuel I à nossa intervenção afigura-se como indispensável para garantir a exequibilidade do nosso projeto de doutoramento, sobretudo atendendo à quantidade de informação disponível para o reinado do *Venturoso*. Contudo, o argumento mais relevante prende-se com a própria temática em estudo. Isto porque, no reinado de D. Manuel I, verifica-se uma mudança clara na relevância dada aos espaços onde a caça era executada, uma vez que a área coutada é alvo de uma reestruturação, em parte provisória, e a sua relevância passa a estar bastante ligada à exploração de um outro recurso natural, essencial para a construção naval e, consequentemente, para o processo de expansão ultramarina: a madeira⁴.

Embora este não seja um momento de rutura, ou profunda transformação, da prática da caça régia – que, note-se, se pautou durante todo o período medieval por manter os cânones “clássicos” da caça – existiu uma alteração da sua importância, em detrimento de outros setores, refletida no abandono de vários espaços para a sua prática e, nos que se mantiveram, da alteração do interesse no recurso que mais se procurava preservar.

Tudo isto teve como palco a geografia hoje ocupada por Portugal continental, sendo por esse motivo o espaço que teremos em conta. É um facto que, sobretudo a partir de 1415, o território dominado pela coroa portuguesa começou a alterar-se profundamente. Contudo, nada nos demonstrou que, até 1495, o “regime de coutadas” ligadas à prática da caça régia – ou a rede de oficiais periféricos encarregue de guardar e gerir estes espaços – tenha sido implementado nos territórios de “além-mar”⁵.

⁴ Acerca deste assunto veja-se: Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei,” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* (1ª série) 1 (1985): 47-67; Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI),” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* (1ª série) 2 (1986): 5-37; Nicole Devy-Vareta, A. Monteiro Alves, “Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo,” in *Floresta e sociedade: uma história em comum*, coord. Joaquim Sande Silva (Lisboa: Público - Comunicação Social SA; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007), 55-75; Afonso Soares de Sousa, “Salvaguardar as Florestas Régias: os oficiais periféricos e gestão dos recursos naturais no Portugal medieval,” *Revista Territórios & Fronteiras* 16/2 (jul.-dez 2023): 23-36.

⁵ Ressalvamos, naturalmente, que caso algum documento nos demonstre o contrário teremos de reavaliar esta questão.

2. Enquadramento historiográfico

Tendo por base a historiografia que pudemos percorrer até ao momento, não existe um estudo sistemático e aprofundado acerca da caça régia medieval portuguesa, dos seus oficiais, espaços reservados e, sobretudo, da sua importância social, política e simbólica. Contudo, existem riquíssimos contributos que surgiram, segundo diferentes enfoques e abordagens, que, na impossibilidade de serem apresentados numa simples sucessão cronológica, organizámos em grupos temáticos ou linhas de investigação⁶.

Não podemos deixar de recuar à transição do século XIX para inícios da centúria seguinte, altura em que Henrique da Gama Barros, com uma abordagem vincadamente institucional e administrativa, na sua *História da Administração Pública*, trata a caça, os espaços coutados e a sua legislação, numa síntese abrangente, mas que está hoje algo desatualizada e que não reflete a total relevância desta atividade na sociedade medieval portuguesa⁷.

Na sua contemporaneidade, Costa Lobo (em 1903) traça o retrato de uma geografia ocupada por Portugal, entreabrindo janelas bastantes descritivas, de como as fronteiras artificiais se sobrepunham à paisagem natural no Portugal do medievo tardio. Trata, neste âmbito, documentação sobre coutadas e explora o que esta nos diz sobre a relação que o Homem daquele tempo estabeleceu com o meio natural⁸.

Francisco Esteves Pereira, em 1918, tratou muito brevemente os monteiros e os espaços coutados para a caça de montaria na introdução que escreveu, no âmbito da edição do *Livro da Montaria* de D. João I. Se, por um lado, apresenta pouca inovação

⁶ Realçamos que, neste texto, não nos dedicamos a elencar toda a produção escrita sobre a cinegética medieval, mas apenas os textos mais relevantes para o estudo do caso português, no período cronológico que pretendemos abordar.

⁷ Este autor aborda, num primeiro momento, a forma como o acesso à caça evoluiu – numa perspetiva da História do Direito –, como os oficialatos de gestão e proteção dos seus espaços se desenvolveram e as conflitualidades que geraram junto das comunidades locais. Em segundo, a propósito da criação de gado, volta à questão das coutadas e acrescenta mais alguns aportes sobre hierarquias, obrigações e privilégios dos oficiais régios ligados à fauna e flora. Apesar de ser uma obra orientada para uma perspetiva administrativa, encontram-se nela alguns aportes que recaem sobre o plano social, tanto daqueles que integraram as malhas do poder régio, como de outros que sofreram com a sua atuação. Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. VI (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950), 37-92; Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. IX (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1953), 141-169.

⁸ António Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV* (Lisboa: Edições Rolim, 1984), 63-96.

sobre os “homens da caça” e os seus espaços, por outro, traz-nos importantes contributos de história animal – pouco própria (e à frente) do seu tempo – dissertando sobre animais caçados e caçadores⁹.

Já na década de 60, A. H. de Oliveira Marques abordou a prática cinegética na sua história d’*A Sociedade Medieval Portuguesa* (1964)¹⁰ onde a perspetivou segundo um plano social, olhando-a tanto como uma atividade económica, para uns, como uma verdadeira “distração”, para outros, servindo-se de um diversificado leque de fontes, que vão desde os rígidos textos legislativos até às jocosas cantigas medievais¹¹.

De 1965 em diante o conhecimento sobre a caça régia desenvolveu-se por intermédio do estudo dos seus oficiais, graças aos incontornáveis estudos de Carlos Baeta Neves¹². Muito ligado à História da floresta – sendo o próprio engenheiro silvicultor – retomou as pistas deixadas por Gama Barros e adotou um discurso que, na sua forma, contrastava com o de Oliveira Marques.

Apesar de serem contributos de enorme relevo, sobretudo se tivermos em conta a pouca produção feita até meados do século XX sobre aquelas matérias, não deixamos de destacar que, nestes textos, Baeta Neves esteve quase sempre demasiado preso ao objetivo de associar o oficialato medieval dos monteiros aos engenheiros silvicultores o que, associado à pouca documentação recolhida até então e à falta de um estudo aturado da mesma, o levou a diversas imprecisões e conclusões demasiado precipitadas. Ademais, pesou na sua produção uma perspetiva orientada para um

⁹ Francisco Esteves Pereira, “Introdução,” in Francisco Esteves Pereira, ed., *Livro da montaria feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352, da Biblioteca Nacional de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918), V-LXV.

¹⁰ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010), 28, 64-68, 96, 136, 216-217, 224-228.

¹¹ Realçamos que, tal como já destacara José Mattoso, esta obra foi fruto “de uma remodelação da sua [de A. H. de Oliveira Marques] tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1956,” algo que apenas reforça a disparidade entre este texto e outros produzidos por historiadores do seu tempo. José Mattoso, “Perspetiva de um medievalista,” *Ler História* 52 (2007): 167-176.

¹² Entre a sua vasta produção, tendo em conta o âmbito que pretendemos estudar, destacamos os seguintes títulos: Carlos Baeta Neves, “Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 28 (1965): 19-172; Carlos Baeta Neves, “Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo sobre Monteiros-mores, Caçadores-mores e Caçadores e Couteiros de perdizes,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 28 (1965): 173-304; Carlos Baeta Neves, “Da História do Paul da Ota e a defesa das «Zonas Húmidas»,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 37 (1979): 257-274; Carlos Baeta Neves, “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII,” *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* s.n. (1980): 1-6; Carlos Baeta Neves, “O Ensino Superior Florestal em Portugal: antecedentes históricos, origem e evolução até à atualidade,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 41 (1984): 153-174.

propósito identificativo – muitas vezes com o mero objetivo de constatar a antiguidade de uma profissão, instituição ou determinada prática.

Os seus esforços culminaram na publicação de uma importantíssima coletânea documental – ainda essencial para quem se debruça sobre história ambiental, animal ou cinegética – editada em 6 volumes, publicados entre 1980 e 1993: a *História Florestal, Aquícola e Cinegética*¹³.

Dos anos 80 em diante, é difícil traçar uma única linha cronológica de estudos, uma vez que o conhecimento da caça régia, dos seus oficialatos e espaços coutados, se desenvolveu segundo diversas linhas – por nós organizadas “artificialmente” –, que agora apresentamos.

Seguindo o *Corpus* documental levantado nos primeiros volumes da *História Florestal Aquícola e Cinegética*, seguiram-se novos aportes no âmbito da história da floresta portuguesa, logo nos anos de 1985-86, trazidos por Nicole Devy-Vareta¹⁴, e já nos inícios da década seguinte por Maria do Rosário Morujão¹⁵. Estes contributos, que certamente despertam maior interesse no plano do coberto arbóreo, acabaram por incidir, sobretudo, num dos oficialatos cinegéticos: os monteiros régios¹⁶.

¹³ Aqueles que mais nos importam (vols. 1-4), foram publicados entre 1980-83: Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 1 (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 2 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas- Direcção Geral das Florestas, 1982); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 3 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas- Direcção Geral das Florestas, 1982); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 4 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação- Secretaria de Estado das Florestas Direcção-Geral das Florestas, 1983).

¹⁴ Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei,” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia (1ª série)* 1 (1985): 47-67; Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI),” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia (1ª série)* 2 (1986): 5-37.

¹⁵ Maria do Rosário Morujão, “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI,” in *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1994), 41-62.

¹⁶ Isto porque, para além de auxiliares na caça, estes homens constituíam também – e usando das palavras de M. do Rosário Morujão – “os principais elementos das matas do rei”. Maria do Rosário Morujão, “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI,” in *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1994), 49.

Os aportes sobre a cinegética, a pretexto da história florestal, não cessaram no século XX, tendo continuado pelas mãos de Nicole Devy-Vareta, em coautoria com António Monteiro Alves (2007) – ainda que, para o período medieval, não tenham apresentado muitas inovações¹⁷ – e, mais recentemente, Koldo Trápaga Monchet (em 2017 e 2022)¹⁸, debruçando-se maioritariamente sobre cronologias posteriores aos finais da Idade Média, mas com alguma incidência nos séculos XIV e XV.

Para além destes, outros autores deram novos impulsos no estudo do pessoal venatório no contexto cortês. Ainda que o principal objetivo não fosse estudar de forma aprofundada a caça, podemos destacar as preciosas identificações de oficiais cinegéticos da Corte de D. Afonso III (e anteriores), feitas por Leontina Domingos Ventura (1991)¹⁹. Alguns anos mais tarde, Rita Costa Gomes (1995) também se debruçou sobre o assunto no âmbito d’*A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*²⁰ e estudou a distribuição dos principais paços régios, na sua íntima relação com localização das coutadas de montaria – assunto que voltou a desenvolver num capítulo publicado três anos mais tarde²¹. No primeiro ano do século XXI, Judite G. de Freitas²² e António T. de Carvalho (2001)²³, ambos sob orientação de Armando Luís de Carvalho Homem, exploraram brevemente o enquadramento dos monteiros-mores do reino no âmbito de extenso aparelho da administração régia.

Por outro lado, afastadas do contexto cortês, mas afetas às redes de “agentes” dos monarcas espalhados pelo reino, as produções de história local, identificaram diversos

¹⁷ Nicole Devy-Vareta, A. Monteiro Alves, “Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo,” in *Floresta e sociedade: uma história em comum*, coord. Joaquim Sande Silva (Lisboa: Público - Comunicação Social SA; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007), 55-75.

¹⁸ Koldo Trápaga Monchet, “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650),” *Philostrato. Revista de Historia y Arte* 1 (2017): 5-27; Koldo Trápaga Monchet, “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII),” in *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*, coord. Alessandra Dattero (Roma: Viella, 2022), 85-103; Koldo Trápaga Monchet, Raúl Romero-Calcerrada, “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries),” *Management & Organizational History* vol. 17, 3-4 (2022): 138-165.

¹⁹ Leontina Domingos Ventura, “A Nobreza de Corte de D. Afonso III” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992).

²⁰ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

²¹ Rita Costa Gomes, “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI,” in *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*, coord. Gérard Sabatier, Rita Costa Gomes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), 84-105.

²² Judite Gonçalves de Freitas, *Teemos por bem e mandamos. A Burocracia Régia e os Oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)* (Cascais: Patrimónia, 2001).

²³ António Teixeira de Carvalho, “A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2001).

oficiais régios periféricos – e as suas áreas de atuação – contribuindo para o entendimento do impacto que esses indivíduos, ao serviço da Coroa, tiveram junto dos poderes locais, na exploração dos recursos naturais. Destacam-se os trabalhos de: José Mattoso (1987)²⁴, para a região do Soajo; Manuela Santos Silva (1987, 1997)²⁵, para o caso de Óbidos; João Santos Costa (2016)²⁶, no estudo de Palmela, e Saul António Gomes (2017, 2021)²⁷, para Leiria e outras localidades da região.

Além dos estudos que, de alguma forma, se debruçaram sobre os oficiais régios cinegéticos surgiram trabalhos dedicados à caça medieval que, embora excedam o âmbito da caça desportiva e régia, não deixam de ser uma referência para a temática que pretendemos abordar. Desde logo, o texto que, em 1987, A. H. de Oliveira Marques publicou no âmbito do quarto volume da *Nova História de Portugal*²⁸.

Mais expressiva foi a análise de Maria Helena Cruz Coelho e Carlos G. Riley (1988)²⁹ – que se mantém o estudo de referência sobre a cinegética no Portugal medievo, pela sua abrangência e profundidade. Alguns anos mais tarde, Maria Helena da Cruz Coelho (1996) volta a tratar a caça, desta vez num capítulo do terceiro volume da *Nova História de Portugal* e, na mesma publicação, António Resende de Oliveira aborda sucintamente o assunto, segundo a produção tratadística no contexto medieval português³⁰. Em 2006 e 2012, Iria Gonçalves publica a obra *Por terras de Entre-Douro-e-*

²⁴ José Mattoso, “A Caça no Soajo,” in *Fragmentos de uma composição medieval*, ed. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1987), 205-211.

²⁵ Manuela Santos Silva, “Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia” (Dissertação Mestrado, Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1987); Manuela Santos Silva, “Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1997).

²⁶ João Santos Costa, “Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII a XVI)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2016).

²⁷ Saul António Gomes, *Forais de Ourém* (Ourém: Câmara Municipal de Ourém e Fundação da Casa de Bragança, 2016); Saul António Gomes, “Leiria: Crescimento e Consolidação,” in *Forais de Leiria*, ed. Saul António Gomes (Leiria: Textiverso, 2017), 35-104; Saul António Gomes, *Colmeias - uma comunidade secular* (Leiria: Jorlis Edições e Publicações Lda, 2021).

²⁸ A. H. de Oliveira Marques, “A Propriedade Fundiária e a Produção,” in *Nova História de Portugal*, v.4: *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa, Editorial Presença, 1987), 76-122.

²⁹ Maria H. da Cruz Coelho, Carlos Guilherme Riley, “Sobre a Caça Medieval,” *Estudos Medievais* 9 (1988): 221-267.

³⁰ Maria H. da Cruz Coelho, Armando de Carvalho Homem, “A Diversificação Económica,” in *Nova História de Portugal*, v.3: *Portugal em Definição de Fronteiras: Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 430-443. António Resende de Oliveira, “A Cultura das Cortes,” in *Nova História de Portugal*, v.3: *Portugal em Definição de Fronteiras: Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 683-685.

Minho com as Inquirições de Afonso III, onde se fornecem importantes dados para o conhecimento da caça e dos caçadores que habitavam a Norte do Douro, sobretudo segundo as Inquirições Gerais de 1258³¹. Entre essas duas publicações, José Manuel Fradejas (2007), traz-nos, entre a sua imensa produção, um texto que nos revela especial interesse para o âmbito que agora exploramos, debruçando-se sobre a literatura medieval (e não só) portuguesa sobre cetraria³².

No ano de 2015, Paulo Drumond Braga publica o capítulo “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: A Caça” que se destaca, sobretudo, pela extensão cronológica que apresenta e que lhe permitiu refletir sobre esta atividade numa perspetiva de longa duração.³³

Muito recentemente Miguel Brandão Pimenta e Paulo Caetano, publicaram o livro *Feras e Homens* (2022) – que apesar de ser direcionado a um público mais alargado, contém importantes resultados de investigação sobre a fauna, flora e cinegética no Portugal medievo³⁴ – e já em 2023 Andreia Fontenete Louro – que se encontra a desenvolver um projeto de doutoramento sobre a nossa relação com o lobo intitulado «Animal feroz, astuto, carnívoro e muito daninho»: a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie (1220-1988) – publicou um artigo em que

³¹ No texto que publica em 2012 encontramos, em boa parte das páginas assinaladas, excertos textuais que já tinham sido publicados em 2006: Iria Gonçalves, “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258,” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. vol. 2. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), 193-220; Iria Gonçalves, *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III* (Porto: Afrontamento; CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012), 41, 121-144, 199-207.

³² José M. Fradejas Rueda, “Aproximación a la literatura cetrera portuguesa,” *eHumanista* 8 (2007): 197-226. Entre a sua vastíssima produção escrita sobre a caça, que não nos ocuparemos de agora detalhar, não podemos deixar de destacar, além do texto já citado – que se debruça em particular sobre o caso português – uma obra (dividida em dois volumes) de referência, e um excelente guia, para qualquer estudioso de temáticas em torno da cinegética: José M. Fradejas Rueda, *Bibliotheca cinegetica hispanica: bibliografía crítica de los libros de cetrería y montería hispano-portugueses hasta 1799* (Londres: Grant and Cutler, 1991); José M. Fradejas Rueda, *Bibliotheca cinegetica hispanica: bibliografía crítica de los libros de cetrería y montería hispano-portugueses hasta 1799. Suplemento 1* (Woodbridge: Tamesis, 2003).

³³ Paulo Drumond Braga, “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: A Caça,” in *Animais e Companhia na História de Portugal*, coord. Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015), 185-215.

³⁴ Miguel Brandão Pimenta, Paulo Caetano, *Feras e Homens – A Fauna no Portugal Medieval* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 2022).

se debruça sobre a caça defensiva, enquadrando-a entre os outros planos da atividade cinegética³⁵.

Além destes, outros contributos focaram-se exclusivamente na montaria no Portugal medievo (uma das duas principais vertentes da caça régia medieval) que já tinham despertado a atenção, em tempos recuados, de Mário Martins – em meados do século XX³⁶ – sobretudo através da interpretação do Livro da Montaria de D. João I. Foram produzidos trabalhos numa perspetiva orientada para a história ambiental – como o de Maria de Almeida Gomes (1997)³⁷ – e como atividade de preparação para a guerra, segundo as produções de João Gouveia Monteiro (1998)³⁸, Miguel Gomes Martins (2007) – no seu seguimento e sob sua orientação³⁹ – e, muito recentemente, de Ana Maria Rodrigues (2022)⁴⁰.

Em fevereiro de 2023, surge a dissertação por nós defendida que, propondo uma metodologia prosopográfica, possibilitou a identificação e estudo de mais de 700 oficiais. Permitiu, ainda, aferir a complexidade dos vários oficialatos régios ligados à caça e uma distinção entre os seus diferentes tipos – algo que, até então, arrastava inúmeras imprecisões historiográficas. O mais relevante é que ficou definida uma metodologia para o estudo de todos os corpos orgânicos de oficiais régios, ligados à fauna e flora, inaugurada através da caracterização de um desses grupos: os monteiros⁴¹.

No outro ramo da caça desportiva (e régia) medieval – a falcoaria – a historiografia encontra-se menos desenvolvida no contexto medieval português.

³⁵ Andreia Fontenete Louro, “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries),” *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023): 115-137.

³⁶ Mário Martins, “Da caça e da concepção do desporto no ‘Livro da Montaria’,” in *Estudos da literatura medieval*, ed. Mário Martins (Braga: Livraria Cruz, 1956), 453-466; Mário Martins, “Experiência e conhecimento da natureza no «Livro da Montaria»,” in *Estudos de Cultura Medieval*, ed. Mário Martins (Braga: Editorial Viterbo, 1969), pp. 85-100 (publicado previamente em 1957, mas consultado nesta edição posterior).

³⁷ Maria de Almeida Gomes, “O Homem, o animal e a floresta – uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1997).

³⁸ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 416-419.

³⁹ Miguel Gomes Martins, *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007), 303-308.

⁴⁰ Ana Maria Rodrigues, “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal,” in *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*, ed. Anastasija Ropa, Timothy Dawson (Leiden/Boston: Brill, 2022), 204-222.

⁴¹ Afonso Soares de Sousa, “Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023).

Ainda assim, destacamos os contributos de Mário Martins (1972)⁴², do já referido Baeta Neves (1983)⁴³ e aqueles que nos chegaram pela mão de Carlos Crespo (1999 e 2013)⁴⁴.

No panorama historiográfico internacional, foram produzidos vários estudos acerca da caça medieval que, embora não se debrucem em particular no caso português, permitem compreender a forma como monarcas de outros reinos se relacionaram com a prática cinegética que, no contexto da Europa medieval, assumia o papel de verdadeira “linguagem universal”.

Destacam-se as obras de John Cummins⁴⁵, que tece uma impressionante análise com base em diversos tratados cinegéticos do espaço europeu (incluindo Portugal), e Richard Almond⁴⁶ que nos traz um contributo panorâmico da caça, em todas as suas vertentes e enquanto atividade transversal a todos os estratos sociais. Além destas, existem recentes estudos focados na caça desportiva analisando-a como uma atividade cuja função não se limitava ao divertimento de quem a praticava – realçamos William P. Marvin⁴⁷, Emma Griffin⁴⁸ e Ryan R. Judkins⁴⁹ – bem como um incontornável estudo

⁴² Mário Martins, “Experiência e Conhecimento no «Livro da Falcoaria»,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 28 (1972): 56-63.

⁴³ Carlos Baeta Neves, “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal,” *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* vol. 101, 1-6 (1983): 21-46.

⁴⁴ Carlos Crespo, *A arte de falcoaria* (Lisboa: INAPA, 1999); Carlos Crespo, *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art* (Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2013). Embora o projeto que pretendemos desenvolver não tenha como principal enfoque a história animal, destacamos alguns dos textos mais importantes sobre os animais utilizados na cinegética, no Portugal medievo (cão e cavalo): Paulo Drumond Braga, *História dos cães em Portugal: das origens a 1800* (Lisboa: Hugin, 2000); Yann Loïc Araújo, “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal Medieval,” *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549 (2004): 19-25; João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 151-162; Miguel Gomes Martins, *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007), 267-288; Miguel Gomes Martins, “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média,” in *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*, ed. Isabel Cristina Fernandes (Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013), 409-426; Afonso Soares de Sousa, “O Cavalo na Idade Média Portuguesa,” *Medievalista* 32 (2022): 171-216.

⁴⁵ John Cummins, *The Hound and the Hawk: the art of medieval hunting* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1988).

⁴⁶ Richard Almond, *Medieval Hunting* (Stroud: The History Press, 2003).

⁴⁷ William Perry Marvin, *Hunting Law and Ritual in Medieval English Literature* (Cambridge: Boydell & Brewer, D. S. Brewer, 2006).

⁴⁸ Emma Griffin, *Blood Sport: Hunting in Britain Since 1066* (New Haven: Yale University Press, 2007).

⁴⁹ Ryan Russell Judkins, “Noble Venery: Hunting and the Aristocratic Imagination in Late Medieval English Literature” (Tese de Doutoramento, Ohio State University, 2012).

dedicado aos espaços reservados para a caça, segundo o contexto inglês, de Stephen Miles⁵⁰.

Outras obras, profundamente inseridas nas novas vertentes ambientais da historiografia – analisando o homem na caça, na sua íntima relação com o mundo natural e animal – foram publicadas por Susan Crane (2013)⁵¹ e Hannele Klemettila (2015)⁵².

Já em 2020, na obra *In the Manner of the Franks Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe*, Eric Goldberg evidenciou a caça desportiva como tendo um papel vital, mas pouco compreendido, na construção social do poder político⁵³.

3. Fontes

No que diz respeito às fontes, daremos especial enfoque às escritas, embora a iconografia – na escultura, iluminura ou tumulária – e vestígios arqueológicos possam despertar algumas análises secundárias e comparativas.

No âmbito das fontes escritas teremos como ponto de partida a documentação produzida pelo poder central, ou diretamente relacionada com o mesmo, entre os reinados de D. Afonso Henriques e D. João II, inclusive. Este grupo engloba a documentação das chancelarias régias e Cortes, a produção legislativa – fortemente refletida nas várias *Ordenações* – e, ainda, as importantes Inquirições gerais, fundamentais, sobretudo, para o século XIII⁵⁴.

⁵⁰ Esta obra, primeiramente publicada em 2009, compreende um conjunto temático que nos permitirá tecer diversas comparações entre o contexto medieval inglês e o português, nomeadamente no que concerne aos espaços reservados para a caça e as dimensões simbólicas dos mesmos. Stephen Miles, *Parks in Medieval England* (Oxford: Oxford University Press, 2014).

⁵¹ Susan Crane, *Animal Encounters: Contacts and Concepts in Medieval Britain* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2013).

⁵² Hannele Klemetilla, *Animals and Hunters in the Late Middle Ages: Evidence from the BnF MS fr. 616 of the Livre de chasse by Gaston Fébus* (Nova Iorque: Routledge, 2015).

⁵³ Eric Goldberg, *In the Manner of the Franks Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2020).

⁵⁴ Neste universo de fontes régias, contamos com diversas publicações, desde logo das suas Chancelarias – que até ao reinado de D. Afonso V (1438-1481) se encontram na sua grande maioria publicadas. Também na documentação respeitante às Cortes dispomos já de uma vasta publicação, promovida sobretudo pelo Centro de Estudos Históricos. Por fim, tanto as Ordenações Régias (de D. Duarte e D. Afonso V) como as Inquirições Gerais (de D. Afonso II, D. Afonso III e de D. Dinis), encontram-se publicadas na íntegra (excetuando as de D. Afonso IV). Consultando os capítulos de Cortes (gerais e especiais) serão recolhidas, entre outras, informações acerca da conflitualidade entre oficiais régios e as comunidades locais, gerada em torno do aproveitamento dos recursos naturais.

Para levar a cabo esta tarefa utilizaremos, quando possível, os compêndios de documentação já publicada. Assim, para o caso da produção documental das chancelarias régias, será percorrida, em primeiro lugar, a *História Florestal, Aquícola e Cinegética* (vols. 1-3). No seguimento, rastreamos os compêndios de documentação régia e chancelarias, publicadas e manuscritas, até ao final do reinado de D. João II. Os dados serão complementados com um levantamento de outra documentação régia preservada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, nomeadamente na *Leitura Nova*⁵⁵, no *Núcleo Antigo*⁵⁶ e nas *Gavetas*⁵⁷.

Pretendemos também rastrear o fundo da “Montaria-Mor do Reino” conservado no Arquivo Histórico de Obras Públicas. Ainda que as datações extremas atribuídas a esta documentação se situem entre 1550 e 1883, poderá conter referências relevantes, bem como traslados de cartas remetendo para datações anteriores⁵⁸.

Será também tida em conta a tratadística medieval ligada à prática cinegética e ao tratamento animal. Esta servirá, sobretudo, para colmatar os vazios deixados pela documentação de chancelarias, Cortes, Ordenações e Inquirições gerais, cujo teor é, sobretudo, prático e referente aos oficiais régios e espaços coutados.

Assim, teremos em conta o *Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo⁵⁹, o *Livro da Falcoaria* de Pero Menino⁶⁰, o *Livro da Montaria* de D. João I⁶¹, o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela* de D. Duarte⁶² e *Los siete libros del arte de la ciencia de albeitería* de Frei

⁵⁵ Recentemente foi disponibilizado digitalmente pelo Instituto de Estudos Medievais, na designada Coleção Damião de Góis, um índice para diferentes livros deste fundo, facilitando, assim, a sua consulta: “Coleção Damião de Góis: índices da Leitura Nova”, Instituto de Estudos Medievais, Biblioteca Digital, acesso a 27/03/2024, <https://iem.fcsh.unl.pt/colecoes/colecao-damiao-de-gois/>.

⁵⁶ Para esse fim será tido em conta o inventário publicado: Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Maria de Fátima Dentinho Inglês do Ó Ramos, *Núcleo Antigo: inventário* (Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1996).

⁵⁷ Alguns dos documentos encontram-se publicados ou descritos na coleção: António da Silva Rego, ed., *As gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977).

⁵⁸ Sobre este fundo veja-se: Mário A. Nunes Costa, “O arquivo da Montaria-Mor do Reino: (1583-1833),” *Revista Portuguesa de História* 11 (1964): 151-176.

⁵⁹ Gabriel Pereira, “Livro d’Alveitaria do Mestre Giraldo,” *Revista Lusitana* 12 (1909): 1-60; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria,” *Revista Lusitana* 13 (1910): 149-432.

⁶⁰ Pero Menino, *Livro de Falcoaria*, ed. Rodrigues Lapa (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931).

⁶¹ José Maria Abalo Buceta, “Livro da Montaria de D. João I de Portugal (1415-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Valladolid, 2008).

⁶² D. Duarte de Portugal, *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El-Rey Dom Duarte: edição crítica*, ed. Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986).

Bernardo Português⁶³. Serão ainda percorridas fontes cronísticas, produzidas entre os séculos XIV e XVI – entre as quais se destacam a *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁶⁴, a *Crónica de Portugal de 1419*⁶⁵, as crónicas escritas por Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes Zurara – e hagiografias, cujos relatos lendários podem, também, remeter para o mundo da cinegética.

4. Metodologia

A documentação recolhida deste leque de fontes será reunida num corpus documental que servirá como ponto de partida para as questões que pretendemos responder. A partir desta base documental compendiada, o projeto será alvo de nova reflexão e reavaliação, de forma a reajustar e redefinir a construção desta tese.

Em seguida, proceder-se-á à construção de uma base de dados com a identificação de todos os oficiais cinegéticos, com os respetivos dados biográficos e a descrição dos seus percursos no desempenho de funções, bem como dos espaços em que atuavam. Esta contará, desde logo, com os 726 monteiros, monteiros de cavalo e monteiros-mores identificados e caracterizados, no âmbito da dissertação de mestrado, entre os reinados de D. Dinis e D. Afonso V. A esta lista serão acrescentados monteiros (até D. João II), bem como couteiros, falcoeiros, açoreiros, caçadores, entre outros oficiais que se revelem importantes na prática cinegética, através de um inquérito muito semelhante, mas adaptado às particularidades de cada grupo.

Estes indivíduos serão, depois, estudados segundo o método prosopográfico, que permitirá estabelecer uma análise de conjunto. Estes dados, aliados ao conhecimento retirado das restantes fontes agora elencadas, permitirão trazer uma renovada reflexão da importância da caça régia medieval portuguesa.

⁶³ O original encontra-se preservado em Madrid (Biblioteca Nacional de España (BNE), Los siete libros de la ciencia de albeitería, MSS/3338, fl.1-128v) e está publicado em: Helena Lafuente Nicolás, “Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Português – eine moderne Umschrift der Folien 1-128v der Handschrift 3338 der Biblioteca Nacional de España in Madrid” (Tese de Doutoramento, Universidade de Munique, 2012).

⁶⁴ *Crónica geral de Espanha de 1344*, ed. Luís Lindley Cintra. 4 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990).

⁶⁵ *Crónica de Portugal de 1419*, ed. Adelino de Almeida Calado (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998).

5. Objetivos

Este projeto tem como principal objetivo trazer uma renovada compreensão desta atividade – não apenas enquanto momento recreativo e de preparação militar – que nos permita indagar qual a verdadeira importância da caça régia, no contexto do medievo português. Para tal, tentaremos responder às seguintes questões:

1. Que tipologias de oficialatos, ligados à prática cinegética, existiram? Desde quando e em que moldes se enquadraram no aparelho da administração régia⁶⁶?
2. Onde estavam localizadas as diferentes coutadas régias de caça? E porquê⁶⁷?
3. Quais eram, e de que forma se manifestavam, as conflitualidades pelo aproveitamento dos recursos naturais⁶⁸?
4. Que impacto tinham os animais (caçados e caçadores) no mundo venatório⁶⁹?
5. Como era percecionado, no plano mental, todo este “universo cinegético” de espaços reservados e oficiais régios?

⁶⁶ Por isto entenda-se: aprofundar o conhecimento das diferentes tipologias de oficialatos, bem como o enquadramento desse pessoal cinegético no âmbito das várias esferas administrativas do poder régio. Compreender, ainda, a sua ação enquanto uma estrutura orgânica que partia do poder central e se estendia a todo o reino, através dos seus oficiais periféricos.

⁶⁷ Partindo da dissertação de mestrado, onde detetámos e listámos as coutadas protegidas por monteiros, mas cuja localização não identificámos e cartografámos, serão também identificadas as coutadas guardadas pelos couteiros – outro oficialato régio encarregue de guardar espaços coutados – e mapeados todos esses espaços, com o objetivo de aferir a sua distribuição geográfica e compreender de que forma os traços “permanentes” da paisagem influenciaram a implantação destas reservas cinegéticas e, ainda, de que forma os dois tipos de coutadas (de monteiros e couteiros) se relacionavam entre si na ocupação do território.

⁶⁸ Dado que a ação dos “agentes” régios tinha impacto no aproveitamento que as comunidades locais podiam (ou não) fazer da fauna e flora, importa compreender as relações de conflitualidade entre esses “homens do rei” e os poderes locais ou regionais (concelhios, eclesiásticos e senhoriais) na exploração desses recursos, com o objetivo de compreender de que forma estas relações se refletiam na interação estabelecida entre o homem e o meio natural.

⁶⁹ Tendo em conta a indissociabilidade entre a prática da caça e o mundo animal, pretendemos também caracterizar a relação homem-animal no âmbito da caça régia medieval. Sobretudo através do estudo da criação, tratamento e utilização dos principais animais utilizados na caça desportiva: cães, aves de presa e equídeos.

De forma a reunir todos os objetivos, e ir ao encontro da principal questão desta tese, propomos, por fim, reinterpretar a caça régia, com base em todas as informações reunidas. Procurando interpretar o seu aparelho burocrático e aparato associado para além das suas facetas técnicas e práticas. Teremos em vista, portanto, uma análise da significância da prática da caça régia, dos espaços reservados e dos seus “guardas” – enquanto agentes da imposição régia sobre o mundo natural e humano – também de um ponto de vista simbólico, no plano mental dos indivíduos daquele tempo.

Este livro foi composto pelo Grupo Informal de História Medieval
em caracteres *Palatino Linotype*, inspirados no trabalho do
calígrafo e copista italiano Giambattista Palatino,
que trabalhou na Itália do século XVI.
Publicou-se no mês de Julho
do ano de dois mil e
vinte e cinco.

